



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social

Arthur Lobo Costa Mattos

Saúde e poder no Rio de Janeiro Olímpico (2008-2015)

Rio de Janeiro

2016

Arthur Lobo Costa Mattos

Saúde e poder no Rio de Janeiro (2008-2015)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Ruben Araújo de Mattos

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/ REDE SIRIUS/ CB/C

M443 Mattos, Arthur Lobo Costa
Saúde e poder no Rio de Janeiro Olímpico (2008-2015) /
Arthur Lobo Costa Mattos. – 2016.
162 f.

Orientador: Ruben Araújo de Mattos.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Políticas públicas – Teses. 2. Atenção primária à saúde – Rio de Janeiro – Teses. 3. Biopolítica – Teses. 4. Eventos especiais – Planejamento – Teses. I. Mattos, Ruben Araújo de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 614.2:338

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Arthur Lobo Costa Mattos

Saúde e poder no Rio de Janeiro (2008-2015)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 31 de março de 2016.

Orientador: Prof. Dr. Ruben Araújo de Mattos
Instituto de Medicina Social - UERJ

Banca Examinadora: _____

Prof. Dr. Paulo Henrique de Almeida Rodrigues
Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof.^a Dra. Tatiana Wargas de Faria Baptista
Fundação Oswaldo Cruz

Prof. Dr. Maurilio Lima Botelho
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

Para meu avô Eduardo Costa Mattos Filho (*in memoriam*), o índio, que sacrificou corajosamente parte de sua sanidade no horror da guerra contra o racismo, o nazismo e o fascismo, e sua companheira Maria Myrthis Gaertner de Andrade (*in memoriam*). Para minha avó Maria Madalena Domingues (*in memoriam*) e meu avô Fernando Rayol Lobo, sobrevivente do inferno - que me apresentou a filosofia: morrer de rir, mas sem achar graça -, e sua companheira Elzira Pantoja. Para o amigo Felipe Bó Huthmacher (*in memoriam*), precursor no estudo da "lógica do fuzil". Para todos aqueles que estão contra a ordem capitalista e imperialista que comanda o Brasil.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é obra coletiva (dos amigos, companheiros e camaradas), cabendo aquele que assina apenas os erros, imprecisões, confusões, desvarios e impotências - além é claro do esgotamento, dos vícios e paixões da "fraqueza humana" que transparecerem (ou estão implícitos) nela, a qual não posso se não me desculpar e solicitar indulgência e auxílio, com a promessa sempre renovada de buscar o quanto for possível a sabedoria.

O adjetivo "coletiva" tem significação, em primeiro lugar, negativa: esse trabalho não seria possível sem o cuidado de todos os trabalhadores (familiares, amigos, colegas, desconhecidos) que proporcionaram água ou vinho, pão ou carne, abrigo ou acolhimento, ar ou fumaça, agasalho ou frescor, carinho ou atenção, sem o qual escrever não seria possível. Mas há uma significação positiva do coletivo que realizou este trabalho: este trabalho é fruto de múltiplas formas de AMIZADE (e uma ou outra inimizade, porém importante para o aprendizado) que mantenho com diferentes pessoas e grupos, cada qual uma constelação - todas fundamentais para a escrita deste texto, sendo a hierarquia inevitável entre elas (que aqui omitirei, embaralhando a ordem) apenas um capricho. Obrigado, não sou nada sem vocês, desejo muita SAÚDE a todos!

Sou eternamente grato: Capes (que não conheço o suficiente - preciso estudá-la -, mas fortaleceu); Ruben Mattos (essencial para a vitória); aos magníficos, atenciosos e pacientes Tatiana Wargas Baptista, Paulo Henrique Rodrigues e Maurílio Botelho; aos pesquisadores-construtores de caminhos José Roberto Franco Reis e Camila Borges; aos maravilhosos, exemplares e inspiradores amigos do saúde com afeto e empatia (mas temos ódio também): Ismael Silveira, Roberta Dornelles, Thais Vidaurre, Gabriela Barreto, Leandro Gonçalves, e aos camaradas da turma de mestrado, sempre botando pra quebrar, principalmente Catalina Kiss, Mario Poa, Daniela Lacerda, Manuelle Matias, Fernando Nagib, Luciano Rocha, Marina Cabral, Marcia Borges e todos do IMS, Anacely Costa, Raquel Oscar, Aline Biz, Andre Mendonça, Isabel Prado, Aisllan Palomar, Ronaldo Alves e as anjas Silvia, Eliete e Simone; aos parceiros de voo, Daniela Moreira e Norhan Sumar; a infinita companheira de mates, música e luta, a camaradíssima Valentina Suarez (não há como agradecer por *todo* a não ser te proporcionando mil anos de alegria) e a família bahiense-cordobesa Grace & Rafa, Paula & Gus, Claudia & Ana, Gabi & Dani, Mili, Franco, Fer & Lucia, Javi, Flavia e Tere, Norma "Cuqui", Ale & Laura, Irina, Cote; à aluna-mestra de filosofia, Anna Luiza Lau; aos camaradas moleculares: Ana Rachel Coelho, Paula Urzua, Rodrigo Ribeiro, Daniel Reis,

Ricardo Pinheiro, Cezar Maranhão, Alexandre Vasilenskias, André Dantas, Leandro Alberto Pinto dos Santos; aos gigantes e olímpicos abraçadores, sempre me impulsionando pra frente, Bettina Mattar & Gabriel Geluda, às filósofas Cecília Moraes, Mariana Marques, Ana Thereza Ribeiro Coutinho e Fernanda Bhering; a todes do chorinho, em especial, Dra. Bruna Guaraná e Diego Terra; Viva a purpurina rebelde das loucas e putos! a fusão Bra-Col Alejandra Mendes, Maite, Conrado Tapajós, a conexão Bra-Arg-Nor Tomas Salem; a todo mundo do bloco revolucionário do proletariado "COMUNA que PARIU!" em especial ao camaradamestre Bil-Rait Buchecha Queiroga, Belle Lopes, Nina Rosa, Thiago Sales, Marina Castro, Fernanda Miguens, Daniela Zanotti, Fabiana Doria, Carol Soares, Raquel Frago, Ana Beatriz Silva, Désirée Drumond, Alexandre Magno, Luiz Guilherme Santos, Yuri Moura, Hildebrando Saraiva, Gabriel Couto, Rudolph Hasan, Caique Gueri, Pedro Pinagé, Thiago Kobe, Andre Cavalcanti, Heitor César, Victor Neves, André Vieira, Filipe Boechat, Bruno Pizzi e Rafael Maiero; aos guerreiros (muitos pré-ocupados) que lutam e constroem diariamente uma saúde ainda utópica Rosa Mira, Anna Luiza Ramos, Renata Ishida, Elisa Mendonça, Paula Oliveira, Rogério Alves, Sady Marchesin, Denis Safer, Marília Verdussen, Maira do Val, Fabi, Karen Cavagnoli, Milena Reis, Mariana Teixeira, Amanda Almeida, Everson Vargas, Ana Paula Souza, Valeska Antunes, Daniela Albrecht, Leonardo Mattos, Thamires Medeiros, Melissa Oliveira, Maykeline Leite, Leandro Baptista, Cinthia Silva; a galera que presente em todas as lutas da saúde Monica Olivar, Ellen Francisco, Carolinne Scopel, Laura Maul, Geandro Ferreira Pinheiro, Morena Marques, Lycia Silva, Andressa Siqueira, Elaine Pelaez, Marília Andrade, Maria Ines Bravo e todo mundo do Fórum de Saúde; aos irmãos por escolha: nosso bardo-mor Glauco Basilio, Ricardo "Lirou" Santos & Patricya Santiago e seus lindos Gustavo e Luiza, Wilson Malafaia, Bruno Accioly, Stefano Sampaio e as ninjas que comandam sua vida Patricia e Sabrina; a todas equipes de saúde com as quais trabalhei - enfermeiras(os), auxiliares de limpeza, médicas(os), seguranças, principalmente as(os) agentes comunitárias(os) de saúde da Alvorada, Palmeiras e todas equipes do Complexo do Alemão, e todo mundo da Paz, Caixa d'Água, Fé, Sereno e Mangueirinha (da Penha Circular), e IAPI, Ibiapina, Filomena e Bariri (da Penha) e em particular para Maria Lúcia Ferro, Fernanda Kilduff, Clarice Honorio, Marcia Teixeira, Hevelyn Rosa e Gabriela Leite; aos (quase) nunca distantes e (quando distantes) saudosos Paulo Coelho, Leonardo Villaforte, Gabriel Monteiro, Andre Bento, Vinicius Villarinho; para os eternos residentes Thaisa Ausier, Caio Schaffer, Ellen Lameck, Érica Dutra, Thaynara Souza, Adriana Fonseca, Guilherme Rangel, Priscila Cristina, Taiane Reis, Rosangela Neves, Amanda Araújo, Amanda Pontes; por fim a família: Carlos Costa Mattos e Lindalva Lobo (só

Zeus sabe o que vocês passaram, muitíssimo obrigado), ao como-é-bom-ter-irmão Philippe Lobo Costa Mattos e a gaúcha escritora-atriz Fernanda Falleiro e ao padawan Gabriel. Que medo de esquecer de alguém: Valeu!

Porque desde o menor deles até ao maior, cada um se dá à avareza; e desde o profeta até ao sacerdote, cada um usa de falsidade. E curam superficialmente a ferida da filha do meu povo, dizendo: Paz, paz; quando não há paz.

Livro de *Jeremias* (6:13,14), dirigindo-se ao reino de Judá, presumidamente em torno do ano 598 a. C.

De todas as coisas a guerra é pai, de todas as coisas é senhor; a uns mostrou deuses, a outros, homens; de uns fez escravos, de outros, livres.

Heráclito de Éfeso (helade da Asia menor, vivendo aproximadamente entre 535 a.C. - 475 a. C.), fragmento 53 (LEÃO, 1980, p. 83).

Cancanfô, o sábio entre os sábios, se adiantou. Sua figura alta, magra e ascética, a todos dominou. Por longo tempo olhou para o céu, antes de falar: "Xangô, tu sabes que andas mal e que eu reprovo a tua maneira de viver. Se não fizeres o ebó com um cágado e todos os bichos de quatro pés, nunca mais deixarás a vida errante e isto será pena demasiada para teu corpo e para todos nós".

Mito de Xangô, conforme "pesquisa feita nas macumbas cariocas pelo jornalista *João do Rio*, na primeira década do século [XX], na revista *Kósmos*", presente no minucioso estudo sobre São Jorge de Maria Augusta Machado (2008, p.203)

RESUMO

MATTOS, Arthur Lobo Costa. *Saúde e poder no Rio de Janeiro Olímpico (2008-2015)*. 2016. 162 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Nesse trabalho foram narrados os principais acontecimentos da acelerada “grande transformação” da organização socio-urbana da metrópole do Rio de Janeiro (ocorrida principalmente entre 2007 e 2016), orientada por interesses diretos e indiretos de grandes grupos capitalistas, com participação crucial do Estado, que teve como um de seus catalizadores a realização de uma série de megaeventos (em particular os primeiros Jogos Olímpicos na América do Sul, oficializados em 2009). Dentre o grande número de intervenções urbano-institucionais de cunho político-econômico realizado por forças estatais e não-estatais articuladas - que expressam uma reorganização do poder e dominação entre classes e grupos marcadamente desiguais, suscitando conflitos -, foram enfatizadas na narrativa aquelas ocorridas em áreas onde se justapõe, de um lado, a inflexão na política de segurança que recebeu o nome de "pacificação" (considerada elemento-chave das mudanças em andamento), e, do lado da política social, a reestruturação do setor público de saúde em torno da implementação da Estratégia Saúde da Família e da reformulação da Atenção Primária a Saúde (especialmente no município-núcleo metropolitano, onde foi chamada “Reforma da Atenção Primária”). Para estudar a metrópole carioca-fluminense em sua dinâmica atual, utilizaram-se os procedimentos da história do presente e geografia do poder, que permitem mostrar os nexos entre a conformação urbana, os meios de dominação/produção de consenso e organização econômica capitalista, com interessantes implicações político-filosóficas acerca dos mecanismos de poder que interferem na conformação de uma sociedade em permanente conflito, a saber, um genocídio negro/guerra civil, intensificado após o fim da guerra fria. Foi possível, através da análise histórico-geográfica de mapas, alguns produzidos na pesquisa - que levam em conta inúmeros aspectos da região metropolitana (entre eles o conjunto de intervenções realizadas no período) -, diagramar a totalidade socio-espacial contrastando as áreas pacificadas (quase todas dentro das regiões mais ricas do município-núcleo) e não-pacificadas (diferenciando aquelas dentro e fora do município-núcleo). Pode-se concluir, não obstante a melhoria de indicadores socio-econômicos e os discursos de conciliação e integração social e racial (em geral de cunho tecnocrático), a ocorrência de uma crescente separação entre classes-raças-etnias, operada através de uma produção sistemática de violência, dominação e consenso, forma de regulação social adequada as regiões metropolitanas do capitalismo mundial em crise sistêmica, que antevê e se prepara para a explosividade da “questão social”.

Palavras-chave: Megaeventos. Pacificação. Genocídio negro. Atenção Primária a Saúde. Biopolítica.

ABSTRACT

MATTOS, Arthur Lobo Costa. *Health and Power in Olympic Rio de Janeiro (2008-2015)*. 2016. 162 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

In this work we narrated the main events of accelerated "great transformation" of social and urban organization of the city of Rio de Janeiro (which occurred mainly between 2007 and 2016), guided by direct and indirect interests of big capitalist groups, with crucial involvement of the state, which had as one of their catalysts to hold a series of mega-events (in particular the first Olympic Games in South America, made official in 2009). Among the large number of urban-institutional interventions of political and economic developments carried out by state and non-state articulated forces - which express a reorganization of power and domination between classes and markedly unequal groups, raising conflict - were emphasized in the narrative those occurring in areas where overlaps on the one hand, the inflection in the security policy that is named "pacification" (considered a key element of the changes in progress), and, on the side of social policy, the restructuring of the public health sector around the implementation of the Family Health Strategy and the reformulation of the Primary Health Care (especially in metropolitan city-core, where he was called "Reform of Primary"). To study the Rio metropolis in its current dynamics, we used the procedures of the history of present and geography of power, that show the links between the urban conformation, the means of domination/ production consensus and capitalist economic organization, with interesting political and philosophical implications about the power mechanisms that interfere in the formation of a society in permanent conflict, namely a black genocide / civil war intensified after the end of the cold war. Through historical and geographical analysis of maps, some produced in the survey - which takes into account several aspects of the metropolitan area (including the set of interventions carried out in the period) - it was possible diagram the socio-spatial whole contrasting the pacified areas (almost all within the richest regions of the city-core) and non-pacified (distinguishing those inside and outside the city-center). It can be concluded, despite the improvement of socio-economic indicators and the social and racial conciliation and integration rhetoric (usually technocratic nature), the occurrence of an increased separation between classes, races, ethnicities, operated through a systematic production of violence, domination and consensus, appropriate form of social regulation metropolitan regions of world capitalism in systemic crisis, which anticipates and prepares for the explosion of "social question".

Keywords: Megaevents. Biopolitics. Black genocide. Primary Health Care.

LISTA DE FIGURAS

Foto 1 – Destruição do Morro do Castelo (1922)	62
Foto 2 – Morro do Castelo (destacado)	62
Foto 3 – Fotografia do Parque Proletário Provisório nº1	71

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Expansão Urbana do Centro do Rio de Janeiro (1769-2006)	39
Mapa 2 –	Mapa do Rio de Janeiro (1864)	40
Mapa 3 –	Relevo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2016)	44
Mapa 4 –	Mapa de 1906 (com os Morros do Castelo, do Senado e de Santo Antonio).....	44
Mapa 5 –	Mapa do Rio de Janeiro (1892)	44
Mapa 6 –	Mapa do Rio de Janeiro (1911)	45
Mapa 7 –	Mapa do Rio de Janeiro (1922)	45
Mapa 8 –	Estradas de ferro	49
Mapa 9 –	Linhas de Carris (Bonde) (1907-1946)	49
Quadro 1 –	Esquema de Testa (adaptado)	56
Mapas 10 a 13 –	Evolução urbana do Rio de Janeiro (1920-1980)	66
Mapa 14 –	Crescimento da mancha urbana Nova Iguaçu (1922-1959)	67
Mapa 15 –	Incremento populacional da Região Metropolitna (selecionados) (1950-1960).....	67
Mapas 16 a 18 –	Localização das favelas (1942, 1948, 1950, 1960)	68
Mapa 19 –	Taxa de aumento da população favelada (1950-1960)	69
Mapa 20 –	Conjuntos habitacionais construídos pelos Institutos de Previdência	69
Mapa 21 –	Zoneamento industrial (1938-1960)	70
Mapa 22 –	Deslocamento de Indústrias médias e grandes (até 1965)	70
Gráfico 1 –	Gráfico de densidade residencial comparada sobre mapa das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Londres e Nova York.....	78
Gráfico 2 –	Parte da renda total apropriada pelo 1% mais rico, Brasil (1927-2012).....	86
Mapa 23 –	Cidades-região, corredores urbanos e megarregiões (2009)	96
Mapa 24 –	Áreas de influência metropolitana (detalhe)	97
Mapa 25 –	Evolução histórica da região metropolitana do Rio de Janeiro (1975-2014)	97

Mapas 26 e 27 –	Arco metropolitano	98
Mapa 28 –	Mapa de uso do solo do município do Rio de Janeiro (2010)	99
Mapa 29 –	Densidade populacional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2010)	100
Mapa 30 –	Mapa racial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (por pontos)	100
Mapa 31 –	Mapa de rendimento nominal médio mensal da RMRJ (2010)	101
Mapa 32 –	Mapa ponderado de ocupações na RMRJ (2010)	101
Mapa 33 –	Mapa ponderado de níveis escolares na RMRJ (2010)	102
Mapa 34 –	Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano na região metropolitana do Rio de Janeiro por unidades de desenvolvimento humano (2010)	102
Mapa 35 –	Tipologia socioespacial da RMRJ (1980-2010)	103
Mapa 36 –	Trajeto dos BRTs e relação empregos formais/habitante por bairro	104
Mapas 37 e 38 –	Tempo médio de deslocamento de ida ao trabalho RMRJ e bairros selecionados do município do Rio de Janeiro (2010)	105
Mapa 39 –	Análise sócio-espacial dos "Clusters" Olímpicos	106
Mapas 40 e 41 –	Mapas com a localização de Unidades de Ordem Pública e UPPs.....	107
Mapa 42 –	Índice de qualidade do entorno dos domicílios urbanos (2010)	108
Mapa 43 –	Mapa de remoções e reassentamentos	109
Mapa 44 –	Acumulado de dias com denuncia de tiroteio 2003-2008 e localização das UPPs	117
Mapa 45 –	Homicídios por bairros de ocorrência e favelas em área de concentração de vítimas no município do Rio de Janeiro (2002-2006)	117
Mapas 46 e 47 –	Favelas dominadas por facções do Tráfico, Milícias e UPPs (2005-2010)	118
Mapa 48 –	Unidades de Polícia Pacificadora (2014)	119
Mapa 49 –	Análise dos conflitos no município do Rio de Janeiro (2012-2014) ..	120
Mapa 50 –	Mapa da quantidade de autos de resistência acumulados (2010-2015)	121
Mapa 51 –	Municípios com estabelecimentos de saúde sob sua responsabilidade administrados por terceiros (2014).....	125

Mapa 52 –	Áreas da cobertura da Atenção Primária gerida por Organizações Sociais, por Áreas Programáticas.....	126
Mapa 53 –	Localização de UPPs, UPAs, Clínicas da Família (2010).....	128
Mapa 54 –	Localização de UPPs, UPAs, Clínicas da Família (2013)	129
Mapa 55 –	Localização de UPPs, UPAs, Clínicas da Família (2016)	129
Mapa 56 –	Localização de UPPs, UPAs, Clínicas da Família e Centros Municipais de Saúde (2010)	130
Mapa 57 –	Localização de UPPs, UPAs, Clínicas da Família e Centros Municipais de Saúde (2016)	130
Mapa 58 –	Mapa da localização de Clínicas da Família, Centros Municipais de Saúde, unidades que atuam nas urgências e emergências, UPPs e Batalhões de polícia e principais transportes de massa (2016)	131
Mapa 59 –	Mapa da localização de Unidades de Atenção Primária a Saúde, unidades que atuam nas urgências e emergências, UPPs e Batalhões de polícia (2016)	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOPE	Batalhão de Operações Especiais
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EUA	Estados Unidos de América
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NASF	Núcleo de Apoio à Estratégia Saúde da Família
OS	Organização Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	PANTEÃO E GUERRA CIVIL	24
2	SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE SAÚDE E PODER	31
3	SOBRE METRÓPOLE E CAPITALISMO	35
4	O PREÂMBULO ESCRAVISTA DO RIO DE JANEIRO CAPITALISTA (1870-1891) E SUAS PERMANÊNCIAS	38
5	RIO DE JANEIRO, METRÓPOLE CAPITALISTA LIBERAL (1891-1930)	44
6	RIO DE JANEIRO KEYNESIANO-FORDISTA (1930-1980)	64
7	RIO DE JANEIRO NEOLIBERAL, PARTE I (1980-2007)	81
8	RIO DE JANEIRO NEOLIBERAL PARTE II: MEGAEVENTOS, CRISE MUNDIAL, PACIFICAÇÃO, GUERRA CIVIL (2007-2016)	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS	146

INTRODUÇÃO

Os cariocas e fluminenses tem vivido dias intensos nesta labiríntica imensidão urbana, tão difícil de conhecer. Múltiplas obras e intervenções modificam ruas, sentidos e vidas. Acontecimentos, naturais e sociais, corriqueiros ou catastróficos, permanentes ou pontuais, localizados ou generalizados, passionais e tecnocráticos, com impactos de diferentes graus e qualidades na vida cotidiana de toda população, seguem-se uns atrás de outros - entre elas modificações no sistema de saúde e o agravamento da situação de saúde com o advento de epidemias. Grande parte destas transformações são relacionadas, em geral, a realização de uma sequência de megaeventos principalmente esportivos, dentre os quais a realização dos primeiros jogos olímpicos na América do Sul, em 2016, serão o ápice. Porém a pergunta "o que está acontecendo aqui?" não encontra resposta fácil.

Primeiro, porque o "aqui" implica uma decisão. Se, rompendo um silêncio prolongado, disséssemos, repentinamente, sem preparações, "Rio de Janeiro", não ficaria evidente do que estamos falando, a que nos referimos. Seria a "maravilhosa" zona sul carioca, o município cidade-estado, o estado tão rico quanto um país? Ou a marca de um produto? O Rio da infância de quem? Pensar o Rio de Janeiro implica em decidir de que Rio de Janeiro estamos falando. Esta decisão é coletiva, se faz em um conjunto que se divide e se agrupa a cada resposta: a palavra Rio de Janeiro faz parte de um vocabulário político, sendo portanto objeto de conflito.

Para além de uma visão que assume (acriticamente ou por facilidades metodológicas) divisões burocrático-político-administrativas como delimitações suficientes, "Rio de Janeiro" designa neste trabalho uma metrópole capitalista extremamente complexa, um "complexo de complexos", um imenso conjunto urbano, um nó sócio-político-econômico dinâmico e relativamente integrado (ainda que fragmentado em diferentes circuitos econômicos), com múltiplas conexões regionais, nacionais e internacionais, onde hoje encontram-se 11 milhões das mais de 200 milhões de vidas brasileiras, aqui interligadas principalmente em torno dos nós de concentração de trabalho - os mesmos locais destinados aos eventos Olímpicos. Trata-se de uma metrópole que tem aproximadamente 150 anos em sua atual forma socioespacial (ABREU, 1988; GONÇALVES, Rafael, 2013; LESSA, 2001), que regula a vida de seus habitantes de modo extremamente desigual, através dos braços entrelaçados do estado e do capital (ARANTES, 2014; RIBEIRO, L., 2015).

O estudo das metrópoles é particularmente importante hoje, num mundo onde cada vez

mais gente vive em regiões consideradas urbanizadas, chegando a metade da população mundial (sendo aproximadamente 20% em metrópoles) (HAWKSWORTH; HOEHN; TIWARI, 2009). É também um mundo cada vez mais precário: um em cada sete humanos vive em situações precárias de moradia como aquela que historicamente encontramos nas comunidades do Rio de Janeiro (apesar das graduais melhorias ao longo das décadas, boa parte produzidas pelos próprios moradores), onde um em cada cinco moradores são moradores de favelas (BOTELHO, 2013, p. 170). Trata-se de um debate relevante, acerca da categorização das aglomerações urbanas no interior da geografia, chegando a assumir dimensões propriamente filosóficas como podemos ver no trabalho de Cunningham (2005), ou interdisciplinares, como nas pesquisas recentes de Nikolas Rose¹ - sem contar o caráter vital dela, considerando que vivemos nestas cidades que estudamos: o próprio pensamento parece manter uma relação com "plano de imanência" da metrópole capitalista (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 144).

Esta dissertação tem origem em minha experiência de trabalho como psicólogo na desigual cidade do Rio de Janeiro: na Estratégia de Saúde da Família no Complexo do Alemão e da Penha, em atendimentos no Centro e como acompanhante terapêutico, circulando principalmente por Ipanema. Do ponto de vista intelectual, em estudos realizados sobre a concepção de poder em Foucault, sobre as concepções político-filosóficas em Chatelet e sobre os marxismos, em especial no debate em torno do estado. Também decorre da militância política pela saúde de um ponto de vista anticapitalista, além, é claro, do fato de viver na cidade que tomo como objeto.

A temática, a meu ver, exige uma mínima autocrítica, ou seja, pensar meu lugar discursivo, pois, enquanto morador do Rio de Janeiro, nada do que possa dizer é imparcial, arriscando a soar panfletário (e portanto fora do jogo de linguagem acadêmico). Este "exercício espiritual" de refletir sobre si mesmo, prática ético-política presente na filosofia e religião, aqui se resumirá a mera exposição daquilo que Deleuze chama de mapa político de um indivíduo, identificando nele os aspectos que poderiam interferir no texto². Trata-se de uma investigação de um homem branco oriundo de bairro "suburbano" (Cachambi), "pequeno-burguês" (profissional de saúde com ensino superior, realizando especialização -

1 Conforme palestra realizada em 14 de outubro de 2014, na UERJ, "Mental life in the metropolis: urban brains, urban lives and the embodiment of urbanity" (informação verbal).

2 Deleuze entende um indivíduo como uma configuração de acontecimentos, um campo de singularidades interrelacionadas, por exemplo, quando cita a frase de Chatelet: "recebi uma educação pequeno-burguesa, fui influenciado por Hegel, vivi um desses períodos históricos que fazem adoecer qualquer alma um pouco sensível" (DELEUZE, 1999, p.43).

existem pouco mais de 71000 mestrandos e doutorandos no Brasil), psicólogo formado em universidade pública de forte influência francesa (a epistemologia francesa, Lacan, Foucault, Deleuze, Latour etc), que já passou pelo Exército (como estudante da carreira de oficial), que respondeu a processo por porte de droga (pequena quantidade de maconha), militante da saúde, comunista, em processo de exaustão (estresse).

Deve-se ter em mente que o presente estudo, desempenhado com bastante liberdade e mesmo indisciplina, foi, no final das contas, uma desculpa pessoal para saciar uma dúvida acerca da evolução concreta da saúde e do poder na cidade relacionando-o a seu desenvolvimento político-econômico. A decisão de estudarmos uma metrópole - por mais que nos concentremos na parte ocidental da Baía de Guanabara e em seu núcleo - procura articular uma concepção de saúde ampliada e de determinação social da saúde a uma visão político-filosófica pautada pela história e geografia. Para tal, utilizaram-se procedimentos da história do presente e geografia do poder, que permitem mostrar os nexos entre a conformação urbana, os meios de dominação/produção de consenso e organização econômica capitalista, com interessantes implicações político-filosóficas acerca dos mecanismos de poder que interferem na conformação de uma sociedade em permanente conflito.

Do ponto de vista histórico, geográfico e político-filosófico, há inúmeras lacunas que impedem uma visão de conjunto concreta da evolução dos mecanismos de estratificação social, das ferramentas de engenharia social, dos dispositivos de poder e dominação que incidem sobre a população – buracos que se transformam em verdadeiros *canyons* quando o tema são as áreas mais pobres, favelas e periferias. A importância deste estudos tanto para os campos acadêmicos, em particular para a saúde coletiva (ou ao menos para a parte dela que considera a história o elemento central para pensar a organização do sistema e busca pensar a saúde de um ponto de vista ampliado, não-setorial), quanto para o estabelecimento de estratégias e táticas para enfrentamento das questões discutidas parece profícuo - sem contar o benefício social que as narrativas históricas proporcionam para a informação, politização e conscientização da população sobre o conjunto ao qual pertencem. Se o resultado de nossas pesquisas e as reflexões proporcionadas servirem como esboço ou introdução a uma visão mais ampla e concreta sobre a inserção da saúde coletiva no interior do capitalismo brasileiro estaremos plenamente satisfeitos.

Como sustentou Weber (2011) ou Pinto (2010), o conceito foucauldiano de biopoder e a grade conceitual a ele relacionada pode ser usado compreender, ao lado de outras políticas sociais (por exemplo, o Bolsa Família) e penais (por exemplo, a crescente militarização das polícias), o Sistema Único de Saúde (SUS) e sua Estratégia Saúde da Família (ESF) (bem

como sua privatização, seus complementos e suplementos privados) não como proposta ideopolítica a ser buscada, mas como exercícios de dominação e poder (e as resistências que suscitam) estabelecidos a partir de múltiplas instituições e intervenções, em determinados territórios, visando determinadas populações, integrando uma rede de relações sociais entre distintos grupos socio-político-econômicos. Por vezes tal perspectiva enseja uma visão fatalista, esmagadora, sem escapatória, que confunde aqueles que militam e pensam, fazendo-os esquecer que se trata sempre de uma resultante do embate entre forças políticas. Para que evitemos esse risco, deixo registrado que aqui jogaremos os holofotes nas condições de dominação e não de emancipação da população dividida em classes, ou seja, em sua maior parte resultados que, por sua ambiguidade (não excluem avanços civilizatórios, mesmo que muitas vezes letra morta da lei), podem parecer desfavoráveis pela narrativa e, se realmente o foram, não foram sem luta pesada, heroica.

O que significa pensar o sistema de saúde brasileiro (incluindo obviamente o SUS) como exercício de poder sobre a população, como condição de dominação de classes sobre classes, neste estado capitalista plutocrático, autocrático, nesta sociedade profundamente desigual, estudando o Rio de Janeiro como caso? Com vistas a responder a esta inquietação, ao invés de "assumirmos" a posição foucauldiana - que para nós não se presta muito a isto, "ser assumida", pois faz questão de ser datada e localizada - preferiria tensioná-la, posto que inúmeros autores dedicaram-se ao tema e ao debate. Mais precisamente, quero me aproximar do tenso embate existente entre as diversas matizes de Marx(istas) (IASI, 2002; MASCARO, 2013) e Foucault(ianos) (AGAMBEN, 2015; CAVALLETTI, 2010; FAHRI NETO, 2010; LEMKE, 2011) sobre as relações de poder e dominação em seus múltiplos aspectos: o papel dos nexos interindividuais, grupais, classistas, estatais na arquitetura e engenharia destas relações, as confusões acerca das imbricações, paralelismos e desconexões entre micro/macropolítica e as relações socioeconômicas, entre diferentes visões da história. Este debate, no limite da filosofia, não poderá ser evitado.

Cabe ainda não esquecer que o próprio conteúdo das transformações em andamento na "#cidadeolímpica" também coloca a questão do poder. Se levarmos a sério tanto as falas dos protagonistas quanto de seus críticos (como veremos) da sólida coalizão política dentro do "estado", com apoio do "mercado" - difícil não lembrar aqui das considerações gramscianas sobre o bloco histórico e o estado ampliado (COUTINHO, 2007, p. 187) ou dos "aparelhos privados de hegemonia" de que nos fala Fontes (FONTES, 2010) -, que articula políticas sociais e repressivas e reorganiza a cidade, talvez realmente seja um momento único, mágico, uma "hora da virada" também para aqueles interessados em estudar como o poder sobre uma

população se configura – orientado por que forças, através de que diferentes estratégias e táticas que se reforçam, anulam ou chocam, produzindo estranhas resultantes, servindo-se de variadas ferramentas, voltado contra diferentes inimigos, encontrando que obstáculos e desvios, operacionalizado e enfrentado por grupos sociais conflitantes - afastando alguns preconceitos, trocando ou limpando os óculos que nos ajudam a ver.

A história do presente, enquanto possibilidade de investigação histórica (e, como toda investigação histórica, imersa em disputas políticas), coloca a questão do poder em cena. Desnecessário lembrar que, escolhendo um ponto de vista passível de (auto)crítica, este texto, como todo aquele que trata do presente, embora procure se alicerçar em investigações e estudos validados tanto social quanto epistemologicamente, de variados matizes, sempre versará sobre pistas, tendências (COUTINHO, 2007, p. 237), hipóteses, no sentido lógico-filosófico amplo da palavra: o oposto de categórico. Sem perda significativa, deixo ao leitor, caso prefira, a operação mental de substituir as afirmações, constatações, demonstrações e outros "positivismos" que me escaparem por expressões mais sedutoras e convincentes, pois quando falo do presente ele já passou, e não há senhor do tempo que não seja destronado.

Do mesmo modo, meu ponto de apoio, a geografia, também o coloca a questão do poder: vale lembrar, ela “serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” (LACOSTE, 2002), guerra que implica e explica a política – consideração que marca o pensamento político europeu-universal, já presente nos escritos do século XVI de Maquiavel, consagrada por Clausewitz (CHÂTELET, 2000; CHEVALLIER, 2006). Seguiremos os geógrafos que constroem pontes entre estas disciplinas, tematizando o poder (CLAVAL, 1979; HARVEY, 1998; LEFEBVRE, 1976; RAFFESTIN, 1993; SANTOS, M., 2008).

Nossas escolhas teóricas são relativamente abertas, indicam mais campos em disputa, caminhos a seguir, que afirmações e decisões categóricas. Preferimos, pela prudência própria ao início de uma viagem, fincar um ponto de partida, onde um certo conjunto de referências teóricas são obrigadas a discutir com outras, apesar de já termos escolhido que estrada seguir. Assim, optamos por seguir o trajeto da história do presente, da geografia histórica, do poder enquanto organização do espaço e das organizações que operam no território e a saúde ampliada como concepção fruto de um processo histórico de medicalização – verdadeiros campos de batalha no qual entramos por conta da cidade em que vivo, trabalho, estudo e luto.

A abordagem teórica de que me sirvo considera os sistemas de bem-estar social (e os investimentos em saúde) como um dos vetores da "estratificação social", resultante dos acordos e conflitos entre as classes que a compõe (ESPING-ANDERSEN, 1991, 1995; IANNI, 1972, 1981). Essas classes estão em uma metrópole capitalista que aprofunda a

separação socioespacial, e regula a desigualdade social em níveis toleráveis com um misto de ações penais e políticas sociais. Tal metrópole aprofunda a separação social de suas classes ao mesmo tempo que recentemente diminui indicadores de desigualdade - melhorias bastante relativas dado abismo que separa os mais ricos dos mais pobres, um dos maiores do mundo (MEDEIROS; SOUZA, P., 2015) pelo menos dez vezes maiores que a crescente desigualdade europeia que assusta os economistas burgueses como Piketty (2004, p. 18) - e melhora indicadores de saúde buscando diminuir alguns de seus "compromissos pendentes" de décadas (MUÑOZ, 2010, p. 231) - promovendo futuramente redução ou limitação de gastos crescentes no setor público e privado decorrentes, entre outros fatores, pela devastação provocada pelo impacto de uma alimentação baseada em produtos, cujo efeito principal foi o aumento da obesidade, hipertensão e diabetes, agravos considerados prioritários pelo Saúde da Família. Tais melhorias vem acompanhadas de recrudescimento da violência estatal e modificação da dinâmica da guerra civil/genocídio negro em curso. As melhorias em andamento - expressas por exemplo em indicadores de saúde e de criminalidade -, longe de ser avanços civilizatórios são a face contemporânea da manutenção da barbárie cuja forma criada na ditadura do grande capital permanece e parecem preparar novas etapas da mercantilização e militarização da vida (NETTO, 2010, 2012).

Sem pretensão a dizer nada mais que *banalidades* e apenas reunir um conjunto de generalizações feitas por outros - com algumas derrapadas mais inflamadas ou especulativas -, oferecemos aqui o esboço - a lápis, em preto e branco - de uma narrativa histórico-geográfica sobre como a saúde participa de um sistema de poder. A proposta original era narrar como, no cenário de reestruturação sócio-urbana acelerada da metrópole do Rio de Janeiro Olímpico, as intervenções no âmbito do setor saúde participam da reorganização das tramas de poder vigentes, com foco nas áreas ditas "pacificadas", entre 2008 e 2015 (entendendo esta reorganização socioespacial, que inclui ações dirigidas explicitamente a saúde e doença, como exercício de poder e dominação entre agrupamentos sociais marcadamente desiguais, de cunho imediatamente político-econômico, que suscitam revoltas e resistências). Este objetivo geral foi, por minha própria confusão, alterado para uma narração da gênese histórico-geográfica das relações de poder ao qual estão submetidas as áreas hoje pacificadas, procurando inter-relacionar algumas séries históricas, ressaltando a simultaneidade dos acontecimentos e a justaposição geográfica deles no diagrama socioespacial carioca-fluminense.

Sem dúvida, a amplitude de tal decisão ético-política e teórico-metodológica – uma decisão, entre outras possíveis, embora esta nos pareça crucial – torna difícil sua

operacionalização – até pelo caráter de urgência que o conteúdo do problema implica. Mas difícil não é impossível ou inviável: em primeiro lugar é preciso querer. E sabemos que as tarefas deste empreendimento – um pouco louco, é preciso dizer – não podem ser realizadas solitariamente, sob pena de adoecimento.

Apesar do horizonte, nossa contribuição pretende ser, afinal de contas, bastante limitada: fornecer o traçado geral da organização sócio-urbana, a partir do acompanhamento das intervenções e reflexões em andamento, buscando sua(s) lógica(s) (se é que há), investigando suas (ir)racionalidades, tarefa preliminar a um empreendimento histórico. Buscaremos, como numa engenharia reversa, as estratégias e táticas da (re)organização espacial, a partir das práticas de governo das populações, práticas que incluem intervenções territoriais, direta ou indiretamente repercutindo socioeconomicamente.

Por conta de exigências acadêmicas na forma do texto, os diversos capítulos devem ser entendidos como seções de em um capítulo único, cada qual sendo entendida conceitualmente como um "parágrafo", no sentido etimológico, como marcações "das diversas partes do coro (na tragédia) ou da parábase (na comédia)", alíneas que complementam ou acrescentam uma exceção a uma perspectiva geral, ou como estas partes podem ser lidas separadamente, com variável perda de sentido. Estes "parágrafos" colocando lado a lado perspectivas distintas, as vezes ressaltando pontos de encontro, outras vezes apresentando campos problemáticos - discussões, polêmicas, contradições etc -, que, evidentemente, não serão resolvidos aqui, mas que, malgrado nossa preferência narrativa, servem de indicativos de *incêndios*, incluindo alguns alarmes falsos, provocados por efêmeros coquetéis molotov disparados no meio de uma escolástica ou outra. O andar geral destas diversas seções, iniciando com observações mais gerais, será cronológico, seguindo desde os primeiros indícios da emergência da cidade liberal em torno do ano de 1870 até a crise inerente a cidade neoliberal do presente, que servirá de conclusão.

Ressalvas e reticências são necessárias antes de começar, pois, para evitar maiores frustrações, apesar da perspectiva promissora, nossos resultados demonstram-se um fracasso: mal chegamos a um esboço da introdução do que gostaríamos. A esfinge carioca nos engoliu, restando apenas um conjunto de carne, alento e guia completamente esgotado. Arriscamos aqui realizar um discurso confuso, cujas correções seriam tantas que talvez fosse melhor começar de novo. Como consolo, a divisão em aspectos elementares de temáticas interconectadas, ainda que uma possível mal articulação entre elas tenha ocorrido, facilitaria a reescrita, este eterno recomeçar próprio a atividade intelectual, considerando que ela passa não apenas pelo aprendizado individual, mas pela educação coletiva. E se, em última caso, o

texto for incorrigível que pelo menos a chama que o moveu (e que o consumirá) sirva para nos aquecer.

1 PANTEÃO E GUERRA CIVIL

Para os povos helênicos que viviam no Mediterrâneo e Egeu no período da idade antiga ou clássica (entre o XIII e IV a.C.), Olimpo, ou Monte Olimpo, a mais alta montanha da região hoje conhecida como Grécia, era o lugar sagrado onde, em um palácio de mármore ou cristal, em perpétua festa, moravam, a depender da fonte, dez, doze ou treze dos deuses gregos, sob comando (*hegemonia*) de Zeus (após derrubar seu pai, Cronos). A melhor expressão de sua força material é a prática social dos Jogos Olímpicos em sua homenagem, iniciados em 776 a.C., que ocorriam a cada quatro anos e tinha uma função unificadora e estruturante do calendário de toda Helade, fundando o tempo e servindo de ocasião para tréguas das frequentes guerras internas e externas que ocorriam na região, demonstrando a complexidade das relações entre diferentes povos e culturas. Os melhores jovens cidadãos da região e estrangeiros, de almas e corpos bem exercitados por uma educação pautada pela excelência, nus, banhados em azeite, corriam, lutavam, jogavam em honra a Zeus, numa planície escolhida e preparada para tal - em geral próximo ao templo de Olimpia (que, como todo templo, exercia uma função financeiro-religiosa). Realizava-se uma apoteótica escolha dos melhores entre os melhores pelo "juízo de Zeus" da disposição para a luta (*ágon*) dos concorrentes, em honra ao poder patriarcal unificador do mais poderoso de todos, o deus-pai (democrático ou aristocrático), assassino de seu tirano pai, o raio destruidor e herdeiro da Prudência - jogos cuja participação e audiência era proibida as mulheres, sob pena de morte (reza a lenda que a única vez que uma mulher ousou desobedecer foi absolvida). Em 392, o imperador romano convertido ao cristianismo Teodósio I proíbe todas as festas pagãs, incluindo as Olimpíadas; em 426, o imperador romano Teodósio II, mandou queimar o Templo de Zeus e mais alguns edifícios para garantir o fim dos Jogos - este foi o *último ano*.

A título de exemplo privilegiado, o Panteão - o conjunto mais ou menos aberto dos deuses de diversas regiões (estrangeiros "sincretizados" ou autóctones), buscando integrar classes e unificar as culturas da Helade (uma espécie de preparação para o monoteísmo, seguindo as indicações de Pierre Hadot), expresso no Olimpo - tem por correlato socio-político-econômico a liga de cidades-estados ao qual os Atenienses estavam a frente durante os trinta anos do "século de Péricles", no século V a.C. (quando floresce um pensamento múltiplo e original). Ele expressa, na luta interna, a vitória da democracia escravista dos cidadãos livres sobre a aristocracia escravista e, externamente, a vontade "imperialista" (inicialmente defensiva), dirigida por Atenas, dos diversos povos da Helade, ligados por laços

de sangue ou culturalmente, por tradição.

Trata-se de uma sociedade onde a guerra civil é um pilar: chamam-na *stasis*, a odiada guerra dentro da família (*oikos*), que faz do irmão um estrangeiro, mas também a pulsão unificadora que faz da cidade (*polis*), uma unidade familiar superior (efetivada por um poder de autoridade coletiva) - como Zeus, que mata o pai mas constitui uma nova família artificial, a fraternidade no Olimpo; ou a história de uma cidade grega na Sicília no século III A.C., na qual a guerra civil foi neutralizada com a produção de famílias por sorteio (adaptação inusitada da ancestral tradição de resolver a guerra com um casamento). Conforme uma das leis de Sólon (um dos vinte e dois do grupo conhecido como "sete sábios gregos", versão terrestre do panteão), aquele que não tomar partido de um dos lados durante a guerra civil perderá seus direitos políticos, ficando restrito a vida familiar – justamente o importante foco da guerra civil. A *stasis* faz da cidade uma família ao mesmo tempo que politiza o cotidiano familiar. Inventam-se ainda a anistia: passado o conflito, a obrigação do esquecimento, de "lembrar apenas das coisas boas". Essa guerra civil é constitutiva: Zeus, avisado que sua filha lhe destronará, rapidamente engole a mãe ainda grávida. Fortes dores o obrigam a abrir sua cabeça de imortal com o machado de Hefesto, de onde sai Atena - e assim por diante.

A primeira vista, nada parece mais anacrônico e fora de lugar que considerar o Rio de Janeiro do século XXI, entre a decadência neoliberal e renovação liberal, uma sociedade em latente guerra civil ou onde se pratica um genocídio racista da população negra, um Olimpo - sem dúvida mais próximo do submundo do Hades, com seu sangrento Aqueronte sendo desviado, seu cão de três cabeças acorrentado a grandes conglomerados econômicos, seu Hades-Exu e sua Perséfone-Maria. Pensando melhor, há uma espécie de panteão carioca-fluminense: em contraponto a maior quantidade proporcional de ateus do país, temos uma estátua de um Oxalá/Cristo redentor no Corcovado desde 1931 (de costas para os subúrbios, periferias e favelas, de frente para a Baía que transformou o pântano em porto), uma rainha do mar Iemanjá/Nossa Senhora em Sepetiba desde 2009 (celebrada direta e indiretamente pelos milhões em Copacabana a cada "*reveillon*"), cidade de Ogum/São Jorge desde a liberação de seu culto em 1869 (demonstrada a cada 23 de abril pela chuva de fogos), cidade dos guerreiros perfurados como seu patrono São Sebastião.

Em 2015, no Rio de Janeiro rumo aos jogos olímpicos modernos (reiniciados há pouco mais de um século, um dos maiores eventos publicitários-midiáticos-turísticos da atualidade), os moradores do Complexo do Alemão pacificado - aproximadamente cem mil pessoas - vivenciaram mais 190 dias com tiroteios (SUSSMAN, 2015), em diversas partes do mar de cimento, tijolo e concreto que recobre boa parte da Serra da Misericórdia - tiroteios

reiniciados, de forma mais ritmada, durante a "festa da democracia" de 2014. No mesmo ano, durante um confronto no Complexo da Maré - que havia sido ocupado pelo exército por catorze meses e sai, na metade do ano, ao som do grupo de pagode Fundo de Quintal tocado por um carro blindado, sem que tivesse sido implementada uma Unidade de Polícia Pacificadora -, uma granada explode na frente da unidade de atenção primária (equipamento coletivo do projeto de "reforma da atenção primária a saúde" em andamento). Neste mesmo ano, indo para um aniversário de uma amiga em Madureira, entrando na favela cuja facção criminosa com domínio territorial estava em guerra com outra próxima, de carona no carro de um casal grávido, um "soldado do morro" fazendo a ronda na garupa de uma moto, fecha a rua e aponta o fuzil de última geração em nossa direção.

Em um mundo onde conflitos entre estados diminuem (mantido sob quase monopólio norte-americano e aliados com sua máquina de guerra constantemente ativa desde o fim da guerra fria) e as guerras civis proliferam (basta pensar no centro da África, no Oriente Médio e no Paquistão e Índia), a guerra civil não-declarada/ genocídio negro - que emergiu em terras carioca-fluminenses em torno de 1986, paralelo ao advento da nova república (1985), e tem se aprofundado após o período de encerramento da guerra fria (1989-1991), chegando a espalhar-se nacionalmente nas décadas seguintes - entra em nova fase. Desde o período pré-crise mundial, ocorrem mudanças nos domínios territoriais e na dinâmica do conflito, primeiro com o recrudescimento da violência do estado (em seus três níveis) aliado a táticas de "contra-insurgência" (que incluem investimentos em políticas sociais) e a participação crescente de aparelhos privados de hegemonia (as milícias e os "bairros-presentes", com fortes ligações político-econômicas), de forma cada vez mais ativa e sistemática.

Sabemos o quanto essa interpretação, "guerra civil/genocídio negro", tão categórica, é questionada, quando não ignorada como "exagero não-científico" - nestes casos, é impossível não levar em consideração o lugar de "quem fala" -, sendo preferível usar outras mais ou menos coerentes ou válidas, como violência urbana, sociabilidade violenta, metáfora da guerra, múltiplos homicídios, genocídio simbólico e mesmo guerra aos pobres, racismo de estado, fascismo, estado de exceção etc (em alguns casos alternativos, a avaliação piora). Da mesma maneira, podemos duvidar que as políticas sociais funcionem como contrapeso ou parte tática da opressão, repressão, dominação, submissão, separação - que elas sejam, por exemplo, aquelas "válvulas de uma panela de pressão" evitando a tão falada "situação em níveis explosivos", para usar uma metáfora recorrente, ou conceitualizadas como, por exemplo, como reformas contrarrevolucionárias - porque sabemos que são demandas históricas e conquistas sociais, resultado de conflitos ideopolíticos entre classes (tanto quanto

a própria democracia que viabiliza a luta por direitos institucionalizada) ou mesmo consensos em coalizões de classe. Ainda assim, se considerarmos, como Hegel, que a teoria está sempre em atraso, descolorindo a vida, podemos reivindicar ao menos a possibilidade do novo, a revisão do consagrado, a eventualidade do erro e experimentar enxergar de outra forma, um seríssimo exercício de pensamento, desnaturalizando certezas. Isso não é desprezar que os únicos que tem fibra pra mudar uma situação tão violenta como essa são os milhões de trabalhadores que as vivenciam e seus aliados.

Esse novo ato, assim como os precedentes, desta tragédia - literalmente, como demonstram os dados cruzados com maestria sobre os atos precedentes por Daniel Cerqueira (CERQUEIRA, 2012) ou os relatos da mãe-Antígona que luta para enterrar seu filho (MENDONÇA, 2014) - faz parte de um contexto de crise maior, de múltiplos aspectos e de diversas amplitudes que se aglutinam, anulam e retroalimentam. O contexto socio-geopolítico-econômico geral desta nova etapa da guerra/genocídio pode ser demarcado a partir da simultaneidade e encadeamento de acontecimentos a partir de 2007 até final de 2014, dos quais destacamos: fortalecimento da China como grande parceira político-comercial brasileira (exportações e importações, ativação do BRICS) em período de alta do superciclo de *commodities*; legitimação política, através de medidas sociais-liberais, da "democracia de cooptação" (IASI, 2015; MARQUES, 2015), apaziguando o sistema político-partidário do "presidencialismo de coalizão" (agrupado em duas grandes coalizões); desencadeamento da maior crise mundial da história em 2007-2010, culminando em eventos dramáticos em 2008-2009, chamada "grande Recessão" (terminada ou estrutural, os efeitos dela perduram), ponto de inflexão para intervenções econômicas "heterodoxas" (inclusive no Brasil); fim do ciclo econômico e do superciclo de *commodities* (em particular dos preços do petróleo, diretamente associado as guerras civis no Oriente Médio iniciadas a partir de 2011 e reação a novas formas de extração, entre elas a descoberta do pré-sal); perda de legitimidade política (as sequências de manifestações iniciadas a partir de 2013 como expressão local da crise urbana em cidades que passam por transformações neoliberais, diretamente associada a realização de megaeventos), polarização e posterior fragmentação das coalizões políticas e conflitos entre frações de classes dominantes, culminando no redirecionamento político-econômico ortodoxo (do neoliberalismo ao liberalismo *tout court*), atrelada ao fechamento das economias em cenário de reorganização do sistema capitalista globalizado (multiplicação de escândalos de corrupção, encerramento dos *offshores* e repatriação em diversos países), crescimento do conservadorismo e reacionarismo (a nível mundial), recrudescimento da repressão jurídico-policia-militar - para ficarmos nas mais gerais. Todos estes aspectos gerais críticos confluem

para mais uma atualização da "grande transformação" e seu moinho satânico na metrópole do Rio de Janeiro, que se reconfigura, iniciando mais um ciclo de expansão violenta.

A sugestão de Netto (2010, 2012), consonante em muitos aspectos aquela de autores como Wacquant (2010), é de que, no trato desta questão, por conta desta crise mundial de múltiplas fontes (estrutural ou, acrescentamos, cíclica), característica do atual estado de coisas, o capitalismo exacerba suas características destrutivas e esgota as potencialidades progressistas, mostrando a face contemporânea da barbárie, representada pela militarização da segurança pública - mantendo a cidade em um estado de guerra permanente -, compensada por políticas sociais mínimas focalizadas (seja na habitação, assistência social ou na saúde).

É preciso dizer que a civilização do Capital (como toda civilização digna desta qualificação até agora existente) é inseparável da produção de sua própria barbárie, nomeada neste caso, em geral, "questão social", materializada, entre outras caracterizações que podem ser consideradas fundamentais, na criação e (re)produção de favelas e periferias. Esta forma urbana mantém verdadeiros campos de refugiados, elemento material da manutenção do "exército industrial de reserva", sob um estado de exceção permanente, estabelecendo patamares de desigualdade e racismo próprios ao escravismo no regime do assalariamento (que vivenciou uma atualização no terço final do século XX, na sequência de transformações no sistema-mundo, se tornando verdadeiras trincheiras graças as melhorias na infraestrutura, sua incorporação parcial ao tecido urbano, substituindo em grande parte as construções de madeira por cimento, semi-saneamentos etc).

Assim, para que a alusão não soe completamente despropositada, entre os jogos olímpicos gregos da antiguidade e os capitalistas mundiais de hoje, instalados temporariamente no Rio de Janeiro, malgrado suas aberrantes diferenças (aqueles marcam tréguas, os nossos guerras), recordemos a tradição, há uma pedra de toque: a barbárie. Os gregos (e seus deuses) do período clássico, que nossa "civilização" capitalista não cessa de fazer a apologia e que ousa reconhecer sua origem, não foram mais que o *estágio superior da barbárie* (ENGELS, 1981, p. 221). Ironicamente, a invenção do termo, "barbárie" foi feita pelos próprios gregos, uma onomatopeia do som de pássaros, para designar (pejorativamente por vezes, mas não necessariamente) aqueles que estavam mais próximos dos animais (tendo a chama divina apagada ou enfraquecida) por não falarem o grego arcaico vigente (materialização do *logos*, a capacidade de falar com sentido e condição do pensamento do ser e da ação correta, causa última autoatribuída da riqueza e do poder daquela civilização). Considerando a riqueza cultural do mediterrâneo (um exemplo ilustrativo: embora os gregos tenham inventado a filosofia, os filósofos eram originalmente estrangeiros), a ideia de

barbárie expressava um mero preconceito autoafirmativo depreciativo do diferente ou uma distinção puramente descritiva; por outro lado, ao valorizar um "espírito" que tende a romper os laços da tradição com sangue fraterno, ao centrar-se em um "repertório sociocultural" que busca salvaguardar a orgulhosa consciência de sua própria identidade (de seu desenvolvimento tecnológico, suas instituições, suas maneiras de viver etc), amplia-se a capacidade de integração e incorporação: abrem-se as portas do universalismo, tanto mais triunfante quanto mais o domínio geopolítico-econômico grego declinar e se permear de novos valores - tal qual posteriormente a ruptura cristão no seio do judaísmo e a conquista e derrubada de impérios pelo Deus único que se seguiu. Assim nascem os espectros.

Em nossos tempos, ou seja, do final do século XIX para cá, quando a cidade do Rio de Janeiro em transformação capitalista irá, por influência e apropriação europeia, tal qual a Argentina de Sarmiento, opor "civilização ou barbárie" (ou quando o exemplo de Rosa Luxemburgo na Alemanha revolucionária de 1918-19 tornará mundialmente célebre a correção disjuntiva de Engels "socialismo ou barbárie"), trata-se ainda desta divisão unificadora, que assemelha-se ao que acabamos de recuperar sobre a permanente guerra civil grega. Hoje, e mesmo com as intensas transformações ocorridas nos últimos 40 anos em tempos de poder global ou capital-imperialismo, ainda é a Grécia, que inspira parte da retórica e prática do tardo-capitalismo e de seus opositores.

Deste modo, não é de todo despropositado considerar o Rio um Olimpo, na medida em que todo Olimpo traz junto consigo implicitamente uma sociedade da barbárie e da guerra civil. Nesta reflexão encontro o *leitmotiv* (motivo condutor) da investigação: buscar, no estudo da constituição histórico-geográfica dos mecanismos de poder (em dois polos, a segurança e as intervenções sanitárias) de uma metrópole, como a barbárie instaura-se no seio de uma civilização capitalista (agitada por um guerra civil, latente ou não), a luz da grade conceitual de um filósofo francês do pós-guerra, tomada de forma crítica.

As sisudas "referências teóricas" e tópicos similares tem seus momentos poéticos: as metáforas com animais, por exemplo. Trata-se de uma verdadeira tradição na filosofia, desde o cínico Antístenes e seu cachorro no século III a.C. até os carrapatos deleuzianos do século XX. Podemos citar recentemente, servindo aqui apenas de contraste, as orientações teórico-metodológicas das formigas de Latour - metáfora, reforçada pela abreviação em inglês da proposta do francês (Actor-Network Theory/ANT, teoria do ator-rede/"formiga"), utilizada para referir-se o caráter autocentrado, modesto, de escavação lenta e laboriosa, ignorando a totalidade, buscando "reagregar o social", que indica perfeitamente o tom ético-político de sua proposta de investigação (LATOURE, 2012).

Aproveitaremos a ocasião olímpica para alusões aos deuses da antiguidade, não apenas por preferência, estilo ou estética, mas coerente com a exacerbada (a-)religiosidade carioca-fluminense: consagramos esta *strategemata* a Palas-Atena, nossa homenageada. No Olimpo carioca, na ausência de uma coruja de Atena para nos guiar neste Rio de Janeiro, resta-nos o urubu, que carrega a noite em suas penas. O bando de urubus, figura da morte em pleno dia, a espera da decomposição dos vivos, ficando com os restos, serve de reposição para a imagem clássica da coruja de Atenas. Ao contrário daquela, alça voo bem antes do entardecer, em bandos, com o Sol a pleno se preciso, recolhendo os restos recentes das transformações em andamento, a procura de carniça, olhando a cidade do alto, porém em detalhe, graças a uma visão acurada, silencioso, mestre do voo, planando sobre o ar quente da cidade, atentos as mudanças bruscas no vento. O voo do nosso urubu busca aliar a virtude geográfica da representação gráfica de uma totalidade à consciência histórico-mundial. Até porque a totalidade parcial de que se trata aqui - a multifacetada interconexão de milhares de vidas numa das regiões relativamente mais desenvolvidas do globo, imersa em um campo de imanência da mercadoria - só pode ser vista do alto.

2 SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE SAÚDE E PODER

A transformação do território, a organização do espaço urbano (o que inclui a disposição espacial e arquitetônica de diversas instituições e o domínio territorial armado) e seus efeitos na distribuição e circulação das populações e dos fluxos, é, há séculos (particularmente após a emergência do mercantilismo e do capitalismo), uma maneira de exercer poder. Se por um lado encontramos evidentes implicações econômicas, mesmo para as análises mais superficiais, por outro lado, coloca-se também uma vontade de governo das condutas individuais e da população, por meios *ao mesmo tempo* violentos, coercitivos e consensuais, representado em diversas formas de consciência prática – de planos arquitetônicos a manuais de atuação –, vinculada a estratégias de controle da reprodução social.

Para compreendermos o horizonte polêmico desta perspectiva sobre as profundas relações entre organização espacial e domínio político, um breve desvio. Inspirado por debates com o arquiteto Bernardo Secchi, Cavalletti em sua "cidade biopolítica" (2010, p.7-8), estudo filosófico sobre as imbricações entre população e espaço que permitem refletir sobre as relações entre urbanismo e política, recorda uma célebre frase do teórico nazista Carl Schmitt (cujo debate com Walter Benjamin - conforme recuperado por Agemben em seu conjunto de estudos intitulado Homo Sacer - influenciará as "teses sobre a história" deste último): "não existe ideias políticas sem um espaço ao qual sejam referíveis, nem espaços ou princípios espaciais aos quais não correspondam ideias políticas". Foucault, em sua entrevista com geógrafos intitulada "O olho do poder" (FOUCAULT, 2001, p. 190 apud CAVALLETTI, 2010, p. 9), propõe-se com radicalidade próxima: "escrever uma história dos espaços que seja *ao mesmo tempo* uma história dos poderes". A menção a Foucault - cuja tentativa de leitura realizei previamente (MATTOS, A., 2015) (trabalho que em nossa atual avaliação, merece correções, posicionamentos mais claros e críticos) - é importante para nós, na medida em que seu pensamento passa tanto pelas temáticas da história do presente quanto da geografia do poder, inspirando autores destes campos, como Veyne e Raffestin.

A organização do espaço como exercício de poder, diretamente ligada aos impasses e avanços do desenvolvimento político-econômico, historicamente, no período de transformação capitalista do mundo, apresentou um vetor: a medicalização da vida, ou seja, a organização e elaboração, por diferentes grupos, de uma determinada forma da saúde/doença através de equipamentos coletivos distribuídos no território, operacionalizados pela formação

de saberes e conhecimentos, no qual sem dúvida a medicina foi – e ainda é – um grupo central (FOUCAULT, 2008a, 2008b). Entretanto, não houve proposta de intervenção na saúde que não fizesse parte de um projeto mais amplo, de uma determinada maneira de conceber a sociedade e de se inserir nela: ainda que inconsciente, uma concepção da organização da sociedade, um processo civilizatório - ou "descivilizatório", na provocação de Wacquant (WACQUANT, 2007 apud FALETTI, 2010, p. 77) - numa certa direção, uma maneira de dispor dos meios econômicos e políticos, favorável e contrária a certos grupos e classes sociais³, que interfere na estratificação social, parte de (na falta de melhor palavra) uma gigantesca maquinaria de "engenharia social", sendo um dos vetores de um determinado *modo* de organizar uma sociedade em constante conflito. Aquilo que tradicionalmente se chamava economia política (BRAZ; NETTO, 2006) e o que há algumas décadas se convencionou chamar de biopolítica (FAHRI NETO, 2010) são duas atividades estritamente ligadas, um conjunto de práticas que, não obstante, possui relativa autonomia - como as duas faces de Janus, cada qual olhando para um lado, praticamente mantidas em aparente desconexão, cujo enlace é, em geral, o corpo do Estado, cujo cérebro raciocina sobre a constante luta por afirmação estratégica do grupo dominante sobre o múltiplo e repartido conjunto daquilo que pode ser chamado classe trabalhadora.

Como um dos frutos deste processo histórico de medicalização estão as diversas concepções da produção da saúde e doença. De modo esquemático, as diversas concepções oscilam entre dois polos, como duas tendências, ligadas a potência e impotência dos grupos que as defendem e as praticam, no seio de uma disputa social ampla.

Num extremo, uma concepção da produção da saúde e doença restrita, setorializada, tecnocrática, fragmentada, hierarquizada e despolitizada, com uma autonomia *relativa* mais ou menos esquecida ou sobrevalorizada frente o projeto político-econômico da organização social vigente (da qual é parte), que pensa a política de saúde voltada a progressivas melhorias, recortada em etapas, pensada a partir de modelos, negligenciados, capturados ou implementados pelas forças em jogo nos diversos tabuleiros políticos e geopolíticos, internos e externos, superpostos, com atritos, contradições e paradoxos.

³ Talvez o maior dos pontos fracos do presente texto, procuraremos manter a noção de classe social em aberto, imprecisa: aqui "classe" refere-se a uma subdivisão do conjunto da população, um agrupamento de seres humanos com características que levam em conta fatores múltiplos (culturais, trabalhistas, etc) em relação a sua inserção na (re)produção do conjunto mais ou menos estável, subdivisão essa que passa por transformações ao longo do tempo, inclusive qualitativas. Procuramos ressaltar com essa imprecisão que as diversas formas societárias não são homogêneas, e que esta heterogeneidade implica um conflito permanente. Esta opção justifica-se pois há inúmeros estudos que, independente da significação que se possa dar ao termo classe, passam por cima de tal noção, que considero importantíssima para compreender o diagrama socio-urbano, qualquer que seja sua significação. Ela não se superpõe mas acrescenta-se a outras divisões possíveis, como aquelas de gênero e étnico-raciais.

No outro polo, a "doutrina" que considera a saúde e doença não mais que a resultante de um processo histórico bastante complexo, composto de múltiplas mediações, declaradas e ocultas, que envolvem virtualmente a totalidade da organização social neste momento histórico, e diretamente permeada por conflitos de diversas outras ordens que não aquelas da doença (e mesmo da saúde), marcado por contradições e desigualdades, tendendo a polarizações de diferentes ordens (p. ex. entre um estado interventor oposto a um mercado autoregulado, ou da regulação contra estatização, entre capital e trabalho etc). Esta resultante, fruto do poder e dominação, das resistências e conflitos, é a "carne e pedra" que compõe nossa vida, estando muito longe de ser apenas um debate intelectual técnico-científico dentro de um setor ou campo de conhecimento, não sendo nem mesmo uma questão sociocultural ligada as práticas de cuidado, profissionais ou não. Os avanços nas políticas de saúde são apenas avanços em disputas que não envolvem, na maior parte das vezes, diretamente questões de saúde e doença, sendo o setor, o campo e cultura mais uma armadilha que uma solução – daí, talvez, sua autonomia relativa.

Por ora, parece-nos contraproducente defender exaustivamente uma ou outra posição, com os embasamentos, pressupostos e consequências sociológicas, antropológicas ou filosóficas que elas trazem – que diga-se de passagem, levam a debates profundos e interessantes, cheios de nuances, marcados por disputas, dado seu caráter imediatamente político. Optamos por um caminho, estudar a saúde pelo avesso: ao invés de partirmos, por exemplo, do setor para depois entender suas intersectorialidades, partiremos da organização espacial da vida das populações, dos corpos, coletivos e individuais, distribuídos num *território* crescentemente complexo e complicado, e ver como a saúde, muitas vezes extrapolando os limites administrativo-burocráticos, é produzida neste conjunto, mesmo que por intersectorialidades involuntárias, cujos nexos nossa pesquisa busca rastrear. Este território, conscientemente ou não, é invariavelmente pensado, e de modo cada vez mais racionalizado, sendo fruto de decisões e omissões, de desejos e interesses diretamente envolvidos com o ordenamento sócio-político-econômico – que diga-se de passagem é bárbaro, tanto por sua grandiosidade, quanto por sua selvageria. Tensionando o termo, poderíamos falar do estudo dos determinantes políticos de saúde do ponto de vista de classes em luta, central na questão da produção social da saúde e doença.

Conforme observações de Crespo (2010), Barreira (2015) e M. Souza (1995, 2012), o fundamental conceito de território na geografia contemporânea - sem dúvida polissêmico, o que coloca incongruências entre diferentes usos, muitas vezes ancoradas em divergências político-filosóficas - envolve a temática do poder. Esta perspectiva, malgrado algumas rugas

e variações expressa-se sinteticamente:

O território não deve ser entendido, como ainda hoje muitas vezes o é, como sinônimo de “espaço geográfico” em geral. Um território é um espaço social qualificado, em primeiro lugar e acima de tudo, pela dimensão do poder. Ele constitui uma espécie de “campo de força”, que corresponde às relações de poder (exercício do poder: estatal ou não, duradouro ou efêmero, heterônimo ou autônomo) referidas a um espaço material (e a identidades e ideologias sócio-espaciais) específico. (SOUZA, M. 2012, p. 124)

Levaremos em consideração a perspectiva "integradora" e "materialista", que pensa processualmente a "trama de relações complementares e conflitantes" entre o "lugar, a formação socioespacial e o mundo" (SANTOS, M., 2000 apud CRESPO, 2010) em um contexto estratégico, onde "os recursos de um determinado espaço dominado politicamente servem de meios para apontar e alcançar objetivos em escala planetária", através de estratégias globais "econômicas, científicas, culturais, militares e políticas", que passam direta ou indiretamente pela "produção, realização e repartição do sobre-valor" (LEFEBVRE, 1976, p.139).

3 SOBRE METRÓPOLE E CAPITALISMO

A organização socio-urbana das metrópoles mantém estreita vinculação com o desenvolvimento do capitalismo: capitalismo e metrópole moderna são termos que se pressupõe mutuamente. Fresca avaliou os elementos comuns em “diferentes conceitos e abordagens, [...] autores e teorias desde o final do século XIX” que analisaram “os mais distintos aspectos da complexa produção do espaço urbano metropolitano” e da divisão social e econômica deste espaço. Para ela, “a natureza conceitual da metrópole vincula-se ao poder econômico oriundo de diferentes atividades, [...] que em cada etapa histórica modifica-se em razão das necessidades decorrentes da produção e reprodução do capital”. O reconhecimento da metrópole considera também a importância dos contínuos “processos de centralização e descentralização” das atividades econômicas. Tais processos, “envolvendo uma gama multivariada de formas”, “de modo geral, [...] tem sido fator importante para a expansão e criação [...] de segregação socioespacial, particularmente a partir de meados do século XX, com uma dinâmica fortemente articulada à ação dos promotores imobiliários e do Estado” (FRESCA, 2011 s/p).

Se por um lado o conceito de metrópole se hipoteca no de capitalismo, por sua vez o termo capitalismo refere-se a uma “grande transformação” que instaura uma ordem onde o tempo - fundamentalmente o tempo presente de trabalho e o tempo futuro da própria capacidade de trabalhar - e o espaço - virtualmente o conjunto do globo terrestre, interconectado fortemente a partir da “era do império” (iniciada em torno da década de 1880) - tornam-se mercadorias, com profunda modificação da relação cidade-campo em um violento processo de urbanização, concentrando crescentemente a população em cidades iatrogênicas, inicialmente associada a concentração industrial, posteriormente passando por diferentes arranjos. Os grandes conglomerados populacionais mudam drasticamente em escala com a incorporação/destruição das classes camponesas e rurais, e sofrem uma mutação de sua forma, que busca separar os contingentes humanos (repartidos como indivíduos, categorias, classes), em diferentes territórios, onde se produzem novos modos de vida, urbano-capitalistas - baseado em uma distribuição das riquezas desigual ao mesmo tempo que instaura novas formas de pobreza. Em suma, por capitalismo entendemos, baseado em uma leitura histórico-filosófica realista das diversas configurações societárias em seu meio, o sistema de produção de mercadorias e as relações técnico-sociais em torno desta produção, baseado no assalariamento e conseqüentemente exploração dos trabalhadores e na propriedade privada

dos meios de (re)produção da vida, interconectada em um sistema interestatal global (e suas atribuladas relações comercial-diplomático-militares), conformado historicamente por uma classe ou uma coalizão de classes organizada, que concentra poder e riqueza e uma classe ou um conjunto de classes, organizada ou não, de despossuídos. Trata-se de um modo de produção que se organiza em "blocos históricos", fundado por revoluções - apresentando-se de variadas formas -, assombrado por revoluções - anarquista, socialista, comunista -, recorrentemente ressuscitado por revoluções industriais, garantido por estados em um sistema interestatal global e fadado a crises sistêmicas e cíclicas, um sistema de relações sociais que, crescentemente se complexificando (com importantes alterações socio-técnicas principalmente após a década de 70), "opõe a concentração da propriedade à socialização expandida e a internacionalização da produção". (CHÂTELET, 1975; COSTA, 2013; DOBB, 1987, p. 17; MASCARO, 2013; NETTO, 2010, 2012). A pressuposição recíproca entre metrópole e capitalismo indica não apenas uma generalidade histórica de caráter negativo - a de que cada "modo de produção" forma sempre uma cidade adequada a seus interesses - mas também uma caracterização histórica positiva - a reprodução do capitalismo implica uma forma específica de cidade, variável ao longo do tempo, porém relativamente estável em seu diagrama de poder. Esse diagrama forma-se a partir da evacuação de um centro comercial - em geral um porto -, separando moradia e trabalho (e estrategicamente segregando as classes, particularmente aquelas consideradas "perigosas", ou seja, os variados matizes da superpopulação relativa considerada supérflua economicamente), ampliando constantemente seu tecido urbano (cada vez mais funcionalizado, cidade-máquina), englobando cidades ao redor e ampliando sua área de influência (regional, nacional, mundial), criando novas oportunidades de investimento e retorno sobre a construção e renda do espaço, peça do regime de acumulação capitalista - existindo variados gradações de tal diagramação, mais ou menos violentas.

A história do Rio de Janeiro enquanto metrópole capitalista tal como defendida por Nelson da Nóbrega Fernandes (2008) reverbera esta perspectiva: mantém estreita relação com a posição e situação no contexto de desenvolvimento do capitalismo (e suas crises) não só no Brasil, mas no mundo - independentemente de discussões sobre o enquadramento da cidade em uma ou outra conceituação de "cidade global". Fugindo ao preconceito (apoiado por fogos de artifício acadêmicos) que sustenta de antemão uma necessária diferença na categorização de grandes cidades da Europa e EUA e aquelas latinoamericanas (considerando as últimas não como metrópoles, mas sim megalópoles), Fernandes procura

demonstrar que, desde o século XVIII até o presente, a evolução da morfologia urbana carioca acompanhou e reproduziu, com diferentes níveis de intensidade e de defasagens temporais, os mesmos padrões morfológicos e de regulação das cidades do capitalismo central (FERNANDES, N., 2008, s/p).

Entre os "padrões de regulação das cidades do capitalismo central" encontram-se o estabelecimento de tecnologias de poder - envolvendo, ao lado de intervenções privadas, filantrópicas ou não, a conformação de um estado que se ocupa crescentemente das condições de vida de seus habitantes, garantia última do próprio regime - que atuam sobre o controle das condutas individuais e coletivas, operando de modo não exclusivamente repressivo, buscando alterar práticas sociais estabelecidas e criar novas, ao mesmo tempo que se forma uma cultura e um modo de vida urbano (da cada vez mais nervosa e superexcitada vida urbana de uma Europa liberal à beira de revoluções, cuja desigualdade socio-econômica e péssimas condições de vida da população assemelhava-se à do Brasil ainda hoje). Entre as diversas práticas de regulação social estão as reformas urbanas (e a realização de megaeventos como catalisador ou estopim) e a criação e espraiamento de instituições policiais e sanitárias (em constante processo de reformulação), expressões daquilo que se convencionou chamar de "processo civilizatório". O interesse aqui é notar que essas reformas ocorrem relativamente juntas.

Considerando, com Nelson da Nóbrega Fernandes - seguindo os grandes ciclos seculares de acumulação capitalista e gestão capitalista do estado tal como estabelecidos por Braudel e Arrighi e as indicações da geografia histórica de Soja de que a estrutura interna da cidade capitalista (a forma urbana) segue o ritmo de formação e mudança induzido por crises do capital em perspectiva macro -, "que o Brasil desde a colônia é parte do sistema mundial capitalista", a produção do espaço urbano carioca/fluminense "responde às exigências deste sistema em suas diferentes fases" (FERNANDES, N., 2008, s/p), narraremos aqui a passagem por três momentos histórico-mundiais da gestão das cidades: liberal, o keynesiano-fordista, neoliberal.

4 O PREÂMBULO ESCRAVISTA DO RIO DE JANEIRO CAPITALISTA (1870-1891) E SUAS PERMANÊNCIAS

"Entre os estudiosos dos mais variados campos do saber que tratam do espaço urbano, parece haver o consenso de que o Rio de Janeiro foi construído num sítio de natureza hostil, sendo talvez um dos piores lugares do mundo para que se erguesse uma metrópole" (BARROS, 2014, s/p). A escolha do espaço de ocupação da cidade, em torno do Morro do Castelo, foi fundamentalmente determinada por uma razão de guerra: "Lessa (2001) compara a baía de Guanabara a um cofre Militar natural, a melhor baía de todo o Atlântico" (BARROS, 2014, s/p). Como "os espaços militares tem uma grande força de permanência, num certo sentido comparável à das instituições religiosas e seus edifícios, bem como uma lógica espacial subordinada a seus interesses e objetivos particulares", o Rio de Janeiro, tendo intensificado sua militarização (concentração de contingentes) na década de 20 (ultrapassando o Rio Grande do Sul) é, ainda hoje (mesmo após deixar de ser distrito federal em 1960), o espaço mais militarizado do país: segundo Lessa (dados de 1999, que servem de ilustração), aproximadamente 70% da Marinha, 30% da Aeronáutica e 30% exército encontravam-se aqui (FERNANDES, N., 2006, s/p).

O tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro escravista não foi mais que a mórula da metrópole que conhecemos (ocupando menos de 3% do espaço atual da RMRJ) (ver Mapas 1 e 2), resumindo-se a região que hoje chamamos de "centro da cidade", sendo o restante do espaço ambiente rural, com pequenos aglomerados localizados entre alqueires, engenhos e fazendas, e alguns portos espalhados pela Baía de Guanabara. Esta dimensão e conformação não reduzia sua longínqua importância nos "tabuleiros geopolíticos" (demonstrada na conformação urbana, organizada em sua morfologia de modo similar a matriz europeia); remete a antes mesmo da chegada da corte portuguesa (importante parada na rota do tráfico de metais do Potosí), confirma-se por ter sido a capital dos impérios português e brasileiro, e por ter abrigado, até bem tarde, na primeira metade do século XIX (quando os preços do humano-mercadoria dispararam, consequência da política imperial inglesa), um dos maiores portos escravistas da história, por onde passaram entre quinhentos mil e um milhão de escravizados (cinquenta mil pessoas ainda estão enterradas na região do atual Porto Maravilha).

Mapa 1 – Expansão Urbana do Centro do Rio de Janeiro (1769-2006)

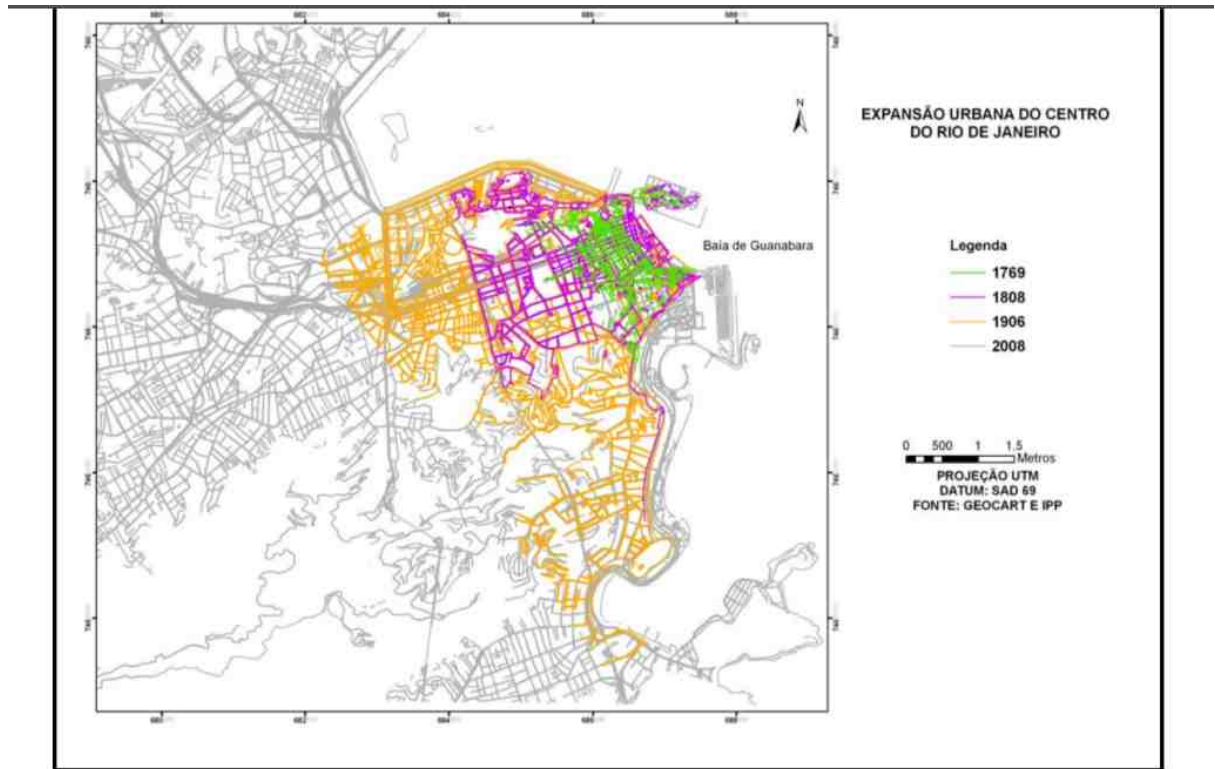


Figura 10: Mapa síntese de comparação da expansão urbana do Centro entre 1769 e 2008. Elaboração: Godoy, Vanessa (2008).

Fonte: GODOY; SILVA, A.; MENEZES, 2011.

Mapa 2 – Mapa do Rio de Janeiro (1864)



Fonte: NOVA, 1864.

No século XIX, o Rio de Janeiro cresceu constantemente: saltou de quarenta e três mil habitantes em 1799 para quase o dobro, setenta e nove mil em 1821, chegando, em 1849 (véspera do fim do tráfico exterior de vidas humanas - o interno seguiu a produção rural de café), a mais que o dobro, duzentos e cinco mil, e, em 1872, nos primeiros anos de sua transformação capitalista, duzentos e setenta e cinco mil pessoas.

Linhares & Levy (1973) apontam que em 1849, 48,8% da população da cidade do Rio de Janeiro era escrava; percentual que caiu para 18,3% em 1872. Essa redução relativa foi, entre outras coisas, resultante, por um lado,

da [...] transferência de negros para a cafeicultura fluminense, e por outro, pelo aumento do número de imigrantes europeus – especialmente portugueses – residentes na cidade. (SILVA, R., 2004, p. 15)

A pedra fundamental da imensa desigualdade social carioca-fluminense é negra - por exemplo, como se vê em recentes estudos econômicos, por exemplo Soares (SOARES et al, 2012). A grande herança do período escravista diz respeito a “anatomia social” carioca (visível ainda hoje, quando metade desta população trabalha sem carteira assinada, “se vira nos trinta” como diz o programa de domingo da principal emissora de televisão do país):

os atores permanentes da cena carioca estão já delineados a partir da entrada do século XIX. O “povão” prestador de serviços se explicita como presença essencial da vida urbana, vivendo entre a mão que bate e o amigo que protege, desenvolvendo criativamente a sobrevivência e construindo uma cultura neste exercício; sua origem está certamente ligada à escravidão e ao trabalho logístico urbano. Alguma competição com pobres e livres prestadores de serviços deve ter ocorrido. Entretanto o regime da escravidão fixou historicamente baixíssima remuneração para tais serviços, e os pobres e livres, quando possível optam pela economia natural. As elites, sempre fascinadas pela “civilização”, assumida mais por seus ornamentos e menos por seus conteúdos, atuam na acumulação de riquezas em simbiose e nas proximidades do poder. Quando expostos e visíveis, tentam ser parisienses, ingleses ou nova-iorquinos. Em casa preservam padrões sedimentados, herdados do Rio escravagista. A revolução Industrial, a penetração da máquina a vapor e posteriormente a generalização da energia elétrica e do motor a explosão não modificarão os traços da anatomia popular. Ganhará complexidade e musculatura; porém permanecerá com seus traços principais, tais como configurados no início do Brasil independente. (LESSA, 2001, p. 182)

As polícias já operavam como vetor necessário a organização da cidade. O plural, polícias, refere-se a definição ampla que o termo denotava (seguindo Foucault):

o conjunto dos meios necessários para fazer crescer, do interior, as forças do Estado e bem empregá-las, procurando a felicidade dos súditos, mantendo a ordem e a disciplina, tornando a vida mais cômoda e garantindo a subsistência. A saúde é uma das formas pela qual a população aparece como objeto e finalidade dessa prática de polícia, cujo interesse último é majorar as forças estatais. (MATTOS, A., 2015, p. 388)

Essa matriz policial original, que associava diferentes intervenções no tecido urbano e explicita a unidade do exercício de poder diretamente relacionado a população (no caso através do estado, mas, desde o início, não unicamente). Ela tenderá a especialização, segmentando-se e diferenciando-se (formando futuramente, a medida que as relações sociais se complexificam, frações da burocracia estatal, a saber, a planejadora, a militar-policial e assistencial), mas podemos tomá-la, buscando uma visão de longa duração, como horizonte de investigação das práticas sanitárias contemporâneas - que permanecem em certa medida inter-

relacionadas como veremos no caso das UPPs. Como dizem Rusche e Kirchheimer: "a história da política pública para mendigos e pobres somente pode ser compreendida se relacionarmos a caridade com o direito penal" (KIRCHHEIMER; RUSCHE, 2004, p. 58 apud LEAL, 2013, p. 213).

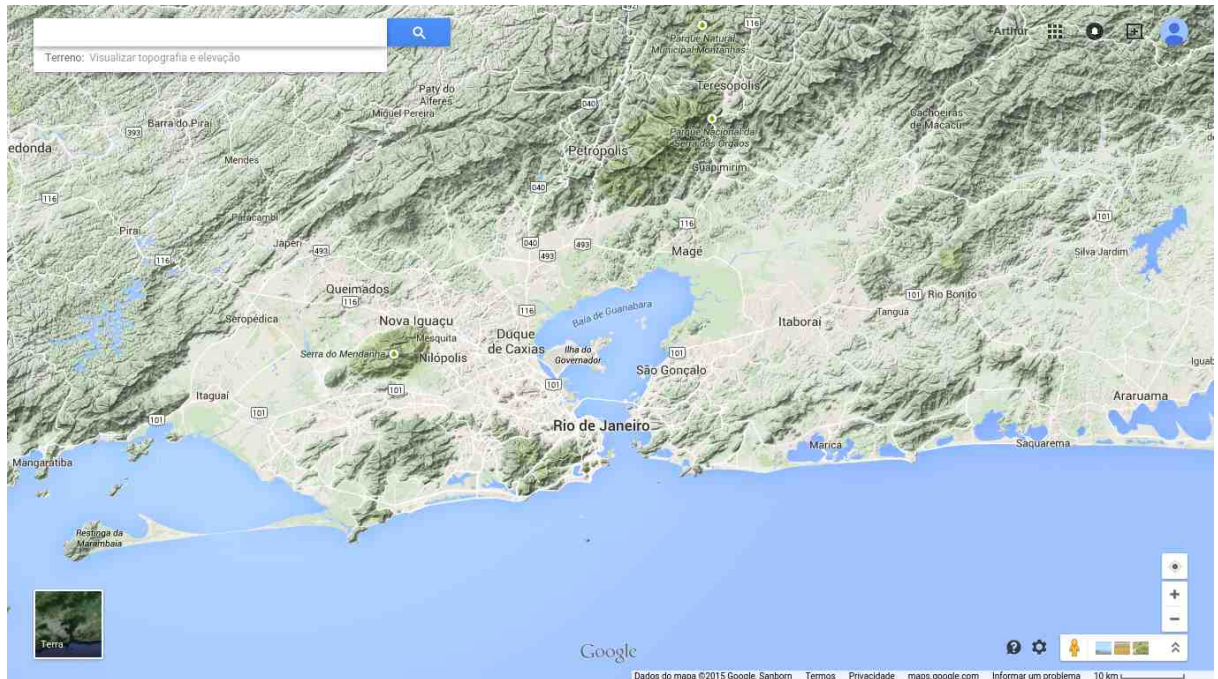
O sistema policial carioca oficialmente nasce em 1831 (aprofundando o mandato social de 1808/09), evoluindo consideravelmente com as reformas de 1841, e se profissionalizará com a República, sendo a reforma modernizante em 1891, ano chave de sua transformação capitalista. O padrão histórico, mantido até hoje, dos "homens de farda" recrutados nas classes intermediárias (em particular os oficiais), identificados com as "forças da ordem e controle", tendo como camaradas seus "superiores sociais", permitindo a estas conservar a "vantagem na guerra social" em troca do acesso a importantes "redes de clientelismo", "firmou-se na rotina de vigilância e repressão do comportamento das ordens sociais inferiores" (HOLLOWAY, 1997, p. 56), atuando com brutalidade (que garante a confissão) e arbitrariedade (que garante o respeito) (LESSA, 2001, p. 201). Fica explícito que a determinação do legal caminha ao lado do estabelecimento de ilegalismos.

Como demonstra o clássico livro coletivo "Danação da norma" (MACHADO, R. et al, 1978), o Rio era uma cidade higienista - apesar do histórico problema de água e saneamento, resolvido tardiamente - pelo menos desde o combate a peste de 1850 e as modificações institucionais que culminam na formação da Junta Central de Saúde Pública em 1851 (que será o modelo das intervenções sanitárias até a reforma de 1886). A polícia médica, ainda que débil em seus resultados sanitários, conquista o poder, tendo por elementos constitutivos da sua atuação a existência de um órgão dirigente, o esquadrinhamento urbano, a assistência médica, a inspeção sanitária, a fiscalização do exercício das profissões e o registro médico, "em todos os lugares onde possa provir dano a saúde pública", operando um controle articulado do "social e do natural" (MACHADO et al, 1978, p. 244).

A excelente razão militar da localização do Rio de Janeiro, que, por seu relevo acidentado (com destaque para os três maciços) (ver Mapa 3), determinou a linearidade da cidade (LESSA, 2001, p. 23) - não rompida até hoje, nem mesmo quando as condições estavam dadas pelo transporte ferroviário subterrâneo, mantida unicamente por razões sociopolíticas -, põe obstáculo as exigências barroco-mercantis e em seguida capitalistas, que demandam espaço plano para reformulação da capital brasileira. No final do século XVIII, a destruição do Morro das Mangueiras, em Santa Tereza (atrás do centro, então "periferia" da cidade), aterrando o "pântano" que se transforma em Lapa, é uma experiência importante que reforça as razões higienistas de circulação do ar para a destruição dos morros da região do

Centro (Castelo, Santo Antônio, Senado) (ver Mapa 4) presentes já no primeiro plano urbanístico da cidade, o Relatório Beurepaire de 1843, e em todos os planos subsequentes (BARROS, 2014, s/p). A reformulação do centro adequando a cidade ao higienismo será realizada apenas sob o signo do capital.

Mapa 3 – Relevo da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2016)



Fonte: GOOGLE, 2016

Mapa 4 - Mapa de 1906 (com os Morros do Castelo, do Senado e de Santo Antônio)

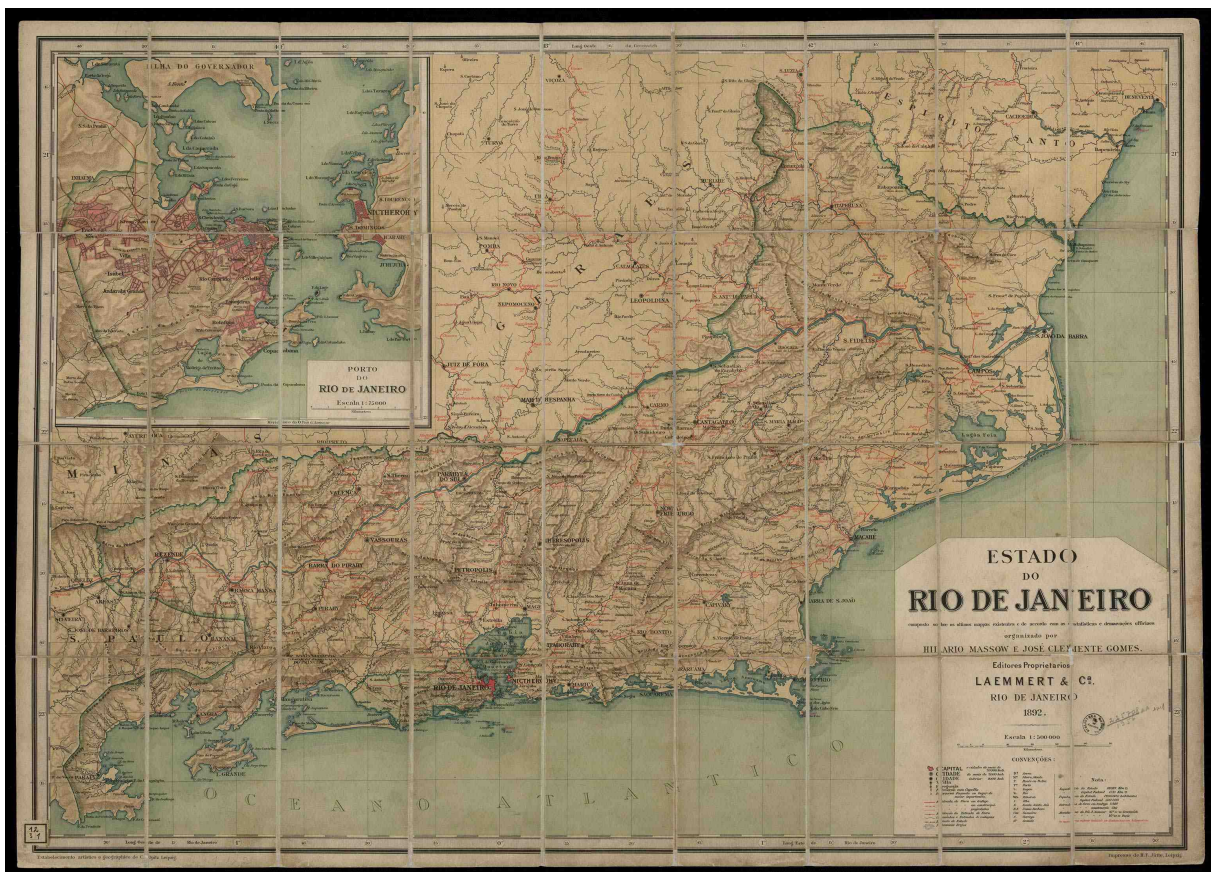


Fonte: PLANTA, 1906

5 RIO DE JANEIRO, METRÓPOLE CAPITALISTA LIBERAL (1891-1930)

No período de vigência liberal do governo da cidade (FERNANDES, N., 2008), iniciada em torno do último terço do século XIX (tendo como marco definitivo de sua instauração o ano de 1894) até a contrarrevolução de 1930 será conformada uma cidade capitalista moderna que não parará de crescer, à dianteira da etapa de "formação e expansão do capitalismo competitivo brasileiro" (FERNANDES, F., 2006, p. 263), aprofundando suas desigualdades socioeconômicas refletidas em sua espacialidade (FERREIRA, A., 2013, p. 105) (ver mapas 5, 6 e 7).

Mapa 5 - Mapa do Rio de Janeiro (1892)



Fonte: MASSOW; GOMES, 1892.

Mapa 6 - Mapa do Rio de Janeiro (1911)



Fonte: FREIRE, 1911.

Mapa 7 - Mapa do Rio de Janeiro (1922)



Fonte: SERVIÇO GEOGRÁFICO MILITAR DO BRASIL, 1922.

No início do terço final do século XIX, o continente americano é sacudido por guerras. No norte a secessão (1861-1865); ao sul, a violenta Guerra do Paraguai (1865-70) - as estimativas moderadas calculam que um terço do milhão e meio de paraguaios morreram em batalhas, genocídios e epidemias (FAUSTO, 1999, p. 209), marco importante na constituição do país, ponto de inflexão da política escravista e início do declínio do Império - o que tem impactos diretos na principal cidade brasileira, que cresce continuamente e irá se reconfigurar. Os efeitos da guerra, impulsionando, ainda que em escala reduzida, a nascente indústria manufatureira e o movimento abolicionista, serão potencializados com ascensão do imperialismo na década de 1880, quando o mundo se torna de fato global (encerrando um processo de quase cinco séculos de expansão e integração político-econômica sob domínio europeu, hegemonizado pela Inglaterra a partir de 1815) (HOBSBAWM, 2015). Enquanto a Europa vivencia a primeira crise sistêmica (COSTA, 2013) e o Brasil a queda do império e ascensão da república, produz-se uma "corrida desenvolvimentista" entre Brasil (com o Rio de Janeiro) e Argentina (com Buenos Aires), disputando acordos e investimentos internacionais - principalmente ingleses, que "preferem" nossos *hermanos* - e posteriormente (desde a primeira guerra e intensificando-se após a segunda) capitaneados pelo nosso *big brother with a big stick*, USA. O Brasil caminha para a constituição de um capitalismo internamente dividido em dois polos de desenvolvimento, com o Rio saindo à frente e perdendo, ao longo do século XX, progressivamente importância político-econômica para o gigantismo de São Paulo, que se consolida após a primeira guerra - cujo município-núcleo salta, em um século, de uma escala de duzentos mil habitantes para dez milhões, enquanto o município do Rio de Janeiro, com oitocentos mil habitantes em 1900 chega a seis milhões no ano 2000.

Assim, a guerra sul-americana, a era dos Impérios, a superacumulação proporcionada pelo gradual fim dos escravismo (que recorreu ao tráfico interno até bem tarde), aliada a introdução carioca do café como bem-salário no mercado mundial (com ganhos decrescentes, por conta do escravismo e problemas logísticos), o cenário de constituição de um (efêmero) proto-sistema financeiro carioca-brasileiro, apoiada em operações especulativas como o chamado "encilhamento", de afluentes investimentos estrangeiros, principalmente britânicos, a crescente industrialização (incluindo a Manchester tropical, São Gonçalo), banhada a tradicional superexploração do trabalho brasileira (incluindo trabalho infantil), que então começa a ser assalariada, tudo isso conflui no sentido do estabelecimento, no então centro político e econômico do país, de relações simbióticas entre a mão visível do estado e a invisível do capital, aquilo que Lessa e Dain (1982) chamaram "sagrada aliança" (LESSA,

DAIN, 1984 *apud* RIBEIRO, 2015, p. 16), uma divisão de investimentos acordada, sob supervisão do estado, entre capitais não-industriais (capital imobiliário, empreiteiras, empresas de transporte público) e diferentes capitais financeiro-industriais estrangeiros, estabelecendo ciclos de expansão metropolitana - que inclui fins especulativos e o consequente endividamento, encarecimento da vida e interferência externa que marca a criação de um polo de "civilização" nos trópicos (com todo o eurocentrismo que comporta), coração do germinal capitalismo brasileiro. Somando-se à "sagrada aliança" as centenárias máfias que operam no Rio - em geral controlando setores de serviços, como distribuição de carne, hotelaria, distribuição de jornais e revistas etc -, o bloco histórico que destruirá e reconstruirá o Rio algumas vezes está formado, em um contínuo processo de expansão, atravessando democracias e ditaduras, que está hoje em seu quarto ciclo (RIBEIRO, L., 2015).

A entrada do Brasil no desenvolvimento capitalista da segunda revolução industrial e no assalariamento e urbanização da população, que se materializa na metamorfose do Rio de Janeiro em metrópole adequada aos tempos do capital imperialista, implica uma série de movimentos ritmados e articulados:

- a) estabelecer um sistema de transportes (inicialmente ferroviário e, a partir da década de 50, principalmente rodoviário) que viabilize a separação de classes;
- b) construir bairros planejados, a realização de melhoramentos e estabelecimento de infraestrutura (como a eletrificação e a solução da grave crise hídrica carioca);
- c) modificar as intervenções até então realizadas no âmbito das "polícias" (incluindo a saúde, com estabelecimento de equipamentos coletivos);
- d) inserir o Rio de Janeiro no circuito de megaeventos europeu-mundial;
- e) evacuar o centro como local de moradia, com nova legislação, destruindo habitações indesejadas e expulsando os pobres.

A direção geral desta conformação está baseada no crescimento populacional, cuja fonte é a atração crescente de migrantes de regiões rurais e imigrantes europeus, na expansão do urbano invadindo o meio rural (e a infraestrutura urbana, a ser construída), na segregação entre ricos e pobres, e na formação de "classes médias" (relativamente altas) com apoio de mecanismos de controle social de novo tipo.

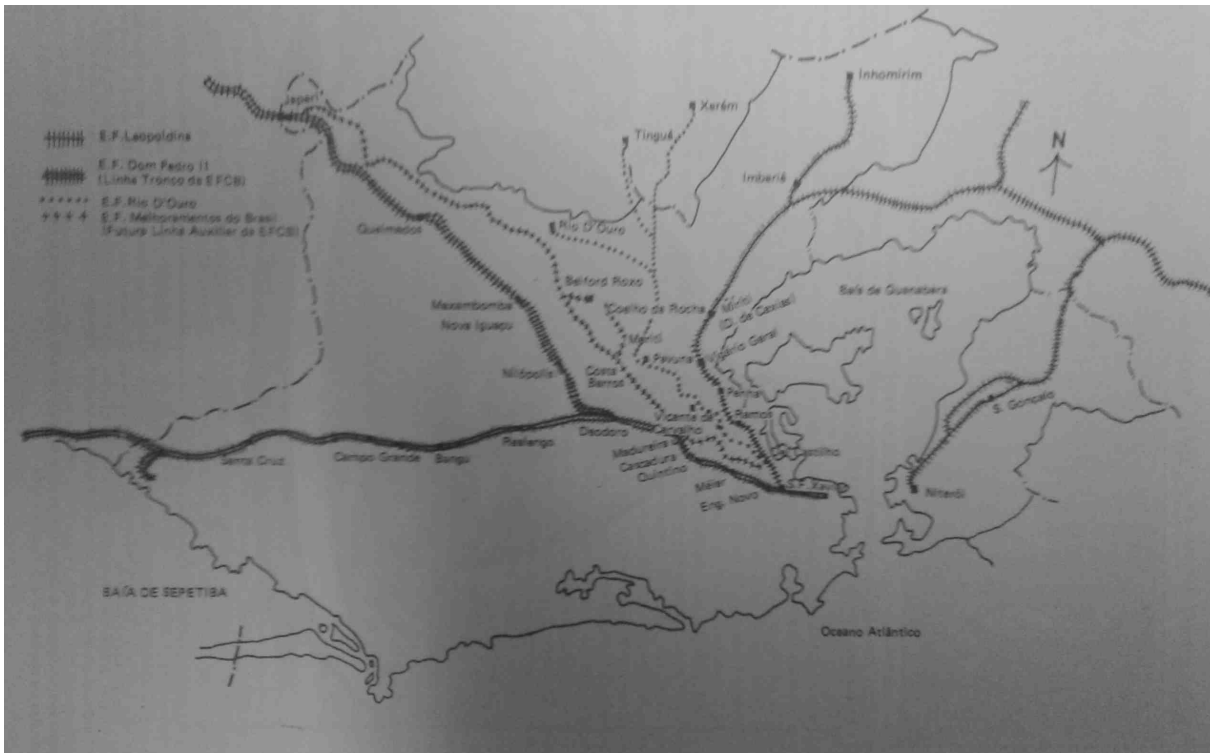
Estas ações são feitas contra a diagrama socio-urbano anterior, de cidade barroca-mercantil de controle policial, onde, em um conturbado centro da cidade (cercado por

freguesias rurais), as classes ricas e pobres conviviam separadas apenas por ladeiras, uns ocupando as partes altas do tecido urbano com suas mansões (em Santa Tereza e alhures), e outros as partes baixas com seus sobrados e cortiços (esta última habitação em geral precária e superocupada), principalmente na Lapa e Praça Onze (zona de expansão) - conhecida internacionalmente como o "túmulo dos estrangeiros" por conta das sequências de epidemias e por sua sujeira.

O esforço de transformação do Rio de Janeiro em uma metrópole moderna liberal capitalista transparece nas intervenções urbanas cuja conclusão será a *hassmanização* de Pereira Passos e higienização de Oswaldo Cruz. Nasce, em um curto espaço de tempo (pouco mais de 30 anos) um Rio em conformação diagramaticamente similar a atual: organiza-se um Centro comercial planejado europeizado, prova de nosso processo civilizatório, a Paris dos trópicos; as classes relativamente altas ocupam os subúrbios (nas zonas norte - em torno da Tijuca - e na zona sul) com infraestrutura paulatinamente sendo constituída, primeiramente em áreas mais ricas, acompanhando os bondes; em paralelo os pobres dirigem-se as periferias (da Zona Norte) seguindo o traçado do trem; aos miseráveis destinam-se as favelas - no centro e nas periferias -, mantidas em condições precárias e insalubres, consideradas "ilegais" sem estatuto próprio, criminalizando seus moradores.

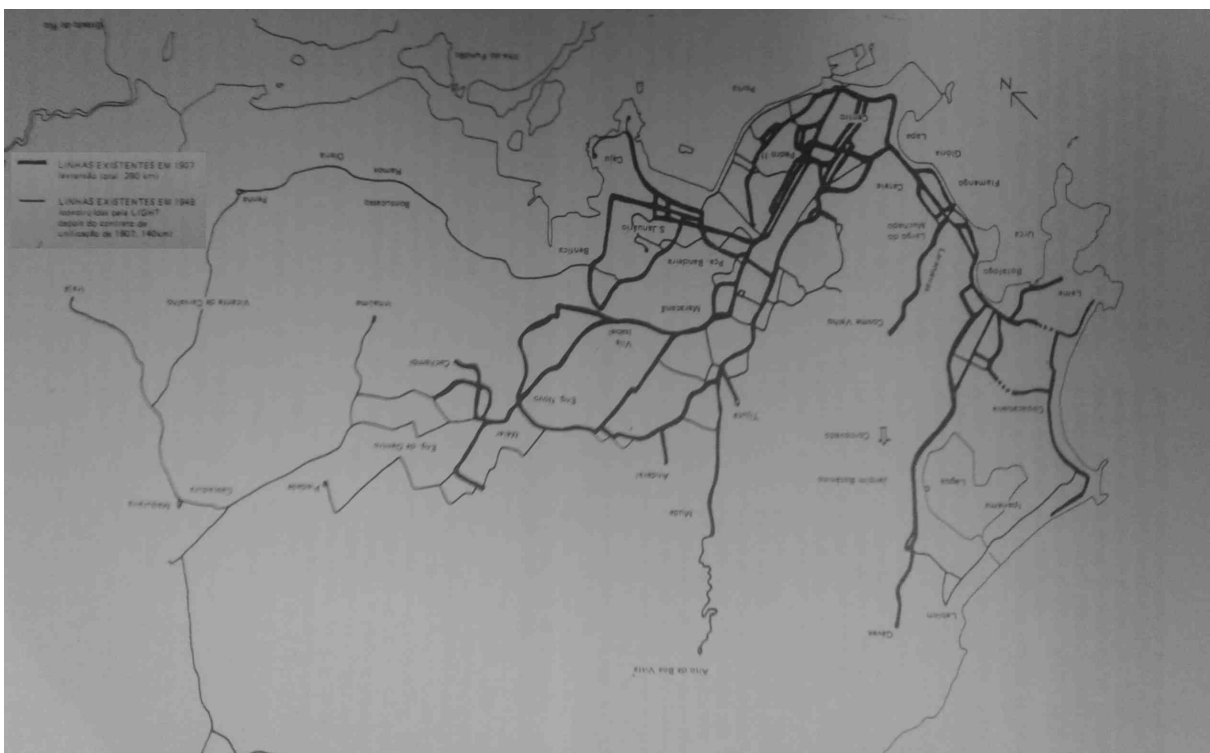
Toda reconfiguração da cidade é uma reconfiguração dos sistema de transportes, importante elemento da chegada maciça de capitais estrangeiros, bem como a amálgama entre estado e capital (particularmente do capital imobiliário). A construção de uma metrópole capitalista depende fortemente da mobilidade, que viabiliza a segregação socioespacial gerada pela interdição a moradia no centro a ser "civilizado", tendo por base as companhias dos bondes - desde 1869, primeiro puxados por burros (que ainda podiam ser encontrados em regiões periféricas no final da década de 20), posteriormente elétricos, com o monopólio estabelecido pela canadense Light na década de ouro do bonde, de 20 a 40 -, além da construção das linhas ferroviárias - desde 1858, avançando de modo caótico até o monopólio da anglo brasileira Leopoldina Railways (ver Mapas 8 e 9).

Mapa 8 - Estradas de ferro



Fonte: ABREU, 1988

Mapa 9 - Linhas de Carris (Bonde) (1907-1946)



Fonte: ABREU, 1988

Essas melhorias no transporte acionam o mercado imobiliário. Na expansão da cidade, as empresas de transportes e as "empreiteiras" investiam em melhorias nos bairros mais próximos ao centro, preferencialmente as mais ricas e secundariamente aquelas das classes "médias" (doravante "classes relativamente altas"), inventando um espaço próprio a estas classes. Ricos e relativamente ricos dirigem-se a distintos subúrbios (sub-urbes⁴) atraídos por "bairros jardim" tupiniquins, que serão progressivamente urbanizados, garantidos por obras de saneamento, pavimentação etc: por um lado a continuação do Centro até botafogo; por outro, ancorado em melhorias, até onde passava o bonde (e começava a periferia). As periferias são ocupadas seguindo o trajeto do trem, até o final da década de vinte restritas ao interior do distrito federal (intra-"municipais"), posteriormente, a partir do loteamento e saneamento da baixada fluminense na década de 30 (ABREU, 1988, p. 121), "inter-municipais", "intrametropolitanas". O padrão de investimentos do bloco que organiza a cidade está definido: investe-se preferencialmente nas regiões onde vivem as classes altíssimas, altas e relativamente altas, deixando a ocupação dos subúrbios e menos ainda as periferias praticamente sem "apoio estatal ou das concessionárias de serviços públicos" (FERREIRA, A., 2013, p. 105).

E, junto ao desenvolvimento capitalista, a "questão social" emerge e, com ela, sua expressão concreta mais dramática na formação simultânea não apenas da periferia sem infraestrutura mas das favelas - literalmente em petição de miséria, na mais completa falta de estrutura - a ponto de se assemelharem ao ambiente rural, "rocinhas".

As condições de surgimento das favelas são o próprio relevo acidentado da cidade, que predisponha a existência de morros no centro da cidade relativamente desocupados sem infraestrutura, porém próximo de fontes de água, aliado o aumento do deficit e da insalubridade habitacional nos cortiços (e os interesses exploratórios associados) próprio ao desenvolvimento capitalista - que produz espaços superocupados, basta recordar a situação insalubre em Nova York, Londres etc no mesmo período (ROSEN, 1994, p. 266) ou mesmo hoje, Saint-Denis ou Tottenham -, cuja destruição e a inviabilidade financeira dos desterrados associada ao interesse do "dono do morro" que passa a arrendar alugueis de uma mão de obra que intenciona-se manter barata, a modificação nas relações entre grupos étnico-raciais (fundamentalmente neste momento os brancos e "mestiços" brasileiros, os brancos portugueses e o negros brasileiros e afro-brasileiros) e o "beco sem saída" imposto pela legislação restritiva que dificulta a construções de moradias nos subúrbios para os mais pobres

⁴Entendemos os subúrbios na acepção geográfico-urbanística do termo e não em sua versão usual, "ideológica", conforme sustenta N. Fernandes (2011).

durante a Reforma Passos (ABREU, 2003, p. 8).

Três formas de ocupação dos morros foram precursoras, ainda no final do século XIX: primeiro aquelas associadas a "pactos de guerra" (prometendo terrenos etc) e o protesto e resistência a seu rompimento ou não-cumprimento: as reivindicações após o fim da Guerra do Paraguai (1870) - que não chegam a se estabilizar em favelas -; a ocupação do Morro de Santo Antônio, após as negociações do fim da Revolta da Armada (1893), primeira favela carioca; a ocupação do Morro da Favela (hoje Providência) por tropas da "pacificação" após o genocídio de Canudos (1897), que passa a nomeá-las. Essa força geradora das favelas terá uma expressão tardia com as reivindicações de terrenos em São Cristóvão com a chegada de militares da Segunda Guerra mundial (no caso da Barreira do Vasco). Em segundo lugar, as pequenas Africas, os quilombos e resistências, as senzalas desativadas ou ocupadas, principalmente os quilombos tardios já no contexto de término da escravidão em contexto de pré-desenvolvimento capitalista, como podemos ver no caso do morro do Salgueiro (que só receberá esse nome no final da década de 20) e algumas partes que compõe hoje o complexo do Lins, como a Cachoeira Grande, entre outras, além, é claro, da região entre a praça XI e a Pedra do Sal, a Pequena Africa; terceiro, a concessão industrial de terrenos anexos ou próximos a fábricas com tolerância estatal, da qual o Morro do Telégrafo (hoje Mangueira) é o primeiro caso exemplar - ocupado originalmente por imigrantes brancos -, mas podemos citar a maior favela na década de 50 do século XX, o Jacarezinho (ao lado de inúmeras fábricas), ou ainda as diversas favelas na Serra da Misericórdia (dando origem ao chamado Complexo do Alemão e da Penha). Esta última forma de ocupação será a que se estabilizará e que terá longa vida, havendo progressivamente uma constante e íntima relação entre favelização e fábricas - mesmo quando esvaziadas e abandonadas, no contexto de semi-estagnação a partir de 1981 e o processo de desindustrialização da era neoliberal.

Um empuxo fundamental a formação inicial das favelas é a destruição sistemática dos cortiços no Centro com justificativas sanitárias, que ocorre a partir de 1893 (e depois, com os desmontes dos morros, associados a realização de megaeventos na Urca e Glória-Flamengo), intensificando com a Reforma Passos (1902-1906), relativamente suspensa com a campanha em jornais pela construção de habitações populares entre 1905-1921, passando pela destruição dos morros do Senado (1910) e do Castelo (1922) seguindo até a conclusão das obras no centro com a abertura da Presidente Vargas e o lento desmonte do morro de Santo Antônio, a primeira favela do Rio de Janeiro (ao longo da década de 50, particularmente em 1955, que segue até 1965). Este período é marcado também por remoções sistemáticas das favelas do centro, chamado "dança das favelas" (ABREU, 1988, p. 82), que se encerra com grandes

remoções em torno de 1922, que fará com que as favelas cresçam no "anel" seguinte fora do centro.

Quase 20% dos moradores da cidade moravam em situações extremamente precárias e lucrativas dos cortiços.

Controlar o espaço central da cidade tornara-se imperativo. Daí, enquanto a forma urbana não pudesse facilitar esse controle, a solução era evitar o aparecimento/desenvolvimento de focos potenciais de explosão urbana, razão pela qual várias habitações coletivas continuavam a ser demolidas em nome da higiene, apesar dos protestos da Sociedade União dos Proprietários e Arrendatários de Prédios, que acusava a Inspetoria Geral de Higiene de fechar e demolir prédios que poderiam ser recuperados através de reformas. Daí, também, por que a demolição do maior cortiço da cidade, o famoso “Cabeça de Porco”, na rua Barão de São Félix, freguesia de Santana, ordenada pelo prefeito Barata Ribeiro em 1893, se transformara em verdadeira operação militar: para lá foram deslocados uma força de infantaria da polícia, outra de cavalaria, uma turma de bombeiros e cerca de trezentos operários da Inspetoria de Obras Públicas, além do Chefe de Polícia, do prefeito e de “outras autoridades”. (ABREU, 2003, p. 17)

Parte dos 4000 moradores expulsos se dirigirão para terrenos no Morro da Favella, pertencentes ao proprietário do "Cabeça de Porco", que, através de um operador local, passa a a lucrar mais que como os cortiços (ABREU, 2003).

Como se vê, a reconfiguração da cidade, transformando-se em metrópole moderna, com sua respectiva desigualdade socioespacial (divida em centro industrializado cercado de favelas, subúrbios ricos, subúrbios pobres e periferias), se dará com apoio do aparato policial que se sofisticará, profundamente reconfigurado por conta da elevação da república - ao mesmo tempo em que uma ainda modesta "contravenção" do jogo do bicho inicia-se na capital do país, e que aparece a lei contra a vadiagem (no código penal de 1890). Na último terço do século XIX, já com a chegada da luz elétrica e o fim do toque de recolher às 18h25 (1878), a polícia se voltará contra o "controle do espaço físico e social" pelos "capoeiras", inimigos sociais da hora - já se configuravam facções que disputavam áreas de influência (cortiços) e dominação territorial, porém nada que se assemelhe ao volume industrial de assassinatos atual.

A questão da habitação popular no Rio de Janeiro, tal como formulada no discurso do Estado e das chamadas classes dominantes, esteve centrada, ao longo do Império e durante os primeiros anos da República Velha, na forma da habitação popular. Destacava-se aí o combate ao cortiço, habitação coletiva resultante da aplicação de capitais de origens as mais diversas, mas com predominância do pequeno capital mercantil, e que ficou celebrizada na literatura pelo romance de Aluísio Azevedo. Verdadeiro exemplo de uma “acumulação primitiva urbana” – se é que podemos utilizar livre e impunemente este conceito –, não é, entretanto, pelo lado da exploração da força de trabalho, que aí se praticava em alto grau, que o cortiço mantém-se no centro da chamada “questão da habitação” durante período tão longo.

Dois outros motivos revelam-se mais importantes nos discursos da época: em primeiro lugar, as constantes denúncias que o apontam como o epicentro mais comum das epidemias de cólera, de peste, de varíola e de febre amarela, que a partir de 1850 assolam periodicamente a cidade; em segundo, o fato de ser ele um foco potencial de agitações populares, residência que era de um número elevado de trabalhadores, imigrantes em sua maioria, que viviam no limiar da subsistência. Este segundo motivo, ao contrário do primeiro, só podia ser percebido nas entrelinhas do discurso oficial. (ABREU, 2003, p. 13)

Aqui podemos fazer um parêntesis pois é interessante notar como a descrição de Abreu acima se aproxima de uma Europa que vivencia reestruturações similares em suas metrópoles.

Foi somente no segundo terço do século XIX, que o pobre apareceu como perigo. As razões são várias: [...] a população pobre tornou-se uma força política capaz de se revoltar ou pelo menos, de participar de revoltas. [e] [...] a cólera de 1832, que começou em Paris e se propagou por toda a Europa, cristalizou em torno da população proletária ou plebéia uma série de medos políticos e sanitários. A partir dessa época, se decidiu dividir o espaço urbano em espaços pobres e ricos. A coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a organização de bairros pobres e ricos, de habitações ricas e pobres. [...] É na Inglaterra, país em que o desenvolvimento industrial, e por conseguinte o desenvolvimento do proletariado, foi o mais rápido e importante, que aparece uma nova forma de medicina social: [...] a ideia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde, sua pobreza não permitindo que o façam por si mesmos, quanto um controle pelo qual as classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas. Um cordão sanitário autoritário é estendido no interior das cidades entre ricos e pobres: os pobres encontrando a possibilidade de se tratarem gratuitamente ou sem grande despesa e os ricos garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre. Vê-se, claramente, a transposição, na legislação médica, do grande problema político da burguesia nesta época: a que preço, em que condições e como assegurar sua segurança política. A legislação médica contida na Lei dos pobres corresponde a esse processo. Mas esta lei e a assistência-proteção, assistência-controle que ela implica, foi somente o primeiro elemento de um complexo sistema cujos outros elementos só aparecem mais tarde, [...] Trata-se dos sistemas de *health service*, de *health officers* que começaram na Inglaterra em 1875 e eram, mais ou menos, mil no final do século XIX. Tinham por função: [...] A intervenção nos locais insalubres, as verificações de vacina, os registros de doenças; tinham, de fato, por objetivo o controle das classes mais pobres. (FOUCAULT, 1979, p. 89)

Retornemos ao Rio de Janeiro. As transformações do poder sanitário que Foucault alude, ocorridas na metrópole inglesa no segundo e terceiro terços do século XIX (na sequência da reestruturação urbana ocorrida entre 1848-1865), fazendo a passagem do "cordão sanitário autoritário" para os "serviços de saúde", ocorreram analogamente no Brasil entre 1881 e 1916 (ativados mais sistematicamente a partir de 1927), com os primeiros experimentos da organização de equipamentos coletivos, medicalizados e capilarizados. Primeiramente, as autoritárias intervenções preventivas na saúde através de ações coletivas, saneando a cidade (enfrentando a varíola, peste bubônica, febre amarela, dengue), com

tímidas ações assistenciais fora do eixo religioso, ocorrem na esteira de uma série de modificações administrativas iniciadas em 1881, ampliadas em 1886-1887, que culmina na reforma da saúde de 1902-1903 - de inspiração franco-germânica, bastante atualizada à emergência da "era da bacteriologia", como chamada por George Rosen (1994).

sob a coordenação de Oswaldo Cruz, que [...] propõe um código sanitário que institui a desinfecção, inclusive domiciliar, o arrasamento de edificações consideradas nocivas à saúde pública, a notificação permanente dos casos de febre amarela, varíola e peste bubônica e a atuação da polícia sanitária. Ele também implementa sua primeira grande estratégia no combate às doenças: a campanha de vacinação obrigatória. [...] A polícia sanitária tinha, entre outras funções, a tarefa de identificar doentes e submetê-los a quarentena e tratamento. Se a pessoa identificada como doente não tivesse recurso próprio para se isolar em fazendas distantes e pagar médicos próprios, era enviada a hospitais gerais - conhecidos como matadouros [...] (BAPTISTA, 2005, p. 15)

Esse controle se "positivará" com a instituição, de inspiração estrangeira, de "serviços de saúde" ocorrida com a Reforma Carlos Chagas.

Uma ampla reforma da legislação federal sobre a saúde, foi realizada em fins dos anos dez e ficou conhecida com a Reforma Carlos Chagas. Esta representou a tentativa de ampliação do poder de intervenção do governo central sobre os estados da federação. [...] Também ampliaram-se as atribuições para a ação de governo, tais como: saneamento, propaganda sanitária, higiene infantil, higiene industrial e o combate às endemias rurais. Novos estabelecimentos surgiram nesta época e começaram a se expandir rapidamente: os Postos de Saneamento e Profilaxia Rural. É interessante notar que, com exceção de estabelecimentos de pesquisa, de controle sobre as pessoas e o meio (Delegacias de Saúde) e de isolamento (Sanatórios), estes foram os primeiros estabelecimentos de Saúde Pública dedicados a prestar assistência a populações definidas e de forma permanente. Antes de 1916, talvez devido à grande escassez de pessoal técnico, não havia postos permanentes, existindo apenas as expedições de médicos sanitaristas ao interior do país, e que por sinal, retrataram o dramático quadro de saúde em que se encontrava a população brasileira. A partir de 1916, o governo brasileiro inaugura os primeiros postos de profilaxia rural na *periferia da cidade do Rio de Janeiro*. Este projeto, que priorizava o combate a doenças como a malária, ancilostomose e doença de Chagas se expande e atinge diversos pontos do interior do país, durante a gestão de Carlos Chagas (CAMPOS, 1999, p. 56. grifo meu)

Estes postos perduraram até a conversão deles em Centros de Saúde, no final da década de 20. Inicia-se uma constante histórica: *todas as expansões dos cuidados em saúde extra-hospitalares* (crescentemente associados ao estabelecimento de equipamentos coletivos que estendem, em maior ou menor grau, as ações assistenciais as classes que não tinham acesso ou que tinham acesso escasso a elas) *ocorrerão no espaço diagramático da periferia*, até a quarta expansão que vivenciamos hoje, como veremos.

A dupla Cruz-Chagas expressa, embrionariamente, o que Foucault chamou de biopoder

Por *biopoder* entende-se a articulação entre duas formas de exercício do poder modernas e contemporâneas que colocam a vida em relação à política. Por um lado, um poder disciplinar dos corpos (também chamado anátomo-política), exercido através da vigilância hierárquica, sanção normalizadora e o ritual do exame, num dispositivo panóptico, cujo efeito é uma forma de indivíduo – perpassando instituições como o hospital, a prisão, a escola, e favorecendo a formação de saberes como a anatomia, a clínica, a psicologia, a criminologia. Por outro, um poder de regulamentação das questões coletivas (também chamado biopolítica), exercido através da gestão dos espaços de circulação, regulando os elementos aleatórios, encontrando a normalidade de onde se extrairá uma norma, em dispositivos de segurança, cujo efeito é uma forma de população – perpassando, por exemplo, intervenções na organização urbana, na relação dos aparatos médicos com a circulação de pessoas, por exemplo; favorecendo a formação e consolidação de saberes como a epidemiologia, a biologia, a economia política. (MATTOS, 2015, p. 390)

No entanto, como se pode deduzir, o aspecto anátomo-político ainda era rudimentar, exacerbando-se com a constituição dos centros de saúde, a partir do final dos anos 20.

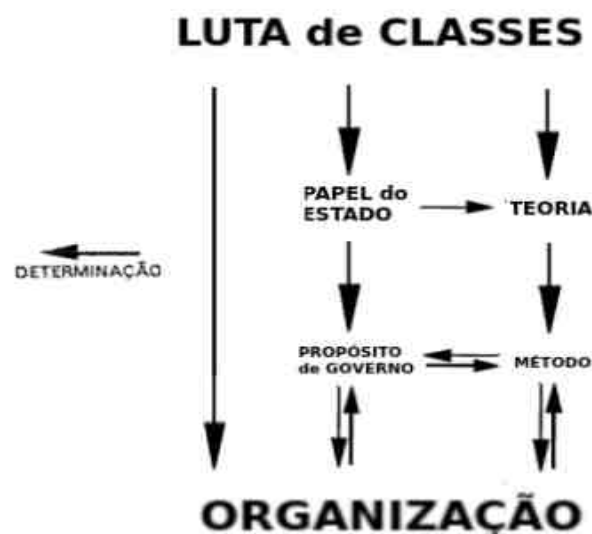
A gênese do aspecto socio-urbano da "questão social" aparece mediada pela medicalização: o higienismo a serviço da civilização capitalista é o articulador original da expulsão dos pobres, o eixo aparente da força centrífuga metropolitana, o "despotismo sanitário", como chamado então (GONÇALVES, Rafael, 2013, p. 70). Cabe dizer entretanto que o sanitarismo é atravessado por uma ambiguidade. O conhecimento que ele produz e as práticas que executa andam no fio do bisturi entre civilização e barbárie.

Por princípio a Saúde Pública considerou o Estado como instância legítima para sua atuação e de seu desenvolvimento [...] Sendo este Estado subordinado às relações de produção capitalista, a Saúde Pública atuou nos limites econômico e político da ação estatal, buscando uma comunidade sadia dentro do espaço de atuação possível das políticas sociais priorizadas para cada momento histórico. Deste modo, a Saúde Pública desempenhou a função de reproduzir uma estrutura já dada de relações sociais. É interessante notar que devido a este traço fundamental da Saúde Pública, muitos dos seus agentes foram, ao longo da história, criticados como meros partidários das políticas sociais vigentes, por recusarem uma atuação que atacasse a origem real dos problemas de saúde. Na avaliação de seus críticos estes seriam fenômenos estreitamente relacionados ao modo de produção capitalista e à forma de organização da sociedade. Na verdade, e honra seja feita, muitos propunham medidas mais radicais, que extrapolavam os limites impostos pela vinculação estatal da Saúde Pública cujas ações, caso fossem concretizadas, acarretariam significativas mudanças estruturais na sociedade, daí, invariavelmente terem passado à margem das políticas sociais que vigoraram em diversos momentos. [...] O próprio Oswaldo Cruz, ao tentar o controle da tuberculose, percebeu os limites do modelo sanitarista para enfrentar a complexidade do estado de saúde do país e propôs leis de proteção ao trabalho. Em 1906, Oswaldo Cruz chamou a atenção para o fato de que a persistência dos altos índices de mortalidade por tuberculose teria como causas a falta de arejamento e iluminação dos domicílios populares, a deficiência de alimentação, o esgotamento físico e mental dos operários e aglomeração excessiva nas habitações. Contudo suas propostas para profilaxia da tuberculose não foram recebidas com a mesma prioridade que as medidas contra a febre amarela. (CAMPOS, 1999, p. 74)

Neste sentido e na contramão dos interesses da "sagrada aliança", Cruz e Chagas, por exemplo, defenderam melhoramentos em cortiços. Inicia-se a tortuosa dúvida que ainda marca as intervenções na saúde hoje: mero autoritarismo das classes dominantes (que institui um "semi-sistema" para pobres) ou uma autoridade com legitimidade social (que expande garantias de sobrevivência, formalizadas ou não como direito)? Tal questionamento - que assume colorações singulares, por vezes partidárias, a cada conjuntura - deveria considerar as coisas não apenas em termos disjuntivos - seria mais interessante.

Procurando auxiliar o esclarecimento da questão, conforme o esquema proposto por Testa, adaptado por nós, cabe recordar - evitando assim muitos equívocos - que o que determina o propósito do governo é o papel do estado, que por sua parte é determinada pela história, e, como a história não determina nada, o que determina é a luta de classes (IASI, 2002, p. 156):

Quadro 1 - Esquema de Testa (adaptado)



Fonte: Adaptada de TESTA, 1992 apud CAMPOS, 1999

Apesar desta origem calcada em um biopoder medicalizante, o aspecto das relações de poder e dominação que incidem primeiramente sobre os cortiços e que se tornaram regulares no trato das favelas são as práticas de regulação social de *exceção*, mais ou menos intervencionistas. Inaugura-se, com a gestão dos cortiços, uma forma de regulação social

baseada na imposição de um *estado de exceção*, que será sistematicamente aplicada as favelas até nossos dias: o "congelamento urbanístico".

Ora, em uma sociedade extremamente desigual, patrimonialista e fortemente hierárquica, é previsível a formação de espaços onde seus moradores não gozam dos mesmos direitos civis e sociais dos demais cidadãos da *polis*.

No que tange as favelas cariocas, a explicação se concentra em termos práticos, na histórica aplicação arbitrária e seletiva da legislação urbanista. Ao menos até a década de 1980 [reativada desde as chuvas de 2010] a legislação urbanística considerava as favelas espaços ilegais que deveriam ser, mais cedo ou mais tarde, removidos e substituídos por habitações de tipo mínimo. O que importava não era a aplicação das prescrições legais contra as favelas, mas, sim, a possibilidade iminente de aplicá-las. Neste sentido, o processo de classificação das favelas como objeto jurídico específico reforçou e consolidou o aspecto ilegal destes espaços, permitindo, no entanto, sua existência na prática, ou seja, a não aplicação seletiva e arbitrária da legislação não poderia se configurar em um reconhecimento de fato desta realidade. A legislação urbanística em relação as favelas e, sobretudo, sua não-aplicação, se consolidavam como um mecanismo de poder, uma prática de governamentalidade nestes e destes espaços. Aplicando a reflexão de Giorgio Agamben sobre o estado de exceção para o caso das favelas, podemos afirmar, a partir do pensamento do filósofo italiano que esta suspensão da norma "não significa sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é (ou, pelo menos, não pretende ser) destituída de relação com a ordem jurídica" [conforme (AGAMBEN, 2004, p. 39)]. As normas jurídicas se manifestam, assim, a partir do pensamento de Foucault como dispositivos que, articulados com outros, expressos nos discursos e nas distintas formas de intervenção nas favelas, consolidam estas áreas como espaços de exceção. (GONÇALVES, Rafael, 2015, p. 143-144)

Há uma forma geral (e abstrata) deste estado de exceção.

É possível e provável, e os exemplos são inúmeros, que no Brasil tenha se constituído um verdadeiro campo político, e psíquico, de uma ação pela *ordem* que não corresponda aos direitos universais, relativos à história do processo normativo e político ocidental, os mesmos que, para estar inserido, o país também professa; e, até mesmo, em um grau ainda mais fantástico, é possível que tal chamado a ordem não corresponda ao próprio campo e à estrutura das leis, mais ou menos racionais, mais ou menos sociais, vigentes no país.

O principal agente dessa *ordem acima da lei*, que recebe dela seu mandato não escrito e goza do privilégio de ser sujeito desse desejo social fantasmático, é a polícia, ou melhor dizendo, as várias polícias existentes no país. Durante os períodos de exceção ditatoriais brasileiros, o aspecto policialesco para dentro foi também realizado pelas próprias Forças Armadas - e aqui seria preciso dizer os períodos de *mais exceção* brasileiros... da origem militar positivista da república, passando pelo pacto senhoril antidemocrático da primeira república paulista mineira, pela ditadura de 1937-1945 e pela grande ditadura de 1964-1984, se não incluirmos aí a aberta política de ilegalidades consentidas a respeito da escravidão, do Império. Nesses momentos, o povo e as dinâmicas sociais nacionais, carentes de um quadro simbólico de legitimidade moderna do conflito de classes, são o verdadeiro inimigo contra quem deve-se levantar a *ordem* mais radical, legitimadora de toda exceção, a começar pelo direito à tortura e ao assassinato [...].

[...] É certo que [...] importa muito para o sentido da *ordem* brasileira o fato histórico da não observância por parte da elite imperial do século XIX da lei que proibiu o tráfico de escravos, que definiu as posições públicas dos senhores brasileiros *a favor da transgressão sistemática de suas próprias leis*, em postura e prática

perversas que foram centrais para o espaço jurídico do Império brasileiro. (AB'SABER, 2015, p. 98)⁵

Esta ordem acima da lei que desrespeita suas próprias regras, o faz em geral com a justificativa de manter o que Foucault chama de "pacto de segurança"⁶ (o laço entre o estado e a população, que diz "vocês estão garantidos contra o risco, a incerteza, o acidente, o dano..."); no entanto, esta "insegurança" pode ser gerida perversamente, para outras finalidades, como no caso do "congelamento urbanístico" ou das "operações de bandeira branca"⁷. Há um caráter intrinsecamente estatal ao estado de exceção, cujo o correlato "privado" seria a convulsão revolucionária. Conforme a concepção de Foucault todo Estado tem uma *vocação* totalitária: "toda uma efervescência de abusos, de excessos, de irregularidades, forma não uma deturpação inevitável, mas a vida essencial e permanente do estado de direito" (FOUCAULT, 2001, p. 139 apud FARHI NETO, 2009, p. 119); "toda campanha sobre segurança pública deve estar apoiada - para ter credibilidade e ser rentável politicamente - por medidas espetaculares que provem que o governo pode agir, rapidamente e firmemente, acima da legalidade. Agora, a segurança está acima da lei" (FOUCAULT, 2001, p. 327 apud FARHI NETO, 2009, p. 118).

Estes espaços de exceção operam através do estabelecimento de um inimigo social (em geral propagado através de campanhas midiáticas) - e mesmo no caso desta forma de poder se tornar sistemática, descambando em um *estado de mais-exceção* (por exemplo o estado de segurança nacional) que toma virtualmente a todos, ao "povo", como potencial inimigo, ela opera diretamente através de inimigos bem localizados: os anarquistas, os comunistas, os subversivos, os terroristas, os vândalos. Estes inimigos internos expressam a permanente guerra civil (acrescento: que compõe a sociedade de classes):

⁵Note-se que este autor, diferentemente das citações anteriores, utiliza o conceito de polícia no sentido estrito (como aparato de repressão) e de exceção/mais-exceção de modo distinto das citações anteriores, mas que pode ser correlacionado. Em suma, a posição defendida aqui, sem maiores questionamentos (pertinentes, a serem feitos em outro lugar), por questão de facilitar a narrativa, assume que nas ações estatais brasileiras do final do século XIX em diante, caracteriza-se - como teoriza Agamben, seguindo Benjamim e Foucault (ainda que em determinados textos ele procure fazer uma distinção que se aproxima daquela que separa estados totalitários dos demais) -, assim como todo estado moderno - mesmo aqueles centrais -, por uma mescla de direito e exceção, ocorrendo períodos de mais-exceção - períodos em que as regras tornam-se suspensas, ocultas ou turvas, como, por exemplo o apagão de dados e a promulgação de leis as quais não se tem acesso, vivenciados entre 1969 e 1975 na última ditadura propriamente dita, são um exemplo maior. Em uma perspectiva político-filosófica diversa, essa divisão pode ser aproximada do que se convencionou chamar por um lado de ditadura democrática burguesa ou ainda autocracia burguesa.

⁶Sobre o assunto, sugiro a sistematização feita por Farhi Neto (2009, p. 117).

⁷Nos casos de negligência sistemática (ou mesmo a provocação de incidentes) que desencadeiam um estado de exceção.

Assim, a guerra civil não pode em nenhum caso ser considerada como alguma coisa que seria exterior ao poder, que seria interrompida por ele, mas como uma matriz ao interior daquele.

A guerra civil assombra o poder, não no sentido de um medo, mas no sentido de que a guerra civil habita, atravessa, anima, investe por todas as partes o poder [...] O exercício cotidiano do poder deve ser considerado como uma guerra civil: exercer o poder é, de certa maneira, manejar a guerra civil e todos seus instrumentos.

O importante [...] é ver que o poder não é aquilo que suprime a guerra civil, mas o que a maneja e a continua. E, se é verdade que a guerra exterior é o prolongamento da política, é preciso dizer, reciprocamente, que a política é a continuação da guerra civil. (FOUCAULT, 2013, p. 33-34)

A crítica mais usual a este tipo de consideração assemelhar-se-ia aquela ressalva que Machado da Silva faz ao que poderíamos chamar de "teoria geral das favelas" de Michel Agier, que ele chama de "história estrutural da fragmentação das cidades contemporâneas", tese "com massivo fundamento etnográfico" que considera os guetos e favelas

como processos inéditos de formação urbana, que tem raiz nos campos de refugiados, acampamentos informais e toda sorte de foras de lugar tendo a função de refúgios [...] um abrigo criado em contexto hostil de guerra, de violência, de rejeição xenófoba ou racista (AGIER, 2015, p. 33 apud SILVA, L., 2015, p. 8)

Machado da Silva considera o caso brasileiro "um ponto fora da curva", não porque não exista "rejeição xenófoba e racista", mas porque a guerra e a violência não foram as "únicas razões do movimento das cidades",

muito mais influenciado pela atração das cidades que começavam a se industrializar e a necessitar de força de trabalho; por estas bandas, o repúdio aos migrantes sempre foi muito menor, assim como qualitativamente mais brando [...].

As ambiguidades da dominação no Brasil urbano sempre foram marcadas por uma incorporação seletiva que mitigou a opressão unilateral, ao implicar, ao mesmo tempo, repressão e aceitação, em doses variadas ao longo do tempo. Por exemplo, no que diz respeito às favelas, que são - ou melhor, foram - a mancha urbanística mais próxima a noção de refúgio, denominei a modalidade de controle da década anterior ao golpe de 1964 de "controle negociado", para indicar uma forma de afunilamento coercitivo da absorção do trabalho que não a eliminava e, mais do que isso, associava o reconhecimento da subalternidade com a esperança e a luta concreta em torno da mobilidade ascendente [...]. Este era o pano de fundo da formação dos projetos de vida dos segmentos populares, que refreavam o ímpeto revolucionário do conflito social, enquadrando-o como reprodução de um sistema estável de dominação. Por fim, não obstante a dolorosa adaptação à vida urbana e as precárias condições de vida da imensa maioria de migrantes, não se deve esquecer que o próprio deslocamento para a cidade grande era, em si mesmo, um salto crucial para a mobilidade ascendente, seja em termos socioeconômicos, políticos ou culturais. (SILVA, L. 2015, p. 9)

Se não há como negar esta fonte original e mesmo o nuançado "controle negociado" - ou seja, que o pacto socioespacial que passa a vigorar na cidade, além das implicações sobre

os salários dos trabalhadores, estabelece a precariedade e

a informalidade fundiária não como fruto da incapacidade do estado de gerir o problema das favelas, [mas como] um elemento estruturante do desenvolvimento econômico da cidade, permitindo manter em níveis toleráveis as tensões sociais, garantindo a moradia a uma grande parte da população que jamais poderia adquirir sua moradia pelo viés do mercado formal. (GONÇALVES, Rafael, 2015, p. 149)

- cabe notar que a própria noção de congelamento urbanístico como exemplo de instauração de um estado de exceção *explica essa "cordialidade"*.

A despeito da não aplicação das disposições jurídicas que previam a erradicação das favelas, o seu *status* ilegal foi mantido e reforçado, provocando uma uniformização do conceito jurídico de favela, que acarretou uma *modelagem dos comportamentos dos diferentes atores sociais*. Essa flexibilização da aplicação do direito, no que diz respeito as favelas, foi se impondo de forma sistemática, mas como *exceção a lei*, e de forma tal que ela não pudesse desencadear o reconhecimento oficial de direitos aos favelados. Tratava-se, portanto, de manter a legitimidade simbólica da norma, permitindo, ao mesmo tempo e paradoxalmente, a sua aplicação arbitrária desta norma, de tal forma que a flexibilização das disposições jurídicas permanecesse sempre associada a ideia de *um favor oferecido pelos poderes públicos*. (GONÇALVES, Rafael, 2013, p. 374. Grifo nosso)

Em uma sociedade que separa suas classes, ou seja, em uma cidade que passa pela metamorfose que faz dela uma cidade capitalista (ainda que o capitalismo neste período fosse fetal, suas pretensões, pontencialidades e possibilidades não eram), essa separação - com toda sua significação racista - é separação do local de trabalho. A favela é a exceção também a esta ordem, uma atenuação da violência socio-espacial do próprio processo de "progresso": trabalharás perto de casa.

A ocorrência de revoltas no período - Revolta do Vintém (1880) (desencadeada por conta do aumento dos bondes movidos a burros); o movimento abolicionista (intensificado no final do século XIX); a Revolta da Armada (1891); o Estado de Sítio (1892); a Segunda Revolta da Armada (1893-94), as Revoltas da Carne Fresca (1902); a Primeira Greve Geral Operária no Brasil (1903); a Revolta da Vacina (contra a reforma da saúde e sua vacinação obrigatória promovida por Cruz, no contexto de destruição e reconstrução do centro e tentativa de tomada do poder por diversos grupos políticos, notadamente anarquistas) (1904); a Revolta da Chibata (1910); as resistências contra as remoções, pela ocupação dos morros do Centro entre 1897-1922 (incluindo a marcha em direção ao palácio presidencial em apelo ao presidente em 1916); a Greve Geral e Insurreição anarquista de 1918 (que grande aparato militar realizou revistas em todos que transitavam pelas ruas); o "clima" tenentista no período, emblemático pela Revolta dos 18 do Forte (1922); encerrando com instauração de um estado

de sitio entre 1922 e 1927 - permite supor a explosividade de tal reconfiguração, considerada "cidade rebelde".

Esta cidade convulsionada pretende atrair o mundo. Como nos países centrais e dominantes, a reconfiguração urbana desencadeia uma transformação permanente, justificada por megaeventos, cujo conteúdo nacionalista, civilizador, servem de ilustração do contexto as vésperas da Grande Guerra de 1914 - que impulsionará novamente a economia brasileira. Em 1908, com pavilhões de diversos estados e empresas, trata-se das comemorações do centenário da abertura do portos na Urca, que servia de apresentação a profunda reforma modernizante do Porto do Rio, um dos mais avanços do mundo então (LESSA, 2001, p. 214). O próximo grande megaevento, de caráter mundial (o primeiro realizado na America do Sul e fora do eixo dos países centrais do capitalismo mundial), foi a Exposição Internacional comemorando o Centenário da Independência, em 1922 (com presença de 14 países, mais de 6000 expositores de todos os estados, 3 milhões de visitantes), que concluirá a Urca - a Urca, urbanização carioca, bairro formado principalmente por aterros, local preferencial dos megaeventos (tal qual a Barra hoje), consolidada com as destruições do Morro do Senado e do Castelo. (A Urca só será plenamente utilizada em torno do ano de 1933, quando é inaugurado o Casino do hotel, atingindo seu auge nas bananas de Carmen Miranda em torno de 1939-1941). O maravilhoso Rio de Janeiro entra no circuito dos megaeventos mundiais. O sonho olímpico inicia-se: em 1927 iniciam-se as movimentações que culminarão na primeira postulação brasileira de candidatura para Olimpíadas em 1931, que acabaram ocorrendo na Berlim nazista em 1936.

Foto 1 - Destruição do Morro do Castelo (1922)



Fonte: MORRO, 1922.

Foto 2 - Morro do Castelo (destacado)



Fonte: DESTAQUE, S/D.

Se o centro é a mórula da cidade de hoje, o Morro do Castelo era a célula primordial, destruída por completo em 1922 (ver Fotos 1 e 2). Alvo de uma intensa disputa entre classes, sua destruição, no bojo de uma onda de remoções de 1920-1922 cujo preambulo foi a

destruição do morro do Senado em 1910, deve ter tido mesmo assim caráter traumático e demonstrativo da força, pois os moradores da primeira favela, local que aglutinava uma série de preconceitos, nunca acreditaram que pudessem ser removidos, que dirá o Morro inteiro ser destruído, em nome dos "megaeventos". Trata-se de um capítulo especialmente ilustrativo da articulação entre remoções e desenvolvimento capitalista no sentido de confluência entre interesses estatais e capitalistas, nacionais e internacionais, que tem na favela uma espécie de reserva de "acumulação primitiva", um resto de escravidão que pode sempre ser "civilizado", sofrer uma grande transformação sendo expulsa de onde está, seguindo a força centrífuga em direção às periferias. A destruição do morro do Senado marca o início de um período de transição entre o ciclo de expansão do centro, que se encerrará com a formação diagramática do Rio de Janeiro que se encerrará em meados da década de 1940, com o crescimento da Zona Sul e Copacabana e o surgimento da Baixada Fluminense, constituindo-se a infraestrutura a partir de 1936 mas intensificando-se com a Avenida Brasil a partir de 1946-1950.

Os vetores do crescimento carioca/fluminense consolidam-se já nas três primeiras décadas do século XX, e demonstram notável expansão da tessitura urbana da cidade em dois sentidos: rumo ao que se convencionou ideologicamente (pejorativamente) chamar "os subúrbios", na Zona Norte, acompanhando o estabelecimento da energia elétrica, do sistema de transporte público (em especial o bonde) e do avanço das linhas ferroviárias, para onde se deslocaram os pobres e as indústrias; por outro, com infraestrutura cada vez mais adequada, as classes altas e relativamente altas (além de gravitar em torno de alguns centros comerciais espalhados pelo tecido urbano) acompanhada de sua senzala capitalista se concentrará nas zonas norte (principalmente no entorno da região da Tijuca) e sul, na orla.

6 RIO DE JANEIRO KEYNESIANO-FORDISTA (1930-1980)

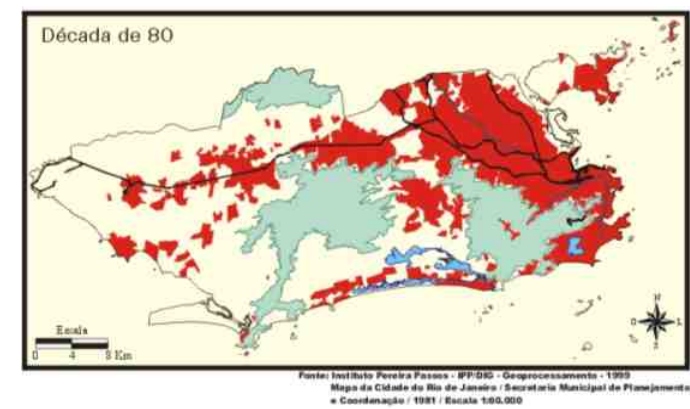
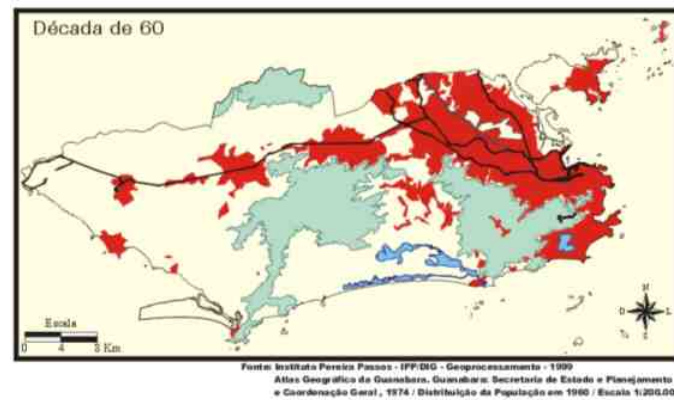
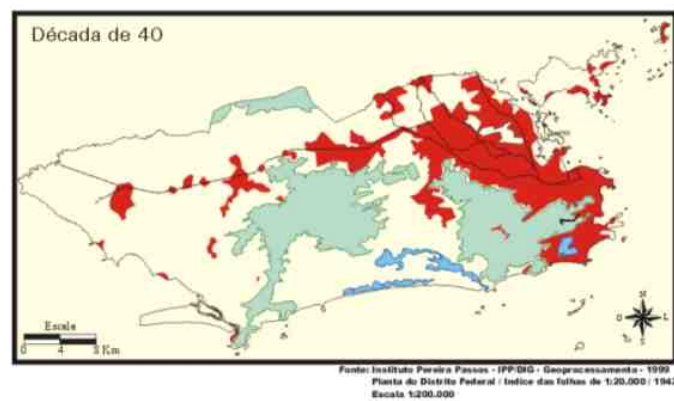
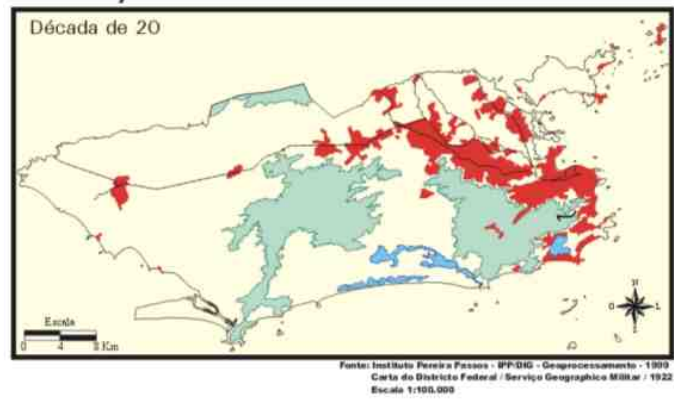
A emergência no Rio de Janeiro de uma forma de metrópole (expressa pelo modelo de cidade de Hoyt em 1939) próxima do modo de regulação (normas de produção, de consumo, de gestão da relação salarial, em suma, um conjunto complexo de relações socio-político-econômicas) do fordismo-keynesianismo (ou a tentativa de segui-lo, que levará aos principais autores de tal conceitualização⁸ a falar, no caso de desenvolvimento brasileiro, de momentos de incompletude ou caricatura, até a formação de um autêntico modelo periférico, com uma série de ressalvas) iniciará com o Estado Novo - a constituição propriamente de um estado que funciona com autonomia relativa e não como mero funcionário das classes dominantes (expressa na composição heteróclita e contraditória dele, por exemplo a substituição de Pedro Ernesto por Henrique Dodsworth), bem como o início de um capitalismo propriamente dito, com o crescimento industrial, cujo centro localiza-se em São Paulo.

No Brasil, cujo principal "parceiro", particularmente com entrada na segunda guerra mundial, passa a ser o imperialismo dos EUA, em que desenvolvimento capitalista se intensifica (industrialização e urbanização), orientado pelo Estado, em especial no pós-guerra (ligada aos fluxos migratórios internos, do interior do estado e de outras regiões, principalmente do nordeste, em contexto demográfico de alto crescimento populacional com queda da mortalidade), o crescimento do Rio de Janeiro continua, fica marcada pela continuação da *haussmanização* pelo Estado Novo, com Henrique Dodsworth a frente e pelo surgimento de conjuntos habitacionais característicos do período e a mudança na mobilidade do eixo ferroviário (que se moderniza, eletrificado) para o automotor, que reorganizará a cidade. São realizadas obras públicas de grande porte (às expensas de programas sociais) que terminam o desenho da cidade iniciado no período liberal, entre as quais a reurbanização de áreas do centro da cidade como a esplanada do Castelo, a abertura da avenida Presidente Vargas, da Avenida Brasil, o início da construção do estádio do Maracanã e da estrada Grajaú-Jacarepaguá, adaptando a cidade a era do automóvel e da indústria. Saldo: entre 1941 e 1947, apenas no centro, 2400 edificações destruídas (525 prédios na Avenida Presidente Vargas), 18000 pessoas afetadas, grande parte dos remanescentes cortiços, figura que será fortemente reduzida na paisagem urbana. Com essa destruição final dos cortiços, aliada as migrações, as favelas se expandem fortemente nas décadas de 40 e 50, espalhando-se simultaneamente para os subúrbios e periferias.

⁸Por exemplo Liepietz (1989). Um exemplo de revisão e crítica para o caso brasileiro sugerimos Duarte (2000).

Sobre a expansão do diagrama da cidade e da população, com deslocamento da periferia, acompanhando o movimento das fábricas e, conseqüentemente, das favelas e o crescimento da Baixada, ver os mapas 13 a 22. Neles podemos perceber como a mancha urbana, principalmente entre as décadas de 40 e 60 (com avanço sobre áreas rurais que se refuncionalizam-se no período de aceleração da industrialização, adaptação a "era do petróleo" e diminuição de investimentos agrícolas na região), seguindo as principais vias ferroviárias e rodoviárias, consolida-se na Zona Oeste e na Zona Norte encontra-se tanto com o crescimento da periferia dentro do próprio município - por exemplo, na região de Anchieta e da Pavuna crescendo entre as décadas de 1950 e 1960 entre 81 e 120% (e a população favelada de Madureira crescendo acima de 200%) -, quanto com o de municípios vizinhos, por exemplo, Nova Iguaçu, que cresce, no mesmo período, acima de 120%. Ao mesmo tempo, principalmente no período entre as décadas de 50 e 60 do século XX, tanto na periferia que se expande quanto no espaço entre ela e o núcleo, cresce a produção de habitação (conjuntos habitacionais direcionado principalmente para os trabalhadores formalizados), que no entanto não quita o déficit habitacional - tal qual, a título de comparação na América Latina do mesmo período, ocorre em Buenos Aires, na Argentina (FERNANDES, N., 2008).

Mapas 10, 11, 12 e 13 - Evolução urbana do Rio de Janeiro (1920-1980)



Fonte: PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2000.

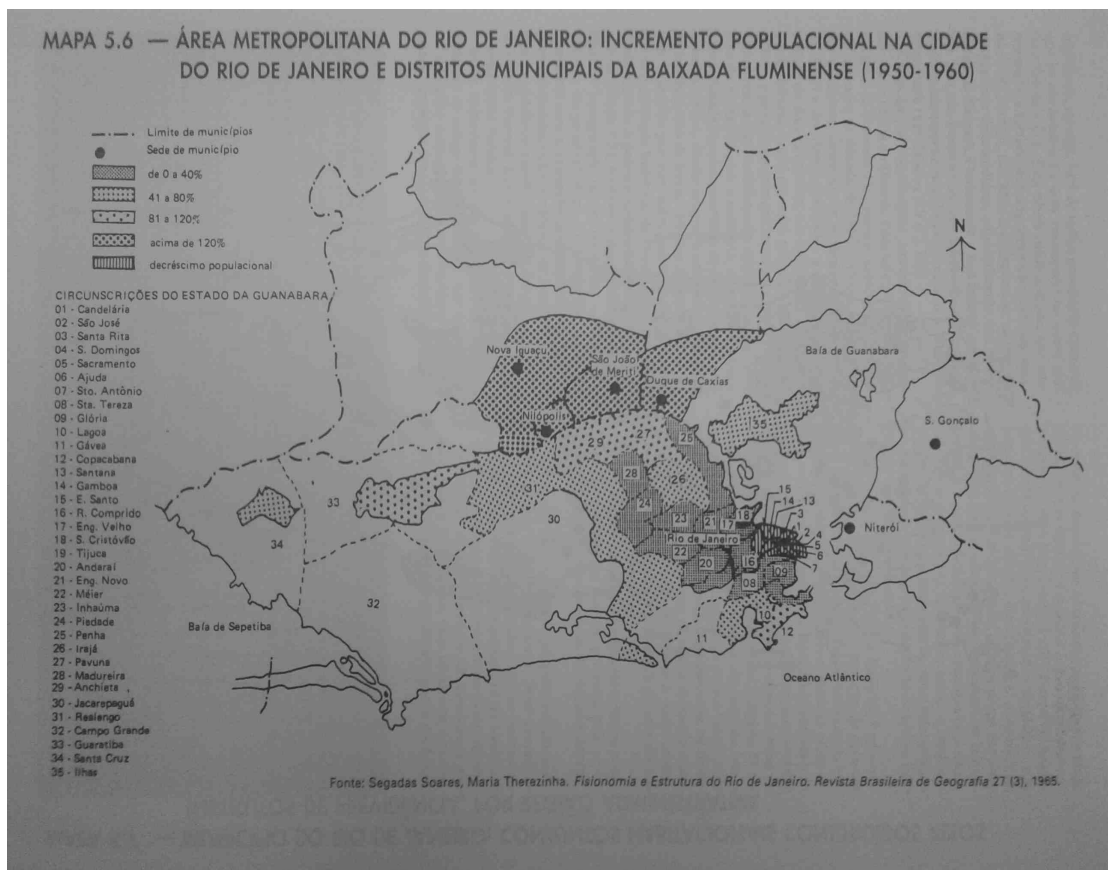
Mapa 14 - Crescimento da mancha urbana Nova Iguaçu (1922-1959)



Fonte: Soares, 1962

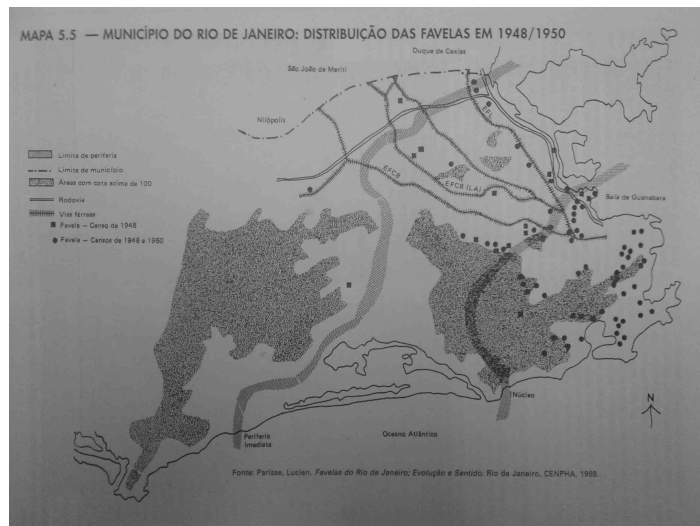
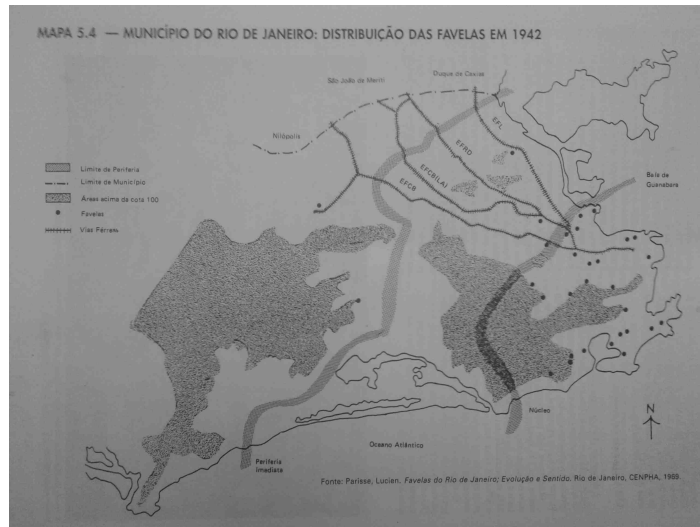
Fonte: ABREU, 1988

Mapa 15 - Incremento populacional da Região Metropolitana (selecionados) (1950-1960)



Fonte: ABREU, 1988.

Mapas 16, 17 e 18 - Localização das favelas (1942, 1948, 1950, 1960)



Fonte: ABREU, 1988.

Mapa 19 -Taxa de aumento da população favelada (1950-1960)



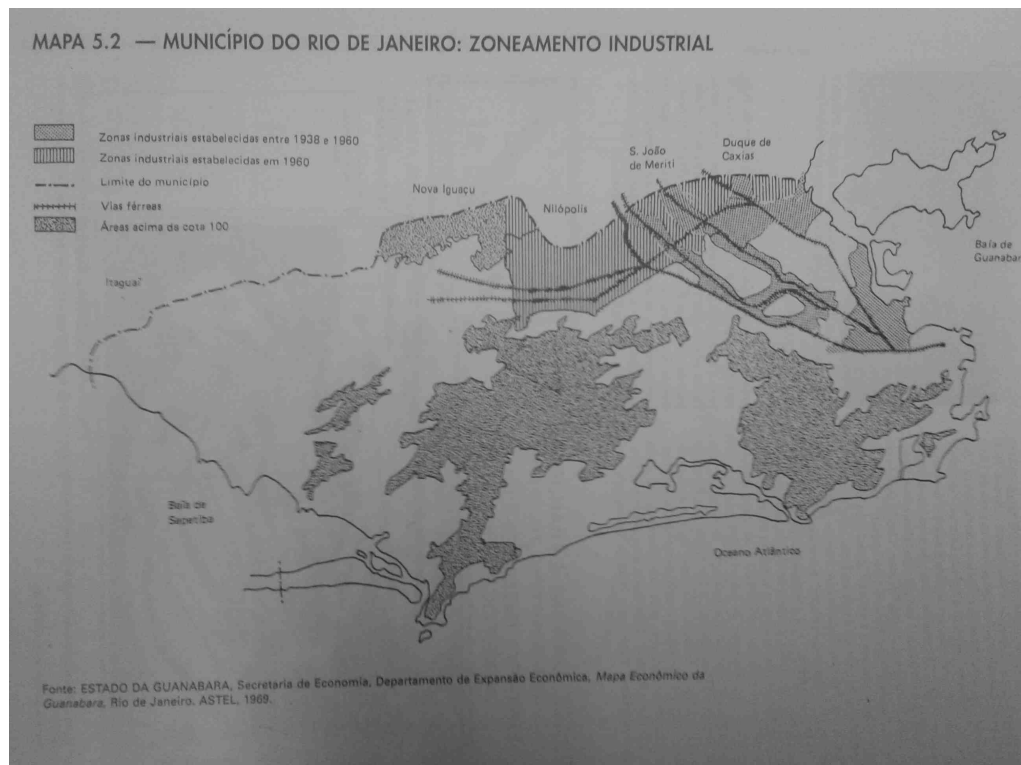
Fonte: ABREU, 1988.

Mapa 20 - Conjuntos habitacionais construídos pelos Institutos de Previdência



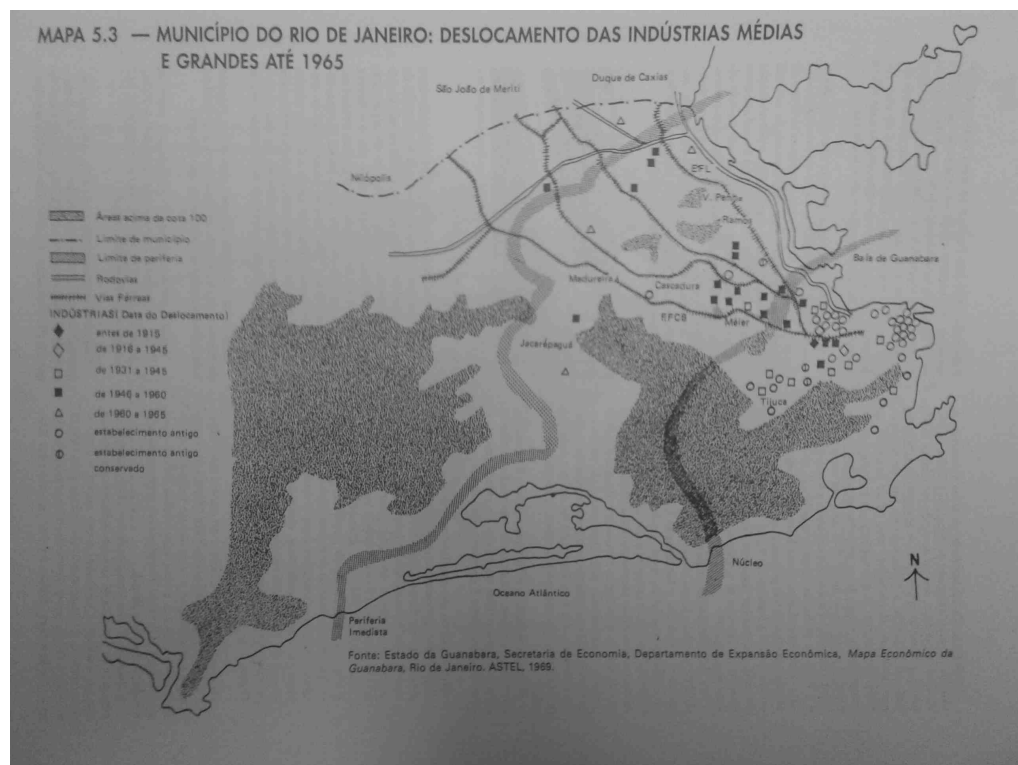
Fonte: ABREU, 1988.

Mapa 21 - Zoneamento industrial (1938-1960)



Fonte: ABREU, 1988.

Mapa 22 - Deslocamento de Indústrias médias e grandes (até 1965)



Fonte: ABREU, 1988.

Foto 3 - Fotografia do Parque Proletário Provisório nº1



**Vista do Parque Proletário Provisório nº.1- Gávea - RJ - Acervo da
Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo de
Documentação - Código - VT/MS/19390207**

Fonte: RODRIGUES, R., 2014.

A administração Dodsworth, com base nas diretrizes do Código de Obras de 1937 e dos estudos sobre favelas conduzidos por Victor Tavares de Moura, implementou um ambicioso projeto de construção de parques proletários para reabrigar a população favelada. O projeto visava, inicialmente, beneficiar cerca de 300 mil habitantes [aproximadamente 17% da população]. Mas na verdade, durante todo o Estado Novo, o governo municipal não construiu mais de três Parques Proletários [na Gávea, no Caju e na Lagoa, regiões periféricas], instalando nos mesmos um pouco mais de 4 mil favelados, nas proximidades de suas favelas originárias. Os parques eram administrados pelo Departamento de Assistência Social, vinculados à Secretaria da Saúde e Assistência Social do município. O Parque nº1 situava-se no bairro da Gávea, antigo bairro industrial que já estava perdendo suas feições operárias. [...] Ele recebeu a população expulsa da Favela Parque da Memória, removida em 20 de maio de 1942.

Esses parques tinham caráter provisório. Neles, o município havia construído barracos de madeira e tinha remanejado a população, a fim de poder urbanizar as favelas distribuídas.

[...] Além do apoio político da população diretamente beneficiada, assegurava-se também a oferta de mão de obra barata. Ela permitiu também um controle mais

rigoroso sobre aquela população, já que a municipalidade podia, a qualquer momento e de forma arbitrária, remanejá-la para outros lugares. [...] O aspecto precário e provisório destes parques não era um elemento contingente, mas a própria base dessa política [...] dado o fato que os parques eram muito valorizados. Além de sua natureza provisória, esses parques visavam [...] educar e recuperar o favelado, integrando-o à sociedade como elemento útil e produtivo [...] o prefeito Dodsworth afirmaria alguns anos mais tarde [...] "antes da casa própria, a recuperação do indivíduo deformado pela promiscuidade macabra da favela". Os parques se inseriam em uma espécie de projeto pedagógico autoritário, que visava exercer um estrito controle sobre a população. No que diz respeito especificamente ao Parque nº1, além da presença de um posto policial no seu interior, o administrador do parque revestia-se de grande autoridade. Todos os residentes tinham obrigatoriamente um cartão, os portões eram pontualmente fechados às 22h, e o administrador fazia uso, todos os dias, às 21h, do serviço de alto-falantes do parque para uma espécie de prédica que abordava assuntos suscetíveis de elevar moralmente os habitantes, segundo os princípios ideológicos do regime.

O sistema de controle social posto em prática se manifestava, antes de tudo, pelos rigorosos critérios exigidos para obter uma casa no parque: os moradores deveriam provar que trabalhavam, que estavam devidamente registrados no posto de polícia local e que, evidentemente, não tinham antecedentes criminais. Além disso, cada morador era obrigado a respeitar certas regras com relação à conservação das casas, ao convívio social (o silêncio no parque, a cordialidade das relações sociais...) às relações familiares (legalização do casamento, educação das crianças...) e ao ajustamento aos regulamentos militares, higiênicos e do trabalho.

Os assistentes sociais fiscalizam a limpeza das casas e até mesmo os costumes dos residentes. Durante o Estado Novo a prefeitura criou um notável aparelhamento social dos parques: serviços médicos, escola, distribuição gratuita de medicamentos, atividades recreativas e educativas. Depois da queda de Vargas, o projeto pedagógico dos parques foi definitivamente abandonado, e os serviços sociais foram a tal ponto reduzidos que o Recenseamento Nacional de 1950 já considerava oficialmente o Parque Proletário nº1 como uma favela qualquer. (GONÇALVES, Rafael, 2013, p. 129)

A constituição do parque proletário provisório (ver Foto 3) é exemplar das possibilidades de estabelecimento de uma sociedade disciplinar no Brasil⁹. No contexto de um estado de mais-exceção, as favelas passam a ter uma regra com o Código de Obras de 1937, uma esperança da saída do estado de exceção e integração a cidadania. Associadas a desordem, precariedade e ilegalidade, ao mesmo tempo passam a ter precários direitos e o estado passa a ter um dever: devem ser erradicadas e seus moradores alojados. O dever estatal se cumpriria através de uma intensa submissão desta população ao regime de relações de poder disciplinar. A passagem à hegemonia disciplinar - que se expressa na conformação da cidade com a constituição de bairros proletários fixando os trabalhadores nos "subúrbios" e posteriormente no indivíduo-automóvel das classes relativamente altas que passa a ser o elemento constitutivo da organização espacial - será operada sob comando da exceção generalizada (mais-exceção) fundado em um inimigo novo: o revolucionário, que, com a

⁹Nos países centrais do capitalismo, o modo de regulação fordista-keynesiano pode ser aproximada da grade conceitual de Foucault considerando o período entre a década de 30 e o final da 50 do século XX como apoteose da sociedade disciplinar (iniciada no início do século XIX), ou seja, de uma sociedade que compensa os mecanismos de regulação da vida coletiva (que produzem cada vez mais liberdade) com um investimento intenso na formação de corpos dóceis (através de instituições diversas).

desarticulação nacional e internacional do movimento anarquista e a incorporação de parte do tenentismo, será comunista - uma das preocupações disciplinares dos Parques Proletários era dissuadir o comunismo, seus apoiadores e militantes. Os dois inimigos sociais - o comunista e o favelado - manterão, até a próxima ditadura, estreitas relações.

Como se viu, tal processo é abortado - e podemos duvidar, pela localização cobiçada pelo bloco histórico capital-estado, que houvesse de fato a perspectiva de integração ao regime disciplinar que se instaurava - sendo as favelas mantidas no estado de exceção com o descumprimento da regra recém-estabelecida. A política do "congelamento urbanístico das favelas" é formalizada: estabelece-se o descumprimento sistemático do duro Código de Obras de 1937 (que vigorará até a década de 70), com as favelas "toleradas" por sucessivos governos, até a "grande expulsão dos pobres" da próxima ditadura. A possibilidade de término do estado de exceção das favelas e integração disciplinar pode ser entendida como a assunção dos mecanismos disciplinares como modo preferencial de regulação social, ao menos como tendência (substituída por estratégias de melhoramentos nos espaços de exceção, capitaneados pela Igreja Católica Apostólica Romana materializada na Fundação Leão XIII)

Essa expectativa de integração autoritária será reativada na "era das remoções", iniciada em 1962 (período em que ocorrerá a "laicização" da Fundação Leão XIII com sua incorporação ao aparato estatal, sendo preterida pelo apoio preferencial estadunidense da "Aliança para o progresso"), quando a política estatal, antecipando o próximo estado de exceção (fundado novamente sobre o inimigo interno comunista), ressuscitam os Parques, sob a forma de Conjuntos Habitacionais Provisórios, por exemplo, em Manguinhos, ou pelos loteamentos na Baixada Fluminense (segundo forte pelo menos até o ponto de virada da ditadura por volta de 1974-75).

Seguindo o modelo bismarckiano de seguros sociais, com a formação das Caixas de Aposentadoria e Previdência a partir de 1917, institucionalizados com a lei Eloy Chaves em 1923 (próximo de cento e dezenove mil segurados no Brasil em 1932, ou seja 0,39% da população - se considerarmos, avaliando, por baixo, pelo último dado anterior disponível, os pouco mais de trinta milhões de brasileiros em 1920) seguida pelas modificações que as transformam em Institutos de Aposentadorias e Pensões a partir de 1933 (chegando a cobrir 51% da população economicamente ativa urbana em 1945, a quase três milhões e meio de segurados nacionalmente em 1948 e pouco mais de cinco milhões em 1960, 7,4% de uma população da ordem de 70 milhões) (SCOREL, 2008, p. 359; MERCADANTE, 2002, p. 239; KERSTENETZKY, 2012, p. 210) iniciam modificações na estratificação social, no sentido de se dualizar, separando trabalhadores formais e informais. A saúde também

acompanhará as reconfigurações, com regulamentação e crescimento da assistência mútua médico-sanitária destinadas aos trabalhadores ao mesmo tempo que tem seguimento ações "campanhistas" e a organização de um sistema, com a construção de hospitais, dispensários e postos de saúde, na gestão de Pedro Ernesto e seguintes, que segue a distribuição concentrada desigual da cidade. Deste período em diante a divisão básica de acesso a saúde no Brasil está dada: quem não tem carteira assinada é cidadão de segunda categoria, com menos tudo.

Quanto a sua dimensão de política social propriamente dita, o aparato hospitalar destinou-se ao papel de manutenção da força de trabalho [formal], permanecendo na antiga organização sanitária a função de manter gastos sociais mínimos ou residuais para a parcela da população alienada do processo de desenvolvimento industrial. (CAMPOS, 1999, p. 43)

As intervenções na saúde do período colocam-se questões geopolíticas. Durante período expansivo das interferências e estabelecimento de influência dos EUA nas Américas, que se aprofunda em torno da virada do século, a Fundação Rockefeller (ação humanitária e filantrópica do dono do monopólio do petróleo estadunidense criada em 1913 como proteção a escândalos relacionados a sua figura, que atuou por décadas em uma dezena de países pelo mundo) incentiva tanto a formação de instituições de ensino quanto os modelos de organização de saúde. Em Nova York, em 1927, com o aumento da "eficiência dos métodos de controle da tuberculose" acompanhada pela formulação de novos equipamentos coletivos ("adaptando a ideia da loja de departamentos ao campo da saúde") e fortalecendo a ideia da capilaridade dos serviços, no contexto de grave crise social e reestruturação da cidade (adaptando-a ao carro, ligando Manhattan por tuneis e pontes), Nova York institui definitivamente os centros de saúde (ensaiados em 1915 com o experimento do Distrito Sanitário I na Zona Leste da cidade, a mais pobre) como focos de administração, relacionando serviços de uma determinada área. Quase simultaneamente, primeiro em São Paulo em 1926 e depois no Rio de Janeiro em 1927 inaugura-se o primeiro Centro de Saúde (Inhaúma) e em 1929-30 mais três (Jacarepaguá, Bangu e Penha), todos nas áreas mais pobres, os únicos serviços na periferia (que desencadeava uma superexploração dos profissionais de saúde). Estes Centros de Saúde - que serão ampliados, seguindo o clima de improvisação (que seguirá por anos ou décadas, em alguns casos), com a reconversão dos Postos de Saneamento e Profilaxia e das Delegacias de Saúde em Centros de Saúde apenas a partir de 1937, quando a cidade será esquadrinhada em 12 distritos de saúde, capilarizando, de modo insuficiente, os equipamentos coletivos e ampliando fortemente o número de trabalhadores da saúde - serão o principal dispositivo territorializado que encarnará o poder disciplinar na saúde, com altos e

baixos, e com modificações (reformas nos prédios, substituição de práticas etc) até o final da década de 70. Uma sequência de trechos do texto de Campos sobre os Centros de Saúde permite entrever suas funções de regulação social.

O papel dos Centros de Saúde como organização necessária à assistência à saúde no Brasil sempre esteve ligado ao debate sobre os segmentos despossuídos da população, tanto em seu aspecto epidemiológico, quanto educacional ou social. [...]

As cidades então deveriam ser divididas em distritos e, em cada um deles, um Centro de Saúde deveria ser instalado, funcionando com vários dispensários em horários alternados, sob a chefia de um médico sanitário. [...]

A Epidemiologia, esquadrihando todo o território urbano por meio da distritalização, poderia agora fornecer, em tempo real, a evolução das principais endemias e epidemias, assim como dos problemas relacionados à saúde materno-infantil e outras doenças, tornando possível medidas eficazes de controle e profilaxia. [...]

O avanço do conhecimento clínico e epidemiológico permitiu implementar um novo modelo de quarentena "[...] [que] não é mais um método genérico, que engloba, às cegas e indiscriminadamente, tanto os doentes quanto os sãos, tanto o que é nocivo quanto o que não é. Esse novo modelo exige um conhecimento minucioso e preciso, que se aplica com cuidado e paciência, e não usa a pura força". [...]

As enfermeiras visitadoras consistiam no outro pilar no qual se apoiava esta nova estratégia. Tanto é que, em 1939, o município do Rio de Janeiro contava com 120 profissionais deste tipo, atuando principalmente na tuberculose e na saúde materno-infantil.

Os Centros de Saúde foram fundados sob a ótica organizacional que valorizou a delimitação clara de seu objeto de trabalho, das técnicas, das normas e rotinas, além de fluxos de tarefas e de metas bem definidas quanto ao alcance de resultados. Como uma organização burocrática, pressupõe-se que esta tenha assumido as características típicas a este tipo de organização como, por exemplo, a de resistência a mudanças bruscas e repentinas advindas do ambiente externo. Isto pode, de fato, ter garantido a sua sobrevivência, especialmente nos momentos extremamente desfavoráveis quanto à condução da política de saúde vigente no país. (CAMPOS, 1999, p. 35ss)

Cabe acrescentar que o luta pelo saneamento higienista, embora deixe de ser prioritária, não havia terminado, apresentando progressos e regressos: podemos citar o retorno das epidemias de febre amarela urbana, com a epidemia de 1928-29; ou, no pós-guerra, a erradicação parcial da Malária, a efêmera erradicação do *Aedes Aegypti* (que retornará e será eliminado outras vezes, até a reinfestação em 1973) e a vitória total sobre a boubá em 1955.

Como será praxe, a reorganização sócio-urbana - que nas décadas de 40 e 50 expandem a cidade para os limites atuais, em torno do advento do carro e da hegemonia do ônibus como principal transporte público - acompanha a da polícia (incluindo agora abertamente a perseguição política institucionalizada, que atravessará a democracia para ingressar em outra ditadura). No âmbito dos ilegalismos, na década de 50, na esteira da proibição das drogas (1940), estabilizar-se-á o tráfico de maconha, cocaína e derivados do ópio, como morfina, (relativamente limitado ao submundo dos movimentados prostíbulos e do crime); em torno do Jogo do Bicho (a já célebre "contravenção" desde 1941), que possui

distribuição fortemente capilarizada pela cidade, inicia-se um período, principalmente na década de 50 e 60, de intensa disputa, uma verdadeira guerra, entre bicheiros (que já apoiam as territorializadas escolas de samba, cuja competição foi oficializada em 1935), que só acabará com a "oligopolização" do "negócio" na década de 80 - profissionalização ocorrida por intermédio direto e forte apoio dos segmentos militares da ditadura do grande capital.

A luta pelo controle de pontos e áreas do jogo no Rio de Janeiro, da década de 1940 até o final dos anos 1970, foi um importante fator da representação social da violência na cidade, mas foi a ligação que se estabeleceu entre esse mercado ilícito e a "proteção" policial o principal responsável pela representação crescente de corrupção policial na cidade (ao lado da exploração do lenocínio) até que o "movimento" [o tráfico de drogas com base em favelas], no início dos anos 1980, passasse a receber a principal atenção. (MISSE, 2007, p. 167)

A reestruturação, como sempre, não ocorre sem largas doses de tensão e revolta social, canalizada seja pela auto-organização dos moradores, pela atuação de comunistas ou cristãos nas favelas na década de 40 e 50, pela sua absorção e refreamento com a consolidação da "política da bica d'água" por políticos populistas e suas largas redes clientelistas (Chagas Freitas, por exemplo) ou em explosões de fúria como a Revolta das Barcas em 1959.

A partir de meados da década de 1950, as contradições da ocupação do solo da cidade intensificam-se bastante, exigindo solução imediata. O aumento da densidade populacional da zona sul, a concentração, aí, de numerosos investimentos particulares, e a necessidade de diversificação das opções de reprodução do capital a nível da cidade como um todo, reduzem então a questão urbana a um "problema viário", e passam a exigir uma transformação mais ampla da forma urbana. Uma transformação que seria comandada agora pelo transporte individual, símbolo do processo de concentração de renda que então se intensifica. (ABREU, 2006, p. 144)

A expansão metropolitana seguirá uma trajetória tripla entre as décadas de 40 e 80. A extensão "maravilhosa" do centro da cidade, movida por um "bonde" imobiliário mercantil-estatal, seguirá pela orla construindo, década a década, os bairros que compõe a "Zona Sul", até chegar à Zona Oeste (Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes), já na década de 80, com ajuda de obras ditas faraônicas - pirâmidezinhas ou estranhas catedrais - que demonstram o quanto os investimentos urbanos mantêm o padrão desigual. O vetor "suburbano" do crescimento, com suas fábricas, seus "parques proletários" e conjuntos habitacionais, seguindo as grandes obras rodoviárias, como a avenida Brasil e a Rodovia Rio-São Paulo, se bifurcará: por um lado, expandirá o tecido urbano da Zona Norte rumo Oeste e por outro seguirá a direção Norte, "invadindo" municípios vizinhos, fazendo nascer um quarto elemento neste esquemático diagrama metropolitano, a Baixada Fluminense - nova dimensão da

desigualdade, as distantes, violentas e precárias "cidades dormitórios" que sugam diariamente as horas de uma população majoritariamente negra, nosso *apartheid* ("separação"). O surgimento desta nova dimensão metropolitana atribui a funcionalidade de "sub-centro" aos bairros "subúrbio" e implicou novas divisões político-administrativas: surgem gradualmente as fragmentações do grande município de Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

O Estado, ao construir moradias por intermédio dos IAPs, ao penalizar consideravelmente os locadores urbanos [com o congelamento dos aluguéis], ao instaurar uma política de *laissez-faire* nas favelas e nos subúrbios da cidade, obrou, de forma consciente ou não, no sentido da redução do custo de reprodução da força de trabalho, estimulando indiretamente os setores da indústria, da construção civil e da incorporação imobiliária. (GONÇALVES, Rafael, 2013, p. 128)

O dinamismo imobiliário, estimulado pela inflação e arrefecido pelo impedimento do reajuste dos financiamentos e o congelamento dos aluguéis, encontra saída na "verticalização", em especial na intensa especulação imobiliária na zona sul, que fica "em pé", desidratando os investimentos no centro - sendo emblemático o caso da "democrática" Copacabana: faço referência a construção de edifícios com grande quantidade de micro-apartamentos que permitia "obter os mesmos lucros proporcionados pelos loteamentos da baixada" (ABREU, 2008, p. 132). Esta verticalização da cidade, que se estenderá por toda a cidade nas décadas seguintes, faz com que hoje a RMRJ, ao contrário de outras metrópoles pelo mundo, tenha uma grande densidade residencial por uma extensa área urbana (ZEIDERMAN, 2014) (ver Gráfico 1).

Gráfico 1 – Gráfico de densidade residencial comparada sobre mapa das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Londres e Nova York



Fonte: ZEIDERMAN, 2014.

Encerra-se definitivamente o ciclo de expansão urbana em torno do Centro que, apoiado por um megaevento (a Copa do Mundo em 1950) chega até o Maracanã e por outro, pelo progressivo desmonte do Morro de Santo Antônio - e as constantes remoções de seus moradores - construindo o aterro, palco de outro megaevento, o Congresso Eucarístico Internacional em 1955 - ano em que a capital e o país, outra vez, entram em estado de sítio.

Entre 1960 e 1975, com a mudança da capital para Brasília, o Rio de Janeiro segue sua tendência relativamente decadente (mantêm-se como segunda cidade brasileira) com elegância, tornando-se uma cidade-estado, "Estado da Guanabara", "anexando" Niterói - que passa a explicitar o núcleo metropolitano, mantendo a concentração de investimentos principalmente públicos enquanto luta por impedir - leia-se subsídios e outras benesses - a desindustrialização permanente que seguirá até pelo menos a primeira década do século XXI. Uma observação se faz necessária: a imensa lacuna referente ao desenvolvimento histórico distinto da costa oriental da Baía de Guanabara (principalmente no quesito da precoce industrialização de São Gonçalo, a selvagem "Manchester" brasileira da virada do século XIX/XX), elipsado aqui em prol da síntese, atenua-se por conta da similar desigualdade socioeconômica e espacial de São Gonçalo/Niterói (entre núcleo metropolitano e seus "subúrbios" e favelas e os fora-do-município), desigualdade escancarada pela criação do Estado da Guanabara, antes mesmo da ponte.

As violências socio-espaciais, dentre as quais as remoções são a face mais visível, são correlatas a (mais uma) reorganização "modernizadora", que transparecem no Plano Doxiadis para a cidade (nova atualização do estilo de segregação sugerida no Plano Agache da década de 20) e Lúcio Costa para a Barra da Tijuca.

O período de maior radicalização nas remoções foi de 1968 até 1975. Houve uma violenta luta dos moradores e uma igualmente violenta repressão do Estado, prendendo e assassinando lideranças, e até mesmo incendiando favelas. A política remocionista volta com mais força, pois tinha também como objetivo a desarticulação política do morador da favela. (FERRAZ, 2005, s/p)

O "moinho satânico" das remoções é reativado, não só por Lacerda, mas principalmente com Negrão de Lima (esfriando com Chagas Freitas) no contexto de mais uma ditadura: quase cento e quarenta mil pessoas foram removidas de suas casas (VALLADARES, 1978, p. 39). Inicia-se uma nova de remoções: mais de 175000 moradores de 62 favelas (aproximadamente 60% localizadas na Zona Sul, removidas parcial ou integralmente) foram removidos, transferindo-os para 35517 unidades habitacionais nas zonas Norte e Oeste, era iniciada em torno de 1968 e encerrada em torno de 1974 (BRUM, 2013, p. 188).

O que fez a classe média carioca, desde o início dos anos 1970, se cercar em seus prédios e condomínios não foi inicialmente provocado pelo desenvolvimento do tráfico de drogas nas áreas urbanas pobres da cidade, mas decorreu do aumento dos assaltos, com ou sem arrombamento, de bancos, carros, residências e apartamentos, bem como dos furtos e assaltos nas ruas antes que o tráfico de cocaína se implantasse. Embora esse aumento da criminalidade convencional vá se associar, a partir de meados dos anos 1980, ao crescimento do tráfico [de cocaína], [...] a "sensação de insegurança" na cidade se instalou [...] antes, na primeira metade da década [de 70]. [...] O furto, infração amplamente dominante por décadas até o início dos anos 1970, vai sendo substituído tendencialmente pelo roubo, a partir do mesmo período, até ultrapassá-lo no mesmo quinquênio (1995/1999) em que a posse e o tráfico de drogas superam extraordinariamente todas as outras [...]. (MISSE, 2007, p. 170)

O crescimento da violência urbana, antes mesmo da explosão do tráfico de drogas, é o prenúncio da grave crise social que se seguirá.

7 RIO DE JANEIRO NEOLIBERAL, PARTE I (1980-2007)

O fim do período keynesiano-fordista (nos países dominantes, com efeitos em todo globo) na metrópole carioca-fluminense na década de setenta é bem marcado: a cidade-estado é desfeita (pouco depois do estabelecimento da ligação rodoviária entre seu núcleo, Rio-Niterói) e quase ao mesmo tempo acontece o reconhecimento político-administrativo da "região metropolitana" enquanto tal, com seu esquadrinhamento técnico-político, organizando-a em "áreas de planejamento", as "A.P.s", que, apesar de ajustes e modificações, em grande parte vigora até hoje.

O período da terceira expansão urbana carioca, que dirige-se a Barra da Tijuca, pode ser marcado, do ponto de vista socio-político-econômico, por duas fases, primeiro uma grave crise (a chamada década perdida) e um período de estabilização marcado pelo restabelecimento da democracia com avanços legislativos do ponto de vista dos direitos sociais (ao mesmo tempo que esses direitos, ao serem sistematicamente desrespeitados, produzirão novos estados de exceção, simultâneos a progressivas melhorias) ao mesmo tempo que a política e a economia, desfazendo inúmeros aspectos (parcial ou inteiramente) do estado keynesiano-fordista anterior, adaptam-se a hegemonia neoliberal do capitalismo, vencedor da Guerra Fria. Do ponto de vista das relações de poder, o estado de mais-exceção encerra-se - após cumprir seus objetivos em relação a seus inimigos internos, a saber, a destruição da esquerda (armada ou não) e o desmantelamento dos movimentos anteriores das favelas.

A crise política local (produzida em grande parte pelas consequências da fusão), econômica (a década perdida), social (com crescente favelização, agora produzida por mobilidade descendente, e aumento da violência urbana), de mobilidade (com a regressão do transporte ferroviário para rodoviário - caindo de mais de um milhão de passageiros em 1984 para cerca de trezentos e cinquenta mil em 2007¹⁰ -, a despeito do surgimento tardio do metro, criado em sua maior parte sobre uma antiga linha de trem - que reforça a desigualdade e não rompe a lógica linear da cidade), tem como contrapontos as intervenções na saúde (ainda que em contexto caótico, há expansão do acesso a assistência médica e do direito) e na conformação socio-espacial das favelas (com suspensão da política de remoções, constituição de direitos e semi-urbanização das favelas, ainda que com progressiva desmobilização das associações de moradores e focalização da violência urbana).

¹⁰Conforme dados oficiais citados pelo Prof. Maurílio Botelho durante a participação na banca de defesa desta dissertação, no Rio de Janeiro em 31 de março de 2016 (informação verbal).

A entrada na era neoliberal da gestão da cidade, segundo N. Fernandes (2008), se dará pelo bilhete da crise.

Os limites do projeto desenvolvimentista manifestaram-se na década de 1970 como uma derrocada do *boom* do pós-guerra, atingindo a periferia capitalista durante a chamada "década perdida". O Brasil sentiu logo o clima de fim de festa, apesar da euforia política com a redemocratização: empobrecimento expressivo da população, redução das taxas de crescimento econômico ou mesmo depressão, desindustrialização parcial e incapacidade de financiamento deram o fim definitivo ao sonho desenvolvimentista. [...]

O ritmo de crescimento da população de favelas no município do Rio de Janeiro foi sempre duas vezes maior, em média, que o índice geral de crescimento da população carioca. Quando houve uma desaceleração demográfica na década de 1980 ocorreu também uma pequena queda nos índices de expansão da população das favelas, mas esta continua a crescer a taxas consideráveis: 2,5% ao ano durante a década perdida. Contudo, no início da década seguinte, como expressão da permanência da crise geral, houve um incremento no crescimento das favelas que, em 1991, ultrapassou 2,6%. Entre 1991 e 1996, enquanto a população do município se estabilizava, as favelas cresceram 1,6% ao ano. Ou seja, *a população moradora de favelas cresceu tanto absoluta quanto relativamente*, revelando uma tendência *de favelização do Rio de Janeiro*. (BOTELHO, 2013, p. 173)

Hoje ainda vivemos a sequência e as consequências deste processo: em torno de 19% da população da RMRJ (e aproximadamente 22% da cidade) vive nos chamados aglomerados subnormais, as favelas (BARREIRA; BOTELHO, 2008; FERREIRA, A. 2009; MATION et al, 2014) – independente da “contabilidade criativa” que passou a considerar algumas favelas como comunidades urbanizadas por conta de insuficientes melhorias. Tal número aumentaria caso considerássemos o processo de precarização da vida em inúmeros bairros.

O processo de favelização vem acompanhado de melhorias na estrutura das favelas, seja pelos próprios moradores (via autoconstrução, proliferam as lajes, "madeira nunca mais") ou por iniciativas governamentais acompanhadas de afrouxamento da rigidez jurídica (e desativação da maquinaria das remoções). As favelas são elevadas de problema de moradia à solução do *deficit* habitacional, como se vê em programas de saneamento e urbanização como o Favela-Bairro, associadas fortemente ao brizolismo e os herdeiros que operam a máquina política carioca-fluminense Chaguista-Amaralista.

Um aspecto da "morfologia fragmentada das grandes cidades contemporâneas no Rio de Janeiro" nos "novos modos de ocupação de zonas industriais":

primeiro estão áreas e zonas do miolo metropolitano que estão sendo recicladas e tiveram uma mudança de uso voltada para o comércio e serviços: shopping centers, supermercados, empreendimentos residenciais e complexos esportivos [...], dentro das estratégias do city-marketing e de um grande projeto de reestruturação urbana com todos os seus ingredientes de autoritarismo, privatização dos lucros e socialização das perdas, [...] firmando uma arquitetura pós-moderna em meio ao

antigo subúrbio carioca". [...] O segundo caso de transformação das antigas zonas industriais decorre do seu abandono pelo capital e pelo Estado, o que permitiu o desenvolvimento de invasões e a expansão de favelas em bairros industriais e de classes médias que foram entregues à violência do narcotráfico, de milícias privadas e de policiais corruptos, [...] Deve-se notar que não é a presença de favelas em si o que torna estas regiões altamente conflituosas e perigosas, pois antes de 1980 havia uma relação positiva que aproximavam mutuamente as fábricas e as favelas. Contudo com a desindustrialização, a precarização do trabalho, a ausência do Estado na provisão dos serviços públicos e a expansão do narcotráfico, estas zonas se deterioraram perigosamente. [...] Se antes estes grandes reservatórios de força de trabalho que são as favelas atraíam as indústrias, depois de 1980 tal relação se tornou negativa: as empresas se afastam por causa da violência e os empregos diminuindo aumentam os fatores de deterioração destes lugares. Na paisagem nada é mais significativo deste processo que a conversão de prédios e terrenos industriais em novas favelas, como pode se ver em Benfica e na Avenida Brasil. (FERNANDES, N., 2008, s/p)

Na década de 90, o reforçamento da conexão entre zonas norte e oeste, com a construção da Linha Amarela (parcialmente concluído recentemente com a conexão via túnel do Recreio dos Bandeirantes), expressa o encontro entre vetores do crescimento do tecido urbano carioca:

É preciso registrar um dado específico da realidade carioca: o esgotamento ou o fechamento da fronteira urbana do Rio de Janeiro. Com exceção de terrenos caríssimos, que estão aguardando a melhor ocasião para investimento imobiliário e, por isso, são protegidos pelo aparato repressivo e jurídico do estado, não há mais área de escape disponível na cidade. O crescimento populacional em regiões administrativas em regiões mais longínquas, como Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Campo Grande (todas na zona oeste), é a demonstração deste fechamento da fronteira urbana da cidade do Rio.

Afora do problema do esgotamento da terra, a financeirização da economia brasileira e as altas taxas de juros da década neoliberal levaram ao fim dos programas habitacionais voltados para a classe média baixa e parte dos assalariados. (BOTELHO, 2013, p. 175)

Se "o sistema de saúde é o espelho da sociedade [e] reflete sua história e seu caráter" (DEPPE, 2006, s/p) podemos ensaiar uma visão caustica sobre o desenvolvimento do dual sistema de saúde brasileiro a partir da "lenta, gradual e segura" transição, verdadeira transação (NETTO, 2014, p. 257), da ditadura para a democracia do grande capital. (Sendo determinante para os resultados a luta pela democracia, um dos maiores movimentos sociais brasileiros, que precipitou os acontecimentos).

A unificação dos diferentes institutos corporativos de proteção social até então existentes trouxe duas consequências imediatas sobre os trabalhadores urbanos e sua relação com o sistema público de saúde. A primeira delas foi a perda de sua representação na direção do novo órgão responsável pelas políticas de previdência e de assistência médica [...]. A segunda foi o fato de terem de disputar acesso num sistema de proteção social – e de assistência médica – que absorvia cada vez mais novos grupos sociais, em vez de gozar da facilidade de ser clientes de unidades

exclusivas das categorias econômicas das quais faziam parte. O resultado parece ter sido o crescente descontentamento dos trabalhadores com o sistema público de saúde, o que facilitou sua atração pelo ascendente mercado privado de seguros de serviços de saúde (Arretche, 2005; Gerschman, Santos, 2006), que se vinha fortalecendo com base em incentivos fornecidos pelo regime militar, tais como subsídios fiscais, prioridade para a contratação de serviços e financiamento a juros subsidiados para a construção e a reforma de serviços de saúde (Cordeiro, 1984; Braga, Paula, 1986; Levcovitz, 1997). (RODRIGUES, P., 2014, s/p)

Desde a unificação dos IAPs e estabelecimento de fortes subsídios ao setor privado durante a ditadura, o sistema dual anterior - reforçando as classes distintas e o fracionamento da classe trabalhadora - caminha, a partir do final dos anos 70, no duplo sentido da privatização da assistência médica para os trabalhadores formais (com a subsequente conformação de um sistema de saúde privado bastante complexo) e na constituição de um sistema de saúde que estende a assistência médica a população - ainda que centrada na família.

Na sequência de transformações político-institucionais com o advento democrático do Sistema Único de Saúde e seus complementos e suplementos privados, a tendência a universalização dos direitos sem garantia de fato (insuficiência de planejamento e financiamento, efeitos de entraves político-administrativos) auxiliaram fortemente, associado a incentivos diversos, na privatização, verticalização e financeirização da assistência médico-previdenciária que se seguirá. Em outras palavras, a progressiva ampliação da mercantilização da saúde ocorre *ao mesmo tempo* em que se promoviam constantes e insuficientes melhorias de acesso para grandes contingentes da população, chegando a universalizar a atenção de alguns aspectos da saúde - em geral, aqueles que interessam as classes relativamente altas (o terço ou quarto da população que compõe o estreito mercado interno brasileiro).¹¹ A efetivação das melhorias com um projeto claro só ocorrerá mais regularmente com a normatização das relações entre entes estatais, no sentido da municipalização, após a estabilização macroeconômica no modelo neoliberal periférico, particularmente após 1998.

Na metrópole carioca, por conta da histórica concentração de investimentos, estes movimentos se mostrarão dramáticos, com forte precarização de uma série de serviços especialmente no município-núcleo *sem* as melhorias esperadas pela implementação do SUS, devido a dificuldades orçamentárias e fortes disputas políticas na região, particularmente entre entes estatais. São demonstrativas as diversas crises (em especial a incrível devolução em 2004 de unidades municipalizadas em 1999, seguida da desabilitação da gestão plena

¹¹Uma observação de percurso: este mercado se esgotou recentemente, o que certamente implicará em uma inflexão do padrão, como já mostram as recentes movimentações político-econômicas e modificações legislativo-orçamentárias no Congresso.

municipal em 2005) pelas quais o município passou, chegando mesmo a ter sido decretado calamidade pública no início dos anos 90 (OLIVEIRA, C.; SILVA, E., 2015, p. 44). O resultado é um empuxo sem precedentes ao privado, para além dos trabalhadores formais: em meados da primeira década do milênio, mais da metade dos moradores do município do Rio de Janeiro compram "planos de saúde".

Conforme os trabalhos de Aguilera Campos (CAMPOS, 1999; CAMPOS et al., 2016), do ponto de vista dos equipamentos coletivos instaurados no território, após a reforma (literal, das unidades existentes) entre 1966 e 1978 - baseada na medicina preventiva, com modificações no sentido de articular saúde pública e assistencial, inclusive com efeitos administrativo-burocráticos no proceder estatal, dando unidade as diversas unidades, pensando a organização institucional-espacial-arquitetônica, prevista anteriormente porém não realizada) -, ocorrerá "a grande transformação conceitual das funções da rede básica [...] com a estratégia da Atenção Primária a Saúde" (CAMPOS, 1999, p. 61), que nos marca até hoje, podendo ser dividida em quatro etapas. Primeiramente, em contexto político-sanitário de Medicina Integral e Social, Cuidados Primários à Saúde (conferência de Alma-Ata em 1978), constitui-se uma rede (com funcionamento não integrado ao restante da rede até 1984, incentivado pelas Ações Integradas de Saúde) de serviços primários (Unidades Auxiliares de Cuidados Primários de Saúde e Unidades Municipais de Atendimento Médico Primário, convertidas posteriormente em Postos de Saúde), seguida da terceira expansão de unidades da história (27 Postos de Saúde subordinados aos Centros de Saúde, com importante incremento de pessoal) - mantendo-se entretanto a hipossuficiência de serviços em contextos de reaparecimento e surgimento de epidemias, ao lado da extensão (pela primeira vez para a população mais pobre) da assistência médica (que aponta para o integral ainda que através de um conjunto de intervenções restritas, de uma "medicina simplificada" ou em condições de limitações materiais) (CAMPOS, 1999, p. 65). Na terceira etapa, entre 1988 e 2008, já no período influenciado pela criação e organização do SUS, de complexa integração e reconfiguração dos níveis de atuação estatal e readequação político-administrativa-fiscal da rede de saúde, ocorre o mais lento processo de municipalização da rede do país. Dois exemplos são ilustrativos: a difícil incorporação a gestão municipal de 15 Postos de Atendimento Médico da Previdência Social (encerrado em 1995) e a lenta conversão de Programa para Estratégia Saúde da Família no período entre 1999 e 2008 (quase estagnado até 2005, quando amplia-se, sob empuxo do Programa de Expansão e Consolidação da Estratégia Saúde da Família).

Ao contrário de outras ditaduras latino-americanas, a ditadura do grande capital (1964-

1985) promoveu um "significativo desenvolvimento das forças produtivas" (NETTO, 2014, p. 18) e, conseqüentemente, uma substantiva complexificação da sociedade (nossa narrativa, de agora em diante, se já o era, se tornará absurdamente simplificadora), fazendo saltar o patamar econômico brasileiro, particularmente entre 1970 e 1975 - em especial São Paulo, mas também o Rio de Janeiro. Com este "salto", na segunda metade da década de 70, como nos recorda Netto (2014, p. 94), instaurou-se, um "formidável grau de concentração de renda", resultado do (nada) "milagroso" "arrocho" do Estado de Segurança Nacional: se em 1964 os 10% mais ricos controlavam 39,66% da renda nacional ao término da "autocracia burguesa" detinham 48,15% - em 1976, os 20% mais ricos detinham 67% da renda nacional, comparado a 53,89% em 1960. Neste Brasil do capitalismo monopolista que vigora desde então,

candidato máximo no campeonato da desigualdade econômica, [...] monumento da injustiça social, os 20% mais pobres da população ficam com 2,5% da renda total da nação, enquanto o 20% situado no setor mais alto desfruta de quase dois terços da mesma. O 10% superior fica com quase a metade. (HOBSBAWM, 1995, p. 295).

Apesar dos insuficientes avanços ocorridos no Brasil democrático, o Rio contemporâneo segue sendo uma réplica em escala menor da obra que espantava Hobsbawm. A desigualdade de renda em 2010 na RMRJ, segundo dados da PNAD disponíveis no sítio Atlas Brasil (estes números pouco mudaram comparando-os com os dados de 2000 ou 1991) enquadra-se nos seguintes moldes: os 20% mais pobres ficam com 2,91% da renda total, os 20% mais ricos com 65,4%; os 10% mais ricos se apropriam de 50,37%; se aplicarmos, a título ilustrativo, os dados divulgados recentemente pelo imposto de renda para o Brasil para a RMRJ, o 1% mais rico fica com quase 30%, e o 0,1% com 15% (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2015). A magnitude da desigualdade de renda amortece as tradicionais críticas que relativizam a utilização da renda como expressão privilegiada da desigualdade, posto que seu alto patamar serve de emblema e mesmo de tendência para a múltipla tragédia social brasileira.

Ao que parece a questão da desigualdade brasileira (e latino-americana) talvez seja um pouco mais grave.

Em primeiro lugar, a desigualdade no Brasil tem sido muito elevada durante os nove décadas desde 1928 [(Figura 27)]. Em média, cerca de 15% de todos os rendimentos são auferidos pelo 1% do topo. A sua parte de rendimento oscilou entre 10% e 20% na maior parte do tempo. No entanto, este é apenas um limite inferior. Pelo menos desde a década de 1970 cerca de um terço da renda total é não-tributável ou tributada em separado em taxas preferenciais. Portanto, é razoável concluir que os níveis reais de desigualdade são muito mais elevados e que a concentração de renda no topo foi persistente ao longo do século XX. A concentração parece ser alta

mesmo dentro do 1% do topo. Historicamente, a partir de 1974, a parte superior de 0,1% dos adultos tem entre 8% e 15% da renda total. Entre 2006 e 2012, o 1% do topo tinha mais renda no total do que a metade inferior da população combinada, e não há nenhuma razão para acreditar que isso era muito diferente em décadas anteriores. (SOUZA, P.; MEDEIROS, 2015, p. 125)

Aludimos a desigualdade, quantificada por quantis, por conta dela ser um dos fatores associados ao crescimento da violência urbana - que no excelente trabalho de Cerqueira (CERQUEIRA, 2012), utiliza o criticado coeficiente de gini (PIKETTY, 2014, p. 182) para auferi-la - que cai progressivamente, ainda que de forma devagar (NETTO, 2010) -, deixando a sugestão de correção.

Gráfico 2 - Parte da renda total apropriada pelo 1% mais rico, Brasil (1927-2012)

Figure 3 – Top 1% income share (gross taxable income only) – Brazil 1927-2012



Source: Souza (2014) revised and updated with additional data. Tabulated data from Anuário Estatístico do Brasil, Anuário Econômico Fiscal, Grandes Números IRPE, Castro (2014) and several historical documents and reports from Receita Federal do Brasil and its predecessors.

Fonte: SOUZA, P., MEDEIROS, 2015.

Em 2015, 10% dos homicídios do mundo ocorrem no Brasil. Para além do "eufemismo" da violência e da "metafórica" guerra, acompanhando tendência mundial - em particular na periferia do capitalismo global, mas não só, como atesta a generalizada militarização da questão social (GRAHAM, 2004, 2010, 2011, 2013; WACQUANT, 2008) -

podemos tristemente falar da instauração de uma disjuntiva genocídio negro/guerra civil na metrópole: o vertiginoso crescimento dos homicídios na virada da década de 80 para 90 do século passado pode marcar sua eclosão. Desde então, conforme gritam as séries históricas acessíveis no DATASUS - devidamente acrescentada do número de desaparecidos -, conforme realiza Cerqueira (2012) estabelece-se um patamar completamente bárbaro de aproximadamente cinco mil mortes anuais em média, com pico de oito mil mortes anuais, de uma maioria de jovens negros pobres, das quais, segundo consenso, 70% estariam associadas ao tráfico de drogas ilícitas, barbárie *do qual ainda não saímos*. A polícia que mais mata - com picos de mais mil e quinhentos mortes anuais no exercício da função - e mais morre - com picos de mais de cem policiais mortos anualmente - *no mundo* (BRITO et al, 2013) participa ativamente desta guerra/genocídio, que, analisando seu discurso e prática, mostra seu caráter racista: os negros homens de preto matam negros; o que podia ser uma classe se mostra a autodestruição de grupos.

Em um mundo que vive hoje a maior quantidade de fugitivos de guerras desde a segunda guerra mundial, no qual as guerras civis diminuíram no pós-guerra, se acentuando a partir da década de 80, há indicações da plausibilidade de uma hipótese de anos de genocídio negro ocorrido através de racismo de estado oscilando com anos de surtos de guerra civil, a despeito da imensa dissimetria das forças. Por um lado podemos considerar os diversos estudos, seja aqueles de caráter mais qualitativo, como o clássico Enzensberg (ENZENSBERGER, 1995), ou o "tratado" de Luis Mir (2004). Por outro, apesar do estágio primário de nosso entendimento sobre o assunto, há interessantes sugestões de alguns estudos de caráter comparativo e com forte incorporação de dados quantitativos, em geral do âmbito da ciência política das grandes universidades dos países centrais (CHEIBUB; GANDHI; VREELAND, 2010; FEARON; LAITIN, 2003, 2008; MIGUEL; SATYANATH; SERGENTI, 2004; WEINSTEIN, 2007), sobre regiões em que existiam batalhas entre o estado e grupos não-estatais que almejam tomar o controle de um governo, de tomar o poder em uma região ou de usar a violência para mudar uma política, que envolva pelo menos mil mortes anuais, com pelo menos cem mortes de cada lado e intenção a massacres quando não há oposição efetiva organizada. Estes estudos argumentam que o surgimento de conflitos civis estaria relacionado a: um crescimento negativo prolongado, independente do tamanho da economia em questão - em geral economias fortemente dependentes da exportação de commodities; que os conflitos surgem não tanto de questões "culturais", mas de pobreza (e não necessariamente desigualdade, que pode ter efeito compensatório); de estados fracos, com grande instabilidade política; existência de terrenos de difícil acesso com grandes populações.

Haveria um silêncio sobre o genocídio negro/guerra civil que o Brasil vive? Não seria estranho.

basta relembrar o incrível fato da destruição dos documentos históricos da escravidão, determinada pelo Ministério da Fazenda [na figura do abolicionista Rui Barbosa que assinou a] circular nº29, de 13 de maio de 1891. O treze de maio, que foi a data oficial da libertação dos negros escravos, aí marcou a data de seu desconhecimento. Esta inversão de sentido transformou uma escravidão de direito numa escravidão de fato. A cegueira é uma modalidade de escravidão. [...] Psicologicamente, o 13 de maio de 1891 exprime o "não-querer" ver o assunto, a cegueira "scotomizante" para uma tarefa incômoda. Mas "incômoda" para os negros? Não. Incômoda para os "brancos", os falsos cientistas que quiseram apagar no papel as "manchas" negras [...]. (RAMOS, 1935, p. 9)

Em 2015, o estado brasileiro se encarregou do assunto, aprovando o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência contra Jovens Negros (BRASIL, 2015). O parecer final traz, por exemplo, números do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/Datasus) que apontam que, entre 2008 e 2011, houve 206 mil homicídios no País – média de 51,5 mil por ano ou de 141 por dia. Tomando 2011 como exemplo, verifica-se que mais da metade dos 52 mil mortos por homicídio eram jovens (53,3%), dos quais 71,44% eram negros e 93,03%, homens.

"A CPI cumpriu o papel institucional de amplificar a voz da comunidade negra e pobre do País, ao reconhecer que existe sim um genocídio simbólico quando o Estado brasileiro durante séculos vem negando a essas pessoas os mais básicos serviços públicos", sustenta a relatora - que provocou debates entre os parlamentares sobre a utilização dos termos genocídio (mesmo simbólico) e "racismo" (BRASIL, E., 2015, s/p). Para um dos deputados,

nos locais do Brasil onde a população negra é majoritária, é evidente que o confronto com a polícia resultará em mais mortes entre negros. [...] O relatório não ataca as raízes da violência, pois sugere apenas mudanças pontuais no sistema de segurança pública. A violência está mais relacionada ao contexto social (ambientes familiares adoecidos e postos de trabalhos ruins) do que a etnia e raça em si. [...] [a solução são] políticas de integração nos bairros de periferia, a ampliação de cursos técnicos para jovens e a criação de programa, vinculado ao Bolsa Família, de acompanhamento de adolescentes em situação de risco. (BRASIL, E., 2015, s/p)

Para outro deputado, crítico a certos aspectos do relatório, "o sistema policial não é o principal ator nesta guerra civil existente no Brasil, pois o pior quadro de confronto policial tem gerado um índice não superior a 4% dessas mortes [jovens negros], sem analisar caso a caso", defendendo uma polícia cidadã, com mais recursos e melhor capacitação.

Conforme o relatório

O genocídio com o qual esta Comissão entrou em contato é uma matança simbólica de todo um grupo em meio a uma quantidade absurda de mortes reais. É uma tentativa de amordaçar a vontade, de esmagar a autoestima e de suprimir a esperança da população negra e pobre ao longo dos séculos em que está presente no território deste País. Ao sufocá-la pela *quase completa ausência dos serviços mais básicos* que o Estado tem o dever de prestar, promove-se o surgimento de todo o tipo de sentimentos negativos, incluindo o medo, na população em relação aos agentes do Estado nos territórios onde a violência se instalou. [...]

A razão primordial do genocídio institucionalizado de jovens negros e pobres é o racismo, que historicamente acompanhou nossa trajetória. O povo brasileiro, desde sua origem, caracteriza-se pela colocação do não-branco como inferior. [...]

O professor da USP, um dos maiores e mais influentes intelectuais brasileiros, Florestan Fernandes, afirmou tratar-se de palavra terrível e chocante para a hipocrisia conservadora, mas que, há um “genocídio institucionalizado, sistemático, embora silencioso. Aí não entra nem um figura de retórica nem um jogo político. [...] A abolição, por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio; ela própria agravou o genocídio; ela própria intensificou-o nas áreas de vitalidade econômica, onde a mão-de-obra escrava ainda possuía utilidade. E, posteriormente, o negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal. O que o expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas”. [Prefácio à obra *NASCIMENTO*, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 21] (BRASIL, 2015, p. 36-37)

A referência ao comentário de Florestan Fernandes ao livro de Abdias do Nascimento em 1978 é interessante pois refere-se a um período onde a latente guerra civil não estava no nível de deflagração que se encontrará posteriormente.

Qual é a armação política e étnica (dentro do Estado) que controla e direciona a guerra civil? A condução da guerra aponta para uma face invisível do poder, na qual quem decide prescinde do consentimento para alcançar o seu empenho. Essa política de guerra é feita através de um diálogo oculto com os membros civis e militares envolvidos em uma guerra suja e subterrânea. Mas ele não só pensando a atual quadra e está sendo punido pelos movimentos da História, que não é tão passível quanto pretendem os seus gestores.

Politicamente, envolve ou não na guerra, o conjunto das suas instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, para preservar a legalidade moral de tais instituições. Ele a comanda para além da determinação das instituições constitucionais, com grupos (econômicos, militares, policiais, judiciais) fora do enquadramento legal e formal. Ou, segundo as palavras de Jean Bodin, importa mais "a forma de governar que o Estado de uma república".

O estado prescinde tanto a significação dos problemas como o arranjo das estratégias de sua resolução - a guerra e paz. Os problemas políticos transformam-se em impasses, enigmas com um número limitado de peças que ele - qual jogador de xadrez - vai pacientemente movendo até encontrar a solução final. Na civilização brasileira, a solução-tampão é conhecida antecipadamente: a guerra civil, como forma de mediação, intermediação e solução das disputas, sejam quais forem, embora sua origem seja intrinsecamente étnica e econômica. [...]

O estado, em seu léxico e sintaxe a respeito da guerra, transmuta e adapta a sua falação, distorce e desnatura a nomenclatura e os códigos da prática médica: doença social, epidemia da violência, peste criminosa, remédio forçoso, tratamento de choque, gravidade, população enferma. Os danos destas metáforas são reais, fascistas.

A manipulação é o dispositivo central da sua influência no discurso histórico sobre a guerra civil, despojando-a do caráter agressivo e genocida e ligando-a a um

realidade neutra e não a um conflito étnico e econômico, disfarça seus verdadeiros propósitos. O desconhecimento (público) sobre a guerra não é algo estático, um inocente processo epistemológico. O Estado aciona seus ideólogos que vão além da expressão generalizante e totalitária difundida de sua inevitabilidade em toda a nossa história.

Os discursos não são entidades neutras nem são inócuas, mas dotados de poder. O que se diz sobre os fatos, dependendo do lugar de onde se originem, tem o poder de modelar e de modular a nossa visão sobre nós mesmos. Não são reproduções literais de eventos reais, mas sim práticas discursivas, isto é, são práticas sociais. Segundo Michel Foucault, "nenhuma instituição se sustenta se não estiver, ao mesmo tempo, acompanhada por uma produção de discurso, dotado de linguagem favorável, permanentemente, para que as instituições possam fazer sentido e continuar a produzir poder". (MIR, 2004, p. 124)

Diversos autores (HOBSBAWM, 2007; MENEGAT, 2009), com especial menção às mil páginas sobre a guerra civil escritas por Luis Mir (2004), caracterizam o período em que vivemos como a produção de uma guerra civil de novo tipo, em escala global, criada por múltiplos fatores. diretamente associada ao tráfico de drogas internacional, a partir de disputas territoriais locais entre varejistas, interessante aos atacadistas da venda de armas e drogas, sem contar os benefícios políticos.

A periodização da guerra civil carioca ainda precisa ser estabelecida. Ponderando baseado na grande bibliografia sobre violência, com eminentes intelectuais como M. Souza (2012), Cerqueira (2012) e Misse (2007), em textos recentes como a coletânea "Bala perdida" (2015), e o dossiê da editora Boitempo sobre "violência urbana" (2015), observamos uma confluência de fatores inter-relacionados levará a sua instauração desta situação digna de uma tragédia grega.

A criminalização da produção, venda e consumo de drogas em 1940, endurecida em 1968 e 1971, se consolidará em 1976 - quando se estabelece a divisão consumidor/traficante (entregue ao arbítrio policial) - e preparará o quadro jurídico-penal. Até a metade da década de setenta a repressão exercida pela ditadura é extremamente forte. A partir da segunda metade da década de 1970, a violência urbana - com aspecto de classe, na medida em que está associada ao aumento de furtos e roubos nos bairros das classes relativamente altas -, aumenta progressivamente.

Do final da década de 70 e primeira metade da década de 80, parece importante para sua gestação o aumento da violência, das adversidades e tensões sociais (cuja expressão máxima é a crescente favelização, mas que podemos dar o exemplo, associado - mais uma vez - a questão da mobilidade urbana a série de quebra-quebras, envolvendo mais de 3000 revoltados, relacionados aos trens suburbanos, em 1974-1976 e as onze revoltas dos trabalhadores das obras do metro, em 1977-1978) e correlata precarização do estado (do

aparato jurídico-policial), associada a política de diminuição da repressão policial nas favelas (com isoladas e efêmeras ações positivas de mudança das práticas policiais). Neste período, com o encarceramento de elementos enquadrados na Lei de Segurança Nacional (militantes socialistas e comunistas) junto a criminosos comuns - modificando disposições anteriores que os separavam -, em um contexto de barbárie completa administrada pelo Estado no interior das prisões, forma-se o caldo onde a organização de "sindicatos de ladrões" como autodefesa surgirá, já dividida em pelos menos três grupos: de um lado a falange vermelha, que originará o Comando vermelho, de outro, a Falange Jacaré, que originará o terceiro comando, tendo como aliados "os neutros", que irá originar os Amigos dos Amigos (FERRAZ, 2012, p. 27). Uma especulação acerca do surgimento da guerra - que segundo sustenta Mir é provocada fundamentalmente pelo Estado (cuja força é absolutamente superior a de todos os grupos envolvidos) - colocaria na não aplicação dos direitos humanos seu estopim.

Em seu primeiro período como governador carioca (1983-1988), Leonel Brizola determinou uma política de segurança cuja diretriz era o fim da tolerância e da cumplicidade do governo com a violência policial. Essa linha básica propiciou o desbaratamento dos "esquadrões da morte" que funcionavam na baixada fluminense. [...] A reação intensa de boicote das corporações policiais e setores sociais beneficiários da política homicida e truculenta, quase provocou um colapso generalizado na segurança pública.

A diretiva da administração Brizola era claríssima: "não há mais barreira de trânsito e nem prisões sem flagrante delito, e não se entra mais nas favelas arrombando portas de barracos, mas, ao contrário, a nova administração vai atuar em colaboração com a comunidade". Tratava-se de uma nova utilização (democrática) do aparato policial. As operações policiais de trânsito que provocavam engarrafamentos quilométricos, produzindo pífios resultados, além de aborrecimentos e constrangimentos desnecessários para uma parcela considerável da população, estavam suspensas.

Mas o ponto nevrálgico eram as célebres e tradicionais incursões nas favelas (a impunidade policial absoluta). Um grande aparato policial fechava as entradas e saídas daquelas áreas, para que os chamados *grupos de penetração* adentrassem e arrombassem portas de barracos, atirassem a esmo, revistassem pessoas e prendessem suspeitos, sem qualquer autorização judicial. Do ponto de vista legal, são verdadeiros atos de abuso de poder.

A diretriz não impedia que a polícia oferecesse segurança a população favelada, mas sim que não fosse arbitrária e violenta com ela; a cultura policial vê os moradores da favela como co-réus dos criminosos e considera o barraco não como um domicílio, onde moram crianças, jovens, trabalhadores e velhos, mas algo que podia ser arrombado. A polícia não entendia outra forma de tratamento. Essa foi talvez, a tentativa mais civil e democrática de romper com um padrão policial de brutalidade e letalidade total, ainda dentro do período da ditadura civil-militar (já nos seus estertores finais). Era necessário reverter a convicção de que a polícia militar, como uma organização policial e não militar, requeria uma profissionalização distinta a do exército. [...]

Os Direitos Humanos passam a ser o grande orientador e limitador das ações policiais. [...]

O quadro designado por Brizola para comandar a reforma democrática da polícia carioca era orgânico: o coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Segundo ele, as diretrizes políticas no novo contexto democrático exigiam uma nova polícia, um novo policial e uma nova ordem pública, que fugisse dos parâmetros até então

adotados pela doutrina de segurança nacional.

O boicote e a criminalidade policial (direta ou indireta) em relação as diretrizes de democratização e pacificação social dos dois governos brizolistas merecem um estudo aprofundado. O blecaute policial, em determinados momentos, beirou a insurreição criminosa. Findo o segundo governo brizolista em 1996, em menos de um ano a taxa de homicídios por cem mil habitantes, declinaria ininterruptamente. O número de mortes cairia para 36% em 4 anos. A dinâmica de queda nos homicídios, entre 1995 e 1998, seria curiosamente irregular. A taxa por cem mil habitantes cairia abruptamente no primeiro ano, em 28%, e seguiria declinando nos anos subsequentes, 3,5% por ano, em média. (MIR, 2004, p. 441)

Eclodirá na segunda metade da década de 80 e primeira metade da década de 90, desencadeada pelas modificações geopolíticas diretamente associadas ao fim da "guerra fria" e advento da chamada "globalização" (entre elas a consolidação da política internacional de "guerra às drogas", afrouxamento de controle alfandegário e de fronteiras e inserção do Rio de Janeiro na rota internacional do tráfico e subsequente crescimento de consumo), que, acumulando-se aos fatores anteriores, por um lado, produziu uma verdadeira corrida armamentista no mercado das armas (inclusive pela própria polícia, que criará o militarizado BOPE em 1988, aprofundado em 1991), associada ao fracasso da "oligopolização" e crescente fragmentação dos "comandos" do "movimento" (com o recrutamento de crianças e adolescentes no negócio-guerra) e, por outro lado, o crescimento do mercado da droga (ao contrário de muitas regiões, o tráfico carioca-fluminense não se concentra em *heavy users*, mas torna-se cada vez mais difundido, das classes altas para as classes relativamente altas, chegando as baixas - do "verão da lata" na década de 80 do século XX até a expansão das "cracolândias" na segunda metade de primeira década do século XXI); A falência da oligopolização em torno da "Falange Vermelha", a partir de 1986, com o surgimento e crescimento dos Comandos (tal qual nomeados pela mídia): primeiro o Comando Vermelho, hegemônico (cujo funcionamento inclui outras atividades criminosas e menor poder de fogo, com política belicosa em relação a polícia) e o Terceiro Comando "rebelde" (centrado exclusivamente em uma profissionalização do tráfico, com porte de armas de nível militar e com relacionamento com a polícia baseado na corrupção), tendo no ano de 1989 um marco de conflagração generalizada.

Estabilizar-se-á entre a segunda metade da década de 90 até a metade da primeira década do novo milênio, com a reorganização do aparato de segurança (inclusive com diversas intervenções e mobilizações militares, em especial pelas forças armadas - a demonstração de controle da cidade em 1992, durante a Eco-92, quando o Rio de Janeiro, por curto período de tempo, voltará a ser capital do país e as Operação Rio I e II em 1994 e 1995). Em 1994, o rumo da guerra tomará uma inflexão, com a tomada temporária do Alemão pelo

Terceiro Comando, na seguida dos acontecimentos em torno do assassinato de Orlando jogador e a disputa entre Morro do Adeus e Complexo do Alemão, que instaurará uma guerra até pelo menos 1999, que leva ao aparecimento de novas cisões (como o Comando Vermelho Jovem, reintegrado posteriormente, e o fortalecimento dos Amigos dos Amigos, aliado do TC). Neste período as diferenças, antes quase questões pessoais entre líderes, tenderam a militarização das práticas, diminuição da idade dos "soldados" e fim do "respeito" aos moradores.

Um outro momento aparecerá, a partir de 2001, com as aproximações entre a principal facção de São Paulo, o Primeiro Comando da Capital (aliando-se principalmente ao Comando Vermelho), e modificações nas relações entre as facções cariocas, com o assassinato do principal líder e desmantelamento temporário do Terceiro Comando, provocando uma reorganização em três forças: TCP, CV e ADA - a novidade sendo o fortalecimento da ADA, indicativa da crescente participação de policiais e generalização da corrupção. A militarização e participação do estado - que pode indicar um momento importante para a qualificação de guerra civil segundo os critérios internacionais que definem como necessária a participação do Estado, de ocorre de modo cada vez mais sistemática, em torno da prática da "guerra contra as drogas", marcando sua "presença" - se intensifica com a Operação Guanabara I (em 2003) e pelo BOPE, que passa a ter uma infraestrutura permanente com instalações próprias a partir de 2000 e crescente uso de veículos blindados, os fatídicos "caveirões", a partir de 2001, helicópteros etc - mas também o enorme crescimento das guardas municipais e forças de segurança privadas. Essa crescente participação do estado na lógica dos conflitos - que culminará na dupla tática recrudescimento/ pacificação (e a amplificação da guerra pela região metropolitana) que se seguirá, a partir de 2007, marcando uma outra etapa - ocorre sem maiores repercussões no aumento de homicídios (que assiste uma diminuição no patamar-base) e concomitante ao contínuo crescimento e diversificação do mercado das drogas e a crescente participação de policiais nas fragmentadas "facções" criminosas e a organização de milícias. O consumo de drogas, seguindo a tendência histórica, aumenta - sendo particularmente importante a "universalização" do uso de cocaína (no Rio de Janeiro tardiamente, no final deste período), com a produção de *crack* e seus espaços de uso "destinados" aos miseráveis (fechando o mercado iniciado nas classes altas), principalmente à margem das linhas ferroviárias e vias de grande circulação, em regiões abandonadas ou degradadas.

Veremos na próxima parte uma sequência de mapas que permite aprender a evolução da questão em um período de crise mundial e ao mesmo tempo euforia, quase cocainômana,

com a alta cíclica do petróleo e outros *commodities*.

8 RIO DE JANEIRO NEOLIBERAL PARTE II: MEGAEVENTOS, CRISE MUNDIAL, PACIFICAÇÃO, GUERRA CIVIL (2007-2016)

A euforia toma conta da "retomada a autoestima". Na abertura de uma coletânea de artigos de 2012 sobre um "Rio de Janeiro: território em mutação" lemos:

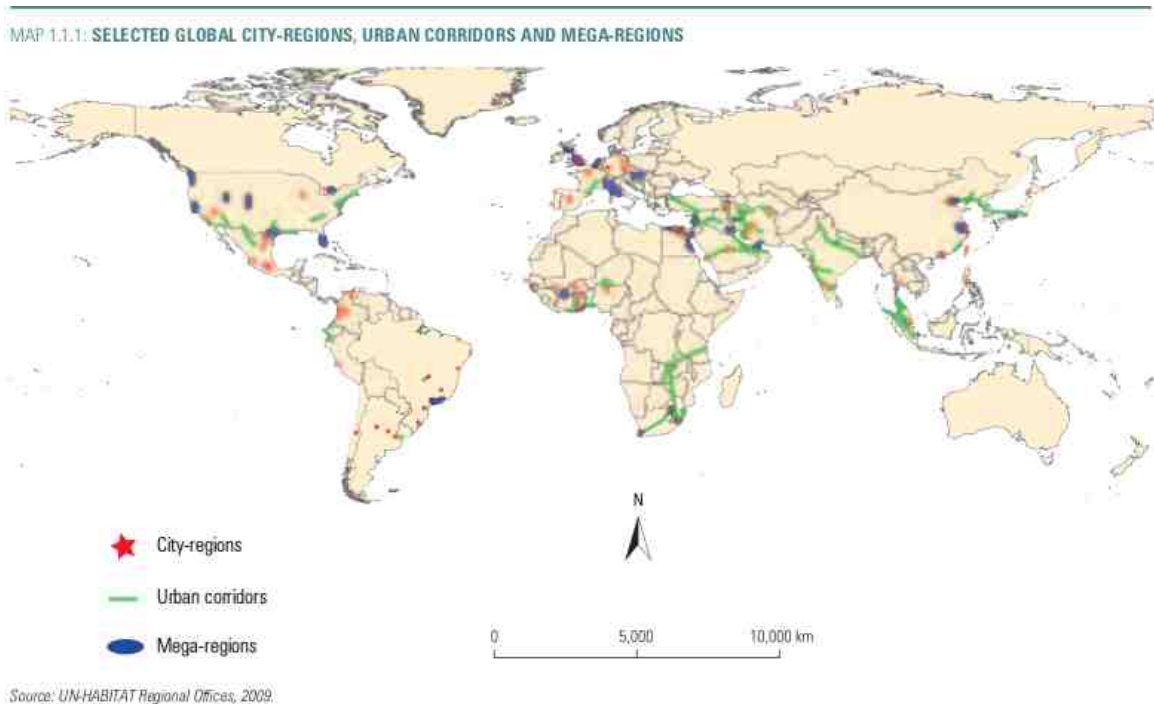
O estado do Rio de Janeiro passa por um momento de grande vitalidade. Há quem diga que se trata de um "momento mágico" ou que seja a "hora da virada" na história do território fluminense. Tais leituras refletem as consequências de uma prolongada perda de importância política e econômica ao longo do século XX, situação que está sendo revertida desde os anos 90. A primeira década do século XXI parece estar confirmando as otimistas expectativas dos pesquisadores que viram indícios de uma retomada da importância social, política e econômica do Estado do Rio de Janeiro. A economia do petróleo vem sustentando uma economia muito mais forte, atraindo seguimentos importantes como a siderurgia e a indústria naval, mas também tem fortalecido novos segmentos, como o da chamada indústria criativa. O problema gravíssimo da insegurança começou a ser objeto de política pública mais consistente, no âmbito da qual são articuladas ações que vão muito além da presença da polícia. Neste ambiente em transformação, vão sendo redefinidas as articulações espaciais no interior fluminense, bem como as relações campo-cidade, produzindo novas territorialidades que contribuem para mitigar problemas, mas também fazem emergir novos desafios a serem enfrentados pelo Estado do Rio de Janeiro. (SANTOS, A.; MARAFON; SANT'ANNA, 2012, p. 7).

Aqui o voo do Urubu pode servir para nos mostrar as diversas desigualdades que compõe o Rio de Janeiro atual, algumas destacadas por seu aspecto diretamente relacionado as transformações em andamento: em algumas características da população que permitem a nós falar de classes sociais, ao menos como hipótese de partida, na mobilidade, na questão da moradia, na gestão policial e sanitária do território.

Conforme vemos na próxima sequência de mapas, a metrópole do Rio de Janeiro (ao lado de Brasília) é uma das duas metrópoles nacionais (guardando a ressalva de que o detalhe do mapa não deve desviar o olhar da amplitude nacional do Rio de Janeiro, ainda hoje importante porto de escoamento da produção da maioria dos estados do país) - chegando a ter uma área de influência que abarca 20 milhões de pessoas e faz parte de uma megarregião que o une a São Paulo (considerada grande metrópole nacional), conforme indicam os mapas 23 e 24. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, estabelecida em 1975, sofreu uma série de modificações ao longo dos anos, chegando a conformação atual em 2014 (ver Mapa 25), preservando o entorno da Baía de Guanabara (com exclusões de Petrópolis, da região Serrana e Mangaratiba, da Baía de Ilha Grande e exclusão/inclusão de Maricá, região oceânica). No presente, a economia carioca é fortemente ancorada no petróleo - e a reestruturação urbana

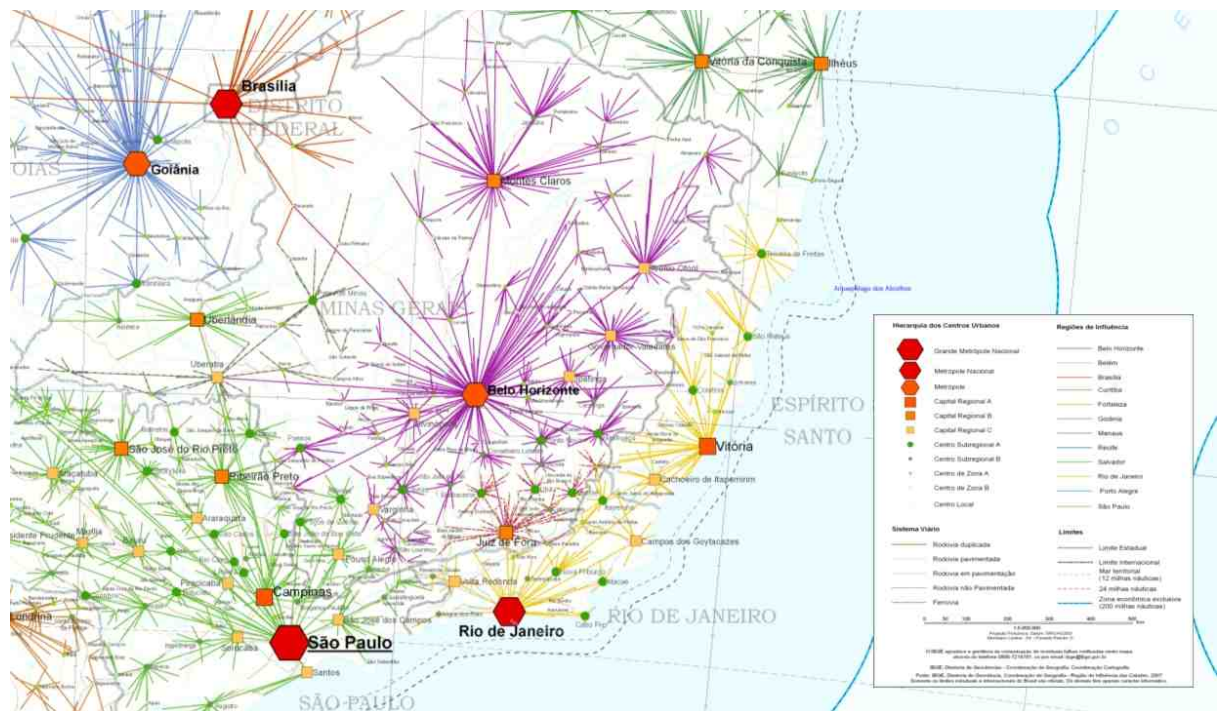
pela qual ela passa tem como limite exterior uma obra de mobilidade (permitindo grandes rodovias passarem ao largo do Rio de Janeiro, conectando diretamente os complexos industriais da Baixada com Itaboraí, Duque de Caxias e Itaguaí, que giram em torno do principal motor econômico-industrial, o petróleo) que conforma um arco industrial expandido, o arco metropolitano (ver Mapas 26 e 27), cuja regiões industriais, de cunho relativamente diversificado, distribuí-se pelas regiões Oeste e Norte (sempre nas proximidades das grandes vias, como a Rodovia Presidente Dutra, Linha Amarela e principalmente Avenida Brasil) (Mapa 29). Este arco serve de moldura para o espaço em que traçamos o diagrama carioca-fluminense, que agora procuraremos precisar.

Mapa 23 - Cidades-região, corredores urbanos e megaregiões (2009)



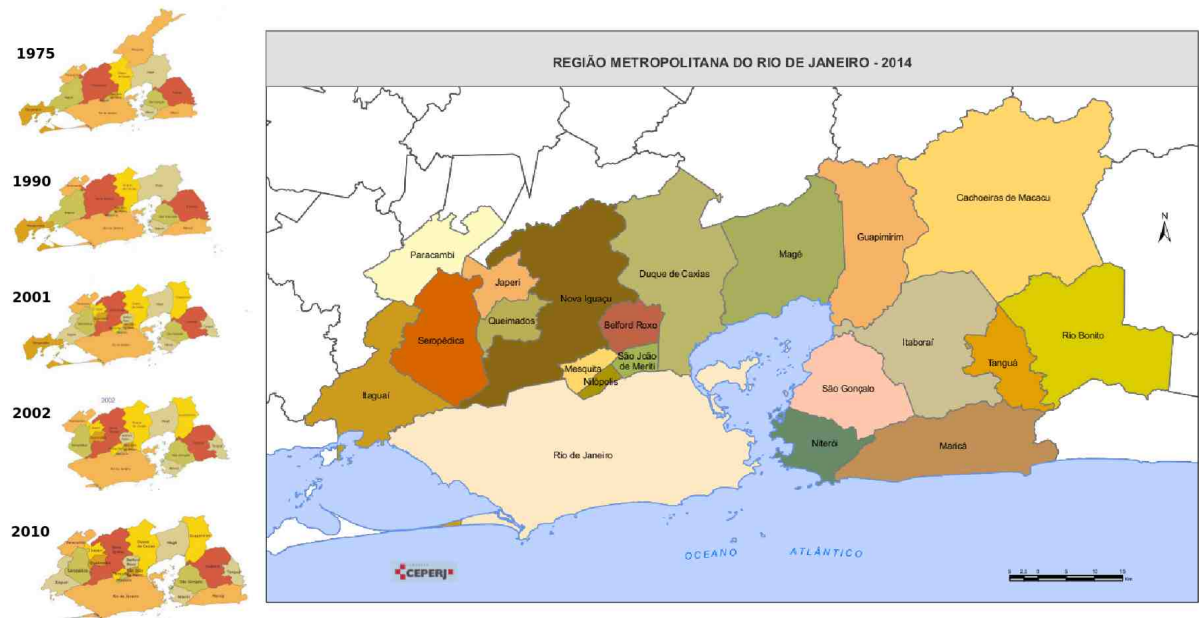
Fonte: UN-HABITAT, 2011.

Mapa 24 - Áreas de influência metropolitana (detalhe)



Fonte: Adaptada de IBGE, 2007.

Mapa 25 - Evolução histórica da região metropolitana do Rio de Janeiro (1975-2014)



Fonte: Adaptada de IPEA; CEPERJ, 2012

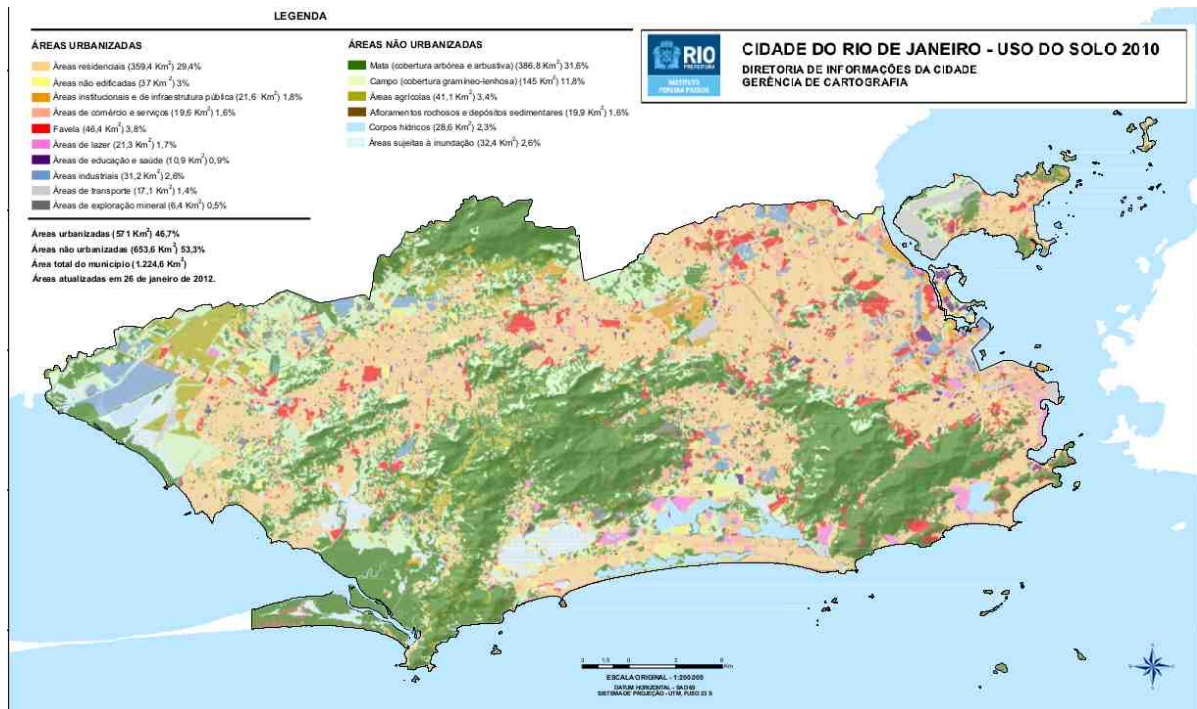
Mapas 26 e 27 - Arco metropolitano



Fonte: <http://www.obras.rj.gov.br/>

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014.

Mapa 28 - Mapa de uso do solo do município do Rio de Janeiro (2010)



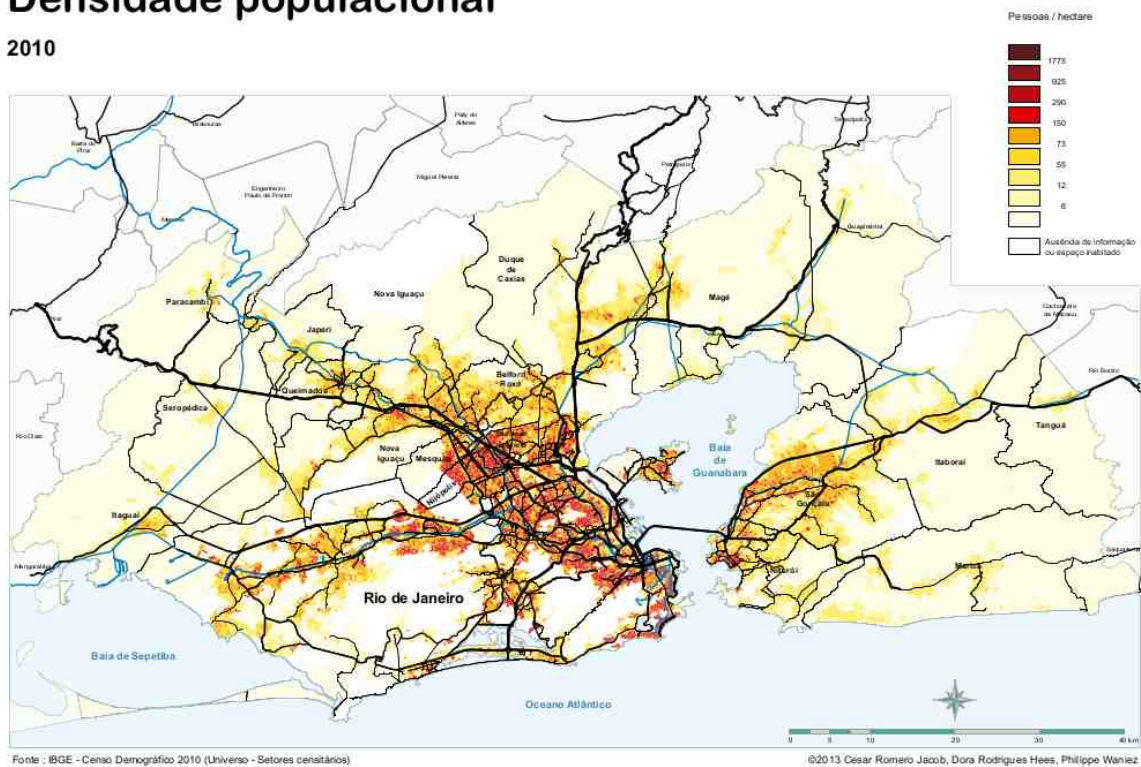
Fonte: PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2013.

O Rio de Janeiro, como toda cidade capitalista, é extremamente desigual em sua ocupação, por conta desse movimento ativo (em larga medida intencional), direcionado (centrífugo) que separa os grupos sociais. Sua população concentra-se principalmente na Zona Norte (sendo racialmente misturada) e Baixada Fluminense (majoritariamente negra), com renda média em torno de dois salários mínimos (ver Mapas 29, 30 e 31). A sobreposição de diversos mapas - seja renda nominal média a partir de dados do IBGE espacializada (Mapa 31), seja uma ponderação estatística sobre a presença de diferentes ocupações ou níveis escolares na região metropolitana (Mapas 32 e 33), seja a distribuição espacial da avaliação conjunta de indicadores de renda, educação e saúde como medida de desenvolvimento humano (ver Mapa 34), seja a evolução histórica de uma tipologia de categorias sócio-ocupacionais que busca visualizar a estrutura social, entendida a partir da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e na produção (ver Mapa 35) - expressa de múltiplas maneiras um mesmo contraste, que permite definir as linhas gerais do diagrama: em semi luas concêntricas, há um núcleo, uma faixa intermediária e uma periferia. Como indicado, há modificações ao longo do tempo (pelo avanço sobre o meio rural, a desidustrialização e o crescimento de setores populares, os níveis de escolaridade crescentes etc), que expressam-se como variações nas faixas, sem entretanto mudar o diagrama radicalmente.

Mapa 29 - Densidade populacional da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2010)

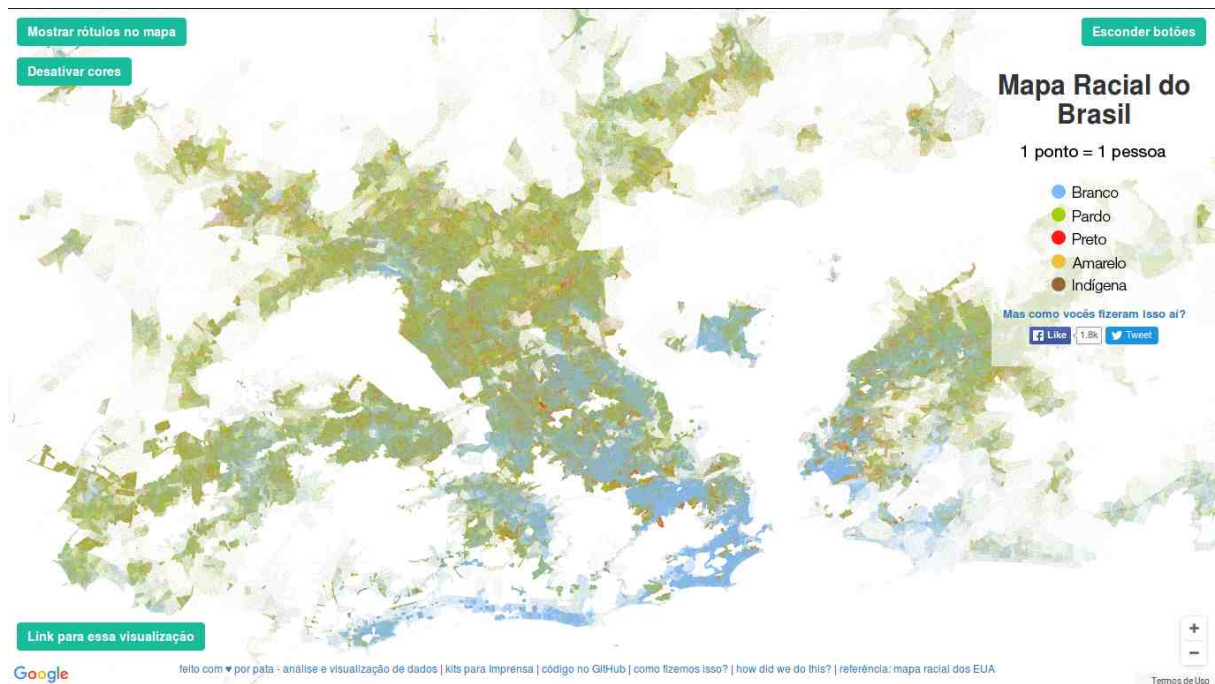
Densidade populacional

2010



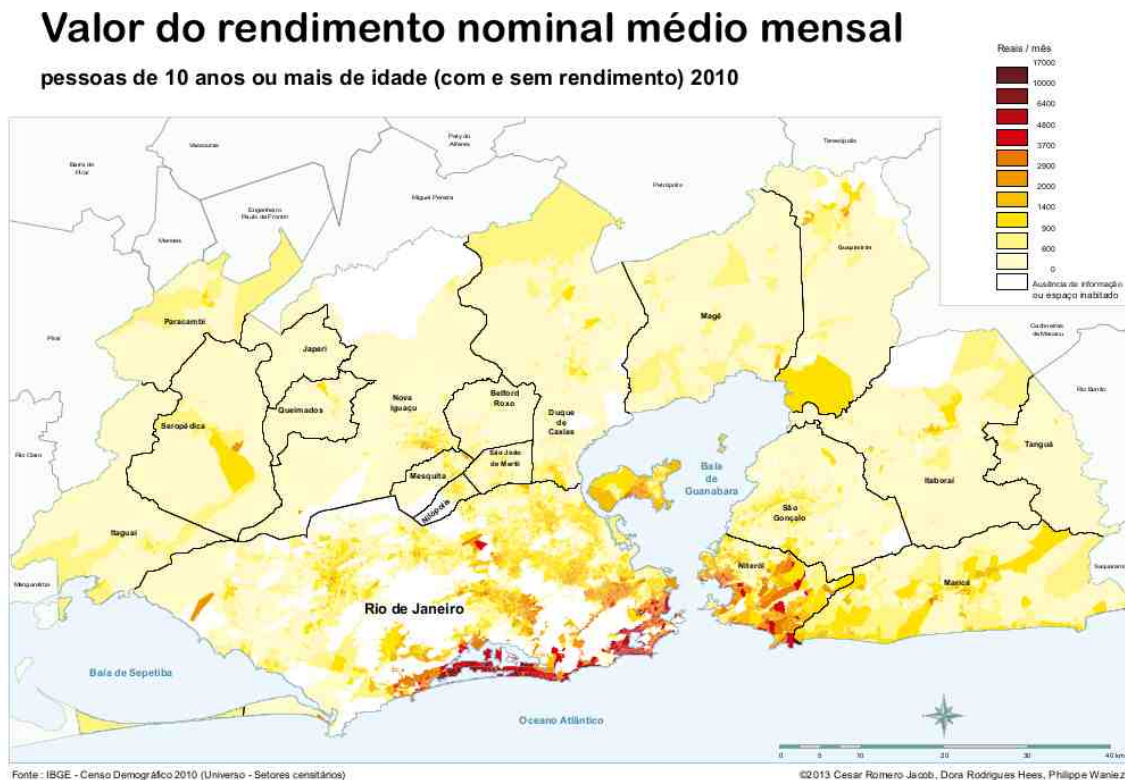
Fonte: JACOB, 2014.

Mapa 30 - Mapa racial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (por pontos)



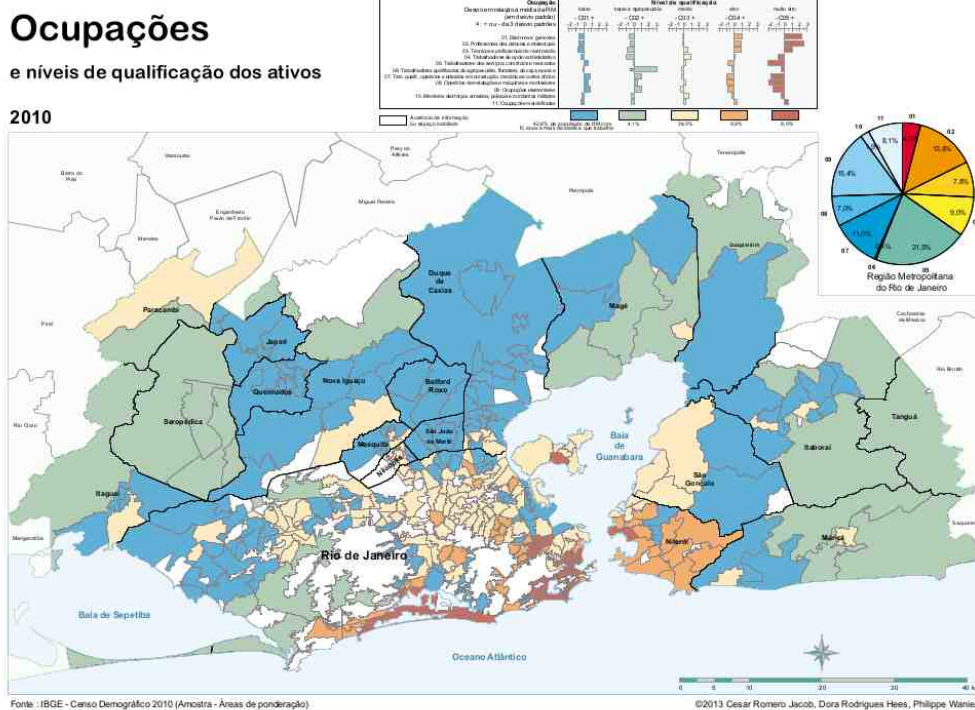
Fonte: POST ADVERTISING TECHNOLOGY AGENCY, 2015.

Mapa 31 - Mapa de rendimento nominal médio mensal da RMRJ (2010)



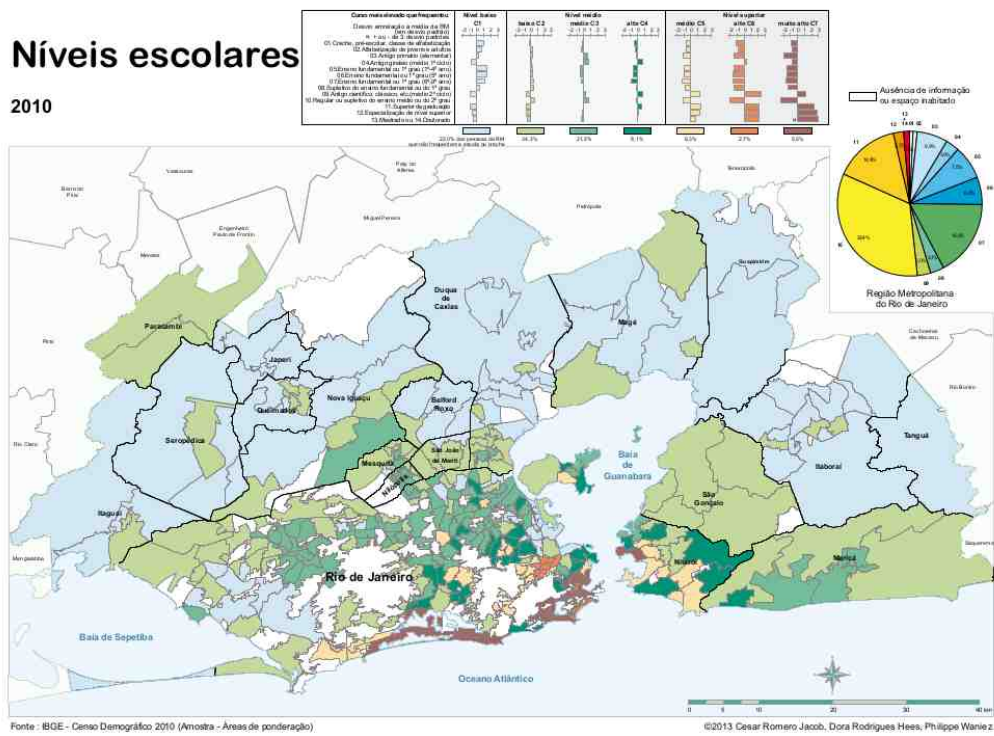
Fonte: JACOB, 2014

Mapa 32 - Mapa ponderado de ocupações na RMRJ (2010)



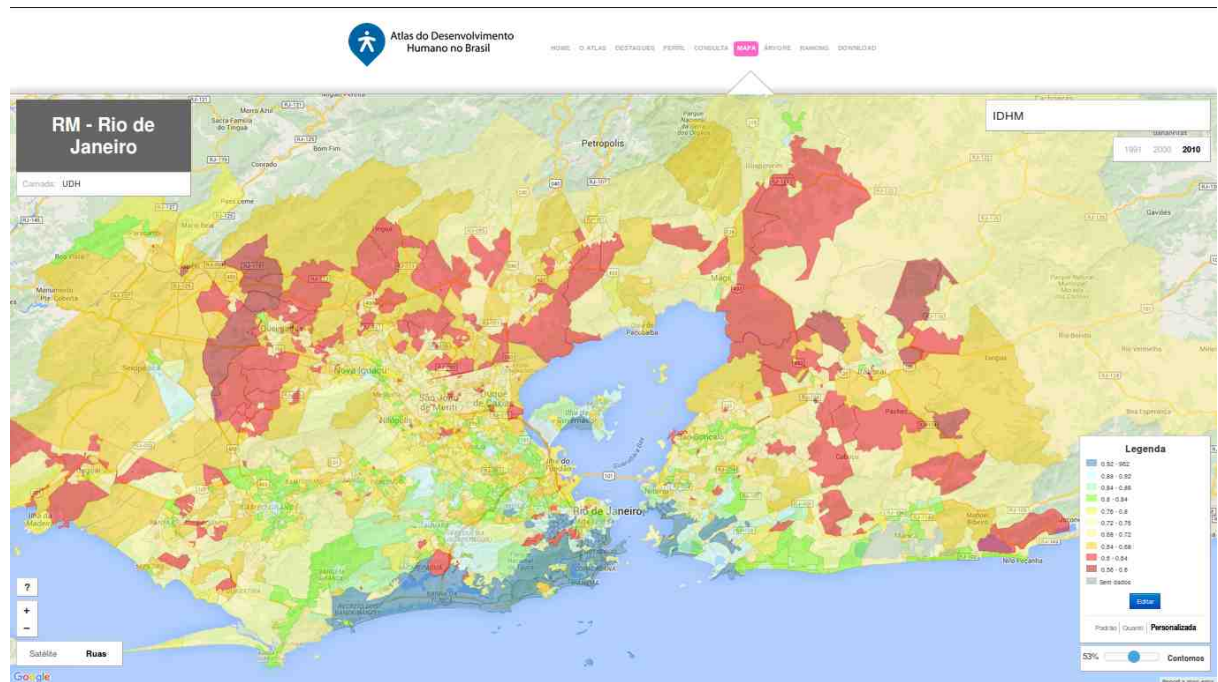
Fonte: JACOB, 2014.

Mapa 33 - Mapa ponderado de níveis escolares na RMRJ (2010)

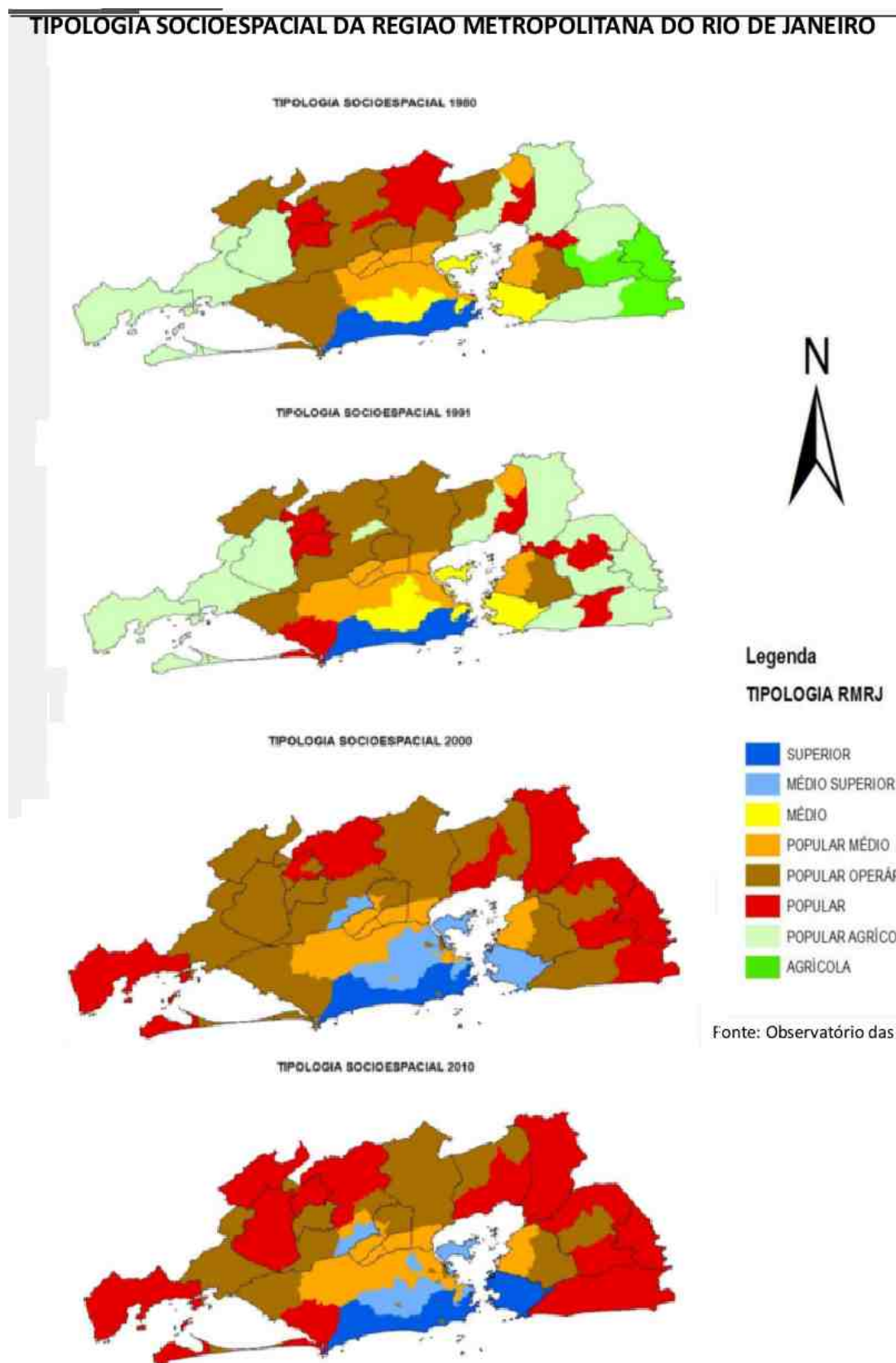


Fonte: JACOB, 2014.

Mapa 34 - Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano na região metropolitana do Rio de Janeiro por unidades de desenvolvimento humano (2010)



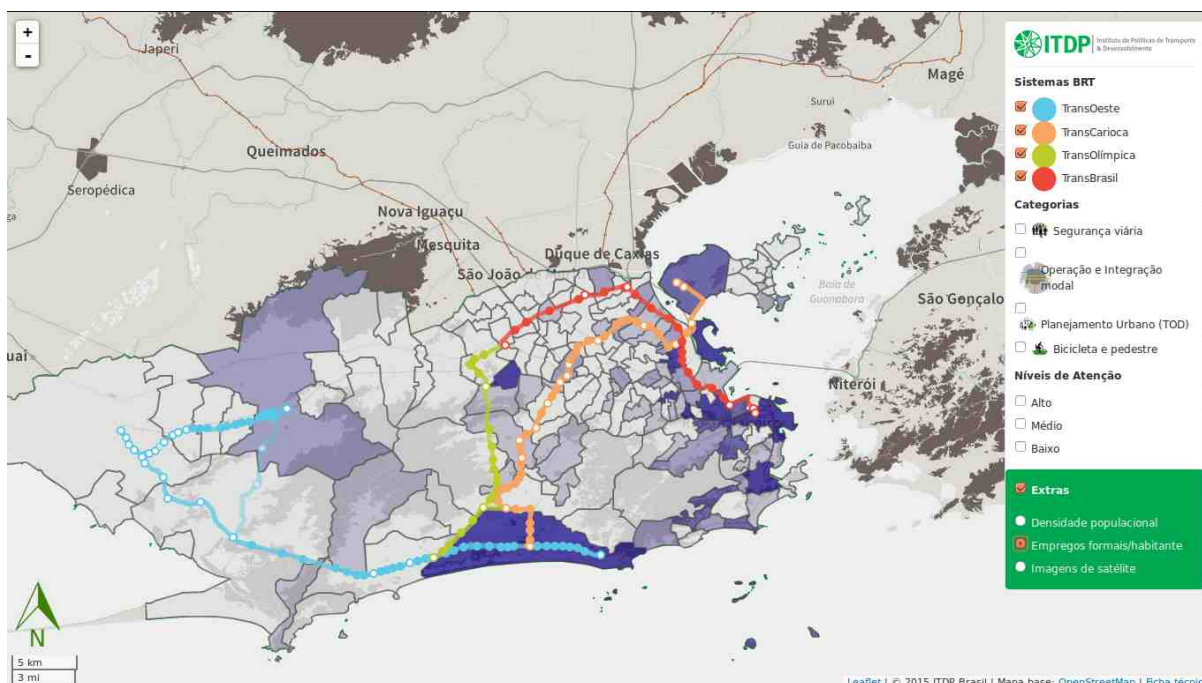
Mapa 35 - Tipologia socioespacial da RMRJ (1980-2010)



Fonte: RIBEIRO, M., 2015.

O núcleo desta metrópole, um centro comercial/institucional quádruplo, pode ser visualizado mais detalhadamente a partir da concentração dos empregos formais em poucas regiões bem destacadas, interconectado a metrópole pela malha de transportes que se volta para ele, insistentemente rodoviária, que lhe serve, atualizada recentemente (Mapa 36), ponto nodal do imenso movimento pendular (ver Mapas 37 e 38), cada vez mais engarrafado - outro efeito da importância político-econômica dada ao petróleo, com seu consequente encarceramento em massa temporário diário, em cela individual ou superlotada. De maneira escancarada, este mesmo núcleo desvela-se pela análise da concentração de investimentos Olímpicos (Mapa 39), acompanhada pela concentração de aparatos de segurança e ordenamento público (Mapas 40 e 41) - tornando compreensível porque o maior legado gira em torno da mobilidade. Este é o Olimpo carioca, com suas áreas de auto-segregação (das classes superiores), desenhada pela lógica de mercado da incorporação imobiliária associada a outras fontes de acumulação urbana (RIBEIRO, L., 2015, p. 27).

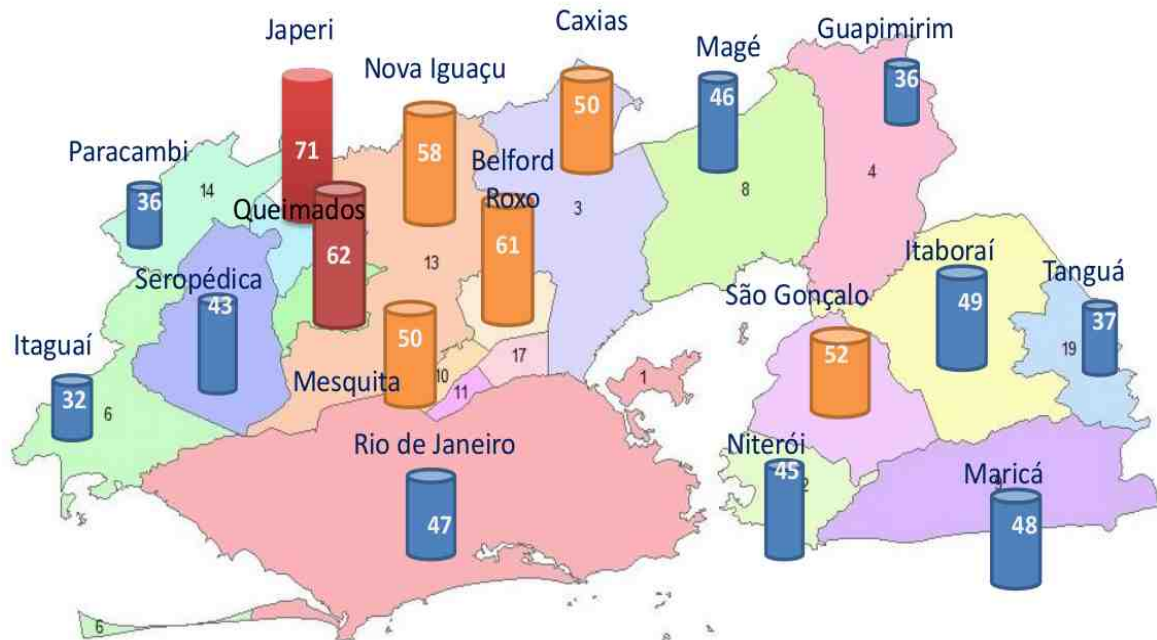
Mapa 36 - Trajeto dos BRTs e relação empregos formais/habitante por bairro



Fonte: ITDP, 2015

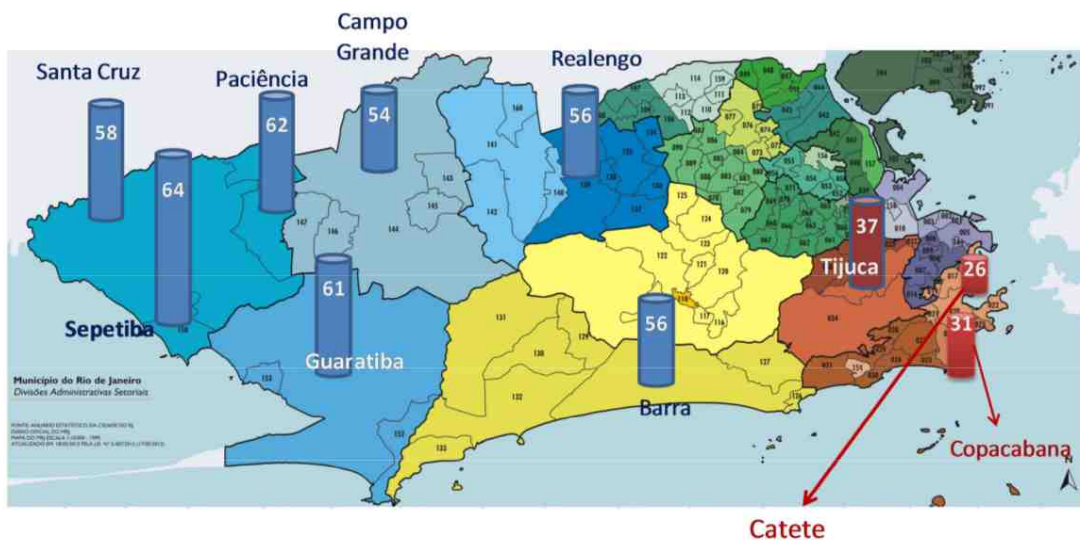
Mapas 37 e 38 - Tempo médio de deslocamento de ida ao trabalho RMRJ e bairros selecionados do município do Rio de Janeiro (2010)

Tempo de deslocamento na ida ao trabalho



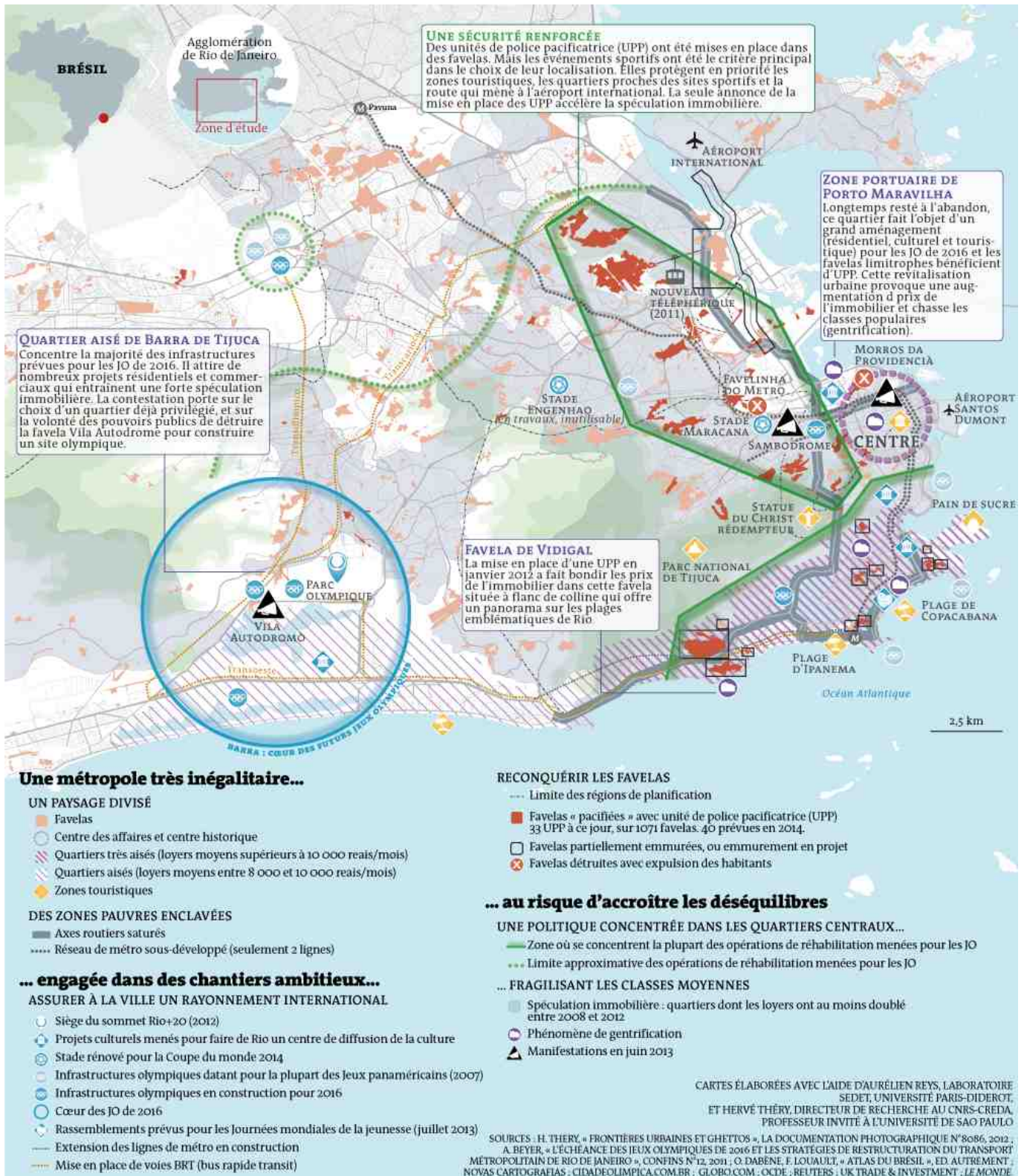
Fonte: Censo 2010.

Tempo médio de deslocamento (em minutos) para a Cidade do Rio – alguns bairros selecionados



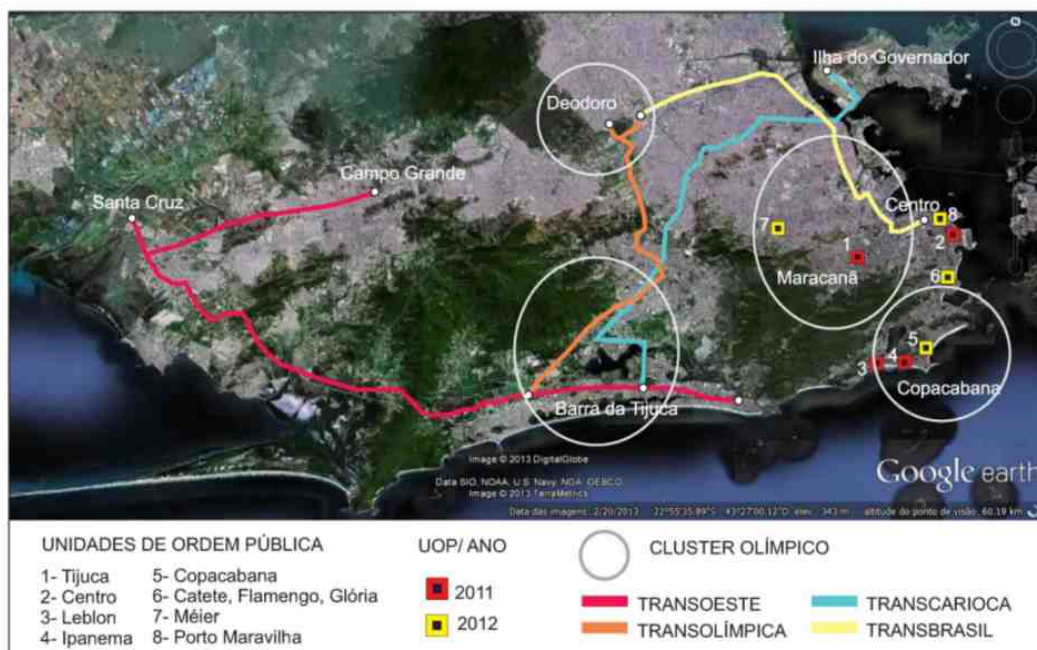
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2010.

Mapa 39 - Análise sócio-espaial dos "Clusters" Olímpicos



Fonte: REYS; THÉRY, 2013.

Mapa 40 e 41 - Mapas com a localização de Unidades de Ordem Pública e UPPs



Intervenções Olímpicas e UOPs no Rio de Janeiro

Fonte: elaboração da autora. Montagem a partir do Google Earth e das informações contidas no Mapa de Intervenções Olímpicas e UPPs no Rio de Janeiro, Laboratório Globalização e Metrópole, GPDU/UFF, abril de 2012.



Intervenções Olímpicas e UPPs no Rio de Janeiro

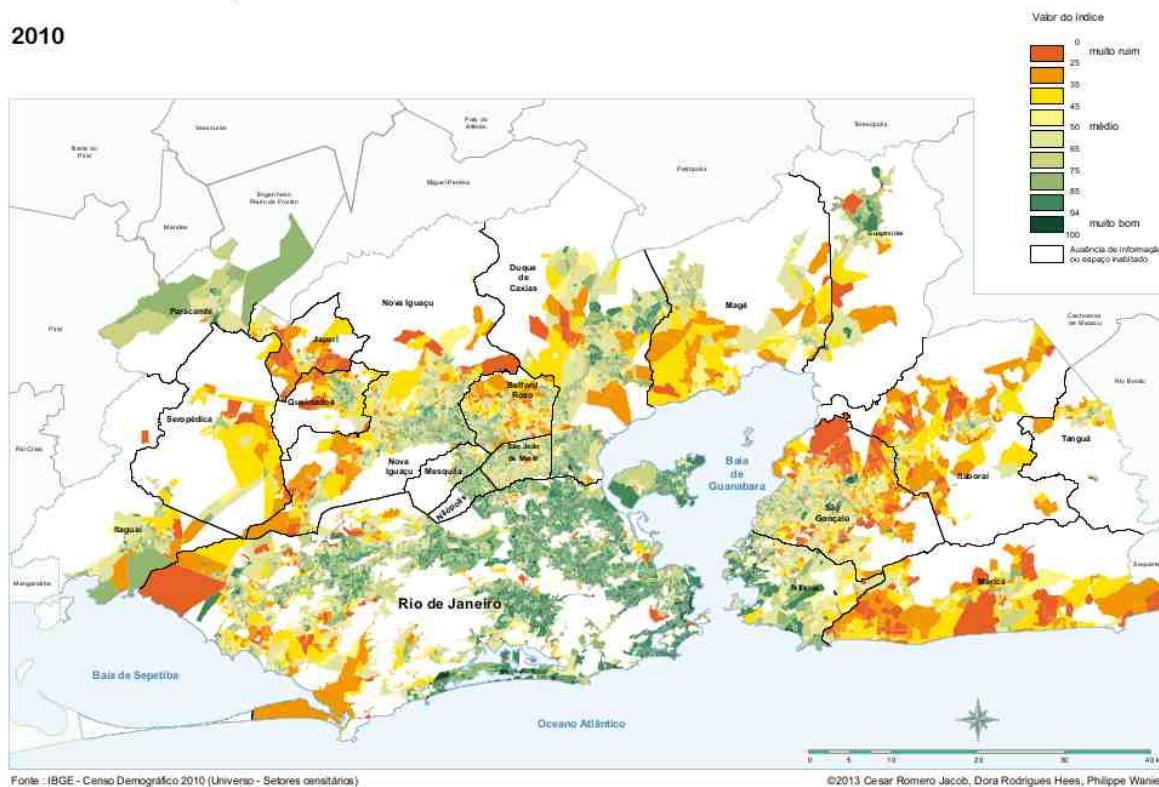
Fonte: Laboratório Globalização e Metrópole – GPDU/UFF, abril de 2013.

Em microescala, salpicando as grandes faixas do diagrama - podendo ser observada diretamente por qualificação como "aglomerado subnormal" ou "favela" (ver Mapa 28), e parcialmente pela permanência de grupos étnicos contrastantes em "regiões olímpicas" (ver Mapa 30) ou pela aferição da qualidade do entorno transformada em um Índice (ver mapa 42) - ocorre a permanência de classes diferentes próximas, viabilizada pela favelização, seguindo a lógica de reciprocidade (crescentemente entremeadada por ações de mercado) - conforme sustentado por Queiroz Ribeiro (2015), uma longa espera, pela maioria de pobres e negros, de incorporação ao movimento de periferização (promovido por um *mix* de produção por encomenda, produção e mercado). No presente, apesar da regularização de certas áreas ou da viabilização de negociação imobiliária, a consideração das áreas de favela como áreas ilegais, sob justificativa ecológica, de risco estrutural (com a alteração da legislação realizada em 2011) ou mesmo por inaudito ódio de classe e racismo, confirma esta tese, mantendo o estado de exceção, com sequências de remoções (ver Mapa 43) e profunda gentrificação (GONÇALVES, Rafael, 2015).

Mapa 42 - Índice de qualidade do entorno dos domicílios urbanos (2010)

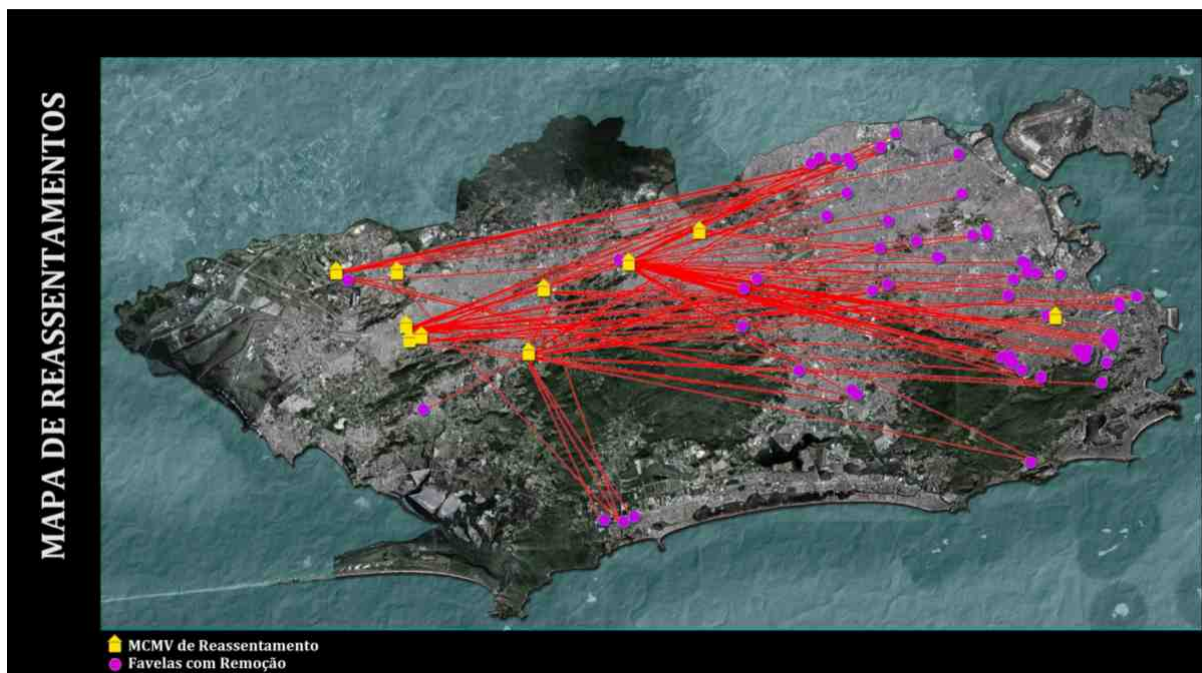
Índice de qualidade do entorno dos domicílios urbanos

2010



Fonte: JACOB, 2014.

Mapa 43 - Mapa de remoções e reassentamentos



Fonte: FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

Uma sequência de intervenções urbanas de múltiplas matizes e com ressonâncias mútuas, desencadeadas pelas forças estatais e do "mercado" articuladas, tem ocorrido no Rio de Janeiro a partir de 2008. Tais intervenções giram em torno do aprofundamento, da aceleração, radicalização e consolidação do projeto de cidade em vigor, *grosso modo*, desde meados da década de noventa, de caráter neoliberal, de uma cidade para o capital financeiro-produtivo, monopolista, internacionalizado. Apesar das dificuldades colocadas por sua complexidade, podemos dizer, talvez exageradamente (considerando a célebre utilização dela por Polanyi), que uma “grande transformação” está novamente em andamento na conformação socio-urbana da metrópole – mesmo que se considerem tais mudanças um “*aggiornamento*”. Conforme o título do projeto dos Jogos Olímpicos de Verão no Rio de Janeiro, estes serão “os jogos da celebração da transformação”, “a maior transformação de seus 450 anos” segundo um cartaz da prefeitura sobre a Cidade Olímpica - ainda que o sentido, presume-se, seja outro.

Seguindo uma tradicional característica do desenvolvimento brasileiro e carioca-fluminense, a participação das forças estatais a serviço de interesses capitalistas parece ser crucial neste conturbado Rio. Seja no discurso do prefeito, de membros do primeiro escalão de governo, da mídia, daquilo que poderíamos chamar de *think tank* carioca, percebemos a centralidade atribuída as “forças estatais somadas” (o alinhamento político dos governos

federal, estadual e do núcleo metropolitano, o município do Rio de Janeiro) e da "pacificação" (a ocupação militar-policial de favelas, complementada por ações de cunho social e trabalhista), articuladas por um planejamento estratégico, para que esta "grande transformação" aconteça (AMBROSIO, 2009; LA ROCQUE, 2012; PAES, 2011; SANTOS, A.; MARAFON; SANT'ANNA, 2012; URANI; GIAMBIAGGI, 2011;).

O alinhamento político dos três níveis estatais no município-núcleo da metrópole, resultado das eleições de 2008 (e que seguiu até 2014 pelo menos, estremeado com a recente instabilidade político-econômica), era o grande diferencial dos vencedores frente outros grupos políticos em disputa, posto que o projeto político-econômico para a cidade, bem como os financiadores, eram praticamente os mesmos: grandes grupos econômicos (construtoras, seguradoras, grupos médicos etc) com interesses diretos e indiretos na reestruturação urbana neoliberal, em andamento desde a década de noventa. Nesta acirrada disputa "semi-democrática" (realizada com ajuda da Operação Guanabara II, "mobilização militar" de mais de 3500 homens para ocupar favelas em todas as zonas da cidade, em Duque de Caxias na Baixada Fluminense e em Campos dos Goytacazes no Norte Fluminense, para tentar impedir a influência de grupos armados durante as campanhas), as afinidades dos principais agrupamentos político-econômicos concorrentes eram tão grandes que temos a impressão de que um "feliz" destino olímpico para o Rio de Janeiro já estava escrito, independente de quem assinaria e receberia as glórias - talvez suas divergências fossem apenas o "narcisismo das pequenas diferenças". Neste sentido servem de exemplos a escolha, sugerida pelo "mercado" (Icatu Seguros, Itaú), da mesma Secretaria da Fazenda municipal da candidatura derrotada, ou a proximidade do então secretário da fazenda estadual (com entrada, pouco antes, em 2007, "desligando-se em 2010, após o Estado ter obtido o Grau de Investimento e o Rio tornar-se sede dos Jogos Olímpicos de 2016", como diz a descrição do ex-ministro da fazenda no sítio do Ministério) de "gurus" econômicos de outros partidos concorrentes. Formou-se um grande consenso, se considerarmos o gordo apoio propiciado pelo terceiro setor "disciplinado", pelos grandes veículos da mídia e por parte da intelectualidade: as forças foram "somadas" por um mesmo Rio - como se diz, "tudo junto e misturado", como a reeleição do prefeito demonstrou ao aglutinar quase todos partidos na mesma coalizão. Frente este consenso, independente dos planejamentos estratégicos participativos e consultas públicas, as cartas pareciam marcadas, com a população do Rio de Janeiro - a favor ou contra, por exemplo, da realização de mega-eventos (pendendo mais a favor, segundo pesquisas realizadas depois da escolha das Olimpíadas) - não parecendo ter muita escolha.

Não obstante este grande consenso ideopolítico-econômico, o alinhamento político do

executivo no município-núcleo (com apoio da ampla maioria no legislativo e íntima associação com o judiciário) exerceu forte influência, funcionou como elemento-chave ou requisito fundamental para diversas das atuais intervenções em torno de um projeto de cidade para o capital. Alguns exemplos: a escolha do Rio de Janeiro como Cidade Olímpica contou com intenso apoio estadual e federal; a privatização de um bairro inteiro, o "Porto Maravilha", foi viabilizado por um acordo entre os entes estatais, que detinham maior parte dos terrenos; a reativação da política de remoções, profundamente ligada aos investimentos do "Minha casa, minha vida" e do Programa de Aceleração do Crescimento, sob comando capitalista; os múltiplos apoios militares-policiais (alguns relativamente estáveis, como a escolha de um policial federal para a Secretaria de segurança desde 2004) principalmente nas "retomadas" do processo de pacificação (que contaram com mobilização das forças armadas, além de aportes financeiros); o reforço e adesão a políticas sociais de amplitude nacional (próximas aquelas presentes na nati-morta Consolidação das Leis Sociais, que foi aventada em 2008). Como podemos perceber apenas pelos exemplos levantados, são múltiplos os aspectos das intensas intervenções realizadas no Rio de Janeiro. Apresentemos mais detalhadamente alguns das principais intervenções urbanas no período, para no final, apresentar o projeto de cidade em torno do qual elas giram e o traçado geral da grande transformação gerada por ele.

As tarefas prévias (incluindo a realização dos Jogos Panamericanos em 2007) para a escolha, a preparação e adequação para as Olimpíadas, carro-chefe de uma série de megaeventos realizados no Rio de Janeiro (Copa do Mundo de Futebol, Jornada Mundial da Juventude, os jogos mundiais militares, entre outros de menor porte), funcionam como catalisadores e condicionantes de um grande conjunto de intervenções na conformação socio-urbana em torno deste projeto de "cidade do capital": funcionam como pretextos e justificativas - segundo o próprio prefeito do Rio de Janeiro em entrevista com TV Folha, "uma desculpa pra tudo". Os megaeventos trazem múltiplos "benefícios": em troca de um "legado", produzido por investimentos públicos e privados parceiros, induzem consensos necessários a dolorosa metamorfose, estendem ao conjunto da cidade e endurecem um "estado de exceção", típico das favelas, produzem, graças a concentração de investimentos, informalmente, uma cidade-estado. Permitem também delimitar o início e o término de uma etapa importante em um processo de reorganização da cidade.

Governos de cunho neoliberal e grandes empresas de todo o mundo vêm se utilizando de megaeventos e outras estratégias de valorização imobiliária das cidades como mote pouco reprovável para reorganizar o território urbano de modo a extrair deste o lucro máximo em detrimento dos interesses sociais das comunidades atingidas, [...] para a inserção das cidades no seletivo circuito internacional de

negócios. Este conjunto de ações pode ser compreendido como um empresariamento das cidades [...]. Ao adotar o modo de planejamento neoliberal [...], os governos reestruturaram as cidades em verdadeiras operações higienistas, capturando externalidades positivas como vista para o mar, proximidade a áreas de preservação e disponibilidade de equipamentos urbanos, comércio e transportes para a realocação de parcelas do território no superaquecido mercado imobiliário, ao mesmo tempo em que expulsam os moradores destes territórios para bolsões de pobreza e exclusão – onde só há externalidades negativas, como lixões e falta de equipamentos – em áreas periféricas, contribuindo ainda para diminuir a mobilidade urbana. (PAIVA; MEDEIROS; ÁLVARES, 2013, s/p)

Um verdadeiro higienismo tomou conta da cidade desde então, sob alcunha "choque de ordem". A limpeza de determinados setores da cidade, voltada para a construção de uma imagem que atraia investimentos e permita a especulação, com a limpeza de toda forma de indesejados. Alguns exemplos: apenas entre 2010 e 2012 ocorreram quase sessenta mil abrigamentos (PUFF, 2014), informalmente compulsórios (chamados ironicamente de "acolhimentos"), em sua maioria de pessoas em situação de rua, levados para abrigos a mais de sessenta quilômetros de sua área de trabalho e vida, em regiões dominadas por grupos armados, de onde sair implica arriscar a vida; mais de nove mil internações compulsórias de usuários de crack apenas em 2012 e 2013 (CARVALHO et al, 2013; OLIVEIRA, P., 2013), levados para instituições totais cujo responsáveis são suspeitos de corrupção e assassinatos; em uma ação que exemplifica uma série de ações dispersas contra prostitutas (incluindo travestis), mais de quatrocentas profissionais do sexo foram expulsas de um edifício onde trabalhavam no centro de Niterói pela Polícia Militar, ocorrendo prisões arbitrárias (DAS LUTAS, 2014); durante a sequência de manifestações das jornadas de 2013 até aquelas contra a Copa do Mundo, entre os inúmeros abusos da força (expressos no aumento dos gastos com a repressão) - que não são "arbitrários", tendo o objetivo de "mandar um recado", aterrorizando movimentos sociais e criminalizando a luta por direitos -, recordemos o espancamento de toda uma praça lotada de manifestantes com todas as saídas fechadas, os vinte e três ativistas políticos anarquistas que, em operação preventiva, foram mantidos presos por semanas e o pobre que, passando no local errado na hora errada portando uma garrafa plástica com produto de limpeza considerada "coquetel Molotov", foi exemplarmente preso e condenado.

No mesmo momento em que eleva-se tal coalizão higienista, no âmbito imobiliário, um conjunto de diferentes intervenções simultâneas contribuirá com outros catalizadores e condicionantes ao contexto - intervenções na apropriação privada monopolista da terra. Em 2008, estala uma crise econômica mundial (desencadeada a partir do setor financeiro e imobiliário), chamada "grande recessão" (terminada ou não em 2010, cujas repercussões diretas e indiretas seguem até hoje, podendo ser entendida como um "epifenômeno" do

aprofundamento da crise estrutural capitalista, a chamada, com múltiplos sentidos e diagnósticos por vezes conflitivos, "estagnação secular"), que acarretaria modificações nas políticas macroeconômicas e de investimentos em infraestrutura urbana e moradia, em torno do Programa de Aceleração do Crescimento e da criação do programa "Minha Casa, Minha Vida", com desenhos afeitos a especulação imobiliária (denunciado por um movimento social que cresceu rapidamente, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). Tal crise choca-se com o otimista (apesar, como sempre, de vozes dissonantes) cenário econômico carioca no contexto mundial de hipervalorização dos *commodities* associada a ascensão político-econômica da China. Restava, porém, a "cereja do bolo" no âmbito da habitação: desbloquear a política de remoções, então desativada. As fortes tempestades de abril de 2010, além das duzentas e sessenta e sete mortes no estado, sendo cento e sessenta e oito apenas em Niterói, e seus mais de onze mil desabrigados no Rio, Niterói, São Gonçalo e Baixada, derrubaram também o tabu das remoções: após intensa campanha midiática favorável (ponderando as "áreas de risco" etc), entre 2009 e 2013 mais de sessenta e sete mil pessoas foram removidas de suas casas – muitas avisadas por uma pichação na parede da frente (o fatídico SMH, conhecido como "sai do morro hoje", com ressonâncias históricas ao PR imperial português, conhecido como "ponha-se na rua"), regularmente mal indenizadas, transferidas para áreas distantes, dominadas por grupos criminosos, com poucos serviços e infra-estrutura, distantes do trabalho -, em sua maioria moradores de favelas na área-alvo da especulação imobiliária, boa parte em áreas ditas pacificadas (ver figura Outro aspecto da clássica estratégia geral de valorização imobiliária, diretamente ligada a moradia, é a manutenção de grandes propriedades abandonadas para especulação, a despeito da lendária função social, em particular no contexto de profundo deficit habitacional carioca-fluminense de mais de duzentas mil unidades: por exemplo, cerra-se o punho de ferro (oitenta militares e mais de mil e quinhentos policiais) para desocupar, ou seja, colocar na rua, as seis mil famílias do terreno da antiga TELERJ (hoje propriedade da telefônica Oi), em ação marcada por tumulto e confrontos, ônibus e carros incendiados, supermercado saqueado, com dezenas de feridos (inclusive crianças) e vinte pessoas detidas - posteriormente duzentas e sessenta e sete famílias acamparam primeiramente em frente a prefeitura e depois na Catedral, sendo por fim "acolhidas" pela Secretaria de Desenvolvimento Social na calada da noite. Porém, o aspecto mais elaborado é a revitalização, via privatização de terrenos e serviços públicos, de uma área de cinco milhões de metros quadrados no coração da cidade, na abandonada zona portuária, através de uma Operação Urbana Consorciada conhecida como Porto Maravilha, Parceria Público Privada absurdamente favorável ao último P, em transações financeiras através da

Caixa Econômica Federal - reforçada por grandes obras como a construção da via Binário e destruições, como a da perimetral.

Nunca havia escutado essa expressão, "gerente de problema", e, provavelmente, é uma maneira pela qual as pessoas ali identificavam a posição do bandido na hierarquia: ele resolvia qualquer situação de conflito ou arruaça na favela. A história contada para explicar o emprego da expressão "gerente de problema", foi a de que numa ocasião, um rapaz metido a bandido, passou de moto, em velocidade, e derrubou uma senhora no chão, esbarrando nela com o guidão. Alguns moradores se revoltaram e o rapaz em tom de ameaça, disse que era bandido. O "gerente de problema" teria visto o acontecido e perguntou: "ah é? Você é bandido? Vamos ver então se é mesmo." Passou um rádio para um bandido na boca de fumo, na frente de todos, dizendo que tinha um "fulano" lá botando banca de bandido. O bandido deu a ordem para que o "gerente de problema" segurasse o jovem porque ele estava descendo e, como é sabido, quando se "desce", nestes casos, é mesmo para resolver. Contou que o rapaz foi ficando "pálido" e foi "desmontando". O bandido chegou perguntando que "lenga-lenga" era aquela e deu um tiro no joelho do rapaz, afirmando que, se ele não saísse dali em até dez minutos, seria morto. Baleado, o rapaz começou a rastejar e o bandido, em volta, mandando sair. Foi quando o bandido disse, paa que todos escutassem, que ele "já estava fudido mesmo", sem joelho, que iria ficar encostado, aleijado e que, por isso, trataria de matá-lo e, assim, disparou inúmeras vezes contra o jovem, que rastejava no chão. (ALMEDRA FILHO, 2013, p. 155)

Enquanto mais de 2000 policiais e militares das forças armadas atacavam o Complexo do Alemão, outras favelas do subúrbio carioca, longe das lentes do monopólio do meio de comunicação, também sofreram invasões policiais. Uma operação da polícia civil na favela do Jacarezinho, na zona norte, deixou quinze homens mortos. Sete a mais que o número divulgado pela assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública. Moradores denunciaram que um jovem de 13 anos teria sido abordado por policiais que o ameaçaram, dizendo que, se ele estivesse com cheiro de maconha na mão, daria um tiro no seu peito. Em seguida um dos policiais cheirou a mão do rapaz e o executou com cinco disparos. O mesmo aconteceu no Morro do Tuiuti, também na Zona Norte do rio, onde, segundo moradores, um menino, também de 13 anos, foi executado por PMs com um tiro na nuca. Nos dois casos, nos boletins de ocorrência nas delegacias locais, dizia que os jovens morreram em confronto com a polícia, assim como no registros dos outros 18 óbitos anotados em operações policiais, sem contar com as mortes no Complexo do Alemão. (GRANJA, 2015, p. 21)

Essas duas cenas, na qual aglutinam-se relações de poder - o espaço de exceção, o poder soberano redivivo por um indivíduo submetido hipoteticamente a um poder disciplinar, e, caso tivessem sido filmadas por um celular e publicadas em uma página de *facebook*, marcariam a vigência de mecanismos de controle, detalhamentos que não faremos aqui - servem para ilustrar de que pacificação estamos falando.

Um novo capítulo do genocídio negro/guerra civil carioca tem início. No contexto de crescimento do domínio territorial de grupos paramilitares (milícias) formados majoritariamente por (ex-)membros das forças de segurança e defesa civil, principalmente na zona oeste da cidade (em áreas em sua maioria abandonadas ou frouxamente ocupadas, com

apoio político), como um dos primeiros atos da coalizão, o estado faz uma inflexão em sua participação na guerra civil com o denegativo título de "pacificação" - que tem a vantagem de remeter as campanhas militares do século XIX e a destruição de nossa "primavera dos povos".

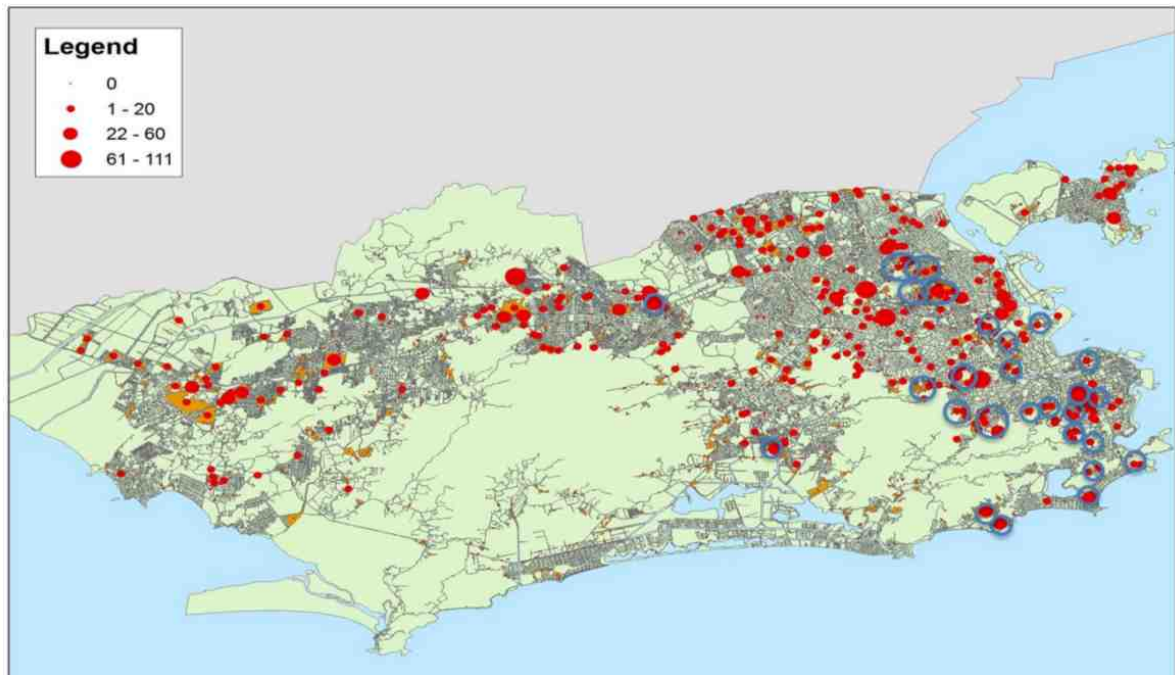
A “pacificação” refere-se ao conjunto de intervenções estatais e não-estatais que ocorreram com a instalação de 38 Unidades de Polícia Pacificadora (algumas precárias, não sendo mais que contêineres, em condições de trabalho indignas), que "recuperaram" 264 territórios de facções criminosas (principalmente o Comando Vermelho, seguido do Terceiro Comando Puro e dos Amigos dos Amigos, que se mantinham pela força, conivência policial comprada ou participação ativa policial), atingindo aproximadamente um milhão e meio de pessoas, que passa a ser vigiada por câmeras e patrulhada por policiais militares treinados às pressas, sem experiência prévia (medida destinada a evitar a corrupção, que continua existindo) (BARREIRA, 2014; RIO DE JANEIRO, 2014). Na verdade, não há recuperação das áreas mas sobreposição de poderes local, modificando a gestão de ilegalismos. Estas instalações implicam previamente incursões de cunho militar (a maioria pelo Batalhão de Operações Especiais, e três pelas Forças Armadas) e posteriormente a chegada de empresas de luz, telefone, internet e televisão a cabo, bem como mapeamento das áreas, obras de saneamento, limpeza pública, habitação e urbanização, criação de unidades e desenvolvimento de intervenções na educação, saúde e assistência social, além de ações ligadas ao empreendedorismo e inserção no mercado de trabalho. A política contou com intenso apoio midiático, que ajudou a criar uma imagem de segurança para a "cidade de negócios" e para a marca "Rio". Na visão dos diplomatas estadunidenses, trata-se de operações de contrainsurgência (ARANTES, 2014; TOMAZINE, 2011). Segundo o Banco Mundial trata-se da instauração de um “quase-estado-policial” nas favelas - visão confirmada por etnografias - com possibilidade de "modificação completa" na sociabilidade e estrutura social das favelas pacificadas (GONÇALVES, Rafael, 2015), oferecendo novas oportunidades para a "acumulação por espoliação" (FREEMAN, 2012).

Apesar de existirem áreas deflagradas (dominadas por grupos criminosos armados, com altas taxas de violência e tiroteios frequentes) em diversas partes do estado e a pacificação ser uma política estadual, as ações concentram-se no município do Rio de Janeiro e em determinada áreas, não por acaso, as mais valorizadas – e não há intenção de expansão no momento (a não ser para as áreas mais valorizadas de Niterói) (BARREIRA, 2014). Além das evidentes mudanças na segurança que decorrem do aumento de aproximadamente 20% do contingente policial estadual (nas áreas pacificadas: diminuição de homicídios e exposição de armas, aumento de assaltos, agressões por armas brancas e desaparecimentos, bem como

aumento da violência policial, vigilância e controle sobre a população; fora delas, desorganização e deslocamento de facções, intensificando tiroteios e espalhando e reorganizando o domínio territorial em outras regiões, inclusive em outros estados).

Uma sequência de mapas permite entender, ou vislumbrar, a dinâmica da guerra civil/genocídio negro no Rio de Janeiro. As UPPs são instaladas fora de algumas das principais zonas de confronto no período prévio, entre 2002 e 2008, em que disputas entre facções estiveram bastante acirradas - conforme podemos avaliar olhando o Mapa 44, que mensura o grau de deflagração a partir de dias de conflito (sinalizando a localização das UPPs), e o Mapa 45, que indica as regiões (e focos) com maior número de homicídios. Os mapas 46 e 47 permitem visualizar, entre 2005 e 2010, o enorme crescimento das milícias, avançando sobre áreas neutras e anteriormente pertencentes a todas facções, que passa a comandar meia cidade, principalmente Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. E o decréscimo do Comando Vermelho, que agora concentra-se na Zona Norte, impactado por todos os lados, incluindo o avanço estatal - das trinta e seis UPPs instaladas até 2013, vinte e sete foram em regiões dominadas pelo CV, cinco em regiões dominadas pelo ADA, três em regiões de predomínio misto (conflituoso) entre ADA e CV, uma em região dominada por milícia, nenhuma em áreas em que predomina o TCP, conforme análise do Mapa 48. Conforme o mapa 49, em torno de 2014, os conflitos se concentram em 3 áreas da Zona Oeste e 9 na Zona Norte - são também as áreas em que a polícia mais mata - definido pelo acumulado de autos de resistência entre 2010 e 2015, conforme o mapa 50.

Mapa 44 - Acumulado de dias com denuncia de tiroteio 2003-2008 e localização das UPPs



Fonte: MONTEIRO, 2013.

Mapa 45 - Homicídios por bairros de ocorrência e favelas em área de concentração de vítimas no município do Rio de Janeiro (2002-2006)

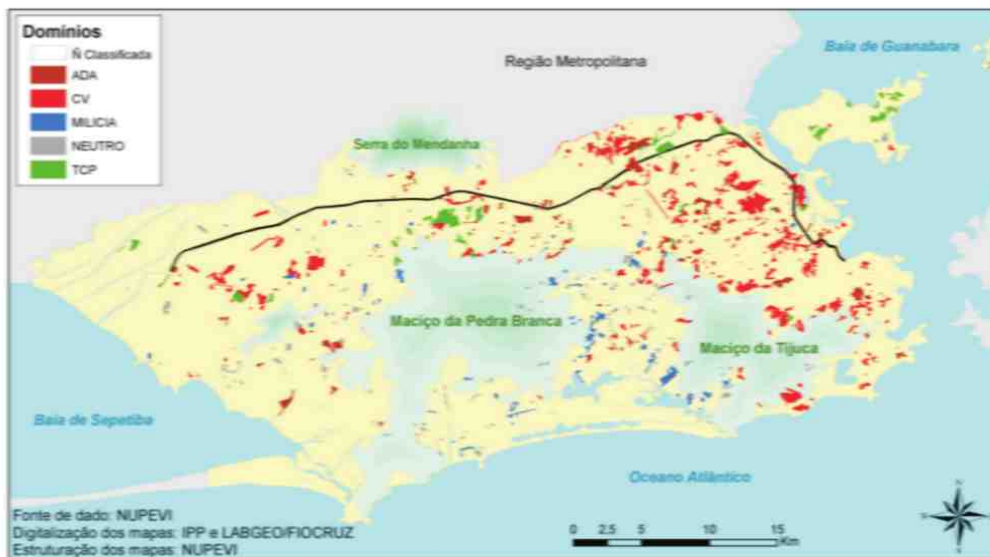


Fonte: Microdados DataSUS, Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; arquivo favelas, IPP (2005).
Elaborado pelo autora

Fonte: ZALUAR, 2012

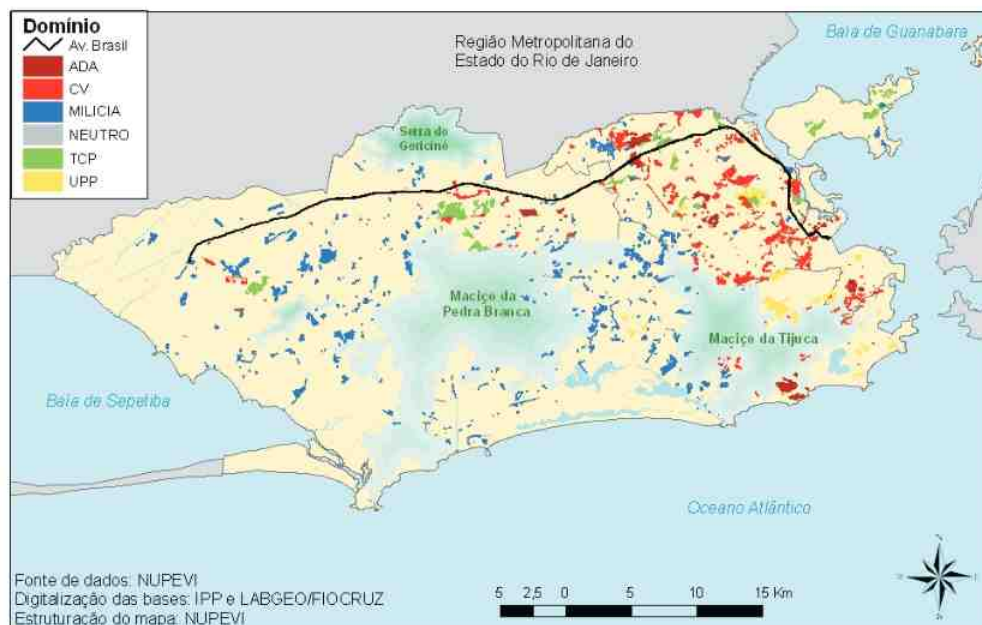
Mapas 46 e 47 - Favelas dominadas por facções do Tráfico, Milícias e UPPs (2005-2010)

Mapa 1
Favelas Dominadas por Facções do Tráfico e por Milícias em 2005



Fonte: Levantamento domínios em favelas do Rio de Janeiro 2005-2011 – Nupevi/Uerj.

Mapa 2
Favelas Dominadas por Facções do Tráfico, Milícias e UPPs em Dezembro de 2010

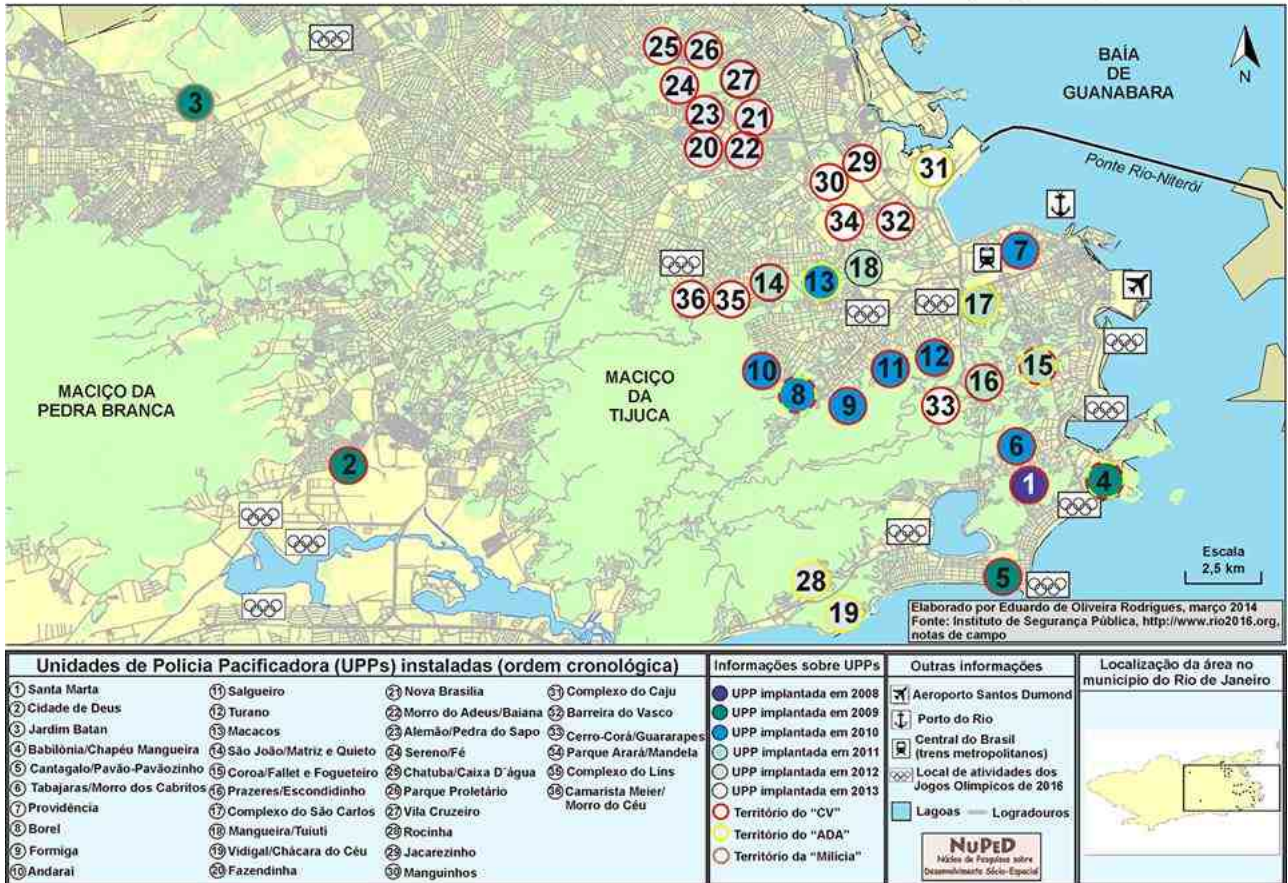


Fonte: Levantamento domínios em favelas do Rio de Janeiro 2005-2011 – Nupevi/Uerj.

Fonte: ZALUAR; BARCELLOS, 2013.

Mapa 48 - Unidades de Polícia Pacificadora (2014)

Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no município do Rio de Janeiro (março 2014)

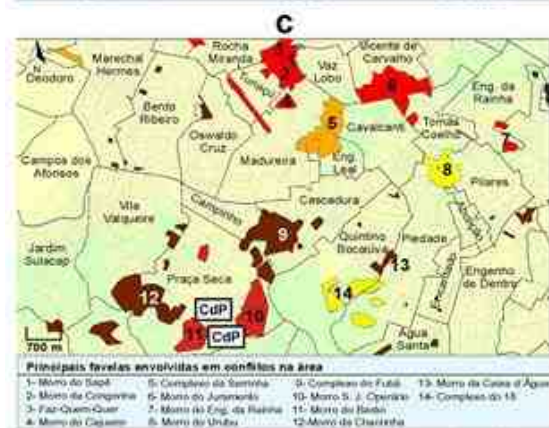
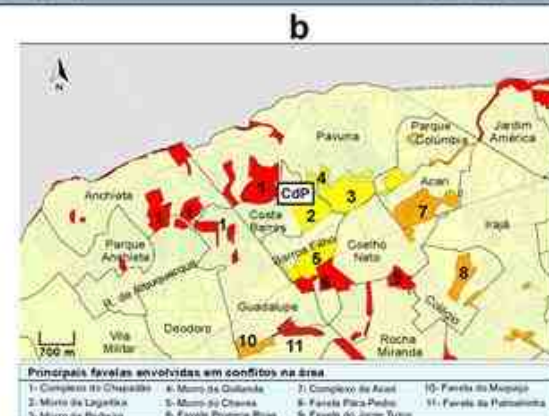


Fonte: RODRIGUES, E., 2014

Mapa 49 - Análise dos conflitos no município do Rio de Janeiro (2012-2014)



Dominios territoriais	Outras informações	Principais áreas de hostilidades			
Amigos dos Amigos (ADA)	Áreas em processo de instalação de UPP	1	4	7	10
Comando Vermelho (CV)	CdP Companhia dedicada da Polícia	2	5	8	11
Milícia	Laços	3	6	9	12
Terrão Comando Puro (TCP)	Municípios limítrofes				
Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)					

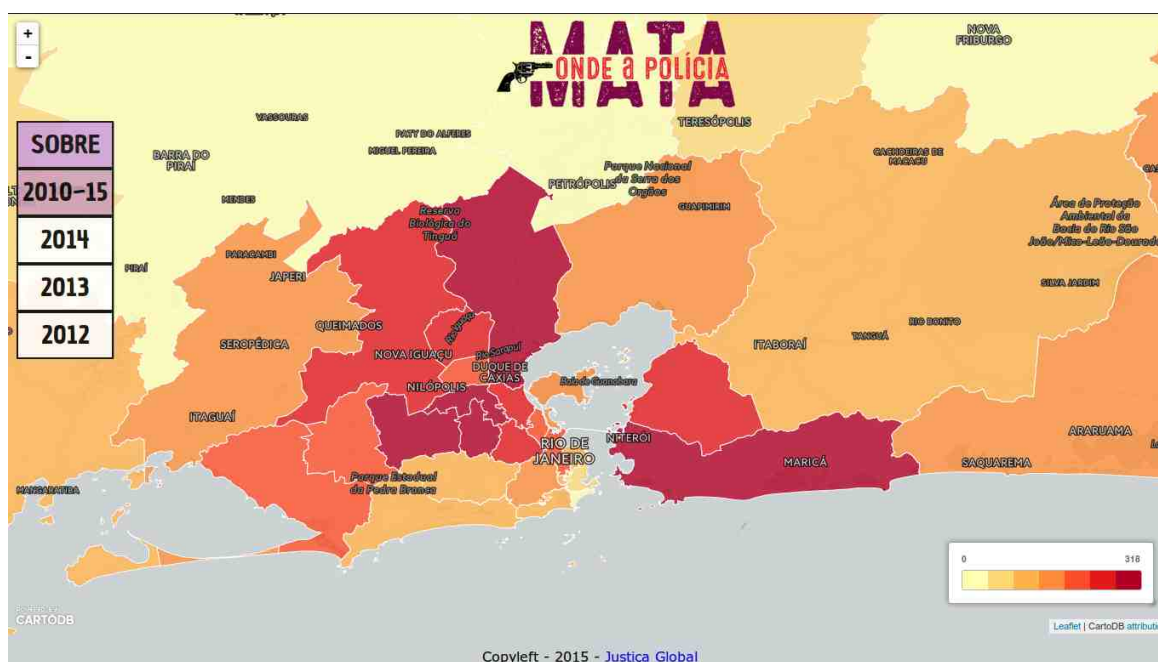


As áreas "a", "b", e "c" não representam com fidelidade as AISP's "14", "41" e "9" respectivamente. Optamos deliberadamente por privilegiar a representação cartográfica das disputas territoriais entre os diferentes grupos da criminalidade armada, colocando, em segundo plano, a divisão estanque das AISP's. Tomamos esta decisão no intuito exclusivo de tornar mais claro - para o leitor - o enorme dinamismo das disputas por território na metrópole carioca. É importante perceber, entretanto, que as áreas representadas são áreas justapostas, ou seja: elas em conjunto englobam a malha dos bairros mas impactados pelos "efeitos colaterais" das UPP's nos últimos cinco anos. A composição das três AISP's identificadas pelo autor é a seguinte:

- AISP 14 – composto pelos bairros de Deodoro, Vila Militar, Magalhães Bastos, Campos dos Afonsos, Realengo, Jardim Sulacap, Padre Miguel, Bangu e Senador Camará
- AISP 41 – composta pelos bairros de Vila Cosmos, Vila de Penha, Vista Alegre, Irajá, Vicente de Carvalho, Acari, Barrios Filbo, Costa Barros, Pavuna, Parque Columbia, Colégio (porção "norte"), Ricardo de Albuquerque, Anchieta, Guadalupe e Parque Anchieta
- AISP 9 – composta pelos bairros de Colégio (porção "sul"), Oswaldo Cruz, Campinho, Cascadura, Quilombo Bocacuíva, Marechal Hermes, Bento Ribeiro, Coelho Neto, Honório Gurgel, Rocha Miranda, Praça Seca, Vila Valqueire, Cavalcanti, Engenheiro Leal, Madureira, Tunação e Vaz Lobo

Todos os mapas elaborados por Eduardo de Oliveira Rodrigues, fevereiro de 2013, atualizado em março 2014. Fontes: Relatório da CPI das "milícias"; matérias de jornal; notas de campo; ZALUAR (2012).

Mapa 50 - Mapa da quantidade de autos de resistência acumulados (2010-2015)



Fonte: BELISÁRIO; EUZÉBIO, 2015.

A atuação vertical de concessão de direitos sociais para as massas pelo Estado também sofre alterações, pois a polícia, majoritariamente utilizada até aqui como agente repressor, também passa a ser um braço de efetivação de direitos sociais para os pobres, por mais paradoxal que esta afirmação pareça neste momento, mas sem se esquecer de suas antigas funções, claro. Como vimos com os ensinamentos de Wacquant, o estado punitivo passou a fazer parte do funcionamento do capitalismo em sua face contemporânea e podemos citar, no caso brasileiro, como exemplo da polícia como efetivadora de direitos sociais, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) do Estado do Rio de Janeiro como a única forma possível de se efetivar direitos nas favelas através da tentativa de se criar uma "polícia boa", uma polícia que viabiliza os direitos sociais. (FELETTI, 2014, p. 67)

Em 2009, uma propaganda televisiva que fez parte das comemorações dos duzentos anos da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro estetizou essas vicejantes tendências. Consistia no seguinte: um camburão da Polícia Militar, acelerado e estrepitoso, sobe a ruela de uma favela carioca e para; um sisudo policial sai e, como numa "quebra brechtiana" (!), abre a caçamba, de onde surgem médicos, professores, assistentes sociais etc. Neste momento começa a tocar uma idílica trilha sonora e um narrador diz: "Segurança, a porta de entrada da cidadania". Por um revestimento adequado, a "segurança", isto é, o aparato repressivo do estado, não dá apenas sustentação à "cidadania", mas é antes responsável por seu "acionamento". Contudo, essa estetização não prescinde de viés ideológico, na medida em que a presença "social" do estado nas periferias, requerida pela Constituição de 1988, tem sido escassa. Essa iniciativa preludeu a institucionalização de uma "gestão" policial dos territórios, conduzida pelas chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). (BRITO, 2013, p. 81)

A UPP social (atualmente chamada Rio+Social), iniciada dois anos depois, é a

“estratégia adotada pela Prefeitura do Rio de Janeiro para promover a integração urbana, social e econômica das áreas” pacificadas, “incluindo o acesso e melhoria aos serviços públicos nesses territórios” (LA ROCQUE, 2013, s/p) – um complemento social bastante incompleto na visão de um de seus críticos (FLEURY, 2013). Tal programa busca “um planejamento conjunto e integrado das políticas públicas dos diversos setores da administração municipal – e sua articulação com o governo estadual, federal, iniciativa privada, universidades e terceiro setor” (LA ROCQUE, 2013, s/p). Recentemente foi proposto o Pacto do Rio, um conjunto de Parcerias Público-Privadas Participativas, buscando a efetividade e eficiência dos projetos em andamento – uma maneira de legitimação nos moldes de planejamento estratégico. Em texto publicado em dezembro de 2013, num dos maiores jornais brasileiros, de onde extraímos estas citações, a primeira das ações de cunho social citada pela ex-secretaria da fazenda municipal carioca, atual presidente do Instituto Pereira Passos, responsável pela coordenação destas ações, foi a saúde: “a cobertura da Estratégia Saúde da Família passou de 3% em 2008 para 41% em toda a cidade e 75% nas áreas pacificadas. Sendo que em 12 comunidades já é de 100%”, considerada uma prova “da intenção da atual administração em promover um pacto social pela paz e ir além da segurança pública” (LA ROCQUE, 2013, s/p) .

O alinhamento político no interior do estado "pacificou" também as diversas crises que marcaram o estabelecimento do SUS no Rio de Janeiro. As intervenções pré-olímpicas no setor saúde foram diversas: a criação de Unidades de Pronto Atendimento estaduais e municipais (inicialmente estaduais, geridas através da militarização da saúde pelo corpo de bombeiros estadual, que após motim, levou a separação entre saúde e defesa civil, tanto no município quanto no estado), a criação, modificação, sucateamento e destruição de unidades de saúde (sendo emblemáticos os casos da municipalização do Hospital Dom Pedro II, a criação do Rio Imagem, o abandono e desativação de inúmeras unidades espalhadas pela cidade e a destruição do IASERJ), a organização de uma central de regulação informatizada (com a criação do SISReg, modificando as referências e contra-referências, reorganizando os "recursos escassos"), a expansão da Estratégia Saúde da Família – ESF através da criação de unidades chamadas Clínicas da Família – CF, chamada pelos próprios protagonistas de “reforma da atenção primária” (HARZHEIM, 2013); entre outras.

Uma das mais significativas mudanças ocorreu na relação entre o público e o privado (independente da concepção atribuída) com a chegada de uma diversidade de Organizações Sociais – OS (cujas leis estadual e municipal foram aprovadas em 2011 e 2009, respectivamente) para gerir unidades e ações, através de contratos. As OSs são uma novidade

em termos de gestão da saúde no Rio de Janeiro, tanto pelos métodos, quanto pelos modelos – destacando-se aqui o aparecimento dos “gerentes” na hierarquia dos serviços e o estabelecimento de metas para as equipes de saúde (modificando a forma de pagamento dos profissionais, instaurando um espírito de competição e diminuindo a autonomia profissional no processo de trabalho etc). Chama atenção também a maior capilaridade e intersetorialidade das ações, em particular entre Clínicas da Família e os Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, em torno do Programa Bolsa-Família e do Bolsa-Família Carioca (transferência de renda condicionada oferecida pela Prefeitura do Rio de Janeiro exclusivamente à população pobre do município).

Como podemos esboçar a interpretação sociológica das OSs em sua relação com o estado de um país capitalista como o Brasil, em uma cidade que acompanha, ainda que grotescamente, mudanças na regulação social dos países centrais? Os trabalhos conjuntos dos grupos de pesquisa Gestão Democrática na Saúde e Serviço Social (da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro), coordenado por Maria Inês Bravo, e Economia, Saúde e Sociedade (do Instituto de Estudos de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro), coordenado por Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi que resultaram - entre outros estudos - no livro coletivo "A mercantilização da saúde em debate: as organizações sociais no Rio de Janeiro" (BRAVO et al, 2015), cotejado com os estudos de Nohan Sumar Silva (2015) e Daniela Moreira Lima (2014) parecem dar uma direção. As mudanças operadas na saúde são inspiradas em contrarreformas na Europa (Inglaterra e Portugal) - adaptações dos sistemas de bem-estar social ao momento neoliberal, que não entram em crise, mas sofrem uma reconfiguração, conforme sustenta Kerstenetzsky (2012, p. 232), que podemos qualificar como social-liberal - cujo ponto mais marcante é a progressiva apropriação do fundo público pelo privado (acompanhada de diminuição do controle da corrupção e financeirização) tendo como complemento institucional o sub-reformismo flexibilizado, próximo de uma nova pedagogia do capital, que realiza o projeto político de formação de novos valores, desarticulação de projetos autônomos da classe trabalhadora, fazendo proliferar novos aparelhos privados de hegemonia (NEVES, 2011, p. 233). Estas modificações, tal qual o período neoliberal, parecem ser uma etapa em um processo de privatização, precarização e aprofundamento da americanização do sistema, sendo a ampliação de acesso uma ambígua moeda de troca, considerando a qualidade dos serviços que não funcionam exatamente de acordo com as prescrições do Ministério da Saúde - elas já muitas vezes pouco progressistas, como as sessenta horas de trabalho dos residentes - gerando sobrecargas de trabalho, que junto a falta de planejamento, espírito de competição e

produtivismo próprio a estas formas de gestão, e o contexto de guerra civil, produzem um aumento das exaustões por estresse e outros problemas psicossociais. Um exemplo privilegiado desta adesão parcial a proposta federal de constituição do Sistema Único de Saúde está a opção, mesmo existindo um modelo desenvolvido para todos municípios, da utilização de prontuários eletrônicos privados diferentes nas Áreas Programáticas (alguns ligados a reforma da saúde portuguesa, indicando que não só apenas os modelos que são importados), fragmentando o sistema de informação.

A extensão da questão merece destaque: conforme o Mapa 51, em torno de 10% dos municípios brasileiros tem estabelecimentos sob sua responsabilidade administrado por terceiros, sendo importante considerar que, segundo as informações do Atlas dos Municípios, em 2014, "entre os 39 municípios com mais de 500 000 habitantes, 22 deles (56,4%) contrataram serviços por meio de Organizações Sociais" (IBGE, 2014, p. 61); no município-núcleo a gestão da Estratégia Saúde da Família - feita através de clínicas da família e centros municipais de saúde, operadas através de Organizações Sociais, que funcionam ao lado de equipamentos coletivos não-privatizados, em processo de precarização e conversão a um sub-modelo - espalha-se por toda a cidade, ainda que a cobertura populacional não seja completa (Mapa 52).

Mapa 51 - Municípios com estabelecimentos de saúde sob sua responsabilidade administrados por terceiros (2014)

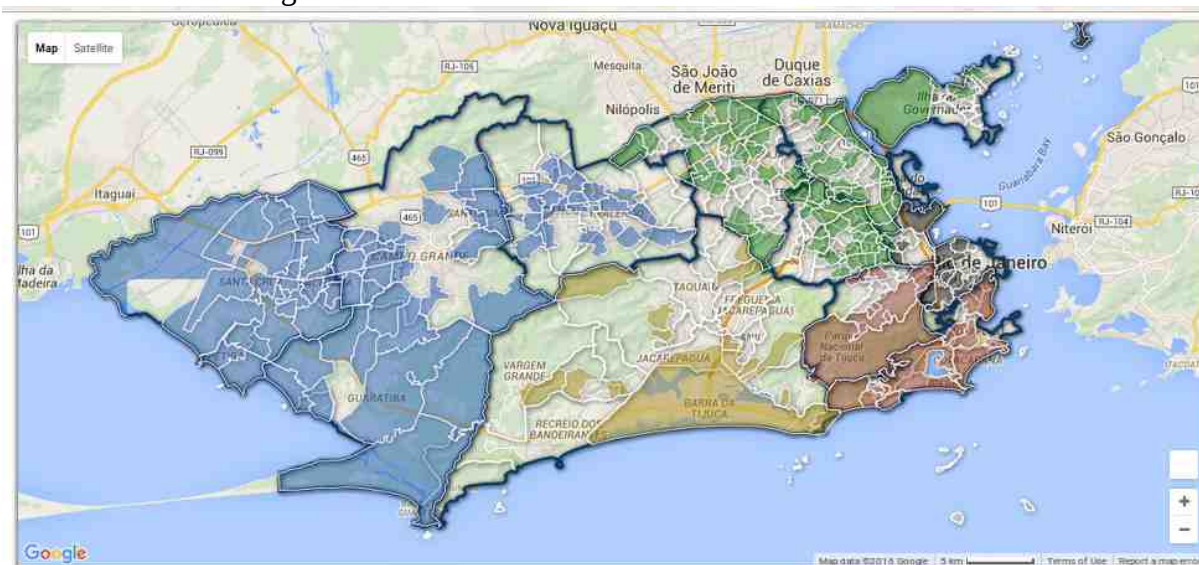
Cartograma 10 - Municípios com estabelecimentos de saúde sob sua responsabilidade, administrados por terceiros - 2014



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2014 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Fonte: IBGE, 2015

Mapa 52 - Áreas da cobertura da Atenção Primária gerida por Organizações Sociais, por Áreas Programáticas



Fonte: ONDE SER ATENDIDO?, 2015

Ainda no âmbito da saúde, é importante citar as intervenções referentes ao saneamento básico (principalmente obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, iniciado no mesmo período), limpeza pública e educação (principalmente os “190 espaços de desenvolvimento infantil implantados no Rio, 46 [dos quais] foram construídos nas regiões que receberam a pacificação” como diz La Rocque no texto anteriormente comentado). Sem contar, é claro, que a própria pacificação é parte da política de drogas, problema de saúde coletiva.

Por fim, seria uma criminoso negligência ignorar que mais da metade dos moradores da RMRJ são cobertos por algum tipo de atenção a saúde ligada diretamente ao setor privado. O comércio da saúde no período, como se sabe, cresceu, se “financeirizou” e se verticalizou; tais movimentos deixam marcas na RMRJ. As transformações da mercantilização da saúde aqui foram fusões, entrada de capital estrangeiro, crescimento do lucro e do número de “vidas” cobertas, construção de megahospitais – em particular na Barra da Tijuca onde mais de seiscentos milhões de reais foram investidos numa única rua, ampliando o número de leitos na região de 420 para 1550, destinados aos mais ricos (SIL, 2012) –, entre outras. Além disso, há a expansão das farmácias conveniadas com o programa Farmácia Popular. Cabe notar que há muito pouco escrito sobre o assunto, considerando sua importância.

Historicamente, as Unidades de Saúde sempre foram a intervenção preferencial de sucessivos governos nas áreas mais afastadas e mais pobres, enquanto a polícia se

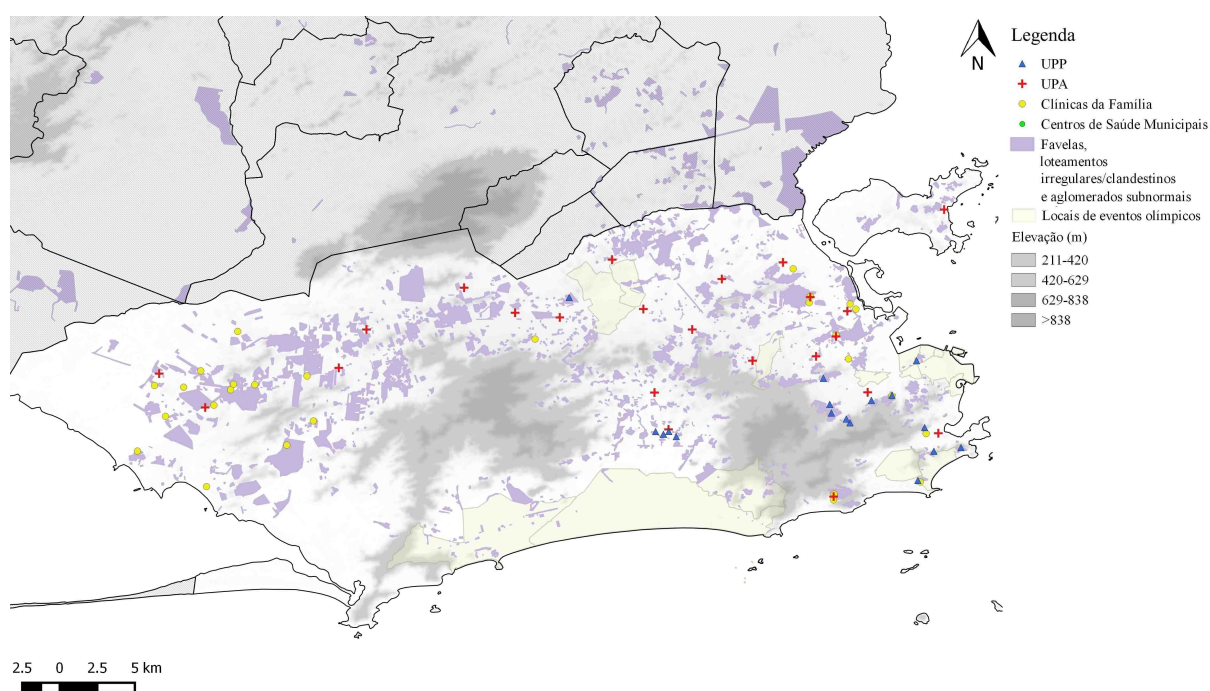
concentrava nas áreas mais ricas. Ao que tudo indica, a relação entre a maior expansão da atenção primária à saúde que já ocorreu no Rio de Janeiro - chegando a uma capilaridade próxima da Baixada Fluminense, porém, com Clínicas em melhores condições (apesar de serem feitas de materiais pouco resistentes, fato compensado pelo investimento na "fábrica de Clínicas da Família") - tende ao objetivo da prefeitura (em torno de 70% de cobertura, apesar de uma diminuição da abertura de novas clínicas) enquanto as UPPs - sendo notável o não-investimento da UPP Maré - parecem tender a paralisarem a expansão - sendo particularmente tensa a atual crise fiscal do Estado. Se considerarmos unicamente essa meta, a face social da barbárie contemporânea colocada pela expansão da saúde parece mais, de fato, um avanço civilizatório, pois aproxima-se da retirada do sistema de saúde de um estado de exceção - o não cumprimento do estabelecido legalmente. No entanto, cabe notar uma série de outros elementos que, por falta de fôlego não pudemos considerar aqui, sendo o primeiro a privatização do Sistema de Saúde através de Organizações Sociais (e, engrenado, a existência da RioSaúde - empresa pública de direito privado - como próximo passo) e a aproximação de modelos de superexploração dos trabalhadores associado a precarização, como utilização de residentes para ocupar quadros permanentes, modelos de atendimento oriundos da Kaiser Permanente, entre outras coisas, que tenho, em outra oportunidade, vontade de elaborar.

Nossa contribuição principal refere-se aos mapas (e sumárias indicações que podem ser tiradas deles) que apresentaremos na sequência¹², baseados no levantamento das informações e construção de uma base de dados sobre as UPPs, os Batalhões de Polícia, as Unidades de Saúde criadas no período ou não, principalmente as Clínicas da Família e UPAs, oriundos de sítios oficiais. Na primeira sequência de Mapas (Mapas 51, 52 e 53), que permite visualizar, em três tempos (2010, 2013 e 2016) a evolução simultânea da distribuição de UPPs, UPAs e Clínicas da Família, podemos identificar inicialmente a reprodução da tendência histórica: aparatos de saúde primária na periferia, aparatos de segurança no núcleo, unidades de emergência espalhadas por todo diagrama. Em 2013 e 2016, com o processo de pacificação e criação de UPAs já estabilizado, os aparatos de saúde primária expandem-se, capilarizando-se. Os mapas 54 e 55 detalham as mudanças ocorridas entre 2010 e 2016, acrescentando os Centros de Saúde (integrados a lógica da Atenção Primária), permitindo observar que a expansão de Clínicas da Família acompanhou o traçado de distribuição anterior, ocorrendo porém crescimento destes Centros (através da reconversão de equipamentos coletivos diversos) em áreas centrais. Por fim, os mapas 56 e 57, ampliando parcialmente o olhar em

¹² Agradeço imensamente a parceria fundamental e lição de empatia de Ismael Xavier para a construção dos mapas.

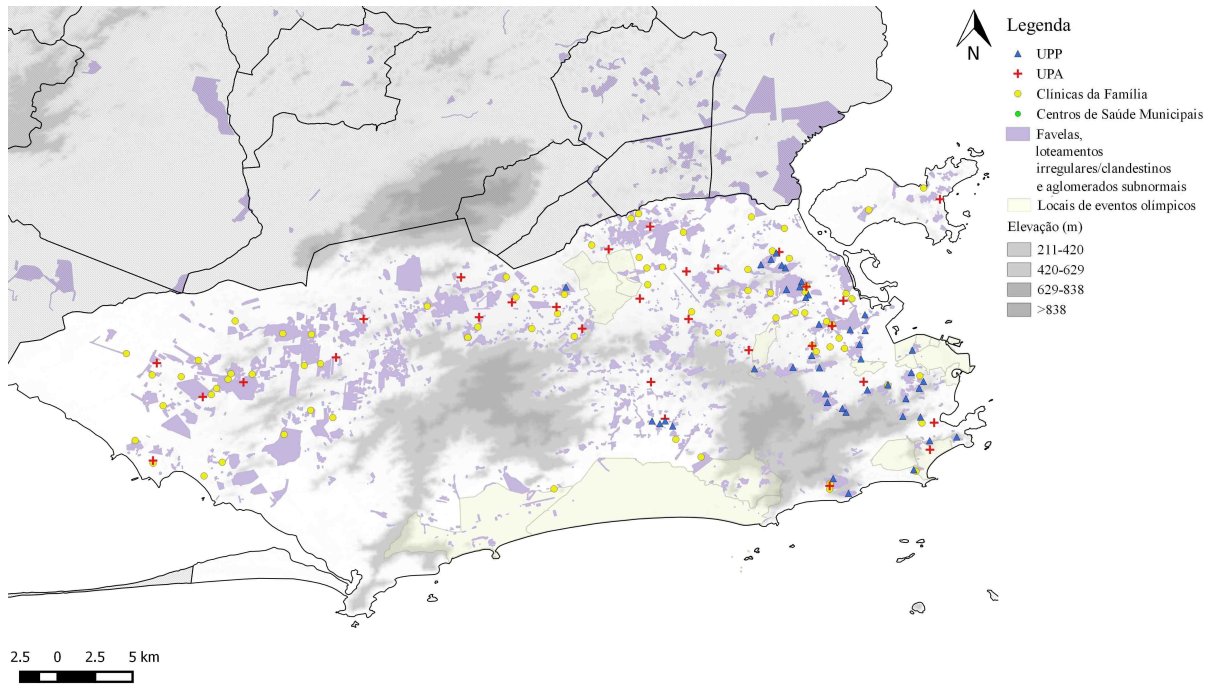
direção a região metropolitana (em alguns aspectos), indica a extensão metropolitana do projeto das UPAs - relativamente homogênea - e permite perceber que a capilarização dos serviços de atenção primária no Rio de Janeiro chega a níveis próximos aqueles da Baixada Fluminense (em processo de reconversão de antigas unidades em modelos análogos aqueles das Clínicas da Família).

Mapa 53 - Localização de UPPs, UPAs, Clínicas da Família (2010)



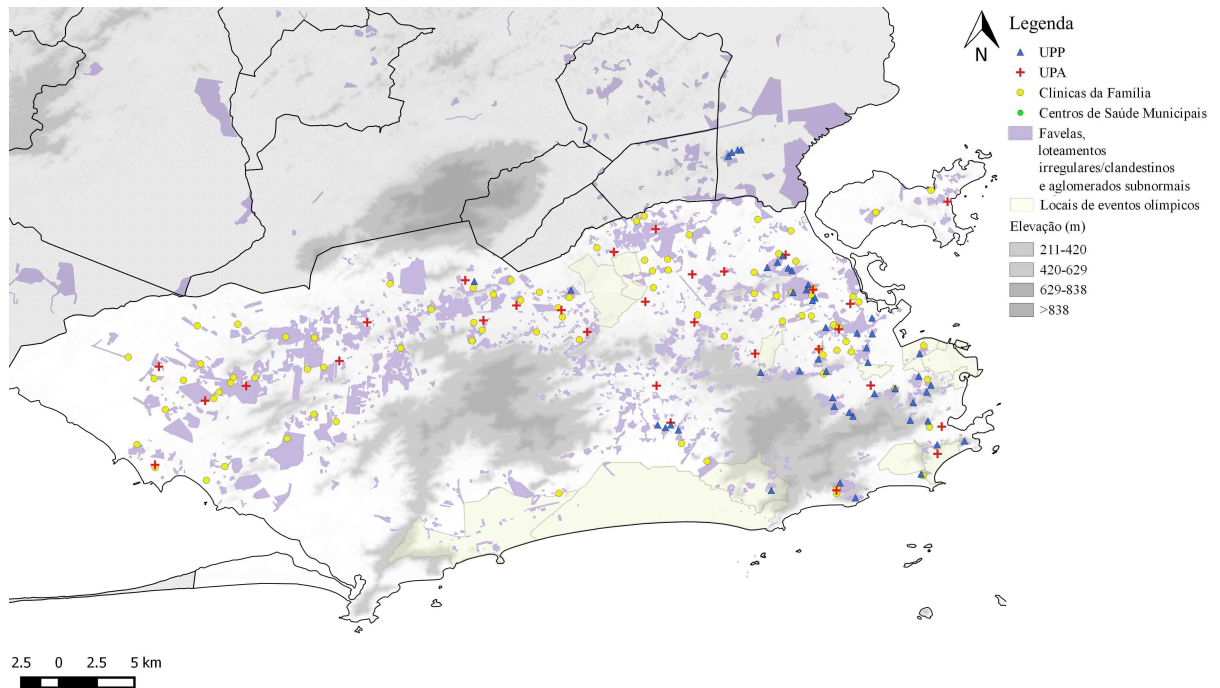
Fonte: O autor, 2016.

Mapa 54 - Localização de UPPs, UPAs, Clínicas da Família (2013)



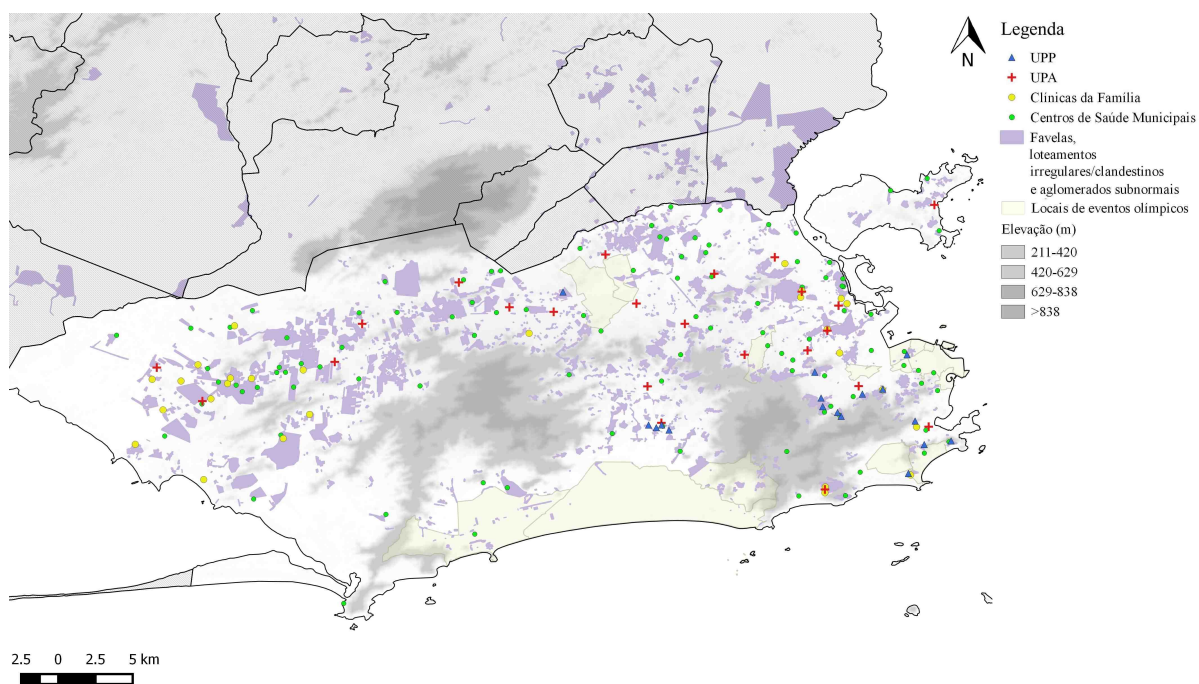
Fonte: O autor, 2016.

Mapa 55 - Localização de UPPs, UPAs, Clínicas da Família (2016)



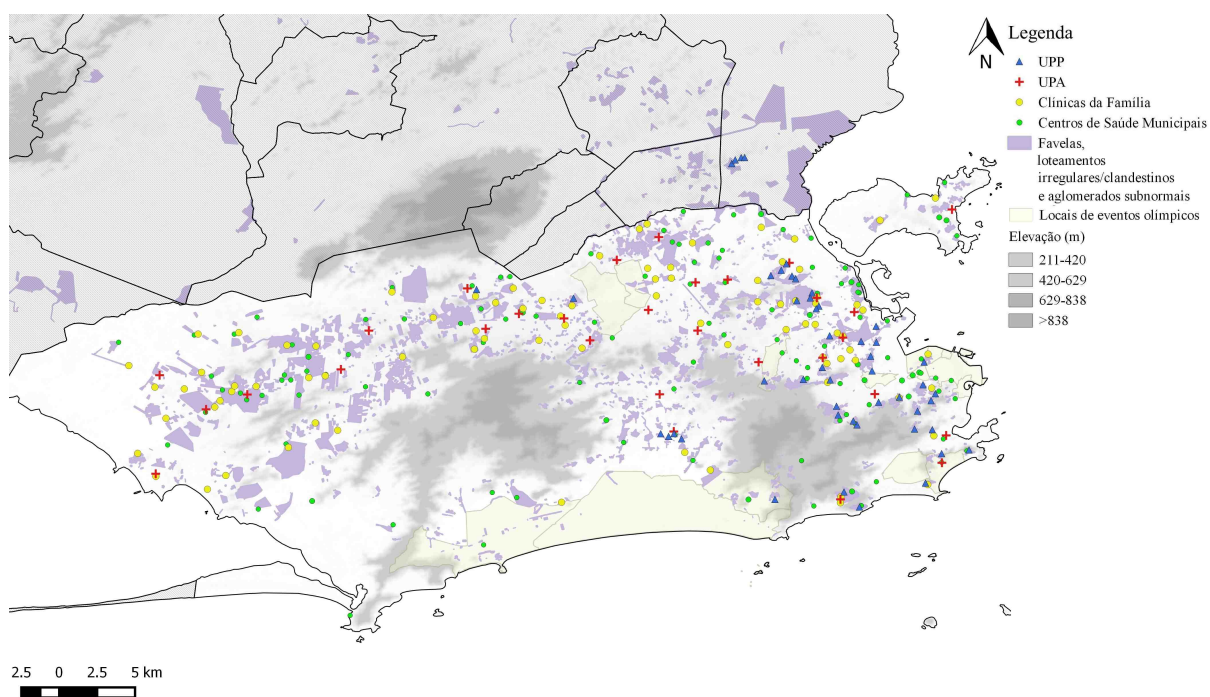
Fonte: O autor, 2016.

Mapa 56 - Localização de UPPs, UPAs, Clínicas da Família e Centros Municipais de Saúde (2010)



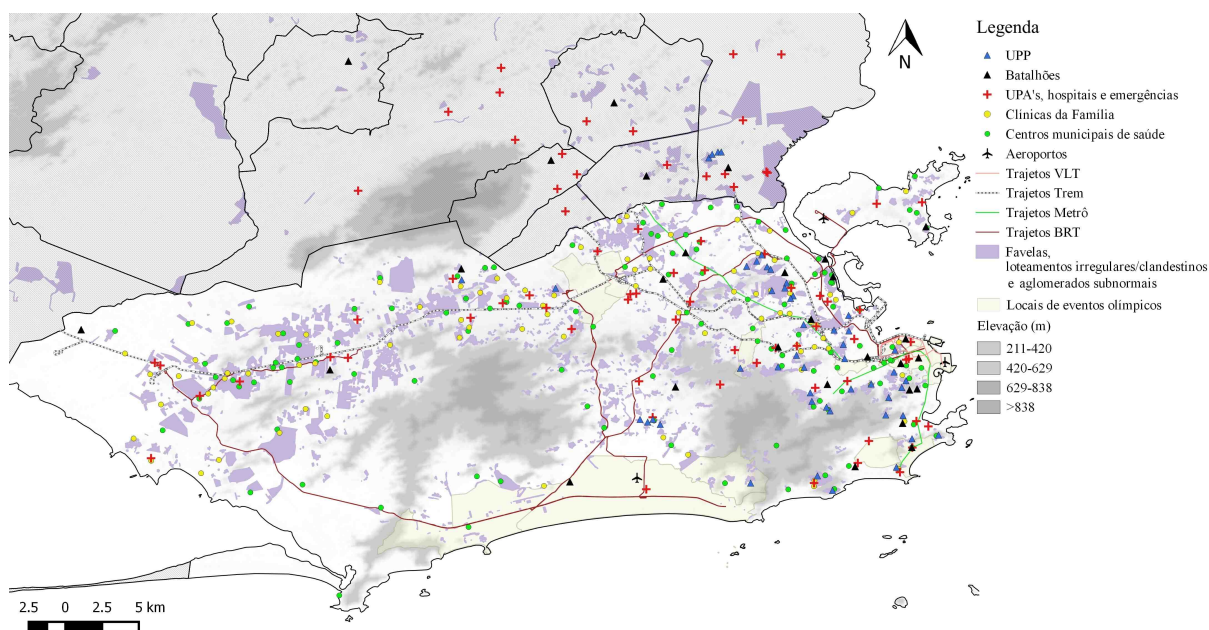
Fonte: O autor, 2016.

Mapa 57 - Localização de UPPs, UPAs, Clínicas da Família e Centros Municipais de Saúde (2016)



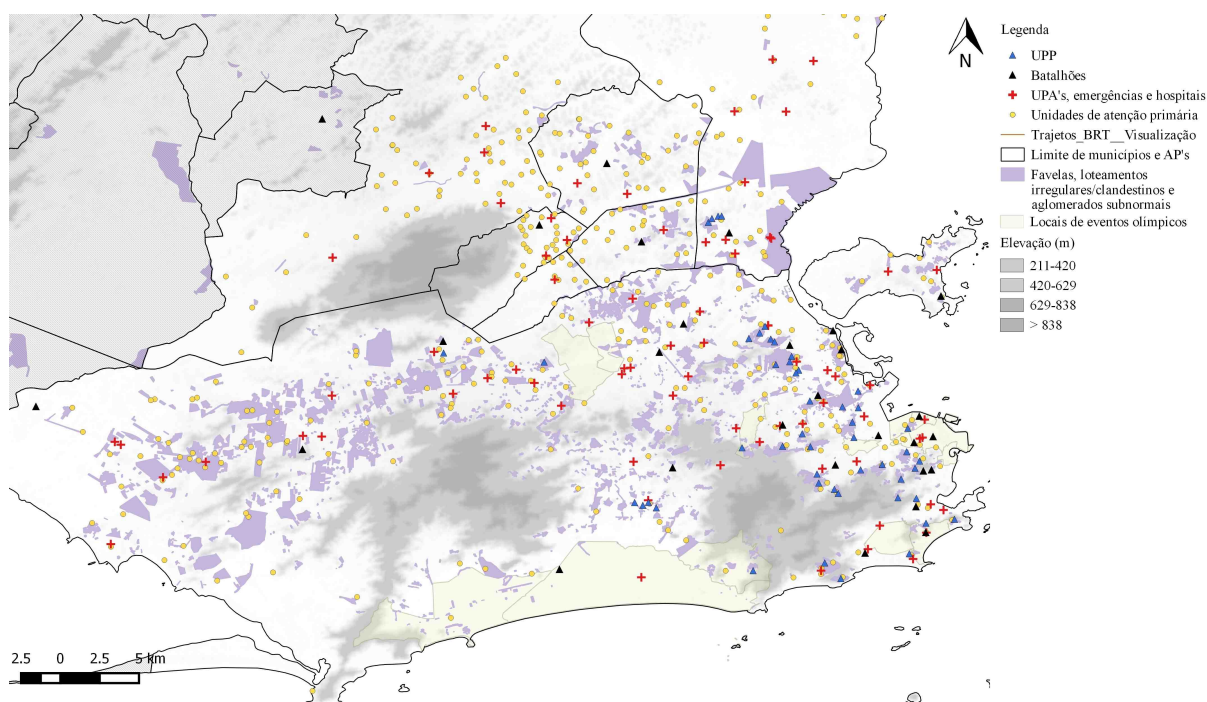
Fonte: O autor, 2016.

Mapa 58 - Mapa da localização de Clínicas da Família, Centros Municipais de Saúde, unidades que atuam nas urgências e emergências, UPPs e Batalhões de polícia e principais transportes de massa (2016)



Fonte: O autor, 2016.

Mapa 59 - Mapa da localização de Unidades de Atenção Primária a Saúde, unidades que atuam nas urgências e emergências, UPPs e Batalhões de polícia (2016)



Fonte: O autor, 2016.

Para muita além dos redirecionamentos estatais esperados com a troca de governo, o Rio de Janeiro rumo as Olimpíadas experimenta, com complexas interações e nexos entre os elementos em jogo, mudanças nas relações, divisões e concepções do público e do privado e inflexões drásticas nas políticas de segurança pública, no ordenamento público, na habitação, no saneamento, na industrialização e financeirização, na urbanização, no transporte, na educação, saúde, assistência social, na propaganda e imagem da “marca Rio”, com impactos esperados e inesperados no "empreendedorismo" e nos mercados de trabalho, imobiliário, da droga e das armas, no turismo, na atração de investimentos, enfim, transformações que invariavelmente atingem todos os que vivem nesta cidade (MENDES, 2013).

A mais importante ligadura das múltiplas ações anteriormente descritas é a afirmação de um projeto prévio de empresariamento da cidade, em vigor desde meados da década de 90, catapultado pelo contexto - que também pode ser entendido, com significação próxima, como formação de uma cidade-empresa ou ainda uma cidade-mercadoria, *city-marketing* etc. Trata-se uma forma de governo de estilo autodeclarado neoliberal, que implica o controle capitalista das ações estatais, cuja finalidade parece ser pragmaticamente econômica: constituir uma forma socio-urbana inteiramente adequada ao capital, uma cidade cujo único intuito seria aproveitar, produzir e realizar em suas próprias palavras "negócios", vencendo a competição global por investidores e investimentos - o que implica necessariamente aumentar a desigualdade socio-espacial, dado que irá concentrar investimentos em determinadas regiões. Entre estes investimentos uma (ínfima) parte pode ser destinada a "questão social" e pode ocorrer uma melhoria dos *indicadores* socioeconômicos, não apenas pelas oportunidades de privatização/precarização que se oferece no tratamento da questão, mas também como uma maneira de promover, legitimar e compensar o fardo do projeto.

O projeto estará personalizado na figura de um líder que espera-se carismático, operado por gestores "expertos" e toda uma elite tecnocrática, de preferência empresarial, conformando um "urbanismo *ad hoc*", e realizando-se através de novas formas de equacionar interesses privados e estatais - expressa, por exemplo, nas diversas modalidades de parcerias público-privadas. Nesta "cidade de negócios", a produção e gestão de *crises* se faz necessária para estabelecer consensos flexíveis despolitizados/despolitizadores, sempre atentos ao movimento espontâneo do mercado e ao fortalecimento do poder do capital. Sendo um projeto hegemônico, ele modifica-se com o tempo, acumula experiências que o retroalimentam, reelabora-se constantemente, reafirmando pontos, desfazendo outros. Atualmente, o próprio neoliberalismo encontra-se em movimento, adaptando-se a conjuntura de crise, tendendo principalmente para novas formas de gestão, mais militarizadas. Tal liderança, diante da crise,

deve ser veículo da "afirmação dos interesses gerais das classes dominantes", e tem por objetivo "suspender os partidos e a luta política", e vencer "as resistências [...] dos dominados ou daquelas frações dominantes eventualmente prejudicadas em seus interesses particularistas" (VAINER, 2013, p. 69) em prol da vitória na competitiva ordem global, impondo aos cidadãos toda disciplina e controle que uma empresa impõe a seus funcionários, não sem conquistar "corações e mentes". Os meios para o estabelecimento de tal ordem incluem a suspensão e modificação das atribuições de diversas instituições, tornando-as "livres de burocracia e controle político"; invisibilizar processos decisórios; desrespeitar leis e direitos, paradoxalmente através de arcabouços legais (desrespeito que pode incluir a eliminação física de adversários políticos e categorias inteiras de cidadãos). A cidade estará de maneira diretamente, sem mediações políticas, a serviço do interesse privado de diferentes grupos capitalistas, permitindo falar de uma democracia direta do capital (ARANTES, 2014). Ele implica uma reorganização do poder que permite falar de uma "cidade de exceção", em alusão direta ao estado de exceção correlato ao fortalecimento da "autonomia relativa do estado" (VAINER, 2013, p. 77).

Um dos principais efeitos de toda este processo de reestruturação urbana (incluindo a pacificação e as ações sociais) é o aumento generalizado nos preços que, somado a atração fetichizada pelas favelas e sua refuncionalização na cidade, tende a expulsar os mais pobres das áreas mais abastadas, a chamada gentrificação, "remoção branca" de proporções nunca antes vistas - especialmente perigosa para os mais de cento e setenta mil moradores de favelas da zona sul (NACIF, FAULHABER, 2013), ainda que tal expulsão, quando acompanhada de venda de imóveis ou entrada, por exemplo, no circuitos turísticos, tenha efeitos na redução da desigualdade de renda (FAULHABER; AZEVEDO, 2015; FRISCHTAK; MANDEL, 2012 GAFFNEY, 2013).

Caminhamos para o triunfo da *ordem* que divide a cidade em faixas, reforçando as desigualdades socioespaciais? A grande transformação em andamento, por conta das particularidades geográficas cariocas, reafirma a *separação* entre ricos, classes relativamente altas e pobres, eliminando, diminuindo ou controlando radicalmente a circulação dos pobres nas áreas ricas, através de ações diretas (remoções, pacificação, choque de ordem etc) quanto por ações indiretas (especulação imobiliária, gentrificação etc). Podemos falar, acompanhando a criminalista marxista-foucauldiana Vera Malaguti (DISTOPIA, 2012), de "encastelamento" dos ricos: nas praias, protegidos pelas florestas dos maciços da Tijuca e Pedra Branca, pelas vias expressas usadas como muralhas e exatamente pelo chamado "fim da cidade partida entre asfalto e favela" - de que nos fala a economista neoliberal Eduarda La Rocque (uma das

principais figuras no projeto governamental em andamento) (LA ROCQUE, 2013, s/p) - de áreas estrategicamente selecionadas, que se realiza exatamente pela integração, forte controle e modificação social das áreas “pacificadas” e melhoradas em seus indicadores sociais (CHEDIEK et al, 2014). Para seus críticos, trata-se de uma cidade de exceção (VAINER, 2013), que promove uma apropriação do espaço pelo capital (SILVA, C., 2013), que criminaliza a pobreza (BARREIRA, 2014), que controla a população (GROSSI, 2013), que opera com um racismo de estado (VIANNA, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não cabe a este esboço de introdução - a nenhum estudo, dirão alguns - a virtude de concluir. Se possível, ainda assim, o momento de concluir e a conclusão não necessariamente se sobrepõe. De qualquer modo, chegamos ao fim do presente trabalho, uma investigação histórico-geográfica-filosófica acerca do presente, de cunho imediatamente interdisciplinar (na encruzilhada de um sem-número de disciplinas, principalmente economia, sociologia e sanitarismo), com características quanti-qualitativa.

Considereei história, geografia, filosofia (em sua diversidade de métodos e abordagens) como uma tríade de disciplinas que se entrecruzam, com tal vocação interdisciplinar que talvez sua relação e pontos de contato esteja mais próxima de uma triangulação metodológica. A narração de uma situação histórica, para ser minimamente válida para nosso objetivo, pressupunha o conhecimento de uma distribuição territorial-espacial reunido em um mapa, que por sua vez permite re-avaliar o uso de conceitos filosóficos acerca de práticas sociais, forjados eles mesmos a partir de estudos históricos de um determinado período e região distintos, porém conectados por conta do estágio de globalização próprio ao imperialismo; o conceito estimula a busca por mapas que viabilizam um desvio em uma narrativa histórica consagrada; e assim por diante: os mapas, as narrações e os conceitos produzem ressonâncias, dissonâncias e ruídos entre si, sendo esta mistura de música e barulho que aqui chegamos a pedra bruta a ser esculpida futuramente. Essa tríade mantém ainda uma relação profunda, originária, aquela faz do pensamento uma relação entre a Terra e o território, emergente de relações contingentes próprias às disputas de poder de grupos humanos que pensam sua história e seu espaço e criam novos modos de viver (DELEUZE, 1992, p. 113).

Todas decisões metodológicas, mais próximas de protocolos flexíveis de pesquisa (CHÂTELET, 1974, p. 214), devem “levar em conta a capacidade das mesmas de contribuir para que alcancemos nossos propósitos de pesquisa” (MATTOS, R., 2011, p. 257). Neste caso nosso propósito foi auxiliar a construção de uma história das relações de poder e dominação entre classes no Rio de Janeiro através de suas conformações espaciais-territoriais, do liberalismo emergente do final do século XIX ao neoliberalismo mutante do início do século XXI - ainda que usando referenciais não-classistas e deixarmos a própria noção indeterminada. Estudamos as condições de dominação das classes trabalhadoras.

Como se corrêssemos uma meia maratona em meio a uma guerra, com seus lanços e suas paradas, chegamos sem fôlego ao que seria a síntese do texto, não realizando mais que

sua introdução - deixando alguma coisa parecida com um bolo solado ou, tal qual nosso objeto, um conjunto de becos, alguns sem saída, de difícil progressão, sem uma aparência de conjunto que não seja disforme: este texto é um aglomerado subnormal, uma favela conceitual-narrativa-cartográfica. Refletindo a forma urbana atual da favela - tão pós-moderna, no sentido estrito da palavra, quanto um shopping, forma que experienciou no período neoliberal transformações tanto na prática (com entrada das lajes, tijolos, alvenaria, acabamento, construção de escadas e ruas, circulação de motos e kombis etc) quanto no entendimento (que eleva a favela ao status de solução de moradia, e expõe antropologicamente toda a vida que resiste através das designações negativas) -, tal edifício labiríntico, rizomático, gostaria de jogá-lo contra o interesse (nem sempre genuíno, não sendo mais que condição psicológica das tropas de choque da gentrificação) pela favela positivada que assume o tom discursivo que busca transformar desigualdades em diferenças, substituir uma perspectiva de emancipação por uma de afirmação, tornando disjuntivas totalidade e território (contra os apagamentos, revisionismo, parcialidades, desprezos e arrogância de tal visão conciliatória, orgulhosamente pedante, disfarçadamente medrosa e ilusoriamente esperançosa).

Ensaiei chocar a grade conceitual (filosófica) de Foucault com um caso concreto (a metrópole do Rio de Janeiro em seu período de constituição e consolidação capitalista), vista a luz da geografia e da história, principalmente, uma vez que consultamos obras catalogadas na economia, antropologia, psicologia, urbanismo, entre outras. Trata-se de uma vontade crítica frente ao "biopoder": tornar consciente, em termos minimamente racionais, os fundamentos, condicionamentos e limites desta rede conceitual, investigando simultaneamente seus conteúdos históricos, no sentido de articulá-la, distorcendo-a, a uma visão da história concebida enquanto totalidade dinâmica (e seus sistemas de mediações). Abandonando as pretensões iniciais, ampliamos nosso olhar histórico até quase esgarçá-lo, fazendo com que nosso objeto - o poder nas áreas que atualmente se pretende pacificar (e o significado desta pacificação), tendo a metrópole carioca-fluminense como fundo - aparecesse, ainda que de modo tosco, em sua gênese e estruturação histórico-geográfica. Como fio condutor, a perspectiva de Netto (2010, 2012) sobre a atual tendência histórica, no sentido da barbárie, das políticas sociais e de segurança, dois campos problemáticos sobre os quais incide a filosofia de Foucault (em especial sua produção da década de 70, cujo pivô é o complexo saber-poder), pode ser uma ponte ou ocasião para um encontro ou confronto entre a perspectiva foucauldiana e de marxistas, a partir da análise de uma situação concreta no longo prazo, apoiada principalmente em alguns textos que fazemos questão de nos referir pelo papel

de referência: do ponto de vista histórico, "O Rio de todos Brasis" de Carlos Lessa (2001) e "Favela, história e direito" de Rafael Soares Gonçalves (2013) e as reflexões coletivas de Pedro Rocha de Oliveira, Felipe Brito, Marcos Barreira, Maurilio Lima Botelho, Andre Vilar, Javier Blank, principalmente o livro coletivo "Até o último homem" (2013); do ponto de vista geográfico, "Evolução urbana do Rio de Janeiro" de Maurício A. Abreu e "Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI)" de Nelson da Nobrega Fernandes (2008), apoiado em diversas outras obras incontornáveis, envolvendo muitas vezes o trabalho de décadas, como de Jacob (2014) e Ribeiro (2015), que, infelizmente, economizaremos a listagem aqui.

A despeito do fracasso - por múltiplas insuficiências, expressas através de lacunas e superficialidades - dessa recapitulação histórico-geográfica (para nós, na verdade, uma apropriação) - não como um protocolo acadêmico, talvez desnecessário para muitos, mas como a própria substância da pesquisa que aqui apresentaremos (bem o sabemos) com dificuldade (de início fadada a insatisfação por sua amplitude em escasso tempo) -, procurei ressaltar as relações entre a evolução da conformação socio-urbana da metrópole carioca-fluminense, o desenvolvimento político-econômico capitalista, as intervenções sobre o território e populações em torno da constituição de equipamentos coletivos (as "ferramentas" de "engenharia" ou "estratificação social") e a dinâmica da população (e suas vicissitudes). O estudo deste processo histórico complexo pode servir para depreender a evolução das relações entre poder e vida no marco do imperialismo como chave de leitura do sistema capitalista. Se pudesse reunir em poucas palavras o que considero mais interessante como achado, diria: este estudo ressaltou a possibilidade de pensar as permanências e reativações de estados de exceção (e seus correlatos, os inimigos sociais) como elementos articulados ao desenvolvimento capitalista e como formas de dominação, não dispersas pelo conjunto da sociedade, mas concentradas em um grupo social que pode ser entendido como uma classe, temática assustadoramente atual.

Cada um destes eixos teve por substrato o estabelecimento de conjunto de séries históricas que podem ser agrupadas em torno de campos ou temas - que, seja por falta de estudos históricos, de investigação de fontes, de tempo para analisar mais detalhadamente estudos existentes ou por dificuldade na construção da própria série, permaneceram incompletas (suas lacunas, para serem preenchidas, talvez implicariam a produção de diversas monografias).

Esboçamos, a partir da ideia de diagrama, grosseiramente, como o território carioca-fluminense se divide do ponto de vista socio-espacial: um Olimpo (concentração de

empregos), composto por um centro comercial histórico atrelado a regiões de auto-segregação, incluindo uma área de grande concentração militar; um "subúrbio" (ideologicamente marcado), que inclui sub-centros em relação a regiões periféricas; favelas, como espaços de exceção e resistência a periferização, e periferias, em processo de contínua expansão. Esse diagrama, expandido em quatro grandes momentos, é válido para toda a região metropolitana, cujo estudo aqui ficou concentrado na parte ocidental da baía, levando em consideração apenas alguns municípios da baixada. A bem da verdade, nosso estudo pensou o Rio-metrópole a partir da relação do Olimpo, seu núcleo, com as favelas.

A ambiguidade do próprio termo saúde - como sistema de equipamentos coletivos dispostos no território e evolução de epidemias e agravos de saúde, incluindo seus aspectos psicossociais - serve de baliza para uma necessidade teórica de compreender, em perspectiva histórico-geográfica, o sistema de saúde "realmente existente", o que significa, em outras palavras, estudar concretamente as linhas gerais da atuação do estado, a partir da construção de séries históricas, levando em consideração a produção pluridisciplinar. Citamos arbitrariamente algumas possibilidades: séries históricas da evolução dos hospitais no diagrama urbano, completando a série sobre os serviços de saúde dispostos no território (cujo traçado geral foi desenhado: a medida que a cidade se desenvolve, os serviços hospitalares se concentram no centro ou próximo ao centro e os serviços "focalizados" na periferia); da evolução tecno-político-institucional-trabalhista no setor saúde (incluindo quantitativos de pessoal, tipos de formação etc); evolução da distribuição espacial de epidemias e os grupos sociais afetados (tendo sido traçado apenas o "croqui" da mesma: o Rio de Janeiro permanece assolado por epidemias, tendo eliminado muitas outras, que em uma cidade segregada afeta mais os grupos mais pobres, expressão compósita de múltiplos fatores, entre eles a iatrogênia própria a certo modo de regulação social, que tem nos equipamentos coletivos de segurança e de saúde dois de seus pilares, que, junto a questão da moradia e das relações trabalhistas, servem de indicador mínimo das condições de vida). De modo similar, o estudo sistemático da "segurança interna" (que no Brasil mantém estreita relação com o desenvolvimento dos aparatos de defesa de segurança externa e o imperialismo) precisa de muito aprofundamento, a começar complementando as séries histórica dos diversos aparatos de segurança e suas variações institucionais, incluindo o papel das forças armadas.

A maior dificuldade narrativa enfrentada foi a periodização: escolher como conciliar, a partir da simultaneidade de pontos de inflexão das diversas sequências históricas estudadas (cada qual com suas continuidades e rupturas), ainda que de modo imperfeito e aproximativo, os períodos a vida na metrópole com os grandes períodos da história de um mundo

globalizado desde o final do século XIX, balizados em torno de acontecimentos que afetam o conjunto das diversas sociedades, como guerras e crises econômicas. A melhor forma que encontrei de organizar este múltiplo processo histórico, levando em consideração principalmente os ciclos econômicos de longo prazo (marcado pelas ondas de Kondratieff e os superciclos de *commodities*) cotejado com mudanças geopolítico-militares, seria recortar o período entre em 1870 e 2016 em sete pontos: 1870, 1894, 1922, 1945, 1975, 1995, 2007 (CAMPOLINA; DINIZ, 2014; GONÇALVES, Reinaldo, 2013; MAURO, 1976) - periodização extraída após o trajeto do texto, que apresentamos sem maiores detalhes neste encerramento, a ser trabalhada em outro lugar.

A modernização brasileira - ou seja, a adaptação, aproximação e integração (subalterna, dependente, associada) das relações sociais, das forças produtivas e reprodutivas, do conjunto da subsistência ou do socio metabolismo da sociedade capitalista no Brasil (com sua mistura de civilização e barbárie) aos parâmetros dos pólos dinâmicos do capitalismo mundial em contexto de imperialismo - segue a trajetória histórico-geográfica descrita em seguida (com exceção dos anos de crise e guerra mundiais, quando a instabilidade socio-econômico-política, acompanhada ou não por um estado de mais-exceção, parece abrir janelas de imprevisibilidade, desfazendo simultaneidades entre séries, quando aumenta o peso das decisões político-estratégicas e viscejam as bifurcações históricas - como na transformação da "revolução" em "Estado Novo" ou a aceleração da derrota da última ditadura brasileira).

Entre as décadas de 70 dos séculos XIX e XX, atravessando o período liberal e keynesiano-fordista, o desenvolvimento socio-político-econômico brasileiro (consolidando-se como uma economia urbano-comercial e realizando as principais etapas de sua industrialização) acompanha aproximadamente os ciclos de longa duração do capitalismo central (as fases "b" da segunda, toda a terceira e a fase "a" da quarta onda de Kondratieff). Nos anos de crescimento (acompanhado em geral por inflação) e de alta (fases "a", em torno dos anos 1896-1920 - encerrando com uma grande guerra -, e entre 1940-1973 - iniciado durante uma grande guerra), em um contexto conflitivo de revoltas, revoluções ou luta por reformas, uma de suas principais metrópoles, o Rio de Janeiro (primeira cidade capitalista brasileira, a partir da década de 20, secundarizada por São Paulo, posição mantida até hoje - em decadência político-econômica a partir da segunda metade da década de sessenta do século XX, iniciando recuperação centrada na produção petrolífera estadual de conformação neoliberal a partir da segunda metade da década de 90), passa por duas reestruturações urbanas, dois ciclos de expansão urbana - o que inclui dois grandes investimentos técnico-institucionais na saúde com estabelecimento de equipamentos coletivos na periferia - que

expande progressivamente ao mesmo tempo que se removem (parcialmente) favelas (das áreas centrais para as áreas intermediárias, acompanhando o deslocamento fabril); nas fases de baixa (fase "b", em torno dos anos 1873-1896 e 1920-1940, antecipadas em alguns anos por aqui), o estado de mais-exceção predominante ombreia mutações no regime de bem-estar social, com aspectos progressistas, de estabelecimento de direitos, compensados com planos de "disciplinamento social" - como no caso do Código de Obras de 1937, que apontava para construção de parques proletários que funcionariam como instituições totais para aproximadamente um em cada cinco cariocas a espera (em troca) do fim do déficit habitacional, mas terminará, após a desativação da mais-exceção, com o descumprimento sistemático destas leis recém-estabelecidas por generalizar o "congelamento urbanístico", impedindo melhorias e formalizando "espaços de exceção" como semi-direito a uma sub-moradia.

Nos anos de virada (entre 1973-1979, seguida pela crise mundial de 1980-82) da fase "a" para fase "b" da quarta onda de Kondratieff (1940-1995), os superciclos dos preços de *commodities*, no contexto de disputas internas ao monopólio/oligopólio mundial, invertem a relação com as "ondas largas", ou seja, as altas de uma correspondem as baixas da outra. Neste período, o Brasil rompe a recorrência histórica de antecipar as crises da fase "b" e vivencia seu "*take-off*", atingindo um estágio monopolista, sub-imperialista, em contexto de mais-exceção, vivenciando, daí em diante um período de semi-estagnação, mantendo os patamares alcançados dinamicamente, com oscilações positivas e negativas, beneficiando-se e ao mesmo tempo sendo prejudicado pela ondas largas e pelos superciclos, seja em contexto de grave crise (incluindo hiperinflação), seja em contexto de estabilização macroeconômica liberal periférica (própria a era neoliberal).

Assim como o crescimento econômico em período de mais-exceção rompe uma sequência, será, no período seguinte, durante a crise social-político-econômica da "distensão" e derrota da ditadura pela luta pela democracia e direitos sociais, que ocorrerá novas alterações no regime de bem-estar (ou mal-estar) social, marcado, na metrópole, por exemplo, pela terceira expansão de equipamentos coletivos de saúde capilarizados no município-núcleo, que antecipa a forma focalizada de sistema de saúde, própria a nossa versão dos padrões de um regime de bem-estar social em suposta crise - incluindo em paralelo, em contexto de fim da guerra fria e início da "guerra contra as drogas", o advento da guerra civil/ genocídio em favelas, com a constituição de um aparato de um estado ampliado (dado o envolvimento político-institucional dos grupos em disputa) com efeitos de desorganização da classe trabalhadora, fazendo do espaço de exceção um espaço de mais-exceção permanente (por

vezes em clima de guerra total), com progressiva militarização.

As duas reestruturações/ expansões urbanas (seguindo o modelo viário, com consolidação da Barra da Tijuca no Olimpo) que se seguiram (que no caminho incluem megaeventos e estados de sítio, seguidas por crises), atrelada principalmente ao superciclo de *commodities* (dado o aumento da importância destes para a economia fluminense e nacional, com crescente participação chinesa, que chegará a ser a segunda parceira comercial brasileira), ocorrem em períodos de "prosperidade" interna (1995-1999 e 2004-2014), sob um contexto de instauração de uma contrarreforma estatal - incluindo o refreamento das reformas, tornando-as de "baixa intensidade", e flexibilizando os valores e práticas reformistas -, modelado por um neoliberalismo periférico, operado por uma democracia de cooptação, com o mundo sob jugo estadunidense global e crescimento da China, atravessando uma crise mundial gravíssima. A última expansão, nossa contemporânea, acompanha mais uma expansão de equipamentos coletivos de saúde, em paralelo ao recrudescimento/ pacificação (que marca em definitivo o quanto de guerra há na questão, com elevação do patamar e participação ativa da máquina militar-policial), gerando uma expansão do perímetro da violência urbana com o deslocamento/ reordenamento territorial-econômico das facções.

Eis a modernização parcial brasileira, o sub-desenvolvimento do ponto de vista social, mas pleno desenvolvimento capitalista, se considerarmos os acontecimentos nos chamados países "centrais", entre o pós-guerra e essa nova quebra histórica que se insinua atualmente (sendo a tendência histórica de "retorno" ao "velho normal" do capitalismo, ou seja, ao retrocesso político-econômico e agravamento da questão social típicos do período liberal), como uma contingência sustentada como derrota ou vitória das classes em luta na abertura de um contexto de revolução mundial. O Brasil, no contexto atual, parece, de fato, um país do futuro, realizando pelo avesso as previsões de um profeta suicida (ZWEIG, 1981), assemelhando-se mais ao que assistimos em "Brazil - o filme" de Terry Gilliam (BRAZIL, 1985).

A perspectiva de Foucault (e a de seu principal herdeiro, Agamben, que apenas começamos a tatear e merece estudo aprofundado) genética em relação a sua produção conceitual, não pode ser colocada em seus fundamentos, condicionamentos e limites - realizei aqui apenas uma aplicação distorcida, porém, auxiliando sua realização, já iniciada por Mavi Rodrigues (2013). Cabe considerar que tal perspectiva é autolimitada - na medida em que o uso (de modo ambíguo, ao mesmo tempo verídico e ficcional) da história a serviço de uma filosofia multiplamente militante (em torno das diversas formas de dominação, repressão, submissão, opressão que perpassam as "sociedades industriais avançadas", podendo ser

agrupadas em três grandes "patologias", a saber, o nazismo, o stalinismo e a indissociabilidade entre direito e exceção nas democracias liberais), buscando alterar o presente (de modo pragmático, seja estrategicamente - de modo residual - ou como ação direta - base política de sua difusão), tal como proposto por Foucault, queria sua própria prática como limitada no tempo, sem validade posterior, e no espaço, recusando uma visão universalista da história, suas ideias, sua presença e seus textos funcionando como rojões ou granadas de um certo terrorismo ou vandalismo - que, de nosso tempo e lugar, podemos voltar contra ele mesmo.

Essa elaboração sobre o presente aparece em uma Europa da Guerra Fria, entre o capitalismo estadunidense, o socialismo sino-soviético e as libertações nacionais como expressão do novo estágio imperialista, momento interpretado, no que se refere as relações de poder, como passagem de uma sociedade onde são predominantes os mecanismos disciplinares e a proliferação de instituições totais como compensação aos mecanismos e dispositivos de segurança e regulamentação da população no seio de uma prática governamental liberal tecnocrática (que marcou principalmente o final do século XIX até a primeira metade do século XX) para uma sociedade de controle, onde os mecanismos de poder anteriores tendem a progressivamente se fundir, mudando de qualidade e reconfigurando a constelação de poderes, promovendo uma mutação antropológica-psicossocial proporcionada pela conexão de grande parte da população com aparelhos eletrônicos digitais e outras ferramentas informacionais constantemente vigiada, aprofundada em torno da crise que marcará a ofensiva neoliberal, quando o próprio Foucault se envolve com uma perspectiva aceleracionista das relações sociais sob uma ditadura (cada vez menos democrática) de um capitalismo social-liberal-conservador-fascista que realiza cada vez mais distopias anteriormente atribuídas ao "totalitarismo".

No nosso caso, a passagem de uma sociedade escravista diretamente ligada com o desenvolvimento capitalista mundial (encabeçado pelo Império Britânico) para uma sociedade baseada no salário, na exploração e na produção simultânea de pobreza e riqueza, em processo de industrialização, que, assim como alguns países da região dita latino-americana (por exemplo, Argentina), acompanha e toma como modelo de modo mais ou menos defasado e adaptado ou corrompido - eventualmente exportando novas formas de dominação (caso do efeito bumerangue aludido por Foucault) -, as transformações do capitalismo europeu-norte-americano (e seu modo de regulação da vida), que entra na "era do império", se expressa também em modificações nas relações de poder. Essas modificações são, de modo grosseiro, a própria passagem de uma sociedade que se baseia tardiamente na relação de força entre raças,

operando através de um poder soberano de fazer morrer, para uma sociedade que se baseia em relações de poder entre classes, conformada na constituição de uma metrópole as separa (tendo por base a constituição de uma rede de transportes), operando através da governamentalização do poder soberano, isto é, a preocupação crescente em fazer viver e manejar a produção de mortes. Entretanto, como vimos, essa modernização ocorre parcialmente, produzida por um misto de direito e exceção (formalizando uma autocracia), sendo sintomática a manutenção até hoje de espaços de exceção (enlaçando informalidade fundiária e o exército de reserva, ambos funcionais ao desenvolvimento capitalista associado ou dependente brasileiro, ocasião de super-exploração das classes produtoras e reprodutoras) no próprio diagrama de uma de suas principais metrópoles capitalistas, demonstrando que a relação de força racista (uma vez que estes espaços de exceção são majoritariamente não-brancos - majoritariamente negra e origem migrante, principalmente nordestina) ainda é vigente. A regra a qual esta exceção corresponde inclui a manifestação local de um disciplinamento da população, separada em diferentes partes do diagrama, próprio a um determinado momento do desenvolvimento capitalista. Este é o pano de fundo que culminará na saída da capital do Rio de Janeiro, cidade indisciplinável, para Brasília, cidade pensada para anular a revolta, um oceano da repressão, cidade das barricadas impossíveis. Esse disciplinamento expressa-se na constituição, por exemplo, de diferentes serviços de saúde, não apenas os hospitais, mas também de centros de saúde assim como delegacias e batalhões de polícia.

A crise iniciada na segunda metade de setenta marca uma virada nas intervenções estatais, mutação da regulação expressa, nos espaços de exceção, simultaneamente por um lado como melhora das condições de vida (com avanços em direitos sociais, tolerância com construção e facilidade de acesso aos materiais, chegada de serviços, ainda com medicina "simplificada" ou focalizada, etc) e, por outro lado, a passagem do genocídio simbólico para o genocídio propriamente dito/ guerra civil urbana (parte das chamadas guerras de quarta geração), o que implica, em primeiro lugar, o desmonte das organizações de resistência existentes. A expansão da cidade sob comando neoliberal promove as mudanças nos dispositivos de controle, como, para citar apenas alguns, a generalização das cameras, a expansão da mercantilização nas microrrelações humanas e nos processo de trabalho (viabilizada fortemente com a explosão informacional, nova revolução industrial, modificando o próprio corpo, controlando seus horários e seu descanso, eletrificando a relações humanas, colocando múltiplas camadas de tarefas em paralelo se realizando ininterruptamente, sem ponto de basta, a não ser as desterritorializações de um carnaval

permanente, versão 2.0 dos "anos loucos", vida loka, ou o corpo sem órgãos da "paz do Senhor"). Durante o período olímpico, a ocorrência simultânea de alterações nas políticas penais e sociais, que marcam um novo disciplinamento, na verdade um "controlamento" (considerando a quantidade de mecanismos de controle) articuladas por um projeto de cidade que pretende seguir diretrizes internacionais de "governança", de "gestão" (a maior empresa de consultoria do mundo orientou), pensando inclusive os modelos de política - preparação para a guerra de classes que se ensaia com a virada do neoliberalismo para o que parece ser um regresso a um modo de (des)regulação liberal, repetição que será diferencial, sob bases ideológica-socio-técnicas diferentes, que faremos de tudo para que venha acompanhado não só pela produção de cidades rebeldes contra a crise urbana global mas que atualizem novamente a perspectiva revolucionária.

Adiantamos, já na introdução, a precariedade - explicada ou justificada - do nosso estudo. Entretanto, cabe nos perguntar, qual seria o plano geral provisório do qual este trabalho não é mais que o esboço de uma introdução, qual a régua que mensura as deficiências dessas páginas?

Sem grandes novidades, tratar-se-ia de uma visão de totalidade, bem embasada e crítica, da evolução concreta de aglomerações humanas que materializam o "plano de imanência" da exploração e mercantilização que envolve a Terra há mais ou menos 150 anos, dividindo países entre dominantes e dominados, cada qual dividido internamente entre grupos (classes e frações de classe, por vezes castas) dominantes e dominados, com um conjunto de metrópoles como pontos estrategicamente importantes - nosso presente (com diferentes ritmos, anacronismos e furos). Estudar a evolução concreta do Rio do final do século XIX para cá de um ponto de vista crítico seria portanto estudar a evolução histórica das classes e suas relações a partir de suas condições de vida e relações socio-política-econômicas, podendo ter por referência a abordagem que Marx realiza no capítulo XXIII d'O capital (MARX, 2013, p. 723) quando ilustra a "lei geral da acumulação capitalista", com a evolução histórica das "diferentes formas de existência da superpopulação relativa" da então metrópole do capital, Londres, no período entre 1846 e 1866. Esta análise precisaria ser trabalhada (considerando a contribuição de um sem número de autores - a começar por Engels em seus estudos sobre a classe trabalhadora na Inglaterra e a questão da moradia - incluindo evidentemente a avaliação da produção realizada por diferentes vertentes marxistas e não-marxistas), saturando-a de múltiplas determinações, em particular geográficas - como os processos de reestruturação urbana e as diferentes estratégias de poder -, comparando-a as diversas metrópoles latino-americanas e de países dominantes. A vontade de dialogar com tal

perspectiva entretanto se deu de modo muito incipiente, dado o caráter inicial de meu estudo sobre o assunto, que procuraremos corrigir futuramente - se, prudentemente, com sorte ou com a benção de uma sincrética Palas-Atena negra, sobrevivermos (dada a tendência histórica brasileira a reativar um estado de mais-exceção que considera o bando com o qual voou inimigo). Oxalá os resultados do voo do urubu ao meio-dia sirvam como um raio na escuridão que se aproxima.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, T. Ordem e violência no Brasil. In KUCINSKI, B. *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ABREU, M. A. de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplan-Rio/Zahar, 1988.

_____. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, p. 210-234, mai./ago. 2003.

AGAMBEN, G. S. *Civil War as a Political Paradigm*. California: Stanford University Press, 2015.

AGIER, M. Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. P.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. S. (Orgs.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes*. Ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 33-53 apud SILVA, L. A. M. Apresentação. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. P.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. S. (Orgs.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes*. Ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 7-14.

ALMEDRA FILHO, D. S. *"A firma é forte": trabalho, crime e consumo nas redes de sociabilidade da "violência urbana"*. 2013. 183f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013.

ALVES, M. H. M.; EVANSON, P. *Vivendo no fogo cruzado: moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

AMBROSIO, O. Como o Rio se tornou sede dos Jogos. Entrevista com José Roberto Gnecco. *Jornal UNESP* nº 251. Dezembro/2009. São Paulo: UNESP, 2009.

ARANTES, P. Depois de junho a paz será total. In: ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 367-430.

BARREIRA, M. R. A. Cidade Olímpica: sobre o nexos entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In BRITO, F.; OLIVEIRA, P. R. de (org.). *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 145-167.

_____. Para além da ocupação do território: Notas sobre o discurso da "Pacificação" e seus críticos. *Revista Continentes (UFRRJ)*, ano 2, n.2, 2013.

_____. A vitrine e a guerra: estratégias territoriais de ocupação e integração das favelas cariocas. *Sítio da Agência de Notícias das Favelas*. Maio de 2014. Disponível em: <<http://www.anf.org.br/a-vitrine-e-a-guerra-estrategias-territoriais-de-ocupacao-e-integracao-das-favelas-cariocas/>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

_____.; BOTELHO, M. L. Crise urbana e favelização no Rio de Janeiro: para uma crítica da questão urbana contemporânea. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA;

TRABALHADORE(A)S EM MOVIMENTO: CONSTITUIÇÃO DE UM NOVO PROLETARIADO?, 3., 2008, Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/marcosrodrigues.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

BARROS, P. C. As grandes intervenções na área central do rio de janeiro: a geografia histórica do morro de santo antônio sob a ótica dos projetos urbanísticos. *Revista geopaisagem* (on line) Ano 13, n. 25, s/p., jan/jun 2014.

BELISÁRIO, A.; EUZÉBIO, C. *Onde a polícia mata*. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2015. Disponível em: <<http://www.ondeapoliciamata.org/>> Acesso em 19 nov. 2015.

BOITEMPO. Dôssie temático Violência policial: uso e abuso. *Blog da Boitempo*. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/dossies-tematicos/violencia-policial/>> Acesso em: 23 dez. 2015.

BOTELHO, M. L. Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres. In: BRITO, F.; OLIVEIRA, P. R. de (org.). *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 169-214.

_____. Participação na banca examinadora de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 31 mar. 2016.

BRASIL, E. Relatório da CPI da Violência contra Jovens Negros deve ser votado nesta quarta (15/07/2015). Câmara notícias. Site oficial da Câmara de deputados. 14/07/2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/492303-RELATORIO-DA-CPI-DA-VIOLENCIA-CONTRA-JOVENS-NEGROS-DEVE-SER-VOTADO-NESTA-QUARTA.html>> Acesso em: 29 out. 2015.

BRASIL. Comissão parlamentar de inquérito da câmara dos deputados destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil. *Relatório final Comissão Parlamentar de Inquérito homicídios de jovens negros e pobres*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-morte-e-desaparecimento-de-jovens/relatorio-final-14-07-2015/relatorio-final-reuniao-de-15-07.15>>. Acesso em: 19 set. 2015.

BRAVO, M. I. S. et al (Orgs.). *A mercantilização da saúde em debate: as Organizações Sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2015.

BRAZIL - o filme. Direção de Terry Gilliam. London: Embassy Internacional Pictures; Universal Studios Home Entertainment, 1985. [Blu-ray] (142 min).

BRITO, F., VILLAR, A., BLANK, J. Será guerra? In BRITO, F., OLIVEIRA, P. R. (org.). *Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRUM, M. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. *O Social em Questão*, Ano XVI, n. 29, p. 179-208, 2013.

CAMPOLINA, B; DINIZ, C. C. Crise global, mudanças geopolíticas e inserção do Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 4 (137), p. 638-655, out./ dez. 2014.

CAMPOS, C. E. A. *Centros municipais de saúde do Rio de Janeiro: reconstrução da trajetória de uma organização sanitária: 1927-1997*. 1999. 234f. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. COHN, A., BRANDÃO, A. L. Trajetória histórica da organização sanitária da Cidade do Rio de Janeiro: 1916-2015. Cem anos de inovações e conquistas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21 (5), p. 1351-1364, 2016.

CARVALHO, G.; JACOB, P.; BORGES, W.; BOTTARI, E. Vinte e nove usuários de crack são internados involuntariamente. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 19 fev. 2013. Online. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/vinte-nove-usuarios-de-crack-sao-internados-involuntariamente-7614534>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

CAVALLETTI, A. *Mitologia de la seguridad*. La ciudad biopolítica. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2010.

CAVALLIERI, F.; VIDAL, A. Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010. *Coleção Estudos Cariocas*, Rio de Janeiro, n. 5 (1), p. 1-18, maio 2012. Instituto Pereira Passos, Prefeitura do Rio de Janeiro.

CERQUEIRA, D. R. C.; MELLO, J. M. P.; SOARES, R. R. Homicídios no Brasil: Uma tragédia em três Atos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., 2012, Gramado. Disponível em:<http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/23_7_2012_12_23_44.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2015.

CHÂTELET, F. A História. In: CHÂTELET, F. (Org.). *A filosofia das Ciências Sociais*. De 1860 aos nossos dias. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

_____. História das ideias políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

_____.; PISIER-KOUCHNER, E.; VINCENT, J. M. *Les marxistes et la politique*. Paris: PUF, 1975.

CHEDIEK et al. *Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras*. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2014.

CHEIBUB, J. A.; GANDHI, J.; VREELAND, J. R. 2010. Democracy and Dictatorship Revisited. *Public Choice*, v. 143, n. 2(1), 2010, p. 67-101.

CHEVALLIER, J.-J. *Histoire de la pensée politique*, Paris: Payot, 2006.

CLAVAL, P. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

COSTA, E. *A crise econômica mundial, a globalização e o Brasil*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2013.

COUTINHO, C. N. (Comp.). *O leitor de Gramsci: Escritos Escolhidos - 1916-1935*. (textos

de GRAMSCI, A.). São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

CRESPO, M. P. Um estudo sobre o conceito de território na análise geográfica. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE, 3., 2010, Campos do Goytacazes. *Anais...* Campos do Goytacazes: IFF, 2010. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/ENGEIO/article/view/1680>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

CUNNINGHAM, D. The concept of metropolis: philosophy and urban form. *Radical Philosophy*, n. 133, p. 13-25, September/October 2005.

DAS LUTAS. Mais de 300 prostitutas são brutalmente despejadas pela Polícia em Niterói. *Blog do Coletivo Das Lutas*. Publicado em 24 mai. 2014. Disponível no endereço eletrônico: <<https://daslutas.wordpress.com/2014/05/24/mais-de-300-prostitutas-sao-brutalmente-despejadas-pela-policia-em-niteroi-rj/>>. Acesso em: 02 jan. 2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. *Péricles e Verdi*. A filosofia de François Châtelet. Rio de Janeiro: Pazulin, 1999.

DEPPE, H. U. The present situation and perspective of universal systems health. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA, 11., 2006, Rio de Janeiro. *Mimeo*.

DESTAQUE Morro do Castelo. Rio de Janeiro: s/d. Disponível em: <http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html>. Acesso em 22 jun. 2015.

DISTOPIA::021. Um Projeto de Cidade Global. Direção, roteiro e montagem: Victor Ribeiro. Pesquisa: Melisanda Trentin. Produção independente Brasil-Colômbia: 2012. Disponível em: <<http://www.antenamutante.net/riodiagnostico>>, cor (28 min.) Data de acesso: 23 dez. 2014.

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

DUARTE, A. A crise do fordismo nos países centrais e no Brasil. *Trabalho & Educação*, Belo horizonte, n. 7, jul/dez 2000.
em: <<https://www.opendemocracy.net/opensecurity/stephen-graham/foucault%e2%80%99s-boomerang-new-military-urbanism>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

ENGELS, F. El origen de la familia, la propiedad privada y el estado. In: MARX, C.; ENGELS, F. *Obras escogidas*. v.III, Editorial Progreso: Moscou, 1981.

ENZENSBERGER, H. M. *Guerra civil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ESCOREL, S.; TEIXEIRA, L.A. História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimentismo populista. In: GIOVANELLA, L. et al. (Org.). *Políticas e sistemas de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. p. 333-384

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfare-state. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991.

ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do welfare-state na nova ordem mundial. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 35, p. 73-204, 1995.

FARHI NETO, L. *Biopolíticas: as formulações de Foucault*. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. SMH 2016: *Remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo : Edusp, 1999.

FEARON, D. J.; LAITIN, D. D. Ethnicity, Insurgency, and Civil War. *The American Political Science Review*, v. 97, n. 1, Feb. 2003, p. 75-90.

_____. Integrating Qualitative and Quantitative Methods In: BOX-STEFFENSMEIER, J. M.; BRADY, H. E.; COLLIER, D. *Oxford Handbook of Political Methodology*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 756-777.

FELETTI, V. M. *Vende-se segurança: a relação entre o controle penal da força de trabalho e a transformação do direito social à segurança em mercadoria*. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, N. N. Os militares e o espaço urbano do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geografia política. *Scripta Nova* (Barcelona), v. 10, n. 218 (27), p. 218-227, ago 2006.

_____. *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio: Rio de Janeiro – 1858/1945*. Rio de Janeiro: Apicuri/FAPERJ, 2011.

_____. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI). In: *Scripta Nova. Revista Electronica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona*, v. XII, n. 270(56), 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270-56.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

FERRAZ, C. A. *Crime organizado: diagnóstico e mecanismos de combate*. 2012. 79f. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2012.

FERRAZ, J. D'A. F. As reformas do espaço urbano e o lugar da pobreza. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<https://anais.anpuh.org/?p=18014>>. Acesso em: 17 set. 2015.

FERREIRA, A. Favelas no rio de janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros. *Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales*, Barcelona, vol. XIV, n. 828. s/p., jun. 2009.

_____. *A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

FERREIRA, M. de M. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun. 2000.

FIGUERÊDO, M. A. Gênese e (re)produção do espaço da baixada fluminense. *Revista geopaisagem* (online), v. 3, n. 5, s/p., jan./jun. 2004.

FLEURY, S. Do Welfare State ao Warfare State no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 01 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1347>> Acesso em: 03 jan. 2015.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal; 1979. p.79-98.

_____. L'oil du pouvoir. In: _____. *Dits et Écrits 1954-1988*, v. 2: 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001, p. 190 apud CAVALLETTI, A. Mitologia de la seguridad. La ciudad biopolítica. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2010.

_____. Préface. In: _____. *Dits et Écrits 1954-1988*, v. 2: 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001, p. 139 apud FARHI NETO, L. Biopolíticas: as formulações de Foucault. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

_____. Michel Foucault: "Désormais, la sécurité est au-dessus des lois" In: _____. *Dits et Écrits 1954-1988*, v. 2: 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001, p. 367 apud FARHI NETO, L. Biopolíticas: as formulações de Foucault. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

_____. *Nascimento da biopolítica: curso do collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Segurança, Território, População: curso do College de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *La société punitive: cours au Collège de France, 1972-1973*. France: Seuil/Gallimard, 2013.

FREEMAN, J. Neoliberal accumulation strategies and the visible hand of police pacification in Rio de Janeiro. *Revista de estudos universitários*, Sorocaba, v. 38, n. 1, p.95-126, jun. 2012.

FREIRE, O. *Mappa do Districto Federal* (cidade do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: 1911. Escala 1:71000. Disponível em: <http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html>. Acesso em 11 fev. 2015.

FRESCA, T. M. . Uma discussão sobre o conceito de metrópole. *Revista da ANPEGE*, v. 7, p. 31-52, 2011.

FRISCHTAK, C.; MANDEL, B. Crime, House Prices, and Inequality: The Effect of UPPs in Rio. Federal Reserve Bank of New York Staff Report 542. Nova Iorque: Federal Reserve Bank of New York, 2012. Disponível em:

<https://www.newyorkfed.org/medialibrary/media/research/staff_reports/sr542.pdf>. Acesso em: 07 set. 2014.

GAFFNEY, C. Forjando os anéis: A paisagem imobiliária pré-Olímpica no Rio de Janeiro. *Revista e-metropolis*, nº 15, Rio de Janeiro: 2013.

GODOY, V. F.; SILVA, A. F. G.; MENEZES, P. M. L. Cartografia Histórica e navegação virtual do centro do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas*. verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GONÇALVES, Rafael S. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Pallas/Ed. PUC-Rio, 2013.

_____. Favelas cariocas, acesso a direitos e políticas urbanas: práticas e discursos. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. P.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. S. (Orgs.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes*. Ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 141-162

GOOGLE. *Mapa do relevo de seleção sobre o estado do Rio de Janeiro*, versão 2015. Disponível em: <<https://maps.google.com>>. Acesso em 13 jan. 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Arco Metropolitano*. Rio de Janeiro: s/d. Disponível em: <<http://www.obras.rj.gov.br/>>. Acesso em 07 dez. 2014.

GRAHAM, S. Introduction: Cities, Warfare, and States of Emergency. In: GRAHAM, S. (Org.) *Cities, war, and terrorism: towards an urban geopolitics*.m Oxford: Blackwell Publishing, 2004, p. 1-26.

_____. When Infrastructures Fail In: GRAHAM, S. (Org.) *Disrupted Cities*. When Infrastructures Fail. New York: Routledge, 2010, p. 1-27.

_____. *Cities under siege: the new military urbanism*. London: Verso, 2011.

_____. Foucault's boomerang: the new military urbanism. *Open Democracy*. 2013. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/opensecurity/stephen-graham/foucault%e2%80%99s-boomerang-new-military-urbanism>>. Acesso em 17 jan. 2015.

GRANJA, P. *UPP: o novo dono da favela*. Cadê o Amarildo? Rio de Janeiro: Revan, 2015.

GROSSI, G. M. M. *Dimensões do controle no Rio de Janeiro: instrumentos para a construção de um novo projeto de cidade*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

HARVEY, D. The geography of class power. *Socialist Register*, Nova Iorque, vol. 34., autumn 1998. New York: Monthly Review Press, 1998. Disponível em: <<http://socialistregister.com/index.php/srv/issue/view/434#.VMQtHDXstz1>>. Acesso em: 08 mai. 2015.

HARZHEIM, E.; MARGARITES, K. L.; HAUSER, L. *Reforma da Atenção Primária à Saúde na cidade do Rio de Janeiro avaliação dos três anos de Clínicas da Família*. Pesquisa avaliativa sobre aspectos de implantação, estrutura, processo e resultados das Clínicas da Família na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Organização Pan-Americana da Saúde, 2013. 84p.

HAWKSWORTH, J.; HOEHN, T.; TIWARI, A. Which are the largest city economies in the world and how might this change by 2025? *PricewaterhouseCoopers UK Economic Outlook*, London, p. 20-34, nov. 2009.

HOBBSAWM, E. J. *Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *A era dos impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro*. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

IANNI, O. *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia*. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

_____. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

IASI, M. L. Estado, ditadura e permanências: sobre a forma política. In: IASI, M. L.; COUTINHO, E. G. (Orgs.) *Ecoss do golpe*. A persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014, p. 81-106.

IASI, M. L. *O dilema de Hamlet*. O ser e o não ser da consciência. São Paulo: Editora Viramundo, 2002

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros*. Edição 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 126p. Relatório técnico.

_____. *Perfil dos Municípios Brasileiros*. Edição 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 282p. Relatório técnico.

_____. *Região de influência das cidades - 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Escala 1:5000000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. *Oficina 1 - Arranjos Institucionais de Gestão Metropolitana*. Plataforma IPEA de pesquisa em rede. Projeto governança metropolitana no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/CEPERJ, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/projeto_governanca_oficina1_rj.pdf>. Acesso em 25 nov. 2015.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO. *Mapa*

interativo dos BRT do Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: <<http://itdpbrasil.org.br/>>. Acesso em 24 ago. 2015.

ISTRATE, E.; NADEAU, C. A. *Global MetroMonitor 2012: Slowdown, Recovery, and Interdependence*. Londres: The Brookings Institution, 2012.

JACOB, C. R. et al. *Atlas das condições de vida na região metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

KERSTENETZKY, C. L. *O estado de bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012.

KIRCHHEIMER, O.; RUSCHE, G. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Revan, 2004 apud LEAL, J. S. A política social e a política criminal na governabilidade moderna - 10 anos de governo do PT. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p.197-227, Jan./Jun. 2013.

LA ROCQUE, E. Rumo ao fim da cidade partida. In: REIS VELLOSO, J.P. (Org). *Desenvolvimento Humano, "Indústrias Criativas", favelas e "Os Estatutos do Homem" (Ode ao amor, à vida e à liberdade)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. p. 190-205.

_____. O saldo social das UPPs. *Jornal Folha de São Paulo*. Coluna Opinião. 29 dez. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/12/1390938-eduarda-la-rocque-o-saldo-social-das-upps.shtml>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

LACOSTE, Y. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 2002.

LACOUTURE, J. A história imediata. In LE GOFF, J. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LATOURE, B. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba, 2012.

LEAL, J. S. A política social e a política criminal na governabilidade moderna - 10 anos de governo do PT. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 197-227, jan./jun. 2013.

LEÃO, E. C. *Heráclito*. Fragmentos. Origem do pensamento. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1980.

LEFEBVRE, H. *Espacio y Política*. Barcelona: Península, 1976.

LEMKE, T. *Biopolitics: an advanced introduction*. Nova Iorque: New York University, 2011.

LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis*. Uma reflexão em busca da auto-estima. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____.; DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e Desenvolvimento. In: BELUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaios sobre a crise*. Campinas, SP: Unicamp-IE, 1984. v. 1. p. 214-

228.

LIEPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 303-335, 1989.

LIMA, D. M. C. *Estratégia Saúde da Família na cidade do Rio de Janeiro: desafios da atenção primária numa grande cidade*. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

LOBO, E. M. L. *América latina contemporânea. Modernização/ Desenvolvimento/ Dependência*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

LUZ, M. *As instituições médicas do Brasil*. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2013.

MACHADO, C. V.; BAPTISTA, T. W. F.; LIMA, L. D. (org.). *Políticas de saúde no Brasil: continuidades e mudanças*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

MACHADO, D. C.; MIHESSEN, V. *Mobilidade urbana e mercado de trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro*. Estudo Estratégico n. 6 set. 2013. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2013. Relatório técnico.

MACHADO, M. A. *São Jorge. Arquétipo, santo e orixá*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2009.

MACHADO, R.; LOUREIRO, A.; LUZ, R.; MURICY, K. *Danação da norma. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MARQUES, M. G. *Em busca da Revolução Brasileira: Uma análise crítica da Estratégia Democrático-Popular*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, A. L. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSOW, H.; GOMES, J. C. *Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Laemmert & cia, 1892. Escala 1:500000. Disponível em: <http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html>. Acesso em 13 abr. 2015.

MATION, L. F.; NADALIN, V. G.; KRAUSE, C. *Favelização No Brasil Entre 2000 e 2010: Resultados de uma classificação comparável*. Texto para discussão IPEA n. 2009. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

MATTOS, A. L. C. Contribuições da arqueologia e da genealogia à análise das políticas de saúde. In: MATTOS, R. A. de. BAPTISTA, T. W. de F. (Orgs.). *Caminhos para análise das políticas de saúde*. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. p. 347-399.

MATTOS, R. A. de. Breves reflexões sobre os caminhos da pesquisa. In: MATTOS, R. A. de. BAPTISTA, T. W. de F. (Orgs.). *Caminhos para análise das políticas de saúde*. 1.ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. p. 403-416.

- MAURO, F. *História econômica mundial 1790-1970*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F. de; CASTRO, F. A. de. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 20(4), p. 971-986, 2015.
- MENDES, A. F. Entre choques e finanças: a "pacificação" e a "integração" da favela à cidade no Rio de Janeiro. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 31, nov. 2014.
- MENDONÇA, T. *Batan: Tráfico, Milícia e "Pacificação" na Zona Oeste do Rio de Janeiro*. 2014. 169f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- MERCADANTE, O. A. Evolução das políticas e do sistema de saúde no Brasil. In: FINKELMAN, J. (Org.). *Caminhos da saúde pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2002. p.235-313
- MÉSZÁROS, I. *The necessity of social control*. New York: Monthly Review Press, 2015.
- MIGUEL, E.; SATYANATH, S.; SERGENTI, E. Economic Shocks and Civil Conflict: An Instrumental Variables Approach. *Journal of Political Economy*, University of Chicago, v. 112, n. 4, 2004, p. 725-753.
- MIR, L. *Guerra civil: estado e trauma*. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- MISSE, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, out. 2007.
- MONTEIRO, J. *O Impacto da Política de Pacificação sobre os confrontos entre facções de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV/Ibre, 2013. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C82C54268EC3B0142DD869BC43AA7>>. Acesso em 21 mai. 2015.
- MORRO do Castelo 9 out. 1922. Rio de Janeiro: 1922. Disponível em: <http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html>. Acesso em 22 jun. 2015.
- MUÑOZ, F. P. A saúde no Rio de Janeiro: o velho compromisso pendente. In: URANI, A.; GIAMBIAGI, F. *Rio a hora da virada*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 213-226.
- NACIF, C. L.; FAULHABER, L. *Rio Maravilha: desapropriações, remoções e reforço do padrão de organização espacial centro-periferia*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife. *Anais...* Recife: ANPUH, 2013.
- NETTO, J.P. Uma face contemporânea da barbárie. In: ENCONTRO INTERNACIONAL "CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE", 3., out./ nov. 2010, Serpa. *Texto da comunicação na seção temática "O agravamento da crise estrutural do capitalismo. O socialismo como alternativa à barbárie"*. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em 16 out. 2014.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. *Argumentum*, Vitória, v. 4, n. 1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

_____. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
NEVES, L. A nova pedagogia da hegemonia no Brasil. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 29, n° 1,, jan./jun. 2011. p. 229-242. Entrevista concedida a E. O. Shiroma e O. Evangelista em 23 de junho de 2010 em Florianópolis, SC.

NOVA planta da cidade do Rio de Janeiro 1864. Rio de Janeiro: Laemmert Editora, 1864. Disponível em: <http://acervo.bn.br/sophia_web/index.html>. Acesso em 11 abr. 2015.

OLIVEIRA, C. A. Saúde, cidade e a lógica do capital: o município do Rio de Janeiro em questão. In: BRAVO, M. I. S.; ANDREAZZI, M. F. S.; MENEZES, J. S. B.; LIMA, J. B.; SOUZA, R. O. (Orgs.) *A mercantilização da saúde em debate: as Organizações Sociais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2015. p. 42-51.

OLIVEIRA, P. O tratamento de choque contra o crack no Rio de Janeiro - Brasil - Notícia – *VEJA.com* (Online). . Publicado em 19 fev. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/o-tratamento-de-choque-contra-o-crack-no-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

OLIVEIRA, R. A. D.; SILVA, E. T. S. Dinâmica demografia e urbanização no Brasil: expressões atuais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Caderno de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 44, p. 27-48, mar. 2015.

ONDE SER ATENDIDO? Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Sistema interativo de localização de unidades de saúde e referências de cobertura. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/onde-ser-atendido>>. Acesso em 23 abr. 2015.

PAES, E. O Rio de Janeiro vive um momento único. *Revista Missão Empresarial – Brasil-Portugal*. Rio de Janeiro: Abrapress, 2011.

PAIVA, L. R., MEDEIROS, M. G. P., ÁLVARES, L. M. C. O paradigma neoliberal e os megaeventos: como a copa e as olimpíadas servem à produção de cidades mais excludentes no Brasil. In: ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR, 15., 2013, Recife. *Anais...* Recife: ANPUH, 2013. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4133/4020>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PARNREITER, C. Megacities in the Geography of Global Economic Governance. *Die Erde*, 140 (4), Berlim: 2009.

PIKETTY, T. *L'économie des inégalités*. Paris: La Découverte, 2004.

_____. *El capital en el siglo XXI*. México, D. F: Fondo de Cultura Económica, 2014.

PINHEIRO, M. (Org.). *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

PINTO, G. C. *Biopolítica, saúde e governamentalidade: uma problematização da estratégia saúde da família a partir de breve genealogia das políticas de saúde pública no Brasil*. 2010. 151f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PLANTA do Rio de Janeiro 1906 (trecho). Disponível em: <<https://www.riodejaneiroaqui.com>>. Acesso em 06 jan. 2016.

POLLAK, M. *Memoria, olvido, silencio*. La producción social de identidades frente a situaciones límite. La Plata: Al Margen, 2006.

POST ADVERTISING TECHNOLOGY AGENCY. *Mapa racial do Brasil*. 2015. Disponível em: <<https://patadata.org/maparacial/>>. Acesso em 20 dez. 2015.

POULANTZAS, N. *State, power, socialism*. Nova Iorque, Londres: Verso, 2000.

PUFF, J. MP diz que Rio 'tirou' 669 mendigos das ruas para Copa apesar de proibição. *BBC Brasil*, Rio de Janeiro. Seção Brasil. Publicado em 03 jul. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/07/140628_rio_mendigo_wc2014_jp>. Acesso em: 17 ago. 2015.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Atlas escolar da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2000.

_____. *Cidade do Rio de Janeiro - Uso do solo 2010*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013. Escala 1:200000.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 26 mai. 2015.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, I. G. Será Foucault um historiador? Reflexões sobre alguns momentos de controvérsia. In: RANGEL, M. M.; PEREIRA, M. H. F.; ARAUJO, V. L. (Orgs.). *O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

RESENDE, A. L. Da escassez absoluta à relativa: riqueza, crescimento e desigualdade. *Revista Política Externa*, São Paulo, Vol. 23., n. 2, p. 23-57, set. 2014. São Paulo: HMG, 2014. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/2561/da-escassez-absoluta-relativa-riqueza-crescimento-e-desigualdade/>> Acesso em: 30 abr. 2015.

REVISTA ECONOMIA RIO. v. 2, n. 7, set. 2015.

_____. v. 2, n. 8, dez. 2015.

REYS, A.; THÉRY, H. *Une métropole très inégalitaire engagée dans des chantiers ambitieux au risque d'accroître les déséquilibres*. Paris: Le Monde, 2013. Disponível em:

<http://www.lemonde.fr/ameriques/infographie/2013/06/25/rio-de-janeiro-metropole-inegalitaire_3436168_3222.html> Acesso em 29 out. 2015.

RIBEIRO, L. C. Q. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ IPPUR–UFRJ/ Fase, 1997.

RIBEIRO, L. C. Q. A ordem urbana na metrópole do Rio de Janeiro: caminhos e síntese. In: _____. (Org.) *Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 17-42.

RIBEIRO, M. Desigualdades, estrutura social e segregação socioespacial. In: DIÁLOGOS IPEA/BANCO MUNDIAL SOBRE A QUESTÃO METROPOLITANA NO BRASIL, 2015, Brasília. Disponível em: <<https://wpp.org.br/pt-br/temos-europa-e-africa-dentro-das-nossas-metropoles-alerta-pesquisador-sobre-desigualdade-das-regioes>>. s/p.

UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA. Governo do estado do Rio de Janeiro. Sítio oficial das Unidades de Polícia Pacificadora. Disponível em: <<http://www.upprj.com/>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

RODRIGUES, E. Rio-verão-2014: quando extinguir o Comando Vermelho passa a ser a novíssima solução para a questão da violência urbana carioca. *Sítio do Blog Capitalismo em desencanto*. 2014. Disponível em: <<https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2014/04/10/rio-verao-2014-quando-extinguir-o-comando-vermelho-passa-a-ser-a-novissima-solucao-para-a-questao-da-violencia-urbana-carioca-1a-parte/>> Acesso em: 06 fev. 2015.

RODRIGUES, M. *Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno*. 2006. 252f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, P. H. A. Desafios políticos para a consolidação do Sistema Único de Saúde: uma abordagem histórica. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, jan./mar. 2014. p. 37-59. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014000100003>>.

_____; SANTOS, I. S. *Saúde e cidadania: uma visão histórica e comparada do SUS*. São Paulo: Editora Atheneu, 2011.

RODRIGUES, R. I. *Os parques proletários e os subúrbios do Rio de Janeiro: aspectos da política governamental para as favelas entre as décadas de 1930 e 1960*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2014.

ROSE, N. Mental life in the metropolis: urban brains, urban lives and the embodiment of urbanity. Palestra na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 14 out. 2014.

ROSEN, G. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

SANTOS, A. M. S. P.; SANT'ANNA, M. J. G. (org.). *Transformações territoriais no Rio de Janeiro do século XXI*. Rio de Janeiro: Gramma, 2014.

SANTOS, A. M. S. P.; MARAFON, G. J.; SANT'ANNA, M. J. G. (Orgs.) *Rio de Janeiro: um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma: FAPERJ, 2012.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza. *Cadernos Metrópole*, nº 19, p. 15-25, 2008.

_____. et al. O Papel Ativo da Geografia: um manifesto. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRÁFOS, 17., 2000, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.ffp.uerj.br/tamoios/revistas/0601/textomilton.htm>>. Acesso em 19 jan. 2015. apud CRESPO, M. P. Um estudo sobre o conceito de território na análise geográfica. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE, 3., 2010, Campos do Goytacazes. Anais... Campos do Goytacazes: IFF, 2010. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/ENGEO/article/view/1680>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

SERVIÇO GEOGRÁFICO MILITAR DO BRASIL. Parte da Carta do Distrito Federal Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço Geográfico Militar do Brasil, 1922.

SIL, F. Avenida Ayrton Senna: a futura avenida dos hospitais. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 jul. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/avenida-ayrton-sena-futura-avenida-dos-hospitais-5500393>>. Acesso em: 24 dez. 2014.

SILVA, C. R. *A dinâmica de apropriação do espaço pelo capital: expropriação da terra pública como chave de interpretação do projeto Porto Maravilha*. 2013. 161f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, L. A. M. Apresentação. In: BIRMAN, P.; LEITE, M. P.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. S. (Orgs.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes*. Ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 7-14.

SILVA, N. S. A política e a organização da Atenção Básica no município do Rio de Janeiro de 2009 a 2013. 2015. 166f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, R. D. *Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional (1930-2000)*. 2004. 180f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SOARES, R. R., ASSUNÇÃO, J. J., GOULART, T. F. A note on slavery and the roots of inequality. *Journal of Comparative Economics*, n. 40, p. 565–580, jun. 2012.

SOUZA, M. L. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P.C.; CORREA, R.L. (Org.). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 140-164.

SOUZA, M. L. Militarização da questão urbana. *Lutas Sociais* (PUCSP), v. 29, p. 117-129, abr. 2012

SOUZA, P. H. G. F.; MEDEIROS, M. Top Income Shares and Inequality in Brazil. *SID*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 119-132, jul.-dez. 2015.

SUSSMAN, N. Pacification Without Peace. *The New York Times*, November 10, 2015. Disponível em: <www.nadassussman.com>. Acesso em: 15 dez. 2015.

TEIXEIRA, E. T. A “pacificação” de favelas no Rio de Janeiro: a contrainsurgência preventiva? *AlterInfos - América Latina*. Disponível em: <http://www.alterinfos.org>

TESTA, M. *Pensar em Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992, p. 116 apud CAMPOS, C. E. A. *Centros municipais de saúde do Rio de Janeiro: reconstrução da trajetória de uma organização sanitária: 1927-1997*. 1999. 234f. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

UN-HABITAT. *State of the World's Cities 2010/2011*. Bridging The Urban Divide. London: Earthscan, 2011.

URANI, A., GIAMBIAGI, F. (Orgs.) *Rio: a hora da virada*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

VAINER, C. B. Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: MACHADO, C.; SANTOS, C. F.; ARAÚJO, C. F.; PASSOS, W. V. (Org.). *Conflitos Ambientais e Urbano: Debate, Lutas e Desafios*. v. 1. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 59-80.

VALLADARES, L. *Passa-se uma casa*. Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VIANNA, P. C. *A produção do "problema da droga" como caso de polícia e saúde pública*. 2009. 154f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. *Prisons of Poverty* (expanded edition). Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

_____. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: BATISTA, V. M. (Org.) *Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

_____. Marginality, ethnicity and penalty in the neoliberal city: an analytic cartography. *Ethnic and Racial Studies*, v. 37, n. 10, p. 1687–1711, Winter 2013.

WEBER, C. A. T. Programa de Saúde da Família e o Governo das Populações. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 867-882, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 12 out. 2015.

WEINSTEIN, J. M. *Inside Rebellion*. The politics of Insurgent violence. Cambridge:

Cambridge University Press, 2007

ZALUAR, A. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, p. 327-365, 2012.

ZALUAR, A.; BARCELLOS, C. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, p. 17-31, 2013.

_____; BARCELLOS, C. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. *Revista de Saúde Pública*, v. 48, p. 94-102, 2014.

ZEIDERMAN, A. Securing Bogotá. *LSECities Report*, Londres, s/v., s/n., p. 31-36, Jul. 2012-Sep. 2014.

ZWEIG, Stefan. *Brasil país do futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1981.